

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO
PUC-SP

LEONARDO BUENO FRANÇA

**OS LIMITES DO LULISMO: LIDERANÇA POLÍTICA E
RACIONALIDADE GOVERNAMENTAL**

MESTRADO EM CIÊNCIAS SOCIAIS

SÃO PAULO

2016

LEONARDO BUENO FRANÇA

**OS LIMITES DO LULISMO: LIDERANÇA POLÍTICA E
RACIONALIDADE GOVERNAMENTAL**

MESTRADO EM CIÊNCIAS SOCIAIS

Dissertação de mestrado apresentada à Banca Examinadora da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, como exigência parcial para a obtenção do título de Mestre em ciências sociais, sob orientação da Professora Doutora Vera Lúcia Michalany Chaia.

SÃO PAULO

2016

Banca Examinadora

Agradecimentos

À professora e amiga Vera Chaia pela inspiração e dedicação ao Programa de Estudos Pós-Graduados em Ciências Sociais da PUC-SP e pela sensibilidade e compreensão de minhas limitações.

Aos professores Rosemary Segurado e Pedro Floriano Ribeiro pela contribuição direta e indireta na realização desta dissertação.

Agradeço a todos os amigos do Núcleo de Estudos em Arte, Mídia e Política (NEAMP) pelas inúmeras reuniões produtivas e profícuas para a construção do pensamento que aqui se explora.

Agradecimento especial à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) pelo apoio financeiro a esta pesquisa.

A todos os docentes, discentes e funcionários da PUC-SP que cruzaram minha trajetória acadêmica.

À minha família com amor e gratidão....

Resumo

Esta dissertação reúne argumentos e dados estatísticos sobre os limites do modelo de governabilidade reafirmado durante os governos de Lula e Dilma Rousseff. A discussão é guiada por referência ao termo "lulismo" compreendendo seu conteúdo por meio de uma perspectiva histórica e institucional. Conclui-se que o perfil de liderança política forjado pelo processo simbiótico entre PT e Estado redimensionou as probabilidades de influência sobre o sistema político, as práticas de governo e suas estratégias de seletividade. Somado ao processo de institucionalização do partido e da consequente remodelação de seu perfil de liderança e de sua base de apoio, nota-se que o lulismo, entendido como sendo um modelo de governabilidade produtor de capacidade governativa e, portanto, orientado à conciliação dos conflitos classistas no interior e no exterior da máquina pública, provou-se insustentável com a emergência de algumas variáveis. Destaca-se: a macroeconomia em retração; a crescente fragmentação partidária; o déficit de liderança; o rápido crescimento do maior bloco conservador no poder legislativo desde 1964 e as disfunções e divergências internas nos dois principais partidos da coalizão, PT e PMDB.

Palavras-chave: Governo Lula, Governo Dilma, Lulismo, Liderança Política,
Racionalidade Governamental.

Abstract

This paper brings together arguments and statistics data collected about the limits of the stated governability pattern reaffirmed by the government management of Lula and Dilma Rousseff. Guided by reference to the term "lulism" embracing its content through a historical and institutional perspective, it draws the conclusion that the political leadership profile forged by a symbiotic process between the Workers' Party (PT) and the State resized the odds of influence on the political system, the governance practices and its selectivity strategies. Understanding lulism as a governability pattern producer of governance capacity in order to reconcile the class-conflicts within the public administration, in addition to the PT institutionalization process and the consequent redesign of its leadership profile and support base, the pattern proved itself unsustainable with the addition of some variables. Stands out: the macroeconomic shrinking; the growing party fragmentation; the leadership deficit, the rapid growth of the most conservative bloc in the legislature since 1964 and the dysfunctions and internal differences of the two main coalition parties, PT and PMDB.

Keywords: Lula's Government, Dilma Rousseff's Government, Lulism, Political Leadership, Government Rationality.

Lista de Siglas e Abreviaturas

Partidos Políticos

ARENA	Aliança Renovadora Nacional
MDB	Movimento Democrático Brasileiro
PMDB	Partido do Movimento Democrático Brasileiro
PT	Partido dos Trabalhadores
PTB	Partido Trabalhista Brasileiro
PDT	Partido Democrático Trabalhista
DEM	Democratas (partido)
PFL	Partido da Frente Liberal
PCdoB	Partido Comunista do Brasil
PTdoB	Partido Trabalhista do Brasil
PSB	Partido Socialista Brasileiro
PSC	Partido Social Cristão
PTC	Partido Trabalhista Cristão
PMN	Partido da Mobilização Nacional
PRP	Partido Republicano Progressista
PPS	Partido Popular Socialista
PV	Partido Verde
PP	Partido Progressista
PSTU	Partido Socialista dos Trabalhadores Unificado
PCB	Partido Comunista Brasileiro
PRTB	Partido Renovador Trabalhista Brasileiro
PHS	Partido Humanista da Solidariedade
PSDC	Partido Social Democrata Cristão
PSDB	Partido da Social Democracia Brasileira
PCO	Partido Da Causa Operária
PTN	Partido Trabalhista Nacional
PSL	Partido Social Liberal
PL	Partido Liberal

PRB	Partido Republicano Brasileiro
PSOL	Partido Socialismo e Liberdade
PR	Partido da República
PSD	Partido Social Democrático
PEN	Partido Ecológico Nacional
PROS	Partido Republicano da Ordem Social
SD	Solidariedade

Outros

ABAG	Associação Brasileira de Agronegócio
ABRA	Associação Brasileira de Reforma Agrária
AGU	Advocacia-Geral da União
ANFAVEA	Associação Nacional dos Fabricantes de Veículos Automotores
Assec/MP	Assessoria Econômica do Ministério do Planejamento
Bacen	Banco Central do Brasil
Basa	Banco da Amazônia
BB	Banco do Brasil
BIRD	Banco Mundial
BID	Banco Interamericano de Desenvolvimento
BNB	Banco do Nordeste
BN	Boletim Nacional do PT
BNDES	Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
CadUnico	Cadastro Único para Programas Sociais
CEBs	Comunidades Eclesiais de Base
CEBRAP	Centro Brasileiro de Análise e Planejamento
CEF	Caixa Econômica Federal
CEN	Comissão Executiva Nacional do PT
CETG	Cargos Especiais de Transição Governamental
CEPAL	Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe
CF	Constituição Federal
CLT	Consolidação das Leis do Trabalho
CMN	Conselho Monetário Nacional
CN	Convenção Nacional do PT

CRAS	Centros de Referência da Assistência Social
CREAS	Centros de Referência Especializados de Assistência Social
CODEFAT	Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador
COFINS	Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social
CONAB	Companhia Nacional de Abastecimento
CONCLAT	Coordenação Geral da Classe Trabalhadora e Conferência Nacional das Classes Trabalhadoras
CONSEA	Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional
CONCUT	Congresso Nacional da Central Única dos Trabalhadores
COPOM	Comitê de Política Monetária do Banco Central
CPMs	Comissões Provisórias Municipais do PT
CPS	Câmara de Política Social
CPT	Comissão Pastoral da Terra
CUT	Central Única dos Trabalhadores
DAS	Cargos de Direção e Assessoramento Superiores
DIAP	Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar
DIRAD	Diretoria colegiada: Área de Administração do Banco Central do Brasil
DIPOM	Diretoria colegiada área de Área de Política Monetária do Banco Central do Brasil
DIREX	Diretoria colegiada da Área de Assuntos Internacionais do Banco Central do Brasil
DIFIS	Diretoria colegiada da Área de Fiscalização do Banco Central do Brasil
DINOR	Diretoria colegiada da Área de Normas e Organização do Sistema Financeiro do Banco Central do Brasil
DIPEC	Diretoria colegiada da Área de Política Econômica do Banco Central do Brasil
DILID	Diretoria colegiada da Área de Liquidações e Desestatização do Banco Central do Brasil
DIESP	Diretoria colegiada da Área de Estudos Especiais do Banco Central do Brasil
DLSP	Dívida Líquida do Setor Público
DM	Diretório Municipal
DN	Diretório Nacional
DR	Diretório Regional

ESEB	Estudo Eleitoral Brasileiro
EMBRAPA	Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
EM	Encontro Nacional
EUA	Estados Unidos da América
FBDS	Fundação Brasileira para Desenvolvimento Sustentável
FDS	Fundo de Desenvolvimento Social
FED	Federal Reserve
FEBRABAN	Federação Brasileira de Bancos
FIESP	Federação das Indústrias de São Paulo
FHC	Fernando Henrique Cardoso
FMI	Fundo Monetário Internacional
FNAS	Fundo Nacional de Assistência Social
IAMA	International Food and Agribusiness Management Association
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IDEB	Índice de Desenvolvimento da Educação Básica
IDH	Índice de Desenvolvimento Humano
IDP	Índice de Desenvolvimento Presidencial
IED	Investimentos Estrangeiros Diretos
IEE	Instituto de Estudos Especiais da PUC-SP
IGP-DI	Índice Geral de Preços – Disponibilidade Interna
INCRA	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
INPC	Índice Nacional de Preços ao Consumidor
INPS	Instituto Nacional de Previdência Social
INSS	Instituto Nacional de Seguro Social
IOF	Imposto sobre Operações de Crédito, Câmbio e Seguros
IPEA	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
IPC	International Policies Council
IPCA	Índice de Preços ao Consumidor
IPI	Imposto sobre Produtos Industrializados
LOAS	Lei Orgânica da Assistência Social
LOPP	Lei Orgânica dos Partidos Políticos
MAS	Ministério da Assistência Social
MAPA	Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
MCidades	Ministério das Cidades

MCT	Ministério da Ciência e Tecnologia
MD	Ministério da Defesa
MDA	Ministério do Desenvolvimento Agrário
MDIC	Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior
MDS	Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome
ME	Ministério do Esporte
MESA	Ministério Extraordinário de Segurança Alimentar e Combate à Fome
Mercosul	Mercado Comum do Sul
MF	Ministério da Fazenda
MEC	Ministério da Educação
MinC	Ministério da Cultura
MJ	Ministério da Justiça
MMA	Ministério do Meio Ambiente
MME	Ministério de Minas e Energia
MP	Medida Provisória
MPOG	Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão
MPA	Ministério da Pesca e Aquicultura
MPF	Ministério Público Federal
MPS	Ministérios da Previdência Social
MRE	Ministério das Relações Exteriores
MR8	Movimento Revolucionário 8 de Outubro
MS	Ministério da Saúde
MST	Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra
MT	Ministério dos Transportes
MTE	Ministério do Trabalho e Emprego
MTur	Ministério do Turismo
MUNIC	Programa de Informações Básicas Municipais
NAF	Núcleos de Apoio à Família
NBs	Núcleos de Base
OIT	Organização Internacional do Trabalho
OMC	Organização Mundial do Comércio
ONU	Organização das Nações Unidas
p.p.	Pontos percentuais
PAC	Programa de Aceleração do Crescimento

PAEG	Plano de Ação Econômica Governamental
PBF	Programa Bolsa Família
PEA	População Economicamente Ativa
PED	Processo de Eleições Diretas do PT
PETI	Programa de Erradicação do Trabalho Infantil
PETROBRAS	Petróleo Brasileiro S.A.
PEX	Plano de Expansão da Rede de Atendimento da Previdência Social
PFZ	Programa Fome Zero
PGPAF	Programa de Garantia de Preços para a Agricultura Familiar
PIB	Produto Interno Bruto
PMCMV	Programa Minha Casa, Minha Vida
PNAD	Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios
PNRA	Plano Nacional de Reforma Agrária
PREVI	Caixa de Previdência dos Funcionários do Banco do Brasil
PRONAF	Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
REC	Resoluções e Congressos do PT
REUNI	Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais Brasileiras
PO	Pastorais Operárias
PTR	Programa de Transferência de Renda
R.E.C	Resoluções de Encontros e Congressos & Programas de Governo
RFB	Receita Federal do Brasil
SACE	Sistema de Arrecadação de Contribuições Estatutárias do PT
SAIP	Secretaria de Articulação Institucional e Parcerias
SAGI	Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação
SEPPIR	Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial
SENAI	Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial
SENARC	Secretaria Nacional de Renda de Cidadania
SESI	Serviço Social da Indústria
SESC	Serviço Social do Comércio
SEST	Serviço Social do Transporte
SMSB	Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo
SNA	Sociedade Nacional de Agricultura
SNAS	Secretaria Nacional de Assistência Social

SOF/MP	Secretaria de Orçamento Federal
SORG	Secretaria de Organização do PT
SPE/MF	Secretaria de Política Econômica
SPM	Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres
SPS	Sistema de Proteção Social
SRB	Sociedade Rural Brasileira
SRH/MP	Secretaria de Recursos Humanos do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão
STF	Supremo Tribunal Federal
Suas	Sistema Único de Assistência Social
SUS	Sistema Único de Saúde
TCU	Tribunal de Contas da União
TSE	Tribunal Superior Eleitoral
UBE	União Brasileira dos Empresários

Estado, o lugar onde todos, bons ou malvados, se perdem a si mesmos;

Estado, o lugar onde o lento suicídio de todos chama-se – “vida”

(Friedrich Nietzsche)

Sumário

Introdução: objeto, objetivos e metodologia	18
CAPÍTULO I - Trajetórias em afinidade.....	22
1.1.O contexto para o protagonismo sindical	22
1.2.O capital político em construção.....	26
CAPÍTULO II – Do protagonismo ao pragmatismo	33
2.1.Da heterogênea consciência petista à homeostase organizativa	33
2.2.O novo perfil social da liderança petista e a reterritorialização de sua base de apoio	43
2.3.A política de finanças do Partido dos Trabalhadores	50
2.4.A profissionalização das campanhas eleitorais.....	58
CAPÍTULO III – A qualificação da liderança: as bases do “lulismo”	60
3.1.A base não alinhada: a representação eleitoral do “lulismo”.....	60
3.2. Desempenho governamental e a construção da maior coalizão da Nova República	72
3.3. Da equipe de transição ao governo composto: apontamentos sobre o perfil da elite dirigente no Governo Lula (2003-2010)	77
3.3.1.A governança “do social”: dissenso intragovernamental e maximização da intersectorialidade	85
3.3.2.A governança econômica e sua elite dirigente	90
3.3.3.A governança do agronegócio e a suspensão do conflito agrário.....	96
3.4.Os efeitos do hibridismo político: o social desenvolvimentismo	102
3.5.A política externa: do protagonismo na Era Lula à diminuição da intensidade no Governo Dilma	114
3.9.O desfecho do lulismo: déficit de liderança, economia disfuncional e avanço do “bloco” conservador.	116
Considerações Finais	123
Anexos	139
Bibliografia	162

Lista de Tabelas

Tabela 1: Média anual de greves no Brasil por períodos (1888-2007)	25
Tabela 2: Desempenho do PT nas eleições para a câmara dos deputados (1994 a 2006), em número e percentual de votos e em número e percentual de cadeiras	31
Tabela 3: Intenção de voto (1994-2002) quanto à localidade e ao nível educacional.....	71
Tabela 4: Presidência nas comissões permanentes do Congresso Nacional (2003-2010)	83
Tabela 5: Participação do PIB do Brasil no PIB Mundial em perspectiva histórica (1889-2010)	103
Tabela 6: Classes Econômicas definidas pela renda domiciliar total (2010/2014)	109
Tabela 7: Proporção de domicílios pobres e extremamente pobres (1995-2014)	110
Tabela 8: Valores nominais do salário mínimo e aumentos percentuais de 1994-2016.....	111
Tabela 9: IPCA acumulado (2010-2015)	118
Tabela 10: IPCA acumulado (1996-2010)	118

Lista de Gráficos

Gráfico 1: Composição da Câmara dos Deputados entre 1994 e 2014, em número de cadeiras, das cinco maiores bancadas eleitas (PMDB; PFL/DEM; PSDB, PT e PP/PPB).....	32
Gráfico 2: Inversão do perfil de liderança da CUT (Base X Direção -1983-1991).....	37
Gráfico 3: Situação de Trabalho dos delegados petistas (%)	44
Gráfico 4: Participação dos delegados petistas em instâncias partidárias (%)	44
Gráfico 5: Delegados Petistas em cargos públicos: mandatos eletivos e cargos de confiança (%)	45
Gráfico 6: Porcentagem de filiados ao PT e eleitores por região (1981-2001)	46
Gráfico 7: Assessores do PT na Câmara dos Deputados (1983-2005).....	47
Gráfico 8: Profissionalização política dos delegados petistas (%)	48
Gráfico 9: Fonte de captação de recursos do Diretório Nacional do PT, 1983-2004 (%).....	54
Gráfico 10: Receitas operacionais do PT (2007-2014)	56
Gráfico 11: Número de Ministérios (1951-2016).....	76
Gráfico 12: Medidas Provisórias Governo Lula e Dilma (2002-2015)	84

Lista de Quadros

Quadro 1: Modelo comparativo de Partidos (burocrático de massa/profissional eleitoral)	43
Quadro 2: Coalizões Partidárias no Governo Federal (1985-2014)	75

Anexos

- Anexo 1: Resultado do 1º turno da eleição presidencial de 1989
- Anexo 2: Resultado do 2º turno da eleição presidencial de 1989
- Anexo 3: Resultado do 1º turno da eleição presidencial 1994
- Anexo 4: Resultado do 1º turno da eleição presidencial de 1998
- Anexo 5: Resultado do 1º turno da eleição presidencial de 2002
- Anexo 6: Resultado do 2º turno da eleição presidencial de 2002
- Anexo 7: Resultado do 1º turno da eleição presidencial de 2006
- Anexo 8: Resultado do 2º turno da eleição presidencial de 2006
- Anexo 9: Resultado do 1º turno da eleição presidencial de 2010
- Anexo 10: Resultado do 2º turno da eleição presidencial de 2010
- Anexo 11: Resultados do 1º turno da eleição presidencial de 2014
- Anexo 12: Resultados do 1º turno da eleição presidencial de 2014
- Anexo 13: Partidos Políticos Brasileiros registrados até dezembro de 2015
- Anexo 14: Os Ministros do Governo Lula (1º e 2º Mandatos)
- Anexo 15: Os Ministros do Governo Dilma (até janeiro de 2016)
- Anexo 16: Mesas-Diretoras do Congresso Nacional (2003-2015)
- Anexo 17: Bancada da eleição de 2002 para Deputado Federal
- Anexo 18: Bancada da eleição de 2006 para Deputado Federal
- Anexo 19: Bancada da eleição de 2010 para Deputado Federal
- Anexo 20: Bancada da eleição de 2014 para Deputado Federal
- Anexo 21: Composição da Diretoria do Banco Central do Brasil na Gestão Henrique Meirelles
- Anexo 22: Bancada por Bloco e Liderança na Câmara dos Deputados (2015)
- Anexo 23: Líderes do Governo na Câmara do Deputados (2015)
- Anexo 24: Cadeiras no Senado (2015)

Introdução: objeto, objetivos e metodologia

Da cosmovisão ético-metafísica para o paradigma científico-tecnológico do mundo, *o ato de liderar*, entendido como a capacidade de *fazer crer que se pode fazer o que se diz*¹, é atravessado, inexoravelmente, por uma racionalidade formal-instrumental que modifica seu entendimento ético-político.

Tendo a dimensão científica como critério de validação da convicção política, a ação social condicionada pelos sujeitos políticos é precisamente reduzida a uma capacidade procedimental de *saber-executar* um conjunto híbrido de estratégias e tecnologias de gestão que tem por fundamento: *policar eficientemente os custos do exercício utilitário da atividade governamental em relação aos custos de gerenciamento do exercício da autonomia dos governados*. Desse modo, compreende-se que *a liderança política*, se presta a restaurar *a oficialidade contida na ordem governamental*, de modo algum restrita à esfera estatal.

O império de um consensualismo racional-moral universal presente na cultura liberal em sua fé inabalável na integração autopoietica dos mercados globais, vem promovendo uma desconfiança ambígua em relação à liderança como exigência normativa à atividade política. Na esteira de ideologias reformistas revisitadas na segunda metade do século XX, as tradicionais *plataformas de produção de identidades coletivas*, como os partidos e demais instituições públicas da sociedade industrial, vêm progressivamente se adaptando ao receituário consensualista universal, produzindo, dessa forma, um *hibridismo político-ideológico* e um *hibridismo gerencial* que resulta em incontáveis e, muitas vezes incoerentes, instrumentos de fabricação e modulação da convicção política por sobre as estratégias mais ou menos eficientes de captura da “questão social”.

A temática da liderança política invoca intenso interesse não apenas em razão de suas múltiplas associações com características inteiramente legítimas da vida pública e da atividade política com um todo, mas pelo fato de que consiste em um tema que está cercado por ambivalências. A liderança pode ser interpretada ao estar em estreita proximidade com noções de extrema arbitrariedade, permeada por relações de poder desequilibradas, por prerrogativas e privilégios desmedidos e até mesmo por diversas

¹ Cf. BOURDIEU (2010:178-202).

formas de misticismo e irracionalidade. “Longe de um panteão de líderes heroicos, portanto, a maioria das democracias liberais, são caracterizadas por uma paisagem de líderes frustrados e lideranças decepcionantes”. (FOLEY, 2013:16).

“Nova esquerda”, “centro-esquerda moderna”, “terceira via”, “social-liberalismo”, “socialdemocracia moderna”, são alguns exemplos normativos de tentativas de se atenuar o conflito distributivo sem prejuízo, contudo, para a legitimação absoluta do modo de produção capitalista e seus múltiplos dispositivos de redimensionamento da perspectiva sobre os sujeitos e objetos políticos em fluxo.

Em meio a esta unanimidade autorizada a estabelecer a *superação tecnocrática das diferenças ideológicas e identitárias*, espalhadas na multiplicidade de expressões singulares a que se denomina de “população”, a trajetória política e organizacional do Partido dos Trabalhadores revela processos plurais de racionalização das narrativas e das práticas intrapartidárias e intragovernamentais a que suas lideranças foram obrigadas a absorver. O *lulismo*, entendido nesta arguição, como sendo *um modelo de governabilidade produtor de capacidade governativa e, portanto, alicerçado pela conciliação dos conflitos classistas no interior e no exterior da máquina pública*, serve como objeto da dissertação que aqui se apresenta.

Tendo em vista que “é somente em função de um corpo de hipóteses derivado de um conjunto de pressuposições teóricas que um dado empírico qualquer pode funcionar como prova” (BOURDIEU, 2010:24), o objetivo de nossa argumentação é refletir e pontuar dados empíricos específicos sobre a *hipótese de inflexão conservadora a que este modelo de gerenciamento político ensejou, tendo na temática da liderança política, a fonte de nosso referencial discursivo*. Para tanto, nossa argumentação é guiada por referência ao termo “lulismo” compreendendo seu conteúdo por meio de uma perspectiva histórica e institucional.

Utilizando-se de dados estatísticos primários e secundários calcados por uma metodologia qualitativa exploratória, explicativa e bibliográfica, o estudo de caso configura-se no próprio processo de simbiose do Partido dos Trabalhadores com a maquinaria estatal e o sistema político que a modula, pelo qual, a temática da liderança política e das racionalidades inerentes às práticas de governo, constituem elementos analíticos e hermenêuticos essenciais.

No primeiro capítulo, coteja-se introduzir a argumentação a partir do projeto originário da liderança petista ao longo do protagonismo sindical em fins dos anos 1970, enfatizando o perfil de liderança a que o operariado fabril deu origem face aos efeitos do

processo de deslegitimação do regime militar. Aborda-se os aspectos centrais da liderança de Lula à frente do Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo e Diadema (SMSBD), a formação do Partido dos Trabalhadores (PT) e da Central Única dos Trabalhadores (CUT) com foco na tendência à estabilização organizativa de ambas as agremiações.

No segundo capítulo, iniciamos a discussão sobre o decurso de padronização dos processos internos ao Partido dos Trabalhadores e o consequente hibridismo político-ideológico nutrido ao longo do desenvolvimento de seus interesses organizativos e da rotinização de valores e comportamentos intrapartidários. Parte-se de uma análise empírica e qualitativa sobre a reelaboração de seu projeto de poder por meio dos programas de governo, boletins nacionais, estatutos, encontros e congressos.

Através dos demonstrativos de receitas e despesas do PT entregues ao Tribunal Superior Eleitoral entre os anos de 2007 e 2014, produzimos dados estatísticos primários em relação aos resultados do exercício financeiro da agremiação. Apresentamos também dados estatísticos secundários acerca da desconstrução da democracia interna do partido e da germinação de um novo perfil social de suas lideranças, por meio do redimensionamento de sua base de apoio, culminando na transformação do PT em um partido profissional-eleitoral altamente dependente do eleitorado de opinião.

No terceiro capítulo, disserta-se sobre a hipótese de reorientação ideológica contida na tese do realinhamento eleitoral proposta por SINGER (2012); sobre as interpretações acerca do possível reforço da tradição personalista na política brasileira (BAQUERO, 2007; SAMUELS, 2008a; 2008b), sobre a consequente “hegemonização às avessas” a que o lulismo teria motivado (OLIVERIA et alli, 2010) e sobre a existência de um eleitorado pró-governo em regiões com baixo IDH, onde a máquina pública representa instrumento mais eficaz de intervenção na economia local, tema apresentado por ZUCCO (2008a; 2008b, 2009).

Através de análise primária e secundária sobre os dados do *ESEB-CSES 2002, 2006, 2010 e 2014*, disserta-se sobre a incorporação de um “eleitorado difuso” pelo PT e o entendimento de que o lulismo, compreendido apenas pela sua feição eleitoral, é expressão do não-alinhamento de uma parcela significativa do eleitorado brasileiro, sendo resultado de uma cultura política avessa à política tradicional, partidária e representativa como argumentam RENNÓ & CABELLO (2010).

Abordamos também nesta seção, por meio de metodologia bibliográfica focada na literatura especializada e nos dados primários produzidos por órgãos de pesquisa, o embate teórico e empírico sobre o desempenho governamental na Era Lula-Dilma; a

formação e manutenção da maior coalizão da Nova República, além de alguns apontamentos descritivos sobre o perfil da elite dirigente no Governo Lula (2003-2010) em grande parte mantida por sua sucessora.

Dá-se especial atenção, em razão da hipótese do que aqui se chama de “hibridismo político-ideológico”, ao estudo da governança “do social” e seus contrastes com a governança econômica, responsável pela aplicação dos preceitos da ortodoxia liberal. Argumenta-se sobre os indicadores de desempenho macroeconômico da era Lula-Dilma, especialmente no que tange ao esgotamento do “eixo social” enquanto fator “autônomo” de crescimento econômico.

Após uma breve constatação sobre a inventiva política externa durante a gestão de Celso Amorim à frente do Ministério das Relações Exteriores, arguimos acerca da diminuição da intensidade da política externa no Governo Dilma. Nota-se que o Governo Dilma, não conseguiu recuperar a confiança política na parceria público-privada em razão do ambiente interno em maior grau do que a hipótese de limitação imposta pela economia global em disfunção.

Na conclusão, argumentamos sobre alguns fundamentos do conceito de liderança política, tendo como foco, as racionalidades e as práticas governamentais que atravessam sua potencialidade condicionando seus resultados. Concluímos que a liderança política do lulismo orientou-se a restaurar a oficialidade contida na ordem governamental e, os limites deste modelo de governabilidade, se deram em vista à macroeconomia em retração; a crescente fragmentação partidária; o rápido crescimento do maior bloco conservador no poder legislativo desde 1964; à inabilidade de operacionalização dos altos custos do sistema político brasileiro e as disfunções e divergências internas nos dois principais partidos da coalizão, PT e PMDB.

No anexo, tabelamos os resultados das eleições de 1989, 1994, 1998, 2002, 2006, 2010 e 2014 e os partidos políticos registrados até dezembro de 2015.

CAPÍTULO I - Trajetórias em afinidade

1.1. O contexto para o protagonismo sindical

“Tive um pouco de sorte na presidência [do sindicato], sabe, tô colhendo aquilo que meus antecessores plantaram” (Lula, 1980: 16).

Foi entre os anos de 1930 e 1964 que se solidificou no Brasil o modelo de desenvolvimento econômico fundamentado no processo induzido de industrialização por substituição de importações. Entre os anos de 1968 e 1973, como efeito das reformas institucionais do Plano de Ação Econômica Governamental (PAEG), o país atinge os maiores índices de crescimento econômico de sua história. Não obstante, o chamado “milagre econômico”, onde a taxa média de crescimento do PIB elevou-se de 4,2% a.a. no período 1964-1967 para 11,1% a.a. entre 1968-1973, trouxe consigo um forte lastro de concentração de renda.

A confirmação desta conjuntura socioeconômica revelou uma situação de crise intragovernamental quando em 1974, o Movimento Democrático Brasileiro (MDB), o partido da chamada “oposição consentida”², elegeu 16 senadores nos 22 estados elegíveis à época, imprimindo uma derrota histórica ao regime militar.

A crise da aliança intragovernamental se estendeu à coalizão de classes em virtude da reação autoritária do General Ernesto Geisel em fechar o Congresso Nacional por quatorze dias, editando a Emenda Constitucional de nº 8 de 14 de abril de 1977 e instituindo os senadores “biônicos” eleitos indiretamente, selando, assim, o fim do *pacto classista* que apoiou a hipótese autoritária como saída à radicalização política que se acentuou com a renúncia de Jânio Quadros em agosto de 1961.

A relação compulsória do sindicalismo oficial atrelado a esta estrutura desenvolvimentista ditatorial, herdeira da Era Vargas, limitou significativamente as condições de luta do movimento operário no país. Emergiu no principal centro industrial do Brasil, na região do ABC paulista, a despeito da perseguição de dirigentes sindicais e da nomeação de interventores públicos, além de modificações na legislação trabalhista

² Criado pelo Ato Institucional de número 2 e pelo Ato Complementar de número 4 que extinguiu em 1965 o pluripartidarismo e estabeleceu o bipartidarismo dando vazão à normatização de dois partidos, a Aliança Renovadora Nacional (ARENA), partido sustentáculo do regime militar e o Movimento Democrático Brasileiro (MDB) tido como o espaço da oposição que, no entanto, tinha pouca margem de manobra.

que flexibilizaram a relação empregatícia³, um sindicalismo de corte progressista cobrando a ampliação dos espaços para o encaminhamento das demandas da classe trabalhadora fabril.

A literatura diverge com relação à interpretação sobre a qualidade da ação destes novos líderes sindicais⁴ e do perfil de liderança a que o operariado fabril deu origem, sempre tendo como referência, a atuação sindical no período de 1945-1964.

Contudo, reconhecemos que os efeitos do processo de deslegitimação do regime militar e de seu projeto desenvolvimentista limítrofe possibilitaram o surgimento de um novo perfil de liderança sindical, tal qual argumentam ABRAMO (1999); ANTUNES (1991); MOISÉS (1981; 1982) e SADER (1988). Para estes autores, mais próximos da análise de HUMPHREY (1980)⁵ que contradiz em parte as leituras de RODRIGUES (1970) e ALMEIDA (1975), o *novo sindicalismo foi capaz de unir o operário especializado e não especializado em uma mesma pauta reivindicatória*, significou, ademais, que um grupo de operários se capacitou a utilizar velhas formas de ação após mais de uma década de imobilidade e dependência da maquinaria estatal.

Com efeito, ao chamado “velho sindicalismo” recaia a crítica de distanciamento das bases em detrimento da dependência de suas lideranças frente à engrenagem pública. Acusado de corporativismo e de exercer uma liderança populista⁶, os sindicalistas ligados à Unidade Sindical, ao Partido Comunista Brasileiro (PCB), ao Partido Comunista do

³ A flexibilização da relação de trabalho se deu pela Lei nº5.107 de 13 de setembro de 1966 que criava o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), facilitando ao empresariado a rotação dos empregados, em especial, dos não qualificados.

⁴ “No que diz respeito à vinculação entre sindicato e base, a concepção segundo a qual o sindicalismo pré-1964 padeceria da “falta de bases” devido a seu “cupulismo” já sofreu séria relativização, evidenciando-se o pouco lastro empírico deste tipo de argumento”. Cf. SANTANA, Marco Aurélio. “Entre a ruptura e a continuidade: visões da história do movimento sindical brasileiro”. Revista Brasileira de Ciências Sociais, 14 (41), 1999. Pg. 112.

⁵ HUMPHREY (1980) oferece dados sobre a instabilidade do emprego, a insuficiência do mercado interno de promoção nas empresas, a redução do distanciamento salarial para operários não qualificados entre a indústria automobilística e outros setores, caracterizando os trabalhadores metalúrgicos do período de 1978-1979 como vanguarda e não como aristocracia operária, tal qual algumas interpretações propunham à época.

⁶ Embora reconheçamos as distintas perspectivas sobre o sindicalismo populista levantados por SANTANA (1999) e SILVA e COSTA (2001), seguimos com a interpretação de WEFFORT (1973:67) para quem, a partir dos anos 1950, o movimento sindical populista orienta-se: “à ideologia nacionalista e se volta para uma política de reformas e de colaboração de classes; no plano da organização, caracteriza-se por uma estrutura dual em que as chamadas ‘organizações paralelas’, formadas por iniciativa da esquerda, passam a servir de complemento à estrutura sindical oficial, inspirada no corporativismo fascista como um apêndice da estrutura do Estado; no plano político, subordina-se às vicissitudes da aliança formada pela esquerda com Goulart e outros políticos fiéis à tradição de Vargas. O sindicalismo populista atingirá o ponto máximo de seu desenvolvimento nos anos 60 na linha de uma aproximação e subordinação crescentes ao regime populista. Em 1964, este sindicalismo entra em crise para finalmente desaparecer com o regime político ao qual associara seu destino”.

Brasil (PC do B) e ao Movimento Revolucionário 8 de Outubro (MR8), base de sustentação da Coordenação Geral da Classe Trabalhadora (CONCLAT), foram perdendo legitimidade para os novos sindicalistas alcunhados de “autênticos”, reunidos em torno dos sindicalistas metalúrgicos do ABC e vinculados à posterior criação do Partido dos Trabalhadores (PT) e da Central Única dos Trabalhadores (CUT).

De modo geral, os “autênticos” ressignificaram o sentido do movimento operário ao exigir mudanças na estrutura sindical com o objetivo de organizar as bases de modo mais eficiente, limitando o poder do Estado sobre os sindicatos. Com base em argumento de Lula⁷, então presidente do SMSBD em 1979, a característica política da liderança dos “autênticos” residiu na *capacidade de sintetizar a exigência de mudança na estrutura organizativa dos sindicatos com a necessidade de mudança na estrutura política do país*.

A liderança política de Lula e da “cúpula” de sindicalistas ligados ao PT e à CUT, nasce de um posicionamento combativo à simbiose entre Estado, partidos e sindicatos, pela afirmação do empoderamento das bases “imobilizadas” pela liderança sindical oficial. O movimento operário, dessa forma, fora neutralizado desde o Estado Novo (1937-1945) por uma “anomalia estrutural” que fez crescer o poder formal do Estado ao mesmo tempo que o fragilizou em sua capacidade de tomada de decisão em políticas públicas (VIANNA, 1982).

O aumento do número de greves a partir da segunda gestão de Lula (1975-1978) à frente do SMSBD, revela a afinidade eletiva⁸ entre um novo perfil de liderança e a conjuntura que se abria no horizonte face à possibilidade de distensão do aparelhamento estatal erigido desde a era Vargas. A tabela 1 ilustra as “ondas” grevistas do período da abolição da escravidão ao primeiro governo Lula:

⁷ “Pretendemos levar ao povo algumas alternativas para a estrutura sindical brasileira. Precisamos também levar à estrutura política existente, porque é muito difícil modificar tudo de uma vez, enquanto a conjuntura política vigente permanecer. As duas coisas estão muito interligadas. Só vamos conseguir a estrutura sindical perfeita quando tivermos o modelo político perfeito”. LULA apud HUMPREYS (1980:30)

⁸ O conceito de “afinidade eletiva”, popularizado pela sociologia weberiana, remete à alquimia medieval e sua explicação sobre a atração e a fusão dos corpos. “O termo *attractio electiva* aparece pela primeira vez nos escritos do químico sueco Torben Olof Bergman” (*De attractionibus electivis*) de 1775. “Foi da versão alemã do livro de Bergman que Goethe tirou o título de seu romance *“Die Wahlverwandtschaften”* (Afinidades Eletivas) de 1809. Para Goethe existe afinidade eletiva quando dois seres ou elementos “procuram-se um ao outro, atraem-se, apropriam-se um do outro e, em seguida, ressurgem dessa união íntima numa forma renovada e imprevista”. Max Weber fez uso do conceito para explicar “a existência de elementos convergentes e análogos entre uma ética religiosa e um comportamento econômico. Cf. LÖWY (2013:62-64)

Tabela 1: Média anual de greves no Brasil por períodos (1888-2007)

PERÍODOS	MÉDIA ANUAL
1888-1900 Abolição – fim do século	2
1901-1914 Pré-guerra	9
1915-1929 Da guerra à crise de 1929	8
1930-1936 Vargas – Primeira fase	12
1937-1944 Estado Novo	1
1945-1964 Democracia (populismo)	43
1965-1968 Militares (Castello – Costa e Silva)	13
1969-1977 (Médici – Geisel)	-
1978-1984 Abertura (Geisel – Figueiredo)	214
1985-1989 Governo Sarney	1.102
1990-1992 De Collor ao impeachment	1.126
1993-1994 De Itamar ao Plano Real	842
1995-1998 FHC (I)	865
1999-2002 FHC (II)	440
2003-2007 Lula I	322

Fonte: NORONHA (2009:126).

A habilidade dos líderes sindicalistas em canalizar o conflito em torno da racionalização organizativa de suas bases instituídas, se deu, sobremaneira, em função do ambiente geral de insatisfação com o regime militar ao qual diversas frentes de mobilização atuavam. Assim, “o ‘novo sindicalismo’ se beneficiava do clima de distensão política” (SADER, 1988:183).

Todavia, o limite da capacidade de influência dos “autênticos”, levou à necessidade de ampliação de sua esfera de atuação na arena política, em processo de descompressão a partir da reforma partidária pela Lei 6.767 de 1979⁹. A modernização

⁹ A Lei nº 6.767 de 20 de dezembro de 1979 introduziu importantes modificações na Lei Orgânica dos Partidos Políticos (Lei nº 5.682 de 27 de julho de 1971).

da estrutura produtiva do país fortaleceu os laços entre diversos atores que se juntaram à liderança dos “novos sindicalistas”, passando a se organizar em torno de demandas vinculadas ao processo acelerado de urbanização.

Em meio a expansão da pauta reivindicatória em vários segmentos da sociedade brasileira, a construção da identidade do Partido dos Trabalhadores nasceu também do apoio obtido por setores vinculados às classes médias urbanas, como professores, estudantes, funcionários públicos, de intelectuais ligados à diversas universidades e centros de pesquisa, de parlamentares e políticos provenientes do MDB e das lideranças católicas das Comunidades Eclesiais de Base (CEBs), atuantes por meio de Pastorais Operárias. (OLIVEIRA, 1988:46; MENEGUELLO, 1989:28-64; KECK: 1991:82-100; AZEVEDO, 1995:78; AMARAL, 2003: 45; RIBEIRO, 2010:63; SECCO, 2015:26).

1.2. O capital político em construção

Há muita gente que pergunta: qual é a ideologia do PT? Não seria o PT apenas um partido social-democrata, interessado em buscar paliativos para as desigualdades do capitalismo?

(LULA, Discurso na 1º Convenção Nacional do Partido dos Trabalhadores, 1981).

Luiz Inácio Lula da Silva inicia sua trajetória política em 1967 quando se filiou, por influência de seu irmão, José Ferreira da Silva (Frei Chico), então militante do Partido Comunista Brasileiro (PCB), ao Sindicato de Metalúrgicos de São Bernardo do Campo e Diadema (SMSBD)¹⁰. Lula torna-se o 1º Secretário da diretoria executiva do SMSBD em 1972 onde ficou responsável pelo setor jurídico e, em 1975, encabeça a chapa única para a presidência do sindicato obtendo 14.249 dos 14.608 votos válidos (97,5%), reelegendo-se em 1978 novamente com chapa única com 23.958 votos (97%)¹¹.

As perdas salariais e as condições de saúde e segurança dos trabalhadores foram pautas das campanhas salariais de 1972, quando Lula ainda era secretário na chapa de Paulo Vidal, então presidente do sindicato. Eleito em 1975, os principais pontos do programa da chapa de Lula foram: “a) *fortalecimento do trabalho de base*; b)

¹⁰ O sindicato foi criado em 1933 na região do ABC paulista. Com o desenvolvimento industrial, principalmente da indústria automobilística, o sindicato se desmembrou em 1959, foram fundados o Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo e o de Diadema que atuaram juntamente com o Sindicato de Metalúrgicos de Santo André até a reunificação em 1993.

¹¹ SINDICATO DOS METALÚRGICOS DO ABC. “Eleições”. São Bernardo. Disponível em: <http://www.abcdeluta.org.br/>

continuidade da luta pela liberdade e pela autonomia sindical; c) luta pelo contrato coletivo de trabalho” (ABRAMO, 1999:171, grifo nosso). Além da implementação do Conselho de Coordenação do Trabalho de Base, como resposta a inúmeras acusações de *assistencialismo* que acometiam à liderança política do movimento operário à época, Lula chega à conclusão de que era necessário “*mexer um pouco com a personalidade do trabalhador*” (id:172, grifo nosso):

“Quando ele [trabalhador] chegava no sindicato procurando solução para um problema, a gente jogava dois problemas nas costas dele. A gente dizia que o sindicato poderia resolver o problema dele de uma forma individual, mas que não iria solucioná-lo definitivamente: em outra empresa ele ia ter aquele mesmo problema, na seção dele centenas de trabalhadores também, mesmo que o dele fosse resolvido, e por isso mesmo era preciso encontrar uma forma de resolver aquilo coletivamente (...). A gente fazia ele voltar para a fábrica com a ideia de que, se ele quisesse, e junto os companheiros dele, ele poderia resolver definitivamente aquele problema e não ficar procurando o Departamento Jurídico do Sindicato a cada empresa que ele arrumasse um trabalho novo”. (LULA (1985) in ABRAMO, 1999:172).

Lula encabeça as negociações salariais em 1975, pouco tempo após a derrota eleitoral dos militares para a frente oposicionista (MDB) em novembro de 1974. Em 1978, ao reeleger-se presidente do sindicato com a substituição de 60% da diretoria anterior – contrariando a estratégia usual do “Movimento pela Reposição Salarial” –, Lula e o SMSBD não apresentam nenhuma reivindicação salarial¹². Em afinidade com o processo de descompressão do regime os sindicalistas do ABC já indicavam que *o limite para o dissenso* havia sido atingido, “no dia 12 de maio de 1978, às sete horas da manhã, os trabalhadores da Scania, paralisaram totalmente suas atividades, cruzando os braços ao lado de suas máquinas. A onda grevista iniciava-se” (ABRAMO, 1999:205).

Com o passar da nova “onda de greves”, aos poucos, Lula transformava-se na referência nacional da “nova identidade coletiva” do operariado da grande indústria que o convertia em “símbolo da autonomia e da autodeterminação das classes trabalhadoras”, em um país que vivia apenas o início do processo de transição democrática (ALMEIDA, 2008:301).

¹² No ano de 1978, os índices oficiais relativos ao aumento do custo de vida, referentes aos anos de 1973, haviam sido manipulados com autorização do Ministro da Fazenda, Delfim Netto, resultando em perda salarial de 30% para algumas categorias. Os sindicatos imediatamente se mobilizaram, solicitando ao DIEESE o cálculo preciso da perda salarial. Segundo ABRAMO (1999:193), a perda salarial para os metalúrgicos do ABC, havia sido de 34,1%.

Durante o momento de destaque do sindicalismo oficial atrelado ao monolitismo ditatorial, os sindicatos perderam a *confiança* dos trabalhadores. *A ascensão de Lula se choca com esta conjuntura de descrença política nos sindicatos como instrumentos de representação objetiva dos interesses do operariado fabril*. Lula cotejava o consenso em meio a um processo de competição entre vertentes sindicais que, ora apoiavam a “espontaneidade” auto-organizacional das comissões de fábrica, ora visavam o fortalecimento “pelo alto” da burocracia sindical, por meio de uma estratégia que transitava entre a confrontação aberta e a cooperação conflitiva (RODRIGUES, 1995).

Em 1978, “Lula declarava que a organização da classe operária num partido era só questão de tempo” (SECCO, 2015:40). Eleito com dois terços (284 votos) dos 425 votos de delegados petistas, a Comissão Diretora Nacional Provisória¹³, em julho de 1980, nomeou Luiz Inácio Lula da Silva, menos de dois meses após o término da greve dos 41 dias e após ter sido preso e processado pela Lei de Segurança Nacional¹⁴, o primeiro Presidente do Partido dos Trabalhadores, cargo que veio a ocupar até janeiro de 1988 e novamente entre julho de 1990 e julho de 1993, tornando-se presidente de honra em 1994.

Apesar de o PT ter nascido da fragmentação da esquerda política brasileira dilacerada pelo regime militar, da atuação eficiente de lideranças religiosas progressistas e do apoio difuso de setores da classe média tradicional, logo em seu discurso na 1º Convenção Nacional do PT (1981), Lula se coloca como o *interprete incontroverso das metas originárias do partido* e deixa claro que os “autênticos” não permitirão qualquer desarmonia interna que venha a afetar a linha política do partido:

¹³ A Comissão Diretora Nacional Provisória foi composta pelos efetivos: Luiz Inácio da Silva (SP- Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo e Diadema); Jacó Bittar (SP - Sindicato dos Petroleiros de Paulínia); José Ibrahim (SP - Sindicato dos Trabalhadores Metalúrgicos de Osasco); Olívio Dutra (RS - Sindicato dos Bancários de Porto Alegre); Apolônio de Carvalho (RJ - ex- militar e co-fundador do extinto Partido Comunista Brasileiro Revolucionário; Joaquim Arnaldo (RJ- Ação Operária Católica); Wanderly Farias de Souza (PB); Antonio Carlos (MS- deputado federal pelo MDB); Luiz Soares Dulci (MG - ex-presidente do Sindicato dos Professores de Minas Gerais); Freitas Diniz (MA - deputado federal pelo MDB); Manoel da Conceição (MA - sindicato de trabalhadores rurais no vale do Pindaré-Mirim) e os suplentes: Osmar Santos de Mendonça (SP- MR-8); Francisco Weffort (SP- cientista político, professor universitário); Wagner Benevides (MG- presidente do Sindicato dos Petroleiros de Belo Horizonte); Hélio Doyle (DF- jornalista).

¹⁴ No dia 1º de maio de 1980, o movimento sindical mobilizou mais de 140 mil trabalhadores a cruzarem os braços. Em 14 de abril, o Tribunal Regional do Trabalho pressionado pelo regime militar, decretou a ilegalidade da greve. “Na noite de quinta-feira, 17 de abril, o ministro do Trabalho, Murilo Macedo, decretou, pela segunda vez, a intervenção no Sindicato, incluindo a cassação do mandato da diretoria[...]. No dia seguinte Lula fora preso e levado para o Departamento de Ordem Política e Social (DOPS) tendo no dia 20 de maio a prisão preventiva revogada. Cf. BETTO, Frei. *Lula, um operário na presidência*. São Paulo: Casa Amarela, 2002. Pp.57-65.

“Denunciaremos, quantas vezes for preciso, certos desvios a que todos nós estamos sujeitos, como o *economicismo*, que pretende restringir a luta dos trabalhadores às conquistas imediatas de sua sobrevivência; o *politicismo*, que de cima para baixo quer impor seu dialeto ideológico aos nossos militantes, como se discurso revolucionário fosse sinônimo de prática revolucionária; o *colonialismo* daqueles que se autodenominam vanguarda do proletariado sem que os trabalhadores sequer os conheçam; o *esquerdismo*, que exige do Partido declarações ou posições que não se coadunam com seu caráter legal e a sua natureza popular; o *eleitoralismo* dos que desejam reduzir o PT a um trampolim de cargos eletivos e de projeções políticas; o *burocratismo* dos que nos criticam por ir às portas de fábrica e querem um partido bem organizado, mas sem bases populares; o *oportunismo* dos que só põem um pé dentro do PT e mantêm o outro pronto a correr quando sentem que suas intenções não são aceitas pelos trabalhadores” (PT, 1ºCN-REC:112, grifo nosso).

O PT em sua germinação ainda é um incipiente movimento político das massas proletárias abrigando uma longitude de estilos de liderança. Suas divergências internas lograram um pluralismo que ia desde um voluntarismo messiânico, passando por um liberalismo democrático disforme, até a defesa de um socialismo estatal burocrático-centralista (AZEVEDO, 1995:75).

Em sua estrutura organizativa originária, o PT baseava-se por um princípio integralista de partido visando “uma profunda integração com seus membros através de atividades políticas e tarefas de organização permanente”, conferindo menos importância à atividade eleitoral e parlamentar do que os demais partidos e priorizando os laços com os movimentos sociais” (MENEGUELLO, 1989:36).

Contudo, um *estilo* estratégico-pragmático de liderança foi incorporando-se à burocracia partidária durante o processo de estabilização organizativa e formação da coalizão dominante no partido, levando a sucessivos divórcios na identidade petista e, já no início da década de 1990, configura-se uma distinção entre o petismo, mais assembleísta e de tom progressista e o que viria a ser chamado de lulismo, mais centralista e pragmático, substituindo os mecanismos de consulta de base pela “fusão do poder da burocracia partidária com o poder do saber técnico de especialistas em *marketing* e temas específicos em políticas públicas”, gerando uma estrutura partidária mais profissional, mais técnica e menos dinâmica e participativa (RICCI, 2013:44-5).

Lula elegeu-se com uma chapa única nas duas oportunidades em que disputou a direção do sindicato com um público alvo que não foi superior a 24 mil eleitores. Ao perder as eleições para governador de São Paulo em 1982, ficando em quarto lugar com

1.144.648 votos, continuou a impulsionar o seu capital político otimizando a capacidade organizativa do movimento sindical ao participar da fundação da Central Única dos Trabalhadores (CUT) em 1983.

A CUT e o PT ainda vivenciavam seu modelo originário de desenvolvimento de interesses e lealdades quando Lula elegeu-se deputado federal por São Paulo em 1986 com 651.763 votos, o maior montante registrado para uma votação no legislativo até aquele momento. Todavia, a baixa representação política do PT neste período contando com 5 deputados federais, 13 deputados estaduais, 2 prefeituras e 118 vereadores (LAMOUNIER, 1990:187), apenas reafirmou a necessidade de uma estratégia pautada nas greves como instrumento político, tornando-se, inclusive, uma estratégia pedagógica importante para a modelagem da fisionomia organizativa do PT e da CUT como o seu “braço sindical”.

1.2.1. Bases em contraste: o desempenho eleitoral do PT e de Lula (1989-2006)

“A minha briga é sempre esta: atingir o segmento da sociedade que ganha salário mínimo (...). Nós temos que ir para a periferia, onde estão milhões de pessoas que se deixam seduzir pela promessa fácil de casa e comida (LULA apud SINGER, 2012:57).

Apesar de ter ficado em segundo lugar no primeiro turno da primeira eleição presidencial direta no país em vinte e um anos, à frente de outros 20 candidatos, Lula da coligação *Frente Brasil Popular* (PT; PSB e PC do B) é derrotado por Fernando Collor de Melo da coligação *Movimento Brasil Novo* (PRN; PSC; PTR; PST)¹⁵ no pleito eleitoral de 1989.

No primeiro turno das eleições de 1989 contra Collor, Lula obteve 11.622.673 votos, já no pleito de 1994, foi derrotado no primeiro turno quando obteve, 17.112.255 votos contra 34.350.217 de Fernando Henrique Cardoso. Mesmo sendo vencido no primeiro turno das eleições de 1998, quando FHC se reelegeu, Lula e sua coalizão (PT; PDT; PSB; PC do B e PCB) conseguiram 21.475.218 votos, confirmando o crescimento vertiginoso da preferência partidária pelo PT entre os anos de 1989 e 1999 de acordo com afirmação de CARREIRÃO & KINZO (2004:146) e KINZO (2005:67).

¹⁵ Partido da Reconstrução Nacional (PRN) que se tornou o atual Partido Trabalhista Cristão (PTC); coligado com o Partido Social Cristão (PSC); e os extintos Partido Trabalhista Renovador (PTR) e o Partido Social Trabalhista (PST) que se fundiram e formaram o Partido Progressista (PP) foram a base de coalizão para a campanha presidencial de Collor em 1989.

Em 2002, o Partido dos Trabalhadores era o maior partido de oposição na política brasileira quando a coligação *Lula Presidente* (PT; PL; PMN; PC do B e PCB) o elegeu no segundo turno com 52.793.364 votos. Foi preciso, desde a primeira eleição sindical em 1972 (como secretário), trinta anos para que Lula obtivesse capital político suficiente para lograr autorização para liderar o Poder Executivo nacional¹⁶.

Decompondo o voto regionalmente, em 2002, “o percentual de votos em Lula cresce à medida que cresce o número de eleitores por município. Em 2006, nota-se uma inversão, Lula obtém melhor resultado em cidades entre 10.000 e 20.000 eleitores, recebendo 54,3% dos votos válidos no primeiro turno e 64,2% no segundo (NICOLAU & PEIXOTO, 2007:16). No pleito de 2006, Lula teve maior sucesso eleitoral no Nordeste e no Norte do país onde o índice de desenvolvimento humano (IDH) é menor. No primeiro turno, Lula perdeu para Geraldo Alckmin (PSDB) em 11 unidades da Federação (Acre, Roraima, Rondônia, Distrito Federal, Goiás, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, São Paulo, Santa Catarina, Paraná e Rio Grande do Sul). No segundo turno, Lula conseguiu virar em quatro estados (Acre, Rondônia, Distrito Federal e Goiás).

O PT, por sua vez, continuou a sustentar sua base eleitoral no Sudeste e no Sul do país. Sua consolidação como alternativa viável no Poder Legislativo no nível federal e nos níveis Executivos municipais serviu de contraste às derrotas de Lula nas eleições para Collor e FHC.

Tabela 2: Desempenho do PT nas eleições para a câmara dos deputados (1994 a 2006), em número e percentual de votos e em número e percentual de cadeiras

ANO DA ELEIÇÃO	VOTOS		CADEIRAS	
	Nº (milhões)	%	Nº	%
1994	6,0	13,1	49	9,6
1998	8,8	13,2	58	11,3
2002	16,1	18,4	91	17,7
2006	14,0	15,0	83	16,2

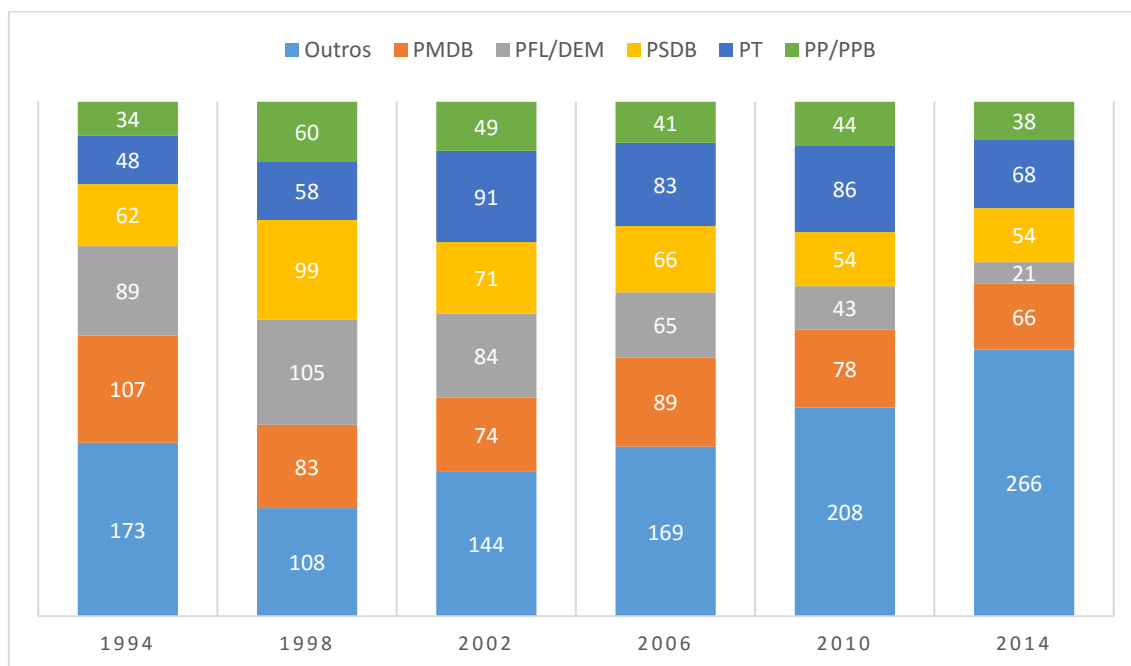
Fonte: adaptado de TERRON & SOARES (2010). Percentuais de votos foram calculados sobre os totais de votos do Partido nas respectivas eleições (1994 – 45,4 milhões; 1998 – 66, 6 milhões; 2002 – 87,5 milhões e 2006 – 93, 2 milhões). Percentuais de cadeiras foram calculados sobre as 513 cadeiras do parlamento.

A tabela acima demonstra que o aumento gradual do montante de votos e cadeiras conquistadas entre 1994 e 2002 sofreu leve queda de 1,5% (8 cadeiras) em 2006 quando

¹⁶ Segue nos anexos desta dissertação os resultados tabelados das eleições de 1989, 1994, 1998, 2002 e 2006, 2010 e 2014.

o PT perdeu pouco mais de 2 (dois) milhões de votos. Em meio a perda de crédito eleitoral, os grandes vencedores foram os partidos criados entre 2005 e 2015 e que foram ganhando espaço no campo legislativo como ilustra o gráfico 1.

Gráfico 1: Composição da Câmara dos Deputados entre 1994 e 2014, em número de cadeiras, das cinco maiores bancadas eleitas (PMDB; PFL/DEM; PSDB, PT e PP/PPB)



Fonte: Câmara dos Deputados. Elaboração própria. O PFL dissolveu-se em 2007 gerando o DEM. O PP fundiu-se ao PPR em setembro de 1995 vindo a dissolver-se em 2003.

Entretanto, para o desenvolvimento de nossa argumentação, julgamos necessário seguir uma trajetória que inicia com o decurso de padronização dos processos internos ao Partido dos Trabalhadores e desagua no hibridismo político contido na junção entre uma política social progressista e uma política econômica conservadora, alimentados pelo reposicionamento da base eleitoral petista e, sobretudo, pelo novo perfil de liderança a que o partido deu origem conforme amalgamava-se aos equipamentos do Estado.

CAPÍTULO II – Do protagonismo ao pragmatismo

2.1. Da heterogênea consciência petista à homeostase organizativa

“(...) no dia em que os dirigentes do PT não puderem mais ir às portas de fábrica, aos locais de trabalho, ou lá onde se luta pela terra, é melhor fechar o PT”. (Discurso de Luiz Inácio Lula da Silva na 1ª Convenção Nacional do Partido dos Trabalhadores, 1981:107-108).

Em sua gênese organizacional o PT é um “partido de massas, amplo e aberto, baseado nos trabalhadores da cidade e do campo”, onde “*quem manda são as bases*” (Programa, 1980, PT, REC: 68, grifo nosso). Como foi dito no capítulo anterior, a liderança dos “sindicalistas autênticos”, ligados à CUT e ao PT, emerge inicialmente de um posicionamento combativo à simbiose entre Estado, partidos e sindicatos, pela afirmação do empoderamento das bases. Não obstante, as estratégias deste itinerário sindicalista alteram-se à medida em que se acentua a relação entre as lideranças petistas e o campo administrativo público.

Assim sendo, acompanhando a interpretação de alguns autores dedicados ao tema da liderança política (PAIGE, 1977; BURNS, 1978; BLONDEL, 1987; TUCKER, 1995; ELCOCK, 2001; MENDEZ, 2013, FOLEY, 2013), entendemos que ao adentrar em uma esfera de regulamentação homeostática, própria ao funcionamento da gestão da autoridade pública, modifica-se também a qualidade da liderança no campo político-ideológico, uma vez que um dos fundamentos da liderança política, admitido em nossa arguição, consiste em restituir a confiança nas instituições políticas¹⁷.

Autores como HUNTINGTON (1975) e O’DONNEL (1996), não escapando de uma definição estrutural e atitudinal sociologicamente orientada já em autores clássicos como Émile Durkheim, afirmam que o fundamento do conceito de “institucionalização organizativa” reside na *capacidade de criar e manter valores e comportamentos regulares partilhados*. Esse processo de rotinização de valores e comportamentos pode ser minimizado a quatro indicadores como o fez HUNTINGTON (1975), ao discernir que um partido político é institucionalizado de acordo com: (1) sua *adaptabilidade ao ambiente externo*; (2) *o grau de complexidade de seu desenho institucional (ambiente interno)*; (3) *a coerência entre suas disposições* e quanto (4) *a autonomia decisional de suas lideranças*.

¹⁷ Seguindo a linha teórica de Max Weber e Pierre Bourdieu.

Os Encontros e Congressos Nacionais do PT são (ou eram) as mais altas instâncias deliberativas “sobre o programa, a estratégia, a tática, a política de alianças e as linhas de construção partidária” (PT, 2001a, p. 30). São, portanto, documentos históricos que indicam a capacidade do partido em infundir seus valores, rotinizar comportamentos e garantir autonomia e coerência entre suas disposições.

Exemplos da *demarcação do território político* dos “novos sindicalistas”, podem ser averiguados em diversos trechos dos encontros e congressos nacionais do PT da “fase inicial” de estruturação do partido, entendendo aqui, por “fase inicial”¹⁸, o período que vai dos documentos pré-PT (1979) até o 10º Encontro Nacional ocorrido em 1995, ano que marcou o início da aliança entre as tendências internas *Articulação Unidade na Luta* e os “moderados” da *Democracia Radical*, configurando-se no núcleo duro do grupo que controlaria o partido ao longo do período analisado nesta dissertação e que ficaria conhecido como *Campo Majoritário*¹⁹ (MENEGUELLO; AMARAL, 2008:11; AMARAL, 2011:15).

Com o intuito de averiguar alguma variação dos *interesses organizativos*²⁰ e do desenvolvimento das *lealdades difusas*, verifica-se que em sua *Carta de Princípios*, divulgada pela Comissão Nacional Provisória em 1º de maio de 1979, é ressaltada a importância dos “novos sindicalistas” para a legitimação dos objetivos organizativos originários:

“Nós, dirigentes sindicais, não pretendemos ser donos do PT, mesmo porque acreditamos sinceramente existir, entre os trabalhadores, militantes de base mais capacitados e devotados, a quem caberá a tarefa de construir e liderar nosso partido. Estamos apenas procurando usar nossa autoridade moral e política para tentar abrir um caminho próprio para o conjunto dos trabalhadores. Temos a consciência de que, nesse papel, neste momento, somos insubstituíveis, e somente em vista disso é que nós reivindicamos o papel de lançadores do PT (Carta de Princípios, PT, REC:50).

¹⁸ Entendemos como sendo a “segunda fase” do desenvolvimento organizacional petista entre o 10º EN (1995) e a Carta ao Povo Brasileiro de 2002, conseqüentemente, a “terceira fase” pode ser compreendida pelos governos Lula e Dilma Rousseff.

¹⁹ Posteriormente nomeada “Construindo um Brasil Novo” (CNB).

²⁰ De acordo com modelo de PANEBIANCO (2005:101), são dois os processos que se desenvolvem, simultaneamente, provocando a institucionalização a partir do modelo originário de legitimação de uma identidade coletiva através de um sistema interno de incentivos (coletivos/seletivos), a saber: “1) O desenvolvimento de *interesses* para a manutenção da organização (próprios dos dirigentes nos diversos níveis da pirâmide organizativa). 2) O desenvolvimento de *lealdades* organizativas difusas”.

Desde a chamada “Tese de Santo André-Lins, aprovada em 24 de janeiro de 1979, no IV Congresso dos Trabalhadores Metalúrgicos, Mecânicos e de Material Elétrico do Estado de São Paulo, na cidade de Lins (SP), não somente o caráter classista anticapitalista serve como incentivo de identificação funcional à estruturação organizativa de um partido formado majoritariamente por sindicalistas do setor de serviços, mas também o compromisso com a democracia em sentido amplo e restrito à sua cultura organizativa.

A ligação com as bases constitui elemento central para o entendimento sobre a posterior transformação da estratégia gradualista²¹ de “acúmulo de forças” ou da tese gramsciana de “construção da hegemonia” que, oficialmente, emerge no *corpus* textual dos documentos oficiais do partido a partir do 3º EN realizado em abril de 1984 (IASI, 2012:393). A despeito deste necessário “acúmulo de forças”, o partido recusou-se a participar do Colégio Eleitoral que elegeria o presidente Tancredo Neves em 1985 *isolando-se de qualquer coalizão governista*.

O 5º EN (1987) seria o marco histórico que caracterizaria o início do processo de exclusão de tendências internas, como foi o caso da “*Causa Operária (CO)*” e da “*Convergência Socialista (CS)*”²². No 6º EN (1989), avolumando uma discussão trazida dos encontros precedentes, a multifacetada “*consciência petista*”, abdica definitivamente do molde leninista de partido, rejeitando “a concepção burocrática e a visão do partido único” (PT, REC:401).

Concomitante à assimilação de uma racionalidade política orientada à sobrevivência organizacional, obrigando alterações significativas na linha política do partido, a partir do 4º Encontro Nacional (1986), às vésperas da segunda eleição legislativa geral a que o partido participaria, decide-se aceitar a adoção de uma *mentalidade de governo*, ou seja, de uma racionalidade orientada pelo cálculo econômico de utilidade das ações governamentais como grande “*instrumento de convicção política*”.

O 5º EN (1987) foi decisivo para a “distribuição de incentivos coletivos de identidade”²³ a respeito do papel dos trabalhadores enquanto “classe hegemônica e

²¹ A exemplo da crítica de Lênin aos trabalhos publicados de Karl Kautsky (gradualismo) e de Eduard Bernstein (reformismo-revisionismo), IASI (2012:479-480), que saiu do PT para concorrer à Presidência da República em 2014 pelo PCB, afirma que a *doutrina oficial do PT é um híbrido das teorias gradualistas de Kautsky e do reformismo revisionista de Bernstein*.

²² A Convergência Socialista posteriormente à sua expulsão do PT veio a organizar-se em outro partido, o Partido Socialista dos Trabalhadores Unificados (PSTU), fundado em 1993.

²³ São os interesses organizativos relacionados aos objetivos oficiais do partido Cf. PANEBIANCO (2005:48).

dominante no poder do Estado” (PT, REC:312). A tese-guia, apresentada por José Dirceu da *Articulação Unidade na Luta*, intitulada “*Por um PT de massas, democrático e socialista*”, obteve 214 votos, indicando um processo progressivo de centralização partidária de forma que a cada encontro a corrente majoritária normalmente aprovava as teses-guias, restando à esquerda partidária, “disputar emendas aditivas, supressivas, substitutivas ou de redação à tese-guia” (SECCO, 2015:97).

A adoção de *uma racionalidade própria ao jogo político delimitador das práticas internas do partido*, fruto desta centralização partidária tida como necessária à lógica do mercado eleitoral, reterritorializou a noção gramsciana de “acúmulo de forças”, desembocando na estratégia franca de solidificação de uma vasta aliança partidária estendendo-a a grupos dissidentes antes tidos como inimigos políticos por constituírem-se em aliados dos grandes adversários dos trabalhadores, ou seja, “os credores internacionais, os latifundiários, os banqueiros, os grandes oligopólios, além dos grupos privados, associados à burocracia civil e militar, que controlam o Estado brasileiro” (6º EN – PT, REC:398).

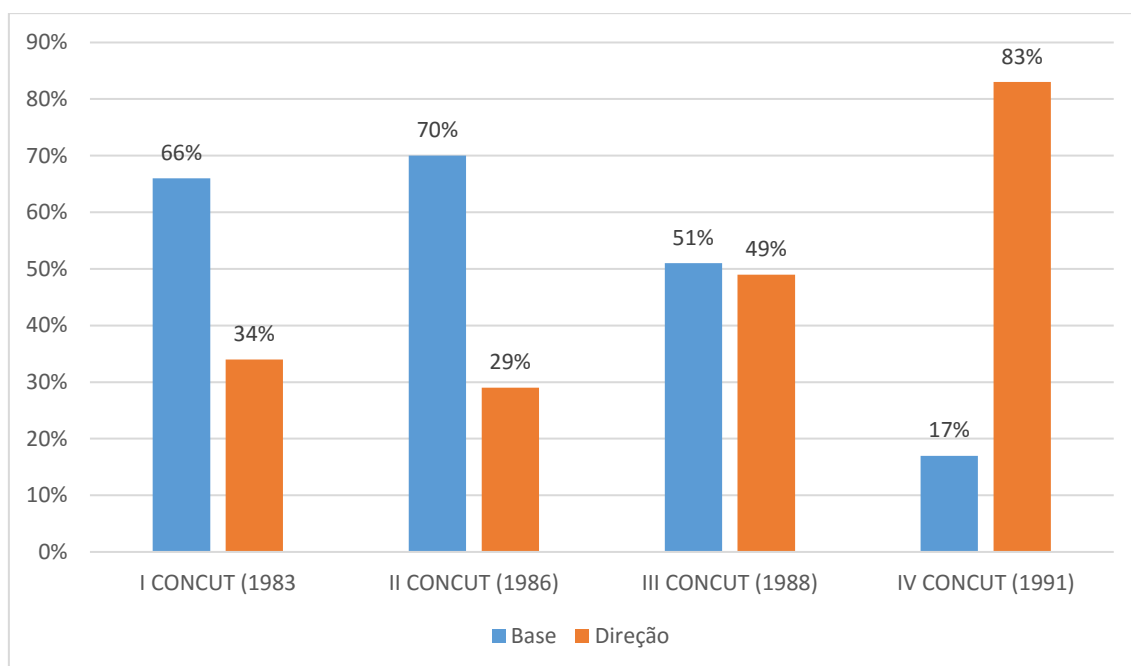
As coligações partidárias e os programas de governo traduzem o processo de racionalização dos discursos e das práticas no Partido dos Trabalhadores em função do aumento da dependência estrutural do Estado. A prova desta racionalização, própria à constituição e manutenção da oficialidade da autoridade pública veio nos anos 1990, trazendo uma visível desideologização acompanhada da afirmação da capacidade de liderar a gestão do governo e resolver os problemas concretos da população (AMARAL, 2003).

Tal qual na trajetória do PT, percebe-se também na trajetória da CUT uma tendência à estabilização organizativa. Neste processo, estabeleceu-se um dualismo entre um bloco combativo, formado pelos “sindicalistas autênticos” e as “oposições sindicais”, e outro formado pela Unidade Sindical. O bloco combativo que fundou a CUT defendia uma Central formada por sindicatos oficiais, oposições sindicais e associações de trabalhadores. A Unidade Sindical defendia a participação apenas no interior da estrutura sindical oficial formada somente pelos sindicatos oficiais e pelas federações e confederações em âmbito estatal (RODRIGUES, 1993:56; OLIVEIRA, 2002:130; TEIXEIRA, 2009:21).

No 1º CONCURTO (1983), a chapa 1 de Jair Meneguelli, apoiada diretamente por Lula e pelos “autênticos”, obteve 27.535 votos contra 2.901 votos da chapa 2 de Osmar Mendonça (Osmarzinho) ligado ao PCB e mais próximo à Unidade Sindical. Em 1983,

65,9% dos delegados provinham das bases e 34,1% das direções sindicais. Todavia, a partir do 3º Congresso Nacional da CUT (1988) torna-se evidente a proeminência da *Articulação Sindical* liderada pelos remanescentes do sindicalismo "autêntico", principalmente do SMSBD do qual Lula havia presidido. No 3º CONCUR (1988) *aumenta-se consideravelmente o número de delegados ligados às direções sindicais* (49%) diminuindo o índice para os delegados vindos da base (51%). No 4º CONCUR (1991), 83% dos delegados são oriundos das direções sindicais, deixando apenas 17% para os delegados vindos da base (TEIXEIRA, 2009:25/35/45/72). O gráfico 2 ilustra essa *inversão no perfil de liderança da CUT* nos anos 1980 como resultado da liderança da *Articulação Sindical*²⁴:

Gráfico 2: Inversão do perfil de liderança da CUT (Base X Direção -1983-1991)



Elaborado pelo autor com base em dados levantados por TEIXEIRA (2009:25-72).

Ainda que somente 7 entre os 38 candidatos paulistas do PT à Câmara dos Deputados em 1982 e apenas 22 dos 67 candidatos à Assembleia Legislativa de São Paulo fossem metalúrgicos, o aumento do número de greves no período de 1985 a 1992, conforme dados levantados por NORONHA (2009:126), apresentados na Tabela 1, confirmam que o PT “nasceu como expressão política da luta sindical” (LULA, 1ºCN,

²⁴ A partir do V CONCUR (1994), a Central não divulga mais a relação numérica dos delegados da base e da direção dos sindicatos.

1981, PT, REC:107) tendo sua maioria proveniente do setor de serviços (SECCO, 2015:69).

Salientamos que o movimento operário, durante o período de 1985 a 1992, não foi apenas qualificado pela fragmentação da esquerda no cenário político brasileiro. Em 1986, foi criada a União Brasileira dos Empresários (UBE), reunindo mais de 100 entidades patronais que além de apoiar e financiar os candidatos dos partidos governistas, especialmente o PMDB, orientou-se a estabelecer as metas ideológicas da nova direita sindical afeita ao pragmatismo político próprio ao *Business Union*. A UBE combateu às esquerdas defendendo valores liberais como a livre iniciativa, a propriedade privada e a redução do intervencionismo estatal (MACIEL:159). De acordo com DREIFUSS (1989:58:65), a UBE visava eleger, com o apoio de outras entidades patronais, 70% dos constituintes.

A União Brasileira dos Empresários atuava no movimento sindical apoiando alguns nomes do “*sindicalismo oficial*” ligados à União Sindical, como Joaquim dos Santos Andrade, Ary Campista, José Calixto Ramos, e do “*sindicalismo de resultados*”, ligados à Central Geral dos Trabalhadores (CGT) como Antonio Rogério Magri e Luis Antonio Medeiros.

A partir de 1990, também o ambiente externo se altera. Além da derrota no pleito eleitoral de 1989, o declínio do bloco socialista e o avanço do partido em gestões municipais contribuiu para um maior enfrentamento entre as elites internas pela capacidade de “refundar” suas lealdades organizativas. Era preciso, então, ressignificar o “objetivo” socialista do PT.

No 1º Congresso Nacional (1991), arrastando uma inflexão vinda do 7º EN (1990), dá-se a busca pela “atualização do seu projeto histórico, fruto de 11 anos de luta pela democracia e pela igualdade social” (PT, REC:481), objetivando “a reestruturação necessária para adequar o PT a esta nova era e às novas tarefas” (id:483). Em 1991, apresenta-se, textualmente, uma autocrítica ao que foi denominado de “o colapso do socialismo real”.

Questionando os “dogmas” de um socialismo “fundado na estatização dos meios de produção, sob controle democrático (...) radicalmente separado da sociedade civil e com um caráter contrário aos interesses dos trabalhadores” (PT, REC:494), a “ficção histórica” do socialismo real do Leste Europeu passa a ser descartada, dentre outras afirmativas, por partir de uma premissa “*de que seria impossível a um bloco de países*

construir uma sociedade socialista, isolando-se, para isto, do mercado mundial” (PT, REC:495/496, grifo nosso).

Em contraposição a um “*petismo real* em quantidade “exagerada e perigosa”, fenômenos como o *aparelhismo*, o *sectarismo*, as manobras espúrias, a falta de democracia” (id:497, grifo nosso), o “*socialismo petista*”, em resolução aprovada no 7º EN (1990), é reafirmado como um compromisso democrático que se pretende:

“(…) concretizar-se em todas as dimensões do Partido: no seu modo de ser e de organizar-se, nos valores que assume perante a sociedade, no seu relacionamento com os movimentos sociais e com a sociedade civil, nas propostas consubstanciadas em seu programa político, na sua atuação parlamentar e em cargos executivos: enfim, em toda ação cotidiana de cada petista. Dizer isso implica recusar todo e qualquer tipo de ditadura, inclusive a ditadura do proletariado, que não pode ser outra coisa senão a ditadura do partido único sobre a sociedade, inclusive sobre os próprios trabalhadores (PT, REC:499/500).

O “socialismo humanista e democrático” petista, zelador do Estado de Direito, deve ser orientado para a “desestatização da política” pela “socialização dos meios de governar” (id:500). Desse modo, o “devir majoritário” petista não somente constrói a negação da “ideologia do estatismo”, presente na estratégia do socialismo real, mas recusa também o ideário social-democrata como “uma alternativa real aos impasses da sociedade brasileira” (id:502):

“A política social-democrata, do ponto de vista econômico, está baseada num Estado de Bem-Estar Social, que se apropria de parte do excedente econômico, através de políticas fiscais, e o repassa para políticas sociais destinadas a compensar as desigualdades provocadas pelo mercado. Proposta insuficiente num país como o Brasil, de enormes carências sociais, no qual as elites não demonstram nenhum tipo de compromisso com a elevação do nível de vida da população e onde o Estado, falido, conduz uma política que leva à recessão e à fragmentação”. (PT, REC, 502)

Em 1994, o PT “governava 53 prefeituras, 4 capitais (Goiânia, Porto Alegre, Rio Branco e Belo Horizonte), tinha 77 deputados estaduais, 33 deputados federais, um senador e 1.400 vereadores” (SECCO, 2015:162/163). A partir do 10º EN (1995), a visão “híbrida” proveniente das lideranças do *Campo Majoritário/Articulação*, basicamente formada por ex-militantes comunistas, ex-trotskistas e sindicalistas, predomina nas resoluções e teses de congressos, bem como nos programas de governo subsequentes

(MENEGUELLO; AMARAL, 2008:11), substituindo termos como “*anticapitalista*” por “*anti-neoliberal*” (IASI, 2012:507) e validando a conversão para uma linha política “menos politizada” e mais técnica que devia motivar-se pela “*combinação entre o planejamento estratégico estatal e um mercado orientado socialmente*” (PT, REC:501, grifo nosso).

É neste momento que aflora no PT o interesse de efetivamente “reelaborar sua estratégia de poder” (PT, REC:617) através de um projeto alternativo ao neoliberalismo, isto é, um projeto nacional de desenvolvimento racionalmente alicerçado de forma mais objetiva na *teoria econômica estruturalista* em contraste à *teoria econômica neoclássica*.

Nas resoluções do 10º EN (1995), a nova direção do *Campo Majoritário* ainda criticava a “primazia da luta interna sobre a luta política e social”, compreendendo a direção da tendência “*Articulação de Esquerda*” entre 1993 e 1995, como “*frequentemente irracional*” (PT, REC:633, grifo nosso), somando a “representação das tendências internas” sem expressar “a inserção social do PT”, desempenhando de forma ineficiente “*as tarefas que uma direção deve desempenhar*” (id:634, grifo nosso).

Seguimos a literatura e concordamos que o 10º EN (1995), representa um momento emblemático na história do partido, pois além de prescrever a “superação de sua crise de governabilidade” (id.), o partido deveria agora constituir uma direção que representasse e fosse “*expressão da base social e eleitoral do Partido*” (id:634, grifo nosso), mantendo um caráter nacional “para além das tendências” (id.).

No 12º EN (2001), além de se estabelecer uma metodologia para a formulação do programa de governo “Um Brasil para Todos” (2002), tendo como critério primordial “*a experiência de governos*” nas esferas estaduais e municipais (PT, 12º EN:42)²⁵, alimentado por sua base social e eleitoral, o partido apoia a construção de alianças com “*a coalizão conservadora que sustenta o modelo neoliberal*”(id:13), autorizando o diálogo com o Partido Liberal (PL)²⁶ e com setores do Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB).

Também no 12º EN (2001), substitui-se um “*projeto de classe*” por um “*projeto nacional*”, no qual um “novo contrato social” deve ser estabelecido para enfrentar um “projeto neoliberal” desmantelador do Estado de Direito. A construção de alianças com

²⁵ Cf. XII Encontro Nacional disponível em: <http://csbh.fpabramo.org.br/uploads/resolucoes-xii-encontro.pdf>. Pg. 42, grifo nosso.

²⁶ Pela fusão do Partido Liberal (PL) com o Partido da Reedificação da Ordem Nacional (PRONA), emerge o Partido da República (PR), homologado no Tribunal Superior Eleitoral no dia 21 de dezembro de 2006.

a “coalizão conservadora” ou de um amplo pacto estratégico com a burguesia nacional; com os “*empresários produtivos de qualquer porte*”²⁷, para a “construção do novo modelo de desenvolvimento”(PT, 12º EN:38), denuncia a qualidade de uma liderança política que ao longo do processo de racionalização de suas disposições, com excessão dos latifundiários inativos (rentistas) e dos “especuladores” financeiros, acolhe todos os atores sociais como aliados de seu projeto de poder (IASI, 2012:512).

Isto é, todo e qualquer capital produtivo é abraçado *pela* “mentalidade de governo”, os antigos grandes adversários (6º EN – PT, REC:398) são revistos a despeito da estratégia de governabilidade “possível”. Dá-se em 2001, um grande salto rumo ao processo de despolitização de uma associação política que, ao se mesclar ao Estado, assume uma “ideologia” de Estado.

A expressão da base social e eleitoral pela sustentação de um projeto alternativo ao governo neoliberal de FHC, deveria estar pautada em três eixos fundamentais que surgem no corpo textual do Programa de Governo de 2002:

“- o *nacional*, que buscará uma nova ordem internacional, onde cada país terá presença soberana;
 - o *social*, que entende o problema da exclusão social da maioria da nossa população
 - o *democrático*, que reforme radicalmente nosso sistema político, amplie e garanta a cidadania e os direitos humanos e estabeleça mecanismos sólidos de controle do Estado pela sociedade” (PT, REC:660).

Ainda que as resoluções do 11º EN (1997) e do 12º EN (2001) deixem claro uma espécie de “*gradualismo*”, onde o “*eixo democrático*” está subordinado ao “*eixo social*”, concordamos com IASI (2012:512) de que é um “*quarto eixo*” que determina a probabilidade de sucesso ou fracasso dos anteriores, a saber: a *aceleração do crescimento econômico tendo como foco o social “economicamente ativo”, depositando no mercado de trabalho e consumo internos, o centro desta atividade “social” a ser governada.*

²⁷ Resoluções XII EN, disponível em: <http://csbh.fpabramo.org.br/uploads/resolucoes-xii-encontro.pdf>. Pg. 38, grifo nosso.

“A aceleração do crescimento econômico, acompanhada de distribuição de renda e riqueza, permitirá integrar expressivos contingentes da população brasileira ao mercado (...) É preciso, pois, criar condições, proporcionar recursos, para que a população excluída possa transitar para uma situação de inclusão social. Propõe-se, nesse sentido, um amplo programa integrado de inclusão social que, superando as abordagens setoriais ou compensatórias, trate o acesso à inclusão social plena como um direito de cidadania, em suas várias dimensões (PT, 12ºEN, REC:31)²⁸.

Desse modo, segundo leitura de PANEBIANO (2005:41-65) acerca da distribuição de “*incentivos coletivos de identidade*”, a função de “*demarcar o território político*” externo à estrutura organizacional do partido não se descola da necessidade de controle endógeno das “*zonas de incerteza*” pela distribuição de “*incentivos de seletividade*” (cargos, salários, *status*). O controle das “*zonas de incerteza*”, portanto, passa pelo enfrentamento de elites internas, possibilitando afirmar que os “*jogos de poder verticais*” (líder-seguidor) “são a precondição, ao menos lógica, dos jogos de poder horizontais” (negociações entre líderes) e que “os êxitos das negociações entre os líderes dependem dos êxitos das negociações entre líderes e seguidores (PANEBIANO, 2005: 47).

A desconstrução da democracia interna do PT, confirmada pela alteração das regras de competição interna no Estatuto de 2001²⁹, esclarece a passagem de um *partido de massas* à um *partido profissional-eleitoral* tal qual proposta desenvolvida por PANEBIANO (2005:509-520) ou o modelo de *partido cartel* de KATZ & MAIR (1995;1996) conforme explicitado pelo quadro 1.

²⁸ Resoluções do 12º Encontro Nacional (2001). Diretório Nacional do Partido dos Trabalhadores, Disponível em: <http://csbh.fpabramo.org.br/uploads/resolucoes-xii-encontro.pdf>. Pg. 31.

²⁹ Estatuto 2001. Disponível em: <http://www.justicaeleitoral.jus.br/arquivos/estatuto-do-partido-de-11-3-2001-resolucao-tse-no.2002>.

Quadro 1: Modelo comparativo de Partidos (burocrático de massa/profissional eleitoral)

PARTIDO BUROCRÁTICO DE MASSA	PARTIDO PROFISSIONAL-ELEITORAL
Centralização da burocracia	Centralização dos profissionais
Competição político-administrativa	Competências especializadas
Partido de filiação (<i>membership</i>)	Partido eleitoral
Ligações organizativas fortes	Ligações organizativas fracas
Apelo ao eleitorado fiel	Apelo ao eleitorado de opinião
Predominância dos dirigentes internos	Predominância dos representantes públicos
Direções Colegiais	Direções personalizadas
Financiamento por meio de filiação e atividades colaterais	Financiamento por meio de grupos de interesse e fundos públicos
Ênfase na ideologia	Ênfase nos problemas (<i>issues</i>) e na liderança
Centralização dos crentes no interior da organização	Centralização dos carreiristas e dos representantes de grupos de interesse no interior da organização

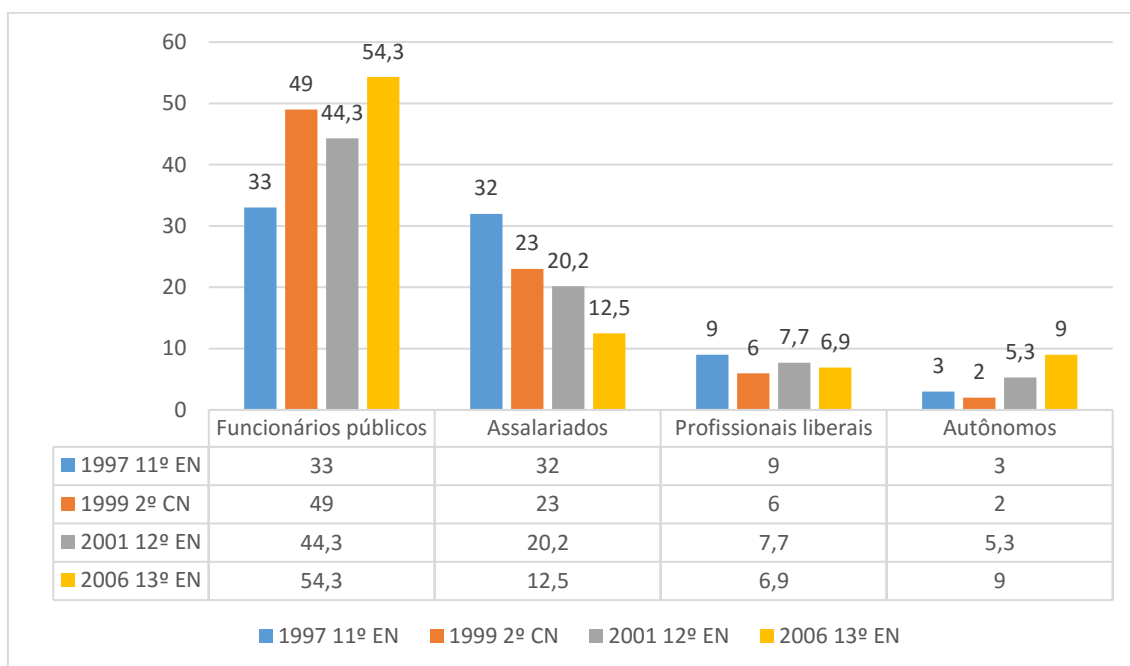
Fonte: PANEBIANCO (2005:514).

A comprovação da hipótese de desconstrução da democracia interna do PT e sua relação com a racionalização da sua *linha política*, pode ser constatada também pela mudança no perfil dos delegados partidários.

2.2. O novo perfil social da liderança petista e a reterritorialização de sua base de apoio

Segundo referência obtida pela pesquisa sobre o perfil dos delegados do PT (Delegados-PT/FPA 1997, 2001, 2006), realizada pela Fundação Perseu Abramo, no 11º EN (1997), 2º CN (1999) e no 13º EN (2006), com dados também avaliados por MENEGUELLO & AMARAL (2008); AMARAL (2010; 2011a; 2011b) e RIBEIRO (2010), “houve um aumento significativo na porcentagem de funcionários públicos constituindo o grupo sócio ocupacional mais numeroso no partido, crescendo de 33% para 57,1% do total de delegados entre 1997 e 2006” (MENEGUELLO & AMARAL, 2008:13) em antinomia, segundo dados apresentados no gráfico 3, com uma redução gradual do número de delegados assalariados, de 32% em 1997 para 12,5% em 2006.

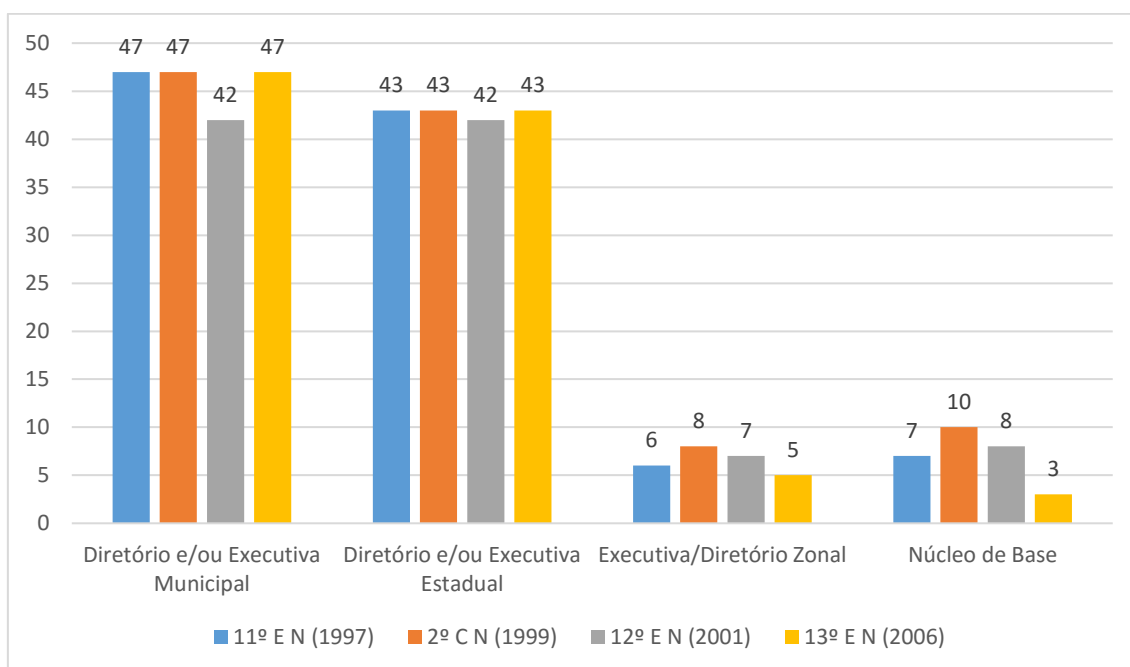
Gráfico 3: Situação de Trabalho dos delegados petistas (%)



Fonte: adaptado de AMARAL, 2010:90.

Atestando os dados levantados por RIBEIRO (2010:158) e por AMARAL (2011b:9) entre 1997 e 2001, a porcentagem de lideranças que pertenciam a algum Núcleo de Base variou entre 7% e 10%, caindo a 3% no ano de 2007 como demonstra o gráfico 4.

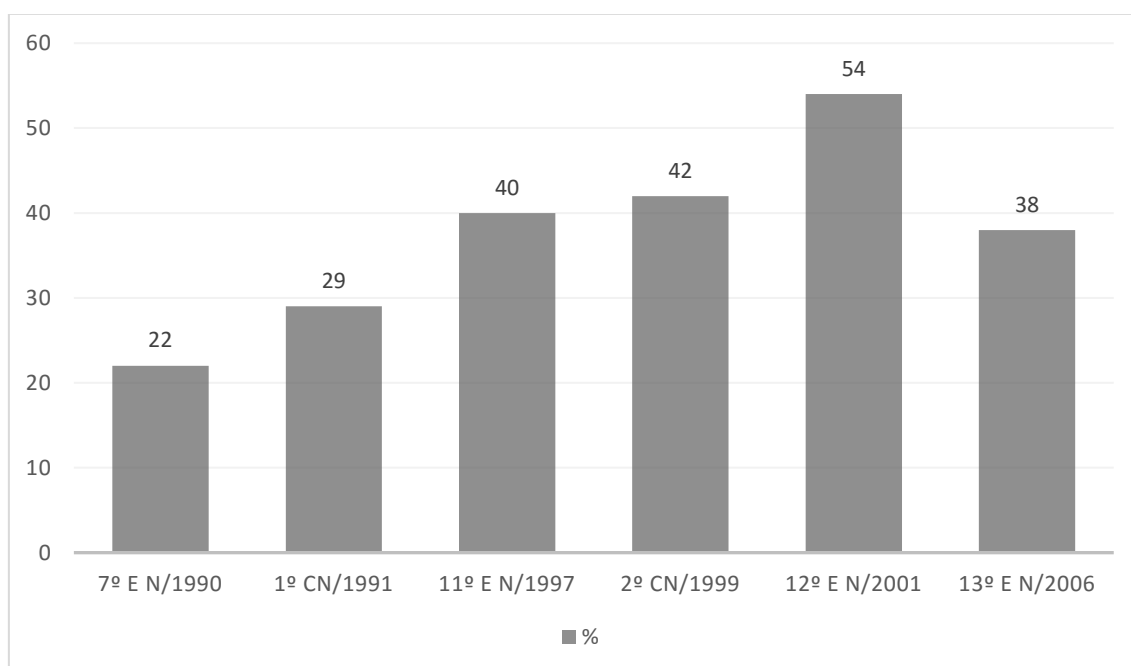
Gráfico 4: Participação dos delegados petistas em instâncias partidárias (%)



Fonte: adaptado de RIBEIRO (2010:145)

O gráfico 5 revela similarmente que no ano de 2001, a despeito do sucesso eleitoral do partido, aumentou-se o índice de delegados que ocupavam cargos eletivos ou de confiança nos poderes Executivo e Legislativo de 29%, em 1991, para 54%, seguido do baixo desempenho eleitoral da legenda em 2006, voltando a patamares abaixo dos atingidos na década de 1990.

Gráfico 5: Delegados Petistas em cargos públicos: mandatos eletivos e cargos de confiança (%)



Fonte: RIBEIRO (2010:147).

Além da predominância de delegados do sexo masculino (80%) com pequena variação entre 1999 e 2006, ambas as pesquisas apontam também para a *dificuldade de renovação dos quadros do partido*. “Em 1997, 18% dos delegados tinham até 30 anos. Esta porcentagem caiu para 14% em 1999, atingindo 11,2% em 2006. Já o porcentual de delegados com mais de 40 anos subiu de 32% em 1997, para 38% dois anos mais tarde, alcançando 59% em 2006” (id:13). “Apenas 5% dos delegados passavam dos 50 anos em 1997, no 13º EN (2006), passam a totalizar 1/5 (um quinto) do total”. (RIBEIRO, 2010:150).

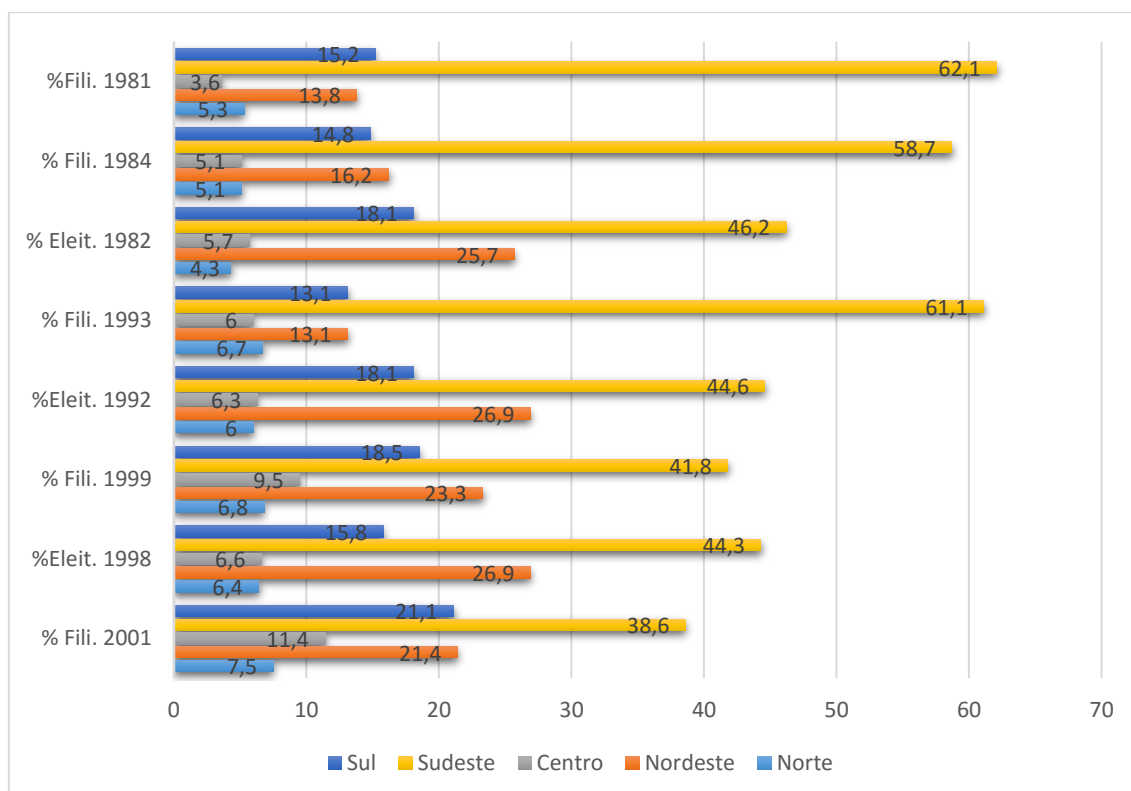
A exemplo do Partido Social-Democrata alemão, que chegou a conquistar mais de um milhão de membros em 1914 (Duverger, 1980: 103), obtendo financiamento majoritário por meio dos militantes filiados, o Partido dos Trabalhadores, através de sua Secretaria de Filiação e Nucleação, em seu 2º EN (1982), estabeleceu metas de filiação pretendendo atingir um milhão de membros organizados em ao menos 40% dos

municípios de cada estado até julho de 1982, colocando os Diretórios Estaduais (DE) na obrigação de sistematizar a situação organizacional do partido (KECK, 1991:128).

A agremiação levou vinte anos para realizar essa meta. Em 2003, o PT contava com algum tipo de representação em Comissões Provisórias Municipais (CPMs) e /ou Diretórios Municipais (DMs) em 83,1% dos municípios do país, atingindo 96% de representação em 2010 (AMARAL, 2011:17).

Quanto à distribuição dos dados de filiação, a região Nordeste, segundo maior colégio eleitoral do país, deixou de ser sub-representada quando em 2008 passou a contar com 26% dos filiados e 27,1% do eleitorado nacional. Os dados levantados por AMARAL (2011a:5), denotam que o *PT não é mais um partido com sobre-representação em grandes centros urbanos conforme apontado nos estudos organizativos realizados nas décadas de 1980 e 1990* por MENEGUELLO (1989:80) e KECK (1991:128), tendo aumentado entre 2006 e 2008 o número de filiados nos municípios com menos de 200 mil eleitores. “O PT elegeu, em 1996, vereadores em 21% das cidades brasileiras e, em 2008, obteve representantes em 47% dos municípios”.

Gráfico 6: Porcentagem de filiados ao PT e eleitores por região (1981-2001)

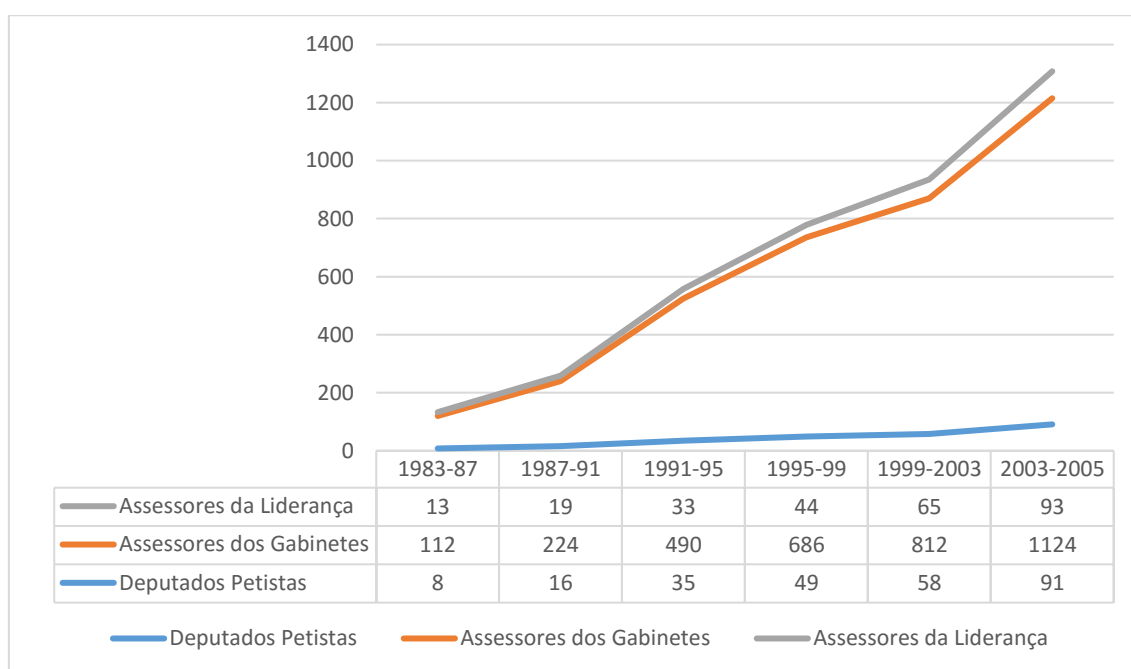


Fonte: AMARAL (2011a:11).

Mais importante para o nosso argumento são os dados relativos ao crescimento exponencial dos assessores parlamentares petistas na Câmara dos Deputados e a relação com o perfil dos delegados ou lideranças intermediárias representadas nos encontros e congressos nacionais.

A quantidade total de assessores parlamentares do PT na Câmara dos Deputados, segundo dados demonstrados no gráfico 7, cresceu dez vezes entre a primeira legislatura considerada (1983) e a última (2005).

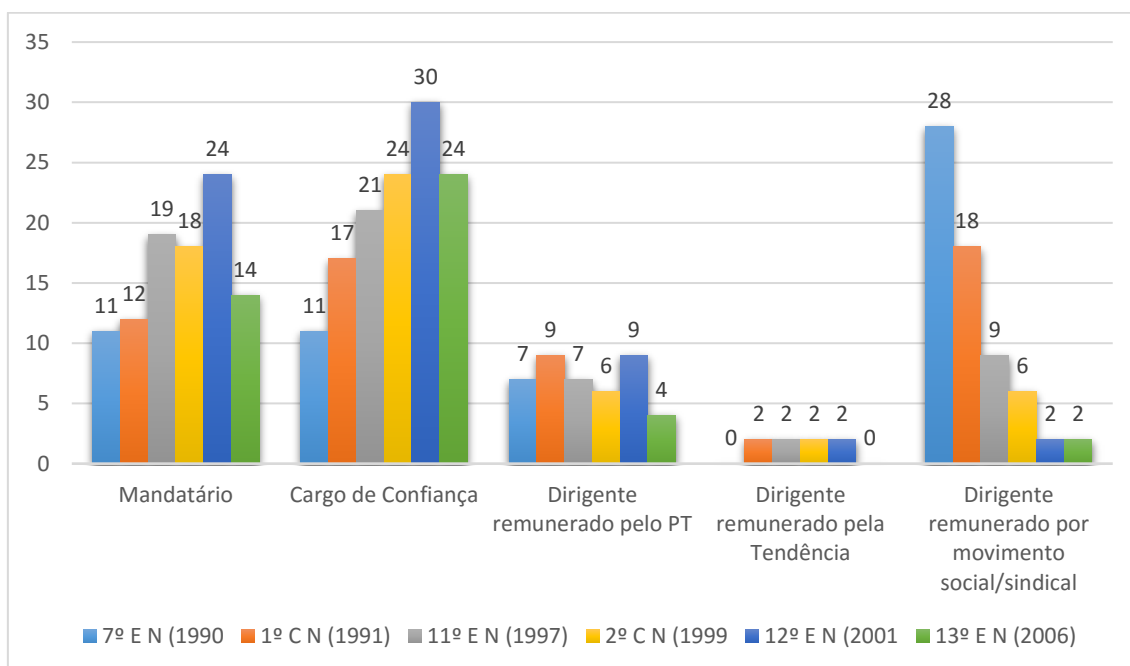
Gráfico 7: Assessores do PT na Câmara dos Deputados (1983-2005)



Fonte: adaptado de RIBEIRO (2010:154).

Além da oscilação para baixo do número de delegados remunerados pelo partido, no gráfico 8, nota-se ainda a redução acentuada de delegados profissionalizados por movimentos sociais e/ou sindicais de 28% no 7º EN (1990) para 2% no 13º EN (2006) ilustrando também os efeitos do baixo resultado das eleições para a câmara dos deputados em 2006 por meio da queda do percentual de dirigentes petistas remunerados por mandatários de 24% em 2001, para 14% em 2006 e de delegados remunerados por cargos de confiança de 30% em 2001, para 24% em 2006.

Gráfico 8: Profissionalização política dos delegados petistas (%)



Fonte: adaptado de RIBEIRO (2010:146)

Além da relação imprescindível com a prática parlamentar ter transformando sua cultura e estrutura organizativa, outro aspecto é fundamental para o entendimento do PT enquanto um *partido profissional-eleitoral*. No 2º EN (1999), foi aprovada a implementação do *Processo de Eleições Diretas (PED)*³⁰. Tal inovação institucional, constitui elemento relevante para a participação dos filiados na vida partidária da agremiação, pois altera, sobremaneira, sua estrutura de distribuição de incentivos organizativos.

Efetuiu-se um processo de filiação “por cima” através de campanhas de filiação coletiva que tinham por objetivo maximizar a quantidade de delegados enviados pelos municípios ao Encontro Estadual e/ou Municipal e fortalecer o grupo político na direção municipal/zonal (RIBEIRO, 2010:273; AMARAL, 2010:128). A partir de 2001, configura-se uma *alteração do princípio de representatividade na estrutura organizativa interna do PT com a implementação do Processo de Eleições Diretas (PED)* esvaziando os Encontros como instrumentos de convicção política.

A direção do *Campo Majoritário*, usufruiu do mesmo recurso discursivo sobre a afirmativa de otimização das bases presente na fundação do partido, contudo, a partir do

³⁰ O artigo 26 do Estatuto de 2001, estabelece que: “É de 1 (um) ano o prazo mínimo de filiação partidária para votar ou ser votado no Processo de Eleição Direta (PED) das direções partidárias, na escolha de delegados, nos Encontros ou nas Prévias”, estando ele em dia com suas obrigações financeiras (art.129).

10º EN (1995), as tendências minoritárias e, com isso, seus militantes ativos foram perdendo capacidade de influência nos processos internos. “A posição dos moderados era de que o processo decisório baseado em Encontros não era efetivamente representativo do conjunto dos membros do PT por privilegiar os grupos organizados, o que acabava por afastar o partido de segmentos mais amplos da sociedade” (AMARAL, 2011b:20).

Nesse ponto específico, o Processo de Eleição Direta (PED) acabaria por “nivelar” o perfil do filiado não integrado a algum grupo organizado internamente. A representatividade, por conseguinte, acabou tendo sua fonte numa espécie de “*filiado-difuso*”, ou seja, num *militante de opinião com baixa intensidade de participação na dinâmica do partido*, em tese, afeito a posições políticas mais moderadas.

Mais importante do que esse nivelamento do perfil do filiado, para RIBEIRO (2010:276), o PED constitui um instrumento institucional em favor de *práticas clientelistas* como o “transporte gratuito de filiados, a quitação coletiva de contribuições e o pagamento de refeições”. Tais práticas teriam se propagado por todo o país por ocasião dos PEDs de 2001 e 2005, consolidando, tal qual assertiva de WEBER (2004 (II):555-556) sobre o sistema partidário norte-americano, um sistema de despojos (*spoil system*) no qual a figura do *empresário da política (boss)*, *manipula a estrutura de apoio às lideranças do partido*. “Sob o aspecto da estrutura decisória, os Encontros foram reduzidos a espaços despolitizados de discussão de emendas sobre conjuntura”, isto é, “a implementação do PED significou, na prática, o fim dos Encontros do PT” (RIBEIRO, 2010:278).

O PED modificou consideravelmente os *atouts*³¹ do poder organizativo petista. Os encontros e congressos representavam seu maior instrumento de prestação de contas (*accountability*). Ao empoderar a “massa desorganizada” de filiados, a coalizão dominante maximizou sua autonomia em nível nacional (id:279). Todas as argumentações a favor da manutenção do PED, realizadas no 5º CN (2015)³² sustentaram-se pela lógica consensualista da eficiência, da agilidade decisional, do controle eficaz por parte do DN. Tendo sua expectativa de poder reduzida, com o objetivo de preparar o partido para “tempos de guerra”, no 5º CN (2015), a urgência na capacitação da agremiação devia reorientar-se para uma “*aliança estratégica com as forças democrático-populares*” combinando “luta institucional, luta social e luta cultural”.

³¹ Tradução: Possibilidades de vitória.

³² Cf. <http://www.pt.org.br/wp-content/uploads/2015/04/TESES5CONGRESSOPTFINAL.pdf>.

Antes mesmo que o processo de *impeachment* de Dilma Rousseff fosse juridicamente acatado, a agremiação já revelava uma disposição para reformular, outrossim, sua linha política e seu projeto de poder.

Na década de 1980 o desenho institucional petista se delineava de forma ascendente, da base à cúpula. A esfera da gestão, com sua peculiar exigência crescente de eficiência e resultados, obrigou o partido a orientar-se *também* em função de objetivos eleitorais (*vote-seeking*) e na aquisição de cargos públicos (*office-seeking*)³³. No entanto, no 5º CN (2015) o partido reconhece que: “*das direções até as bases, é preciso realizar transformações profundas. Precisamos de um partido para tempos de guerra*” (5ºCN:4).

Em meio ao risco real de perder parte dos territórios conquistados no poder público e de potenciais derrotas eleitorais significativas diante de um eleitorado de opinião hostil aos governos petistas em âmbito federal, em 2015, o partido volta a convocar as bases na “luta pela reforma política, apoiando as iniciativas do movimento social e do partido, particularmente a mobilização da campanha do Plebiscito da Constituinte e a coleta de assinaturas da campanha do PT” que vêm sofrendo derrotas ao menos desde o 3ºCN em 2007.

2.3. A política de finanças do Partido dos Trabalhadores

A ausência de um sistema de comunicação eficiente entre os Núcleos de Base (NBs) e os Diretórios Municipais (DMs), além da distribuição de recursos financeiros, dificultou o trabalho dos NBs ao longo da trajetória da agremiação. No artigo 170 do Estatuto de 2001, corroborando decisão tomada no 2º CN (1999), mesmo com o aumento de recursos levantados a partir da gestão da *Articulação/Campo Majoritário* em 1995, foi oficializada a dependência financeira dos NBs aos DMs quando foi retirada qualquer função de arrecadação de fundos dos NBs e instituída a Carteira Nacional de Filiação, emitida de modo centralizado pela Secretaria Nacional de Organização, repassando as cotizações dos filiados diretamente para a Secretaria Nacional de Finanças, tal qual profere os artigos 6º, 11, 174 e 179.

³³ Embora não haja qualquer consenso, nos referimos aqui à tipologia dos modelos de comportamento partidário baseados na teoria da escolha racional, o comportamento motivado pelo voto (*vote-seeking*) majoritariamente transacional; o comportamento motivado pelo cargo oficial (*office-seeking*) voltado para o controle da coalizão partidária que possibilita a sobrevivência e manutenção dos cargos; e o comportamento motivado por políticas (*policy-seeking*) que embora esteja pré-condicionado pelo voto e pelo cargo, busca controlar a agenda política e sua aprovação, sua implementação e sua efetivação. Cf. STRØM (1990).

Ademais, a direção do partido restringiu a participação dos NBs na dinâmica decisória (art.53) e redirecionou-os à lógica da competição eleitoral (plebiscitária). O artigo 129 do Estatuto de 2001, estabeleceu que uma pré-candidatura pode ser aceita em nível municipal acompanhado de assinaturas e votos favoráveis de “ (um) Núcleo devidamente registrado junto à respectiva direção municipal, para cargo de vereador e 30% (trinta por cento) dos Núcleos do município para o cargo de prefeito”. Grosso modo, a partir de 1995, o partido não tinha mais como prioridade efetivar uma política de expansão dos NBs, concentrando esforços em expandir o número de DMs e Comissões Provisórias Municipais (CPMs) (RIBEIRO, 2010; AMARAL, 2011a; 2011b).

Mesmo em vista de inúmeras campanhas de cooptação de novos filiados e do progressivo afrouxamento dos critérios de filiação, o número de filiados nunca foi suficiente para assegurar economicamente suas atividades organizativas. Com o crescimento do partido em todas as esferas, o PT se viu diante da necessidade de manter uma estrutura de financiamento capaz de suprir as demandas de competitividade no mercado político. A eficiência desse processo está associada à uma metodologia de padronização de seus processos internos acelerada após constantes crises de gestão e com o crescente endividamento do Diretório Nacional a partir do ano 2000 (RIBEIRO, 2010:111).

No “Plano de Ação Política e Organizativa do PT” para o período de 1986/87/88, documentado nas resoluções do 4º Encontro Nacional (1986), além de haver uma especial preocupação com a plataforma de governo do partido para os governos estaduais dividido em seis eixos³⁴, “de aplicação viável”, correspondente às reivindicações e “graus de consciência” dos trabalhadores (REC:283, grifo nosso) em um período pré-Constituinte, nas “Propostas Imediatas (VIII-138-143)”, é possível notar uma preocupação com o fortalecimento dos mandatários e cargos de confiança e sua relação com a eficiência na articulação orgânica do partido.

Desde o “Estatuto” aprovado na Reunião Nacional de Fundação do PT, em junho de 1980, nos artigos 10º (V) e 79º (§ 1º; § 2º) até a aprovação da nova política de finanças

³⁴ “1º eixo – democracia, liberdade de organização e manifestação dos trabalhadores; 2º eixo – administração estatal a serviço dos interesses sociais e econômicos dos trabalhadores, avançando para o socialismo; 3º eixo – combate à violência social (crime organizado e *colarinho branco*) e à agressão ao meio ambiente; 4º eixo – promoção da cidadania plena, rompendo com o caráter assistencialista e com práticas de submissão de grupos sociais específicos (mulher, negro, homossexual, idoso, etc.); 5º eixo aplicação prioritária dos recursos financeiros para o atendimento das necessidades sociais; 6º eixo – reformas institucionais (sistema tributário; financeiro; habitação) REC:283-285.

admitida pela Comissão Executiva Nacional em 1988³⁵, a obrigatoriedade da contribuição partidária por parte dos filiados é tida como instrumento essencial para o pagamento dos profissionais do partido³⁶.

No suplemento especial do Boletim Nacional de nº5 publicado em 1982, a previsão de arrecadação e repasse dos 10% do total arrecadado por núcleos, diretório municipal e estadual ao Diretório Nacional não estava sendo cumprida. O Boletim exigia “boa vontade e disciplina partidária, não só a contribuição, mas o *envio* das parcelas previstas às respectivas instâncias organizativas do partido” (BN nº5, pg.1).

No que tange à contribuição compulsória dos filiados ocupantes de cargos eletivos e de confiança no Legislativo e Executivo, o art.80º do Regimento Interno aprovado pelo Diretório Nacional em maio de 1984, delimitou matéria em aberto no art. 80º do Estatuto de 1980³⁷, quando a contribuição mensal dos parlamentares estaduais e federais passou a ser definida em 30% de seus rendimentos (fixos+ variáveis+ sessões extras), devendo os mandatários municipais discutir o montante da parcela de contribuição com seus respectivos Diretórios Municipais.

Dez anos depois, em razão da estratégia de campanha de Lula em 1994 e a demanda pelo custeio das *Caravanas da Cidadania* o Diretório Nacional do partido promoveu um expressivo processo de centralização dos recursos. O Diretório Nacional passaria a receber 12% da arrecadação dos municípios, um aumento de 10% ante os 2% estabelecidos até então (RIBEIRO, 2010:101).

O resultado deste longo processo de centralização de recursos levou, após o 12º Encontro Nacional em 2001, à criação do *Sistema de Arrecadação de Contribuições Estatutárias* (SACE) operacionalizando automaticamente o repasse das contribuições para todas as instâncias agora efetuadas por débito automático diretamente na conta-corrente dos filiados contribuintes com acompanhamento do sistema realizado pela *internet*.

³⁵ Cf. *Nova política de finanças: manual do militante*. Secretaria Nacional de Finanças do PT, São Paulo, 1988.

³⁶ Após a ratificação do novo Estatuto no ano de 2001, foi definido uma tabela, (art. 170): I – de zero a 3 (três) salários mínimos, no valor correspondente à aquisição da Carteira Nacional de Filiação, estipulado pela Secretaria Nacional de Finanças e Planejamento; II – acima de 3 (três) e até 6 (seis) salários mínimos, no valor correspondente a 0,5 % (meio por cento) do salário líquido mensal do filiado; III – acima de 6 (seis) salários mínimos, no valor correspondente a 1% (um por cento) do salário líquido mensal do filiado; (Estatuto, 2001: art.170).

³⁷ “Art. 80º. Os militantes destacados para exercerem funções no âmbito distrital, estadual e nacional, inclusive os parlamentares de cada um desses níveis, fixarão suas contribuições em discussão com os Diretórios respectivos.” (REC:91).

Ainda que o Estatuto aprovado em 2001 em seus artigos 186 e 187 tenha estipulado o repasse de 48% dos recursos do fundo partidário ao Diretório Nacional, RIBEIRO (2010:103-104) demonstra que entre 1996 e 2004, o Diretório Nacional reteve, em média, 51% dos recursos do fundo partidário ou 64% do total dos recursos, maior do que o estipulado pelo estatuto.

Após elaboração estatística própria RIBEIRO (2010:106-108) conclui que, mesmo antes da nova legislação (lei 9.095 de 19 de setembro de 1995), “o PT já se financiava majoritariamente com recursos públicos – principalmente indiretos, captados com os ocupantes de cargos públicos”, tendo o seu ápice em 2003 com o alto desempenho eleitoral da legenda.

Nas eleições de 1998, das 513 cadeiras do parlamento o PT possuía 58 (11,3%), já nas eleições de 2002, passou a possuir 91 (17,7%) um aumento de 56,89%. Ao dominar as fontes de incentivos seletivos advindos do financiamento público direto (fundo partidário) e indireto (cargos, salários, etc.), os parlamentares foram gradativamente obtendo maior capacidade de controle nos “jogos horizontais de poder” potencializando as possibilidades de vitória (*atouts*) na definição da “linha política do partido” e isolando estrategicamente as tendências minoritárias sem representação em órgãos públicos e de outros potenciais centros autônomos de poder.

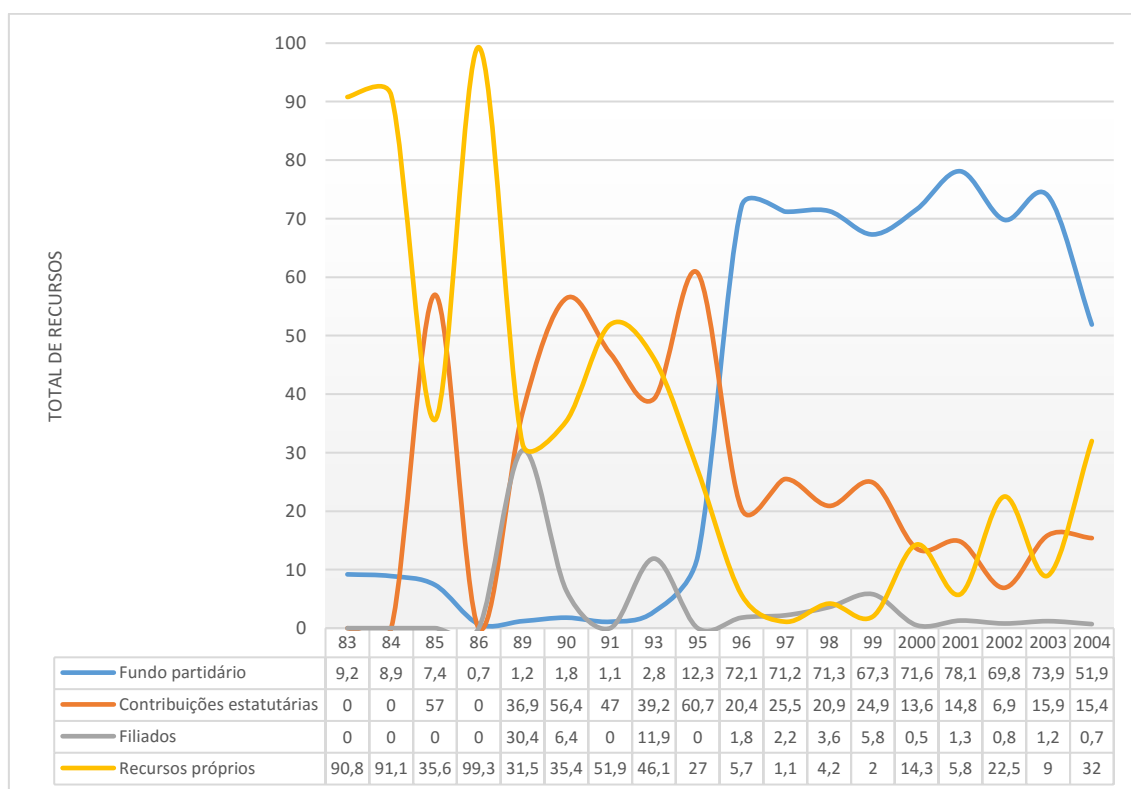
A partir da gestão de Delúbio Soares (2000-2005) à frente da Secretaria Nacional de Finanças e Planejamento, cresceu também o montante de recursos provenientes de doações de grandes empresas feitas diretamente ao Diretório Nacional que já vinham aumentando desde 1994 obtendo um salto significativo no ano de 2004. Nota-se no gráfico 10 que a arrecadação com recursos privados em 1999 era de 2%, chegando a 22,5% em 2002 e 32% em 2004.

O gráfico 9 também ilustra que com exceção do ano de 1985 as receitas do partido até 1989 provinham em grande parte de recursos próprios obtidos em eventos, na comercialização de produtos e das doações de pessoas físicas e jurídicas, somando mais de 90% da receita. A partir das eleições gerais de 1986, que deram ao PT 3,28% das 487 cadeiras na câmara (16 deputados), diminuiu a receita proveniente de recursos próprios para 35,6% e aumentou, em contrapartida, as contribuições oriundas dos parlamentares eleitos e dos ocupantes de cargos de confiança somando 57%, com considerável contribuição dos filiados em razão da campanha eleitoral de 1989, em 30,4%.

Esse padrão de captação de recursos majoritariamente por meio da contribuição obrigatória dos detentores de cargos públicos e dos ocupantes de cargos de confiança, se

mantém com baixa variação entre os anos de 1989 e 1995, antes da promulgação da legislação partidária (lei 9.096/1995). A partir do ano de 1996, sobe para 70% o montante de recursos captados através do fundo partidário divergindo com a queda do montante de recursos provenientes dos ocupantes de cargos públicos a uma média de 17,6%.

Gráfico 9: Fonte de captação de recursos do Diretório Nacional do PT, 1983-2004 (%)



Fonte: adaptado de RIBEIRO (2010:105).

Entre 1996 e 2004, majoritariamente os recursos provinham do Estado, a partir do ano de 2004, com o intuito de maximizar o desempenho eleitoral do partido e, sobretudo, a despeito de um déficit do DN de mais de 20 milhões de reais, aumentou-se o montante de financiadores privados provenientes principalmente de construtoras, bancos e grandes indústrias.

De acordo com os demonstrativos de receitas e despesas do PT entregues ao Tribunal Superior Eleitoral³⁸, na demonstração dos resultados do exercício financeiro do PT em 31/12/2007, do total de despesas registrado em R\$ 37.397.534,11, R\$ 23.080.597,34 são despesas efetuadas com recursos privados, R\$ 14.316936,77 são despesas efetuadas com recursos do fundo partidário. Constatamos que a relação entre

³⁸ http://www.tse.jus.br/internet/partidos/prestacao_contas/arquivos/demonstrativos/pt/pecasPT.pdf

recursos provenientes do fundo partidário e de recursos vindos de doações e contribuições de pessoas físicas, jurídicas, de parlamentares, cargos executivos e de filiados aumenta após o período examinado por RIBEIRO (2010)³⁹.

No demonstrativo de 2002, as receitas advindas do fundo partidário somam R\$ 16.281.428,79, contra R\$ 1.620.016,47 vindas de receitas próprias. Em 2003, verifica-se um salto para R\$ 25.806.565,12 das receitas do fundo partidário contra R\$ 5.556.373,24 das contribuições e doações. No demonstrativo de 2004, R\$ 24.966.462,30 do fundo partidário e R\$ 7.386.716,32 de receitas privadas; no demonstrativo de 2008, R\$ 23.995.607,27 do fundo partidário contra R\$ 15.031.001,96 de recursos privados.

No ano de 2009 verifica-se um crescimento significativo no total de receitas operacionais do partido que antes de 2005 não passavam de R\$ 40 milhões para então, em 2009, a despeito das eleições de 2010, passar a somar mais de R\$ 93 milhões, com R\$ 25.383.914,63 desta receita vinda do fundo partidário e R\$ 66.461.396,58 vindos de doações privadas e contribuições estatutárias.

Nos demonstrativos de receitas e despesas do PT entregues ao Tribunal Superior Eleitoral⁴⁰ após o período analisado por RIBEIRO (2010) e AMARAL (2003; 2010), além do aumento de 62% (R\$ 100 milhões) do orçamento do fundo partidário aprovado pelo Congresso Nacional em 2011⁴¹, nota-se que *as receitas operacionais da agremiação cresceram 449% entre 2007 e 2014*, excluindo o efeito da inflação (IPCA-geral) acumulado no período de 55,25% já durante as gestões de Paulo Ferreira (2005-2010) e João Vaccari Neto (2010-2015).

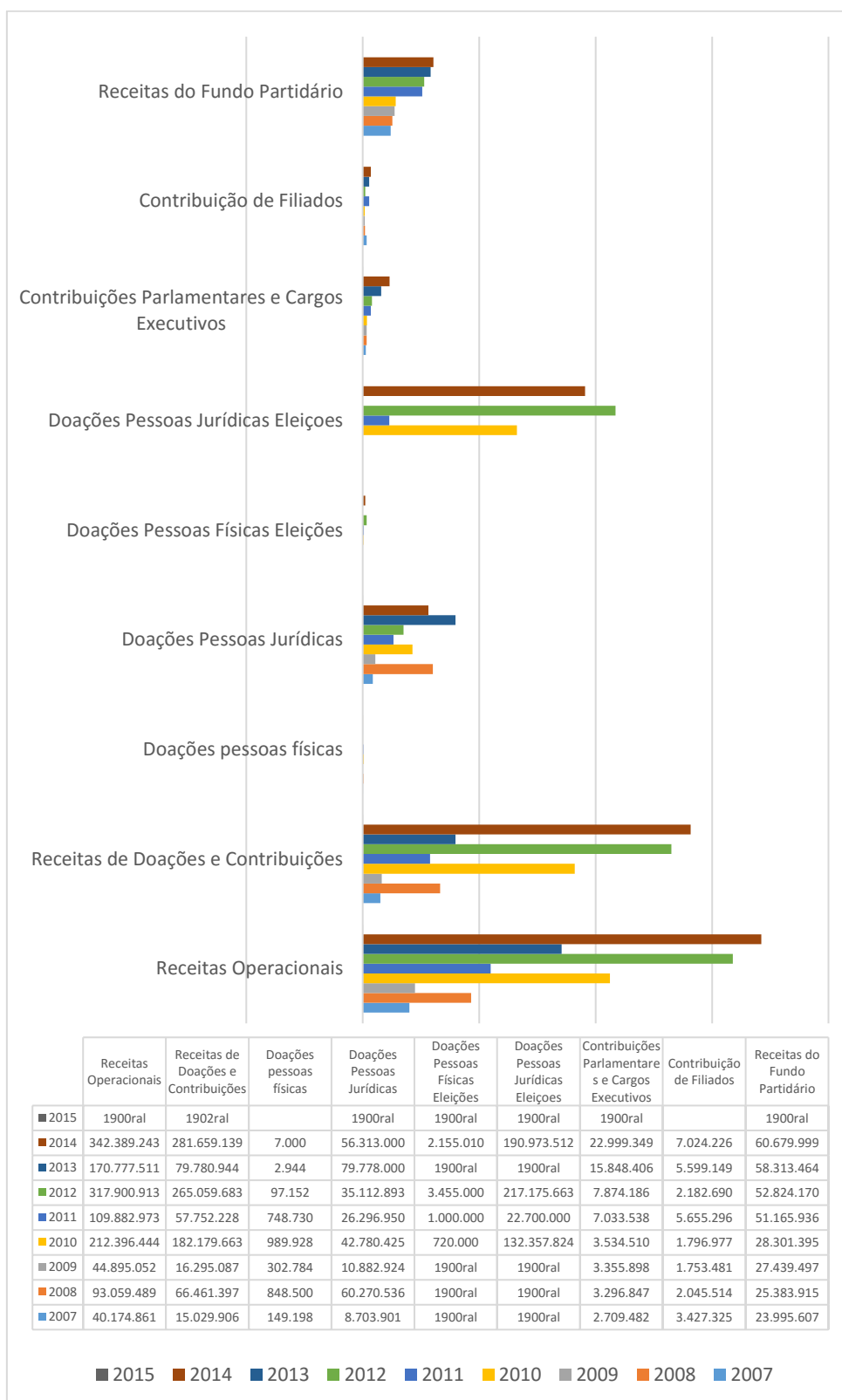
Segue o gráfico sobre as receitas operacionais do PT entre 2007 e 2014:

³⁹ O maior montante das análises de RIBEIRO (2010) sobre as finanças do PT data até o ano de 2004.

⁴⁰ Disponível em: <http://www.tse.jus.br/partidos/contas-partidarias/prestacao-de-contas-partidarias>.

⁴¹ Cf. FOLHA DE SÃO PAULO: Fundo partidário será R\$ 100 mi maior. São Paulo, 15 de janeiro de 2011. Disponível em <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/poder/po1501201112.htm>.

Gráfico 10: Receitas operacionais do PT (2007-2014)



Fonte: elaboração própria a partir os demonstrativos de receitas e despesas entregues pelo Diretório Nacional do PT ao Tribunal Superior Eleitoral. Disponível em: <http://www.tse.jus.br/partidos/contas-partidarias/prestacao-de-contas-partidarias>.

Nos demonstrativos de doações recebidas, grandes construtoras, empresas de engenharia nos mais diversos segmentos, empresas de assessoria de crédito, dos menores aos principais bancos atuantes no país configuram entre alguns dos mais destacados *agentes de influência sobre os parlamentares e membros do poder executivo nos três níveis de governo*. Os cargos executivos e de confiança, de acordo com os dados levantados entre 2007 e 2014, contribuem financeiramente bem menos tendo como relação os dados de receitas de doações frente ao de contribuições estatutárias obrigatórias a partir de 2007.

Conforme o gráfico 10 aponta, no ano de 2007, as doações de pessoas jurídicas eram de R\$ 8.703.901,00, chegando a atingir R\$ 79.788.000,00 no demonstrativo referente ao ano de 2013 em razão da reeleição de Dilma Rousseff. Entre as eleições de 2002 e 2006, a relação entre o montante de doações de pessoas jurídicas ao partido não chegou a 70% do total de receitas de doações e contribuições, já entre os períodos eleitorais subsequentes, o montante chegou a 72,5% em 2010 e 81,8% no ano de 2012, recuando apenas após as eleições de 2014 (67,6%) voltando a patamares anteriores à chegada do partido ao cargo máximo do Poder Executivo nacional.

De fato, o montante das contribuições de parlamentares e de cargos executivos também aumentou neste período, mas quando calculados em relação ao total de receitas de doações e contribuições em 2007, um ano após a reeleição de Lula, era de 13,3% frente aos 53,3% provenientes das doações de pessoas jurídicas, já no ano de 2008, o valor total das receitas de doações e contribuições chegou a R\$ 66.461.396,58, destes, R\$ 60.270.535,72, isto é, quase 90% vinham de doações de pessoas jurídicas.

No ano de 2011, 7% do valor total das doações e contribuições vinham de parlamentares e cargos executivos, 8,7% provinham de filiados e de cargos de confiança e 45% de pessoas jurídicas. Em 2012, apenas 3% do valor total das doações e contribuições eram de parlamentares e cargos executivos, 0,75% de filiados e cargos de confiança e 81% de doações privadas. Em 2013, ocorreu um salto no valor total de doações vindas de parlamentares e de cargos executivos de 102% (R\$ 7,8 milhões em 2012 para R\$ 15,8 milhões em 2013). Em 2014, um novo aumento de 45% nesse valor levou a uma contribuição de R\$ 23 milhões proveniente dos parlamentares e de cargos executivos. Entretanto, o total de receitas de doações e contribuições em 2014 somava R\$ 281.659.138,85, sendo assim, esses R\$ 23 milhões provenientes de doações e contribuições de parlamentares e cargos executivos somavam apenas 8,1% do total. Se somarmos de forma separada o montante de doações de pessoas jurídicas contabilizadas

pelo partido apenas para fins eleitorais, 67,6% provinham de pessoas físicas. Caso contemos também o montante de doações de pessoas jurídicas contabilizado como não diretamente ligados às campanhas eleitorais, em 2014, nada mais que 87,5% do total de receitas de doações e contribuições ao partido provinham do capital privado, em 2012, no auge deste processo, esse valor chegou a 95%, não levando em conta, evidentemente, o fato de que o partido possa receber contribuições não contabilizadas.

Recorrente à votação acerca da Lei da Reforma Política⁴², a Câmara dos Deputados, no dia 9 de setembro de 2015, derrubou decisão do Senado Federal sobre a ilegalidade do financiamento privado de campanhas eleitorais. Contudo, no dia 17 de setembro de 2015, o plenário do Supremo Tribunal Federal (STF) declarou inconstitucionais normas que permitem o financiamento eleitoral por pessoas jurídicas, no dia 29 do mesmo mês, a presidente Dilma Rousseff segue o parecer do STF e torna inconstitucional o financiamento privado de campanhas eleitorais por pessoas jurídicas a partir das eleições de 2016, cabendo ao Tribunal Superior Eleitoral (TSE) regulamentar a decisão.

2.4. A profissionalização das campanhas eleitorais

Em documento aprovado no 5º Encontro Nacional em dezembro de 1987, a estratégia eleitoral petista se pautava em “oposição ao Governo Sarney, à Nova República, à transição conservadora e à direita em geral” (REC:343) cujo o objetivo central era “derrotar a Nova República e a direita em todos os níveis (nacional, estadual e municipal); obtendo “saldos políticos, organizativos e eleitorais”, “excluindo composições eleitorais com partidos que dão sustentação à Nova República e ao conservadorismo direitista (PSD, PL, PTB, PFL, PMDB)” (idem:344).

Com exceção de recursos disponibilizados para mão de obra técnica, a campanha de 1989 nos meios de comunicação (TV e Rádio) ocorreu sem colaboração de profissionais do *marketing político* diretamente ligados à Comissão Executiva Nacional. A coordenação nacional da campanha de Lula em 1989, ficou a cargo de Wladimir Pomar, então Secretário Nacional de Formação Política.

Antes do 6º Encontro Nacional (1989) que elegeu as diretrizes do *Plano de Ação de Governo* referente à candidatura de Lula, no 5º EN (1987), além de se anexar

⁴² Cf. A Lei 13.165/2015, alterou o texto nas Leis nº 9.504/1997 (Lei das Eleições), nº 9.096/1995 (Lei dos Partidos Políticos) e nº 4.737/1965 (Código Eleitoral).

resoluções sobre a regulamentação das tendências internas, o partido já acena concretamente para um processo de profissionalização das campanhas eleitorais, ao qual a racionalização do discurso sobre o “grau de consciência da classe trabalhadora” pode ser considerada um subproduto.

Com a vitória de José Dirceu (54% dos votos) na eleição para a presidência do PT documentada no 10º EN (1995), solidificando o *Articulação/Campo Majoritário* na direção do partido, torna-se realidade um embate político interno com o objetivo de “desmistificar” os “males” do *marketing político* ao qual a maioria dos membros do partido, por motivos ideológicos, sempre relutou em utilizar. As derrotas para FHC nas campanhas eleitorais de 1994 e 1998 foram decisivas para esta “tomada de consciência” levando o partido a ampliar sua estrutura de pesquisa; fortalecer o Grupo de Trabalho Eleitoral Nacional (GTE), além de otimizar instrumentos internos de comunicação.

Isso posto, no período eleitoral de 2002, estava em curso um longo processo de racionalização dos discursos subordinados à lógica da profissionalização da campanha eleitoral petista desde a primeira derrota no pleito eleitoral de 1989. O PT inicia uma fase de terceirização de sua estrutura organizacional de comunicação com a contratação da empresa *Comunicação e Estratégia Política (CEP)*, empresariada por Duda Mendonça. Mendonça pôs fim ao modelo das *Caravanas da Cidadania* empregado nas campanhas anteriores. O novo formato desenhado por Mendonça procurou reverter o quadro de rejeição à Lula e às administrações petistas, criando uma eficiente estratégia de *marketing* direcionada a superar a estratégia do *medo* empregada pelos adversários petistas nas eleições de 1989, 1994 e 1998 (CHAIA, 2004; PENTEADO, 2005).

Um dos aspectos potencialmente prejudiciais que qualquer processo de terceirização organizativa pode trazer, de acordo com interpretação de RIBEIRO (2010:125), consiste na incapacidade de submeter os *experts* à mecanismos internos de prestação de contas (*accountability*), inutilizando a liderança de instâncias deliberativas intermediárias. Esse aspecto pode vir a dificultar o controle das “*zonas de incerteza*” pelo qual a identidade partidária e a linha política do partido se coadunam com a pragmática da “conquista de cargos” (*policy seeking – vote seeking – office seeking*).

RIBEIRO (2010:126-136) ressalta que o controle desta “zona de incerteza” é atravessado pela unificação da comunicação partidária. A capacidade de “enquadrar a esquerda” do partido se deu também pela habilidade em reduzir o pluralismo da imprensa petista (id:131).

A adoção de tecnologias de comunicação digital em rede (Portal do PT, Linha Aberta, Rede PT Brasil) implementada nas gestões de Ozeas Duarte como secretário de comunicação (1997-2004) em conjunto com Delúbio Soares (secretário de finanças) e Silvio Pereira (secretário-geral nacional), possibilitou ao partido, além da informatização dos Diretórios em todos os níveis, também a centralização de todo tipo de informação e documentação, fortalecendo os mecanismos de controle do Diretórios Nacional sobre as instâncias subnacionais, incrementando, assim, o processo de intervenção do DN no jogo político vertical e horizontal. “Quanto aos conflitos internos, essas ferramentas acabaram definitivamente com a dependência dos filiados em relação às publicações das correntes de esquerda. A questão da assimetria informacional estava, então, totalmente resolvida” (RIBEIRO, 2010:136).

CAPÍTULO III – A qualificação da liderança: as bases do “lulismo”

3.1. A base não alinhada: a representação eleitoral do “lulismo”

Em 2002, após três derrotas consecutivas para a presidência da República em eleições diretas (1989, 1994, 1998), a coligação *Lula Presidente* (PT; PL; PMN; PC do B e PCB) foi eleita no segundo turno com 52.793.364 votos, reelegendo-se também no segundo turno em 2006 com votação recorde⁴³, data esta, de salutar importância para a compreensão do conceito de “lulismo” segundo interpretação de SINGER (2012:13).

O fato do PT pela primeira vez não ter melhorado o seu desempenho eleitoral em relação a uma “nova base” alinhada a Lula⁴⁴, sobretudo quando cruzam-se dados espaciais como demonstrado por SOARES & TERRON (2008), TERRON (2009) e TERRON & SOARES (2010), fez reemergir interpretações sobre o possível reforço da tradição personalista na política brasileira (BAQUERO, 2007; SAMUELS, 2008a; 2008b).

A hipótese de realinhamento eleitoral proposta por SINGER (2012) e que consistiria na reorientação ideológica de um “subproletariado” pauperizado e desorganizado, ganha relevância no pensamento social brasileiro. O autor define que a

⁴³ Lula (PT) foi reeleito no segundo turno em 2006 com 60,83% (58.295.042) contra 39,17% (37.543.178) do candidato Geraldo Alckmin (PSDB). Cf. TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL. *Repositório de dados eleitorais*. Disponível em: <http://www.tse.jus.br/eleicoes/estatisticas/repositorio-de-dados-eleitorais>.

⁴⁴ No pleito de 2006, Lula teve maior sucesso eleitoral no Nordeste e no Norte do país onde o índice de desenvolvimento humano era menor, o PT, por sua vez, continuou a sustentar sua base eleitoral no Sudeste e no Sul do país. Dados específicos sobre o aumento da base lulista e a diminuição da base petista podem ser consultados em TERRON & SOARES (2010) e HUNTER & POWER (2007).

mudança na clivagem eleitoral teria ocorrido pelo “encontro de uma liderança, a de Lula, com uma fração de classe, o subproletariado⁴⁵, por meio do combate à pobreza através da ativação do mercado interno, melhorando seu padrão de consumo” evitando, contudo, a radicalização política (SINGER, 2012:15).

Não pretendemos aqui testar a hipótese do grau de “diluição dos signos sociais de distinção” a que o Governo Lula-Dilma teria proporcionado. Porém, para o autor, o cerne do lulismo está em representar “a ruptura *real* da articulação social anterior” fundamentada no pacto liberal-autoritário excludente, ao “*deslocar o subproletariado da burguesia*, abrindo possibilidades inéditas a partir dessa *novidade histórica*” (idem:44, grifo nosso). Isto é, o grande mérito qualificador da liderança política de Lula e seu partido à frente do Governo, para SINGER (2012), reside em proporcionar uma *suspensão da estrutural funcionalidade social do subproletariado para as classes médias urbanas* representadas simbolicamente e objetivamente pelo Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB).

Esta perspectiva de uma liderança política enraizada na imagem de Lula como o representante fiel da “massa marginal”, segundo leitura de OLIVEIRA *et alli* (2010), teria contribuído para despolitizar a questão da pobreza e da desigualdade social, fazendo da hegemonia lulista, uma “hegemonia às avessas”; ao invés de exercer um contrapoder frente à hegemonia do grande capital, acabaria por consolidar sua exploração estrutural. Esta “hegemonia às avessas”, entre outros aspectos, seria produto e produtora de um *esvaziamento da dimensão ideológica* como efeito da diluição das diferenças ético-políticas entre partidos e lideranças tal qual foi empiricamente constatado através de estudos eleitorais por HOLZHACKER & BALBACHESKY (2007:304) e CARREIRÃO (2007:332).

Afora uma discussão específica a despeito da efetividade do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social (CDES), tal qual apresentada por SANTOS & GULIANO (2015)⁴⁶, o governo Lula foi alvo de críticas sobre sua política de proteção

⁴⁵ Subproletários são aqueles trabalhadores que “oferecem a sua força de trabalho no mercado sem encontrar quem esteja disposto a adquiri-la por um preço que assegure sua reprodução em condições normais”, a definição é de Paul Singer da qual André Singer se utiliza (SINGER, 2012:77).

⁴⁶ O Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social (CDES) foi criado pela Lei nº 10.683, de 28 de maio de 2003, que estabelece que “ao Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social compete assessorar o Presidente da República na formulação de políticas e diretrizes específicas, e apreciar propostas de políticas públicas, de reformas estruturais e de desenvolvimento econômico e social que lhe sejam submetidas pelo Presidente da República, com vistas na articulação das relações de governo com representantes da sociedade”. De acordo com SANTOS & GUGLIANO (2015:3). “Verificou-se que há constrangimentos para a sua efetividade no que tange a democratização dos processos internos, tais

social por ter efetivado uma clientela economicamente debilitada e politicamente desorganizada, fazendo emergir questões sobre a consequente manutenção de políticas clientelistas e populistas como ação estratégica orientada para o poder, no qual o risco da pobreza, atacada pela lógica dos resultados, inerente à política como gestão do capital, ainda veria nos pobres o objeto e não o sujeito da política.

De acordo como Programa do Governo Lula em 2002: “(...) o motor básico do sistema é a ampliação do emprego e da renda per capita e, conseqüentemente, da massa salarial que conformará o assim chamado mercado interno de massas”. Desde 1995 há, no Brasil, programas municipais de transferência de renda, em 2010, segundo dados do Programa de Informações Básicas Municipais (MUNIC), órgão então vinculado ao Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), 464 municípios, 8,3% do total ou 42,5% daqueles com mais de 500.000 habitantes possuíam algum Programa de Transferência de Renda (PTR)⁴⁷.

O Programa Bolsa Família⁴⁸, destinado a gerar o que os documentos do Ministério do Desenvolvimento Social definem como “renda de cidadania”, até 2014, contemplou mais 12 milhões e 600 mil famílias, representando mais de 50 milhões de pessoas ou 26% da população brasileira. Entre 2004 e 2014, contudo, mais de 4 milhões de famílias deixaram o programa por inúmeros motivos, dentre os quais, por ter atingido a faixa mínima de “renda de cidadania”. ZUCCO (2009:8) demonstra que Lula sempre se deu melhor na obtenção dos votos dos beneficiários do Programa Bolsa Família, mas o “apoio ao governo entre os não-beneficiários do programa foi muito elevado nas regiões menos desenvolvidas do país” (id:19). Ou seja, em localidades onde praticamente inexistente um setor privado da economia em alta atividade, a municipalidade em questão, depende precisamente de algum tipo de programa de transferência de recursos governamentais. “Nestas circunstâncias, as percepções dos eleitores sobre a economia são susceptíveis de serem muito influenciadas pelas transferências de dinheiro, mesmo para aqueles que não

como: (i) ausência de critérios transparentes para escolha de seus integrantes e (ii) baixa capacidade inclusiva do quadro de conselheiros não governamentais. Também quanto à coordenação governamental, a proximidade com a coordenação política de governo e a ausência de articulação com os demais fóruns participativos nacionais comprometeram a capacidade propositiva e o encaminhamento das deliberações do CDES”

⁴⁷ Cf. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome – MDS. “464 municípios têm programa próprio de transferência de renda”. 25/05/2010 – disponível em: www.mds.gov.br.

⁴⁸ Criado em 2003 pela Medida Provisória nº132, convertida em lei de nº 10.836 de janeiro de 2004 regulamentada através do decreto de nº 5.209 de setembro de 2004, efetivou-se a partir da unificação de programas como o Bolsa Escola (2001), o Bolsa Alimentação (2001), Auxílio Gás (2002), Cartão Alimentação (2003) incorporando em 2005 o Programa de Erradicação do Trabalho Infantil – PETI (1996).

se beneficiam diretamente” do programa (id:19). ZUCCO (2009:19, grifo nosso), demonstra por meio de manipulação estatística que o “*programa tem um efeito eleitoral indireto não negligenciável através do estímulo econômico que ele proporciona. Este efeito indireto varia entre 1/4 e 1/5 do efeito direto do programa, e é mais forte nos municípios mais pobres*”.

Os dados do IPEA de 2013⁴⁹ confirmam a tese de ZUCCO (2009), os gastos com o Bolsa Família representavam 0,4% do PIB, com geração de R\$ 1,54 em consumo e R\$ 1,19 no PIB. A cada R\$ 1 gasto com o programa “gira-se” R\$ 2,4 no consumo das famílias e adiciona R\$ 1,78 no PIB.

Após esta verificação empírica fica difícil sustentar a hipótese de “*clientelismo de Estado*” tal qual argumentam BURSZTYN & CHACON (2011)⁵⁰, uma vez que o conceito perde precisão quando não há um mercado de trabalho e consumo razoavelmente sustentáveis em determinada localidade. Este tipo de conceituação pode gerar certa confusão acerca das atribuições a que um Estado deve priorizar, de todo modo, os novos estudos sobre clientelismo político:

“(…) compartilham um amplo entendimento que, em conjunto com outras formas de compromissos particularistas, o clientelismo é uma característica permanente da política; a crescente onda de neoliberalismo só tem aumentado sua presença em muitas sociedades contemporâneas, enquanto em outras, pode levar a um papel mais marginal (...) Eles sugerem uma mudança da estrutura conceitual (...) redigidas em termos de presença versus ausência de clientelismo, para pesquisar sobre os padrões de clientelismo e patronagem em meio a novas tendências na sociedade civil, as instituições políticas e a economia de mercado. Eles, assim, procuram contextos institucionais concretos que favorecem ou restringem o clientelismo nas democracias liberais, nas organizações políticas pós-autoritárias e nas sociedades históricas”⁵¹.

Nesse sentido, o alinhamento eleitoral maior na pessoa do Presidente do que em seu partido tem variáveis incontestes em uma “democracia de público” onde os partidos

⁴⁹ Cf. http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/140321_pbf_sumex_portugues.pdf.

⁵⁰ Cita-se “O fato novo é que os recursos públicos são dirigidos diretamente aos beneficiários, sem a mediação de elites locais. Entretanto, não há evidências de ruptura com a tradição de fidelidade ao “provedor”, como no velho patrimonialismo. A fidelidade, agora, deixa de se traduzir em apoio político a velhas elites locais, cujo poder emanava da terra, e passa a ocorrer frente ao próprio “Estado provedor”, que se representa fisicamente por meio dos “governos da situação” e dos políticos que os governam. Isso, em se confirmando, configuraria uma espécie de “clientelismo de Estado”. (BURSZTYN & CHACON, 2011:58).

⁵¹ RONIGER, Luis. Political Clientelism, Democracy, and Market Economy. Comparative Politics, Vol. 36, No. 3 (Apr., 2004), pp. 353-375. Pg. 357. Disponível em: http://www.rochelleterman.com/ComparativeExam/sites/default/files/Bibliography%20and%20Summaries/Comparative%20Politics_0.pdf.

são obrigados a adaptar suas propostas em razão do público-alvo em disputa no mercado eleitoral (MANIN, 1995, 2013). Ou seja, é coerente que o público-alvo, atingido por determinada política pública, “retribua” através do voto sua fidelidade à pessoa do Presidente enquanto “figura visível” e dotada da responsabilidade de produzir confiança política nas instituições do Estado. Não obstante, o público-alvo não retribuiu no mesmo grau o partido do Presidente.

A crise da coalizão governista escancarada pelo escândalo do “Mensalão” teve efeito direto na orientação afetiva, cognitiva e avaliativa⁵² dos eleitores em relação ao auto-posicionamento ideológico na escala esquerda-direita, mas de acordo com RENNÓ (2007), o voto punitivo aplicou-se no primeiro turno em 2006, não se repetindo no segundo.

O embate sobre o conceito de “alinhamento eleitoral”⁵³ tem origem na ciência política norte-americana com o trabalho de KEY (1955; 1959; 1966), para quem, *dependendo do envolvimento e da preocupação do eleitor com a conjuntura*, haveria um alinhamento deste eleitorado com o *emissor de um programa político específico*, que persiste ao longo de várias eleições, denunciando uma clivagem clara entre distintas propostas defendidas pelos partidos (KEY: 1955:4).

Esse fenômeno tem por fundamento a periodicidade ou durabilidade de um comportamento eleitoral “desviante”. Quando não ocorre esta periodicidade verifica-se

⁵² Em resposta a este modelo focado nos resultados do sistema político (*outputs e outcomes*) desenvolvido desde os anos 1940, a perspectiva do modelo metodológico da cultura política baseada na obra de ALMOND, Gabriel; VERBA, Sidney. *The civic culture: political attitudes and democracy in five nations*. Princeton: Princeton University Press. 1989 [1963], oferece uma alternativa para uma interpretação sobre a personalização do poder pelo viés da demanda (*inputs*). Esse modelo envolve: (1) uma *orientação cognitiva*, que diz respeito às informações sobre o sistema político, seus agentes e seu desempenho (2) uma *orientação afetiva*, que se orienta pelo sentimento sobre os mesmos e (3) uma *orientação avaliativa*, voltada para o julgamento e as opiniões sobre os objetos políticos rodeados por padrões de valor, que constituiriam a crença nas (1) regras do jogo político (normatividade constitucional); (2) no relacionamento dinâmico entre os atores políticos (processo político) e nos resultados do jogo político (normatividade governamental), . Gabriel Almond e Sidney Verba coletaram dados para análise de padrões de comportamento motivados politicamente em cinco países diferentes (Estados Unidos, Inglaterra, Alemanha, Itália e México). Os autores deixam evidente sua preferência ideológica pelo liberalismo, na medida que este modelo “etapista” seria o mais adequado e os E.U.A, a referência ideal. Para uma crítica do modelo ver RENNÓ, Lúcio “Teoria da cultura política: vícios e virtudes”. *BIB*, Rio de Janeiro, 45:71-92. 1998.

⁵³ A tese do realinhamento está altamente atrelada aos estudos de comportamento eleitoral que trazem elementos psicossociais como método de medição de fidelidade às ideias defendidas por um partido, lembrando que, foi entre os anos 1930 e 1950 que os *surveys* de opinião pública proliferaram nos E.U.A, com especial atenção ao referencial construído pelo *Survey Research Centre* da Universidade de Michigan durante as eleições presidenciais de 1948 que elegeram o democrata Harry Truman. Para o modelo psicossocial há um *componente ideológico identitário* que compõe conjuntamente *votante e votos* e que caracterizaria o desenvolvimento e o declínio de uma homogeneidade entre os grupos de votantes (KEY, 1959:203).

apenas uma volatilidade eleitoral difusa ou um realinhamento secular. Esta característica periódica de mudança na variável “apoio específico e difuso” teria se acentuado nas eleições do democrata Franklin Delano Roosevelt (1932; 1936; 1940; 1944) e se repetido nas eleições do republicano Dwight Eisenhower (1952; 1956), como também nos anos 1980 quando o Partido Republicano norte-americano dominou a agenda e a opinião pública nos E.U.A.

Quando um largo grupo eleitoral que antes votava em um partido cruza o campo partidário e passa majoritariamente a votar em outro partido, gradual e sequencialmente, dá-se o *realinhamento político-ideológico*. O *realinhamento tem sua origem no declínio de uma antiga agenda política e na ascensão de uma nova agenda que atravessa a clivagem partidária predominando no debate político* e, por sua vez, repolarizando o eleitorado. A discussão sobre a metodologia e a validade das pesquisas foi perdendo força no debate acadêmico conforme os estudos subsidiados pelas premissas da Teoria da Escolha Racional⁵⁴ foram ganhando espaço.

Inspirada, ainda que não diretamente, na temática marxiana do bonapartismo⁵⁵, a argumentação em SINGER (2012) de que o lulismo executa o “programa do subproletariado” pela *competente arbitragem do conflito entre as classes fundamentais*, estabelecendo um pacto “pelo alto”, *revelando aspectos subjetivos de uma classe* que, por “não ter condições de participar da luta de classes”, aspira estrategicamente a um *reformismo fraco* e, portanto, sem ruptura com a ordem, é também rebatida por BOITO (2006; 2013). Para este autor, não é possível afirmar que uma fração de classe pauperizada e desorganizada possua um programa político efetivo (BOITO, 2013:173), nesse sentido, *o lulismo executaria objetivamente o programa da burguesia interna*, particularmente a

⁵⁴ Influenciada pela publicação da obra *The Calculus of Consent: Logical foundations of Constitutional Democracy* de James Buchanan e Gordon Tullock em 1965, a Teoria da Escolha Racional aplica o cálculo de probabilidades para se determinar a melhor estratégia a ser tomada por um ou todos os *jogadores* em virtude das circunstâncias, mas sobretudo, é uma técnica capaz de informar o *modelo adequado* a cada jogador para que um dado *resultado* se realize no jogo. Desde conflitos entre grupos sociais, campanhas eleitorais, modelos de mercado, ao estabelecimento da “melhor” política pública, são modelados, pelos *policy experts*, através deste tipo de cálculo.

⁵⁵ Originalmente elaborado por Karl Marx em seu ensaio *O 18 Brumário de Luís Bonaparte*, publicado em 1852, diz respeito ao processo histórico em que a classe burguesa francesa dividida politicamente abdica de seu poder político direto para preservar o seu poder social através de um golpe que autoriza Luis Bonaparte (Napoleão III) como seu guardião oficial. A ordem social burguesa estava ameaçada por sua própria normatividade constitucional, ou seja, o regime parlamentarista. Nesse sentido, teria permitido o enfraquecimento do poder legislativo para que sua normatividade governamental se perpetuasse. Cf. “18 Brumário de Luís Bonaparte”. In *Manuscritos econômico-filosóficos*. São Paulo: Abril Cultural, 1978.

financeira e a do setor de serviços (BOITO, 2006), mais ansiosas pelo desenvolvimento do mercado de consumo interno.

Diferentemente da crítica institucionalista-policista afeita à Teoria da Escolha Racional, na leitura marxista-societalista, como as de OLIVEIRA *et alli* (2010), BOITO (2006, 2010) e SINGER (2012), o lulismo representa uma “revolução passiva à brasileira”⁵⁶. Para BRAGA (2012), após as derrotas do movimento sindical grevista nos anos 1980, a *direção metalúrgica gradativamente reconcilia-se com o sindicalismo de Estado*. A partir de 2003, “essa *relação dialética de pacificação social* cujos protagonistas são as direções sindicais reunidas em torno de Lula da Silva, transformou-se no eixo da vida política nacional” à medida que o “controle do aparato estatal garantiu-lhes os meios necessários para selar o pacto entre o *consentimento passivo das massas* e o *consentimento ativo das direções*”, consolidando-se a *regulação lulista*” (BRAGA, 2012:181-2, grifo nosso). Para o autor, o lulismo pode ser definido como um *modelo precário de regulação do conflito de classes na medida em que é altamente dependente do aparelhamento político-institucional*.

O discurso ético a respeito do *modo petista de governar* (BITTAR, 1992; MESQUITA, 2009; BEZERRA, 2014), teria sido um dos fatores que permitiam alguma identificação ideológica entre a percepção sobre a corrupção e os partidos mais ao centro e à direita do espectro político institucional, na medida em que tais partidos, teriam tido até o início dos anos 2000, maior controle sobre os recursos públicos em nível federal e nos principais governos estaduais, estando, destarte, mais suscetíveis à corrupção.

Para alguns autores, após o escândalo do “Mensalão”, a maior votação em Lula em 2006 seria fruto de uma cultura política altamente tolerante com a corrupção pela demanda, isto é, desde que haja uma comprovada governança pública eficiente (MOISÉS & MENEGUELLO, 2013). De fato, “para manter a base política no Legislativo, seu governo buscou apoio entre os setores mais conservadores, o que contribuiu, pelo menos em parte, para os casos de corrupção” (SAMUELS, 2009:15).

Embora, conforme ALMEIDA (2001), se reconheça a dificuldade em se medir a ideologia pelo uso do auto-posicionamento, dado que o conteúdo atribuído pelos eleitores

⁵⁶ O conceito de *revolução passiva, revolução-restauração ou transformismo* trabalhado por Antonio Gramsci, consiste na invocação abstrata de *uma solidariedade de classe* fundamentada no caráter estruturalmente burguês da ideologia nacional ou do interesse nacional que: “Implica sempre a presença de dois momentos: o da “restauração” (trata-se sempre de uma reação conservadora à possibilidade de uma transformação efetiva e radical proveniente “de baixo”) e da “renovação” (no qual algumas das demandas populares são satisfeitas “pelo alto”, através de “concessões” das camadas dominantes) (COUTINHO, 2012:119).

às expressões “direita e esquerda”, difere consideravelmente do conteúdo atribuído pela ciência política, a hipótese testada por CARREIRÃO (2007)⁵⁷, busca verificar se ocorreu um declínio da porcentagem de eleitores que se auto identificam ideologicamente, ou seja, coteja averiguar se houve algum declínio na associação entre identificação ideológica e voto na eleição presidencial de 2006 em comparação com seus estudos realizados no pleito de 2002 (CARREIRÃO, 2002a, 2002b e CARREIRÃO & KINZO, 2004) tendo como referência o Estudo Eleitoral Brasileiro (ESEB) de 2002 e 2006.

Para CARREIRÃO (2002a, 2002b), tal como SINGER (2012), também adepto do modelo psicossocial de estudos sobre o comportamento eleitoral, a identificação ideológica na decisão do voto não tem o peso atribuído por SINGER (2000), já que outras variáveis revelaram ter maior influência na determinação dos resultados das eleições presidenciais. A variável “escolaridade” parece ter maior importância para a identificação ideológica⁵⁸, “à medida que esta aumenta, crescem linearmente: a) a compreensão dos termos “esquerda” e “direita”; b) o percentual de eleitores que se localizam numa escala “esquerda-direita” (ou seja, que se identificam ideologicamente) e c) o grau de associação entre esta identificação, de um lado, e o voto, a preferência partidária e as opiniões políticas dos eleitores, de outro” (CARREIRÃO, 2007:310).

A preferência ideológica pelo PT declinou com o auge do “Mensalão” recuperando-se ao longo do ano de 2006, porém, sem atingir os patamares anteriores ao escândalo sendo que, de acordo com CARREIRÃO & KINZO (2004:160), em mais de 98 % dos casos em que um eleitor manifestava rejeição a um partido, este passava a não votar mais no partido rejeitado. A preferência ideológica por algum partido girou em

⁵⁷ Esta hipótese foi testada tendo a escolaridade como variável de controle para verificar se eleitores com diferentes graus de escolaridade apresentam as mesmas associações entre voto e identificação ideológica e entre voto e “sentimentos partidários” (CARREIRÃO, 2007:309).

⁵⁸ “Foi Singer (2000) quem introduziu a noção de identificação partidária no debate brasileiro recente, definindo-a como “a adesão a uma posição no contínuo esquerda-direita ou liberal-conservador que, mesmo sendo difusa, isto é, cognitivamente desestruturada, sinaliza uma orientação política geral do eleitor” (SINGER, 2000, p.49). Com base em dados de surveys, utilizou a auto-localização dos eleitores no contínuo esquerda-direita para definir esta identificação. Para o autor, mesmo que a maioria dos eleitores não saiba definir o que seja esquerda e direita, pode utilizar estes conceitos para orientar sua decisão de voto porque se trata de um conhecimento intuitivo, um sentimento do que significam as posições ideológicas que permite ao eleitor situar os candidatos e os partidos nessa escala e votar coerentemente. Analisando dados de pesquisas de opinião realizadas entre as eleições de 1989 e 1994, postulou que a identificação ideológica seria uma predisposição de longo prazo e que teria sido um fator central da decisão de voto para presidente nestes dois pleitos. Do ponto de vista substantivo, a principal diferença de opinião entre os eleitores com identificação à esquerda e aqueles com identificação à direita está em que os primeiros esperam que sejam feitas mudanças a partir da mobilização social e da contestação da autoridade repressiva do Estado, enquanto o conservadorismo dos segundos se expressa no apego à autoridade e à ordem” (CARREIRÃO, 2007:310).

torno de 30% até 2002 e 40% até 2006, no qual 60% dos eleitores podem ser considerados *eleitores-difusos* (eleitorado de opinião) por não manifestarem interesse por partido algum (CARREIRÃO, 2007b:104; CARREIRÃO, 2007a:313).

Os dados sobre a percepção dos eleitores quanto ao partido que melhor os representa não mostraram uma associação forte com a identificação ideológica, embora o ESEB-CSES⁵⁹ de 2002 e 2006 tenha revelado que o PT também era identificado pelos eleitores de “centro” e de “direita” como “o melhor partido que os representa”. Quanto ao posicionamento ideológico dos partidos, “em 2002, 32,5% dos eleitores não conseguiam classificar os partidos; em 2006, este percentual aumentou para 45%, em média (CARREIRÃO, 2007a:319).

De acordo com o autor a crise de representação se acentuou, em 2002, “35,3% dos eleitores indicavam que algum partido os representava; este percentual caiu para 27,4% em 2006. Boa parte desta queda envolveu o PT que continuou a ser o partido mais mencionado, mas caiu de 23,1% para 17,5% dos eleitores” (id:319). Grosso modo, houve um declínio considerável (correlação estatística de 0,40 em 2002 para 0,13 em 2006) da associação entre voto e identificação ideológica do pleito de 2002 para o de 2006, caindo também o percentual de associação entre os “sentimentos” manifestados em relação aos partidos e o voto para presidente (id:325).

Para RENNÓ (2007:267), no caso das eleições brasileiras de 2006, há indícios de que o voto retrospectivo não se baseou apenas na avaliação da economia, ainda que os dados sobre a escolha no primeiro turno tenham indicado um impacto limitado das avaliações sobre corrupção. *O impacto da corrupção afetou apenas escolhas entre candidatos de partidos de esquerda* levando os eleitores a escolher entre outras alternativas dentro do mesmo campo ideológico, como foi o caso da votação em Cristovam Buarque (PDT) e Heloísa Helena (PSOL).

A percepção sobre a eficiência do primeiro governo Lula na gestão da economia do país foi o fator decisivo que o protegeu da possível eficácia que os escândalos de corrupção poderiam trazer. RENNÓ & CABELLO (2010) intentam decompor o voto nas eleições de 2006, diferenciando os “lulistas novos”, que passaram a votar em Lula em 2006, e “lulistas antigos” que votaram em Lula em 2002 e 2006. “Ambos os grupos são

⁵⁹ Disponível para download no site da Comparative Studies of Electoral Systems (CSES): <http://www.cses.org/datacenter/download.htm>.

formados por eleitores que declararam voto em Lula, mas não se identificam com o PT” (id:40).

Os autores divergem da leitura apresentada por SINGER (2012) e SAMUELS (2004a: 2004b) uma vez que seus resultados indicaram que os lulistas não representaram um novo realinhamento político-ideológico, como argumenta SINGER (2012), nem uma nova manifestação de personalização da política, como defende SAMUELS (2004a; 2004b). Predomina na visão de RENNÓ & CABELLO (2010), a visão clássica do “eleitor difuso” identificado pela ciência política norte-americana na década de 1960. Isto é, o *voto decisivo de Lula foi o voto de um eleitor que não apresenta afinidades partidárias de qualquer tipo, inclusive qualquer forma intensa de rejeição, além de ser pouco informado politicamente e desatento às campanhas eleitorais.*

Para RENNÓ & CABELLO (2010), o *eleitor de opinião* não é propriamente fiel à Lula, mas fiel a qualquer governante que realiza uma campanha eleitoral e uma gestão *produtoras de resultados concretos*. No primeiro turno de 2006, segundo RENNÓ & HOEPERS (2010), o eleitor difuso, alinhado ao bom desempenho do governo Lula, teria punido o mesmo em razão dos escândalos de corrupção, entretanto, este “voto estratégico punitivo”, na conjuntura do segundo turno, ainda veria Lula e seu governo como mais bem avaliados do que seu adversário direto Geraldo Alckmin (PSDB). No segundo turno, Alckmin perdeu votos em 23 dos 27 estados, ao passo que Lula aumentou sua votação em 11,5 milhões de votos.

O baixo nível de identificação partidária sofre a incidência de mais um fenômeno típico nas pesquisas de comportamento eleitoral, a saber: a alta rejeição a um partido político em específico mesmo que o eleitor não demonstre seguramente preferência por qualquer partido. O ESEB de 2006 demonstra um elevado nível de rejeição partidária entre os eleitores que transferiram seus votos de Heloísa Helena para Lula e de Alckmin para Lula. Os eleitores de Heloísa Helena possuíam alta grau de rejeição aos partidos de centro-direita (PFL(DEM); PSDB, PL, PRONA) tendo menor rejeição ao PT, PV e PSOL. Os eleitores de Geraldo Alckmin que transferiram seus votos para Lula no segundo turno apresentaram baixo grau de rejeição ao PT (20%) tendo maior rejeição também aos partidos de centro-direita como o PFL(DEM), o PPS e o PRONA. Porém, ambos possuíam uma avaliação bastante positiva do governo Lula⁶⁰.

⁶⁰ Com base na pergunta ESEB 6: Na sua opinião, de uma maneira geral o governo lula foi? (Helena-Lula – 68,1% boa; 27,2% ruim) – (Alckmin – Lula – 60% boa; 26,6% ruim).

RENNÓ & CABELLO (2010:43) concluem que “em 2006 Lula incorporou um novo setor do eleitorado, que não votava nele antes e que não é petista, mas sim avesso a partidos políticos e líderes específicos. Lula conquistou o eleitor não alinhado em 2006. Se isso se mostrar estável no tempo, então estamos falando de um alinhamento eleitoral que se inicia agora (2006), e não de um realinhamento, o que pressupõem que esse eleitorado tinha preferências definidas anteriormente”.

Com base nos resultados do primeiro turno de 2006, o ESEB-CSES indica que os eleitores “lulistas” somam 40% do total, os “petistas” 18% e os demais eleitores chegam a 42%, *demonstrando que a base de apoio de Lula é maior do que a dos eleitores que se identificam com o PT*. Para RENNÓ & CABELLO (2010) e RENNÓ & HOEPERS (2010), os dados do ESEB-CSES 2006 também apontam que o “lulismo” não pode ser reduzido à contingência eleitoral de 2006, *uma vez que os lulistas que votaram em Lula pela primeira vez em 2006 somam 25% da amostra operada pelo ESEB, sendo que 75% declaram ter votado em Lula em 2002*.

Os dados refutam a tese do realinhamento ideológico proposta por SINGER (2012) quando este diz que o “lulismo” representa o programa daqueles cidadãos com menos de dois salários mínimos. Para os autores, a variável “renda” não constitui elemento diferenciador entre os eleitores que votaram em Lula em 2002 e dos eleitores que passaram a votar em Lula em 2006 com relação ao total de eleitores. Outras variáveis como, por exemplo, a “corrupção”, para os “novos lulistas”, tem menor peso do que para os eleitores que votaram em Lula em 2002. Quanto à variável “posicionamento ideológico”, os autores concluem que os dados “indicam apenas que os lulistas não se diferenciam entre novos e antigos e dos outros eleitores com base em preferência ideológica pela esquerda” (RENNÓ & CABELLO 2010:51).

Concordamos que o lulismo, entendido apenas pela sua feição eleitoral, *é expressão do não-alinhamento de uma parcela significativa do eleitorado brasileiro; é resultado, por assim dizer, de uma cultura cívica avessa à política tradicional, mas ainda submetida ao seu *modus operandi**. Esse argumento pode ser reforçado quando se coteja comparar os dados de intenção de voto de 1994 a 2006 medindo duas variáveis: localidade e nível educacional, conforme demonstra a tabela 4.

Tabela 3: Intenção de voto (1994 – 2002) quanto à localidade e ao nível educacional

	1994		1998		2002		2006	
	Lula	Cardoso	Lula	Cardoso	Lula	Serra	Lula	Alckmin
Localidade								
Metropolitana	27%	43%	29%	40%	47%	14%	39%	26%
Interior	19%	50%	22%	49%	44%	22%	41%	30%
Educação								
8 anos ou menos	29%	49%	24%	47%	42%	20%	46%	22%
2º Grau	24%	48%	25%	46%	47%	17%	38%	32%
Nível Superior	33%	41%	31%	41%	52%	19%	27%	42%

Fonte: <http://datafolha.folha.uol.com.br/>; outubro de 1994; setembro de 1998; outubro de 2002 e setembro de 2006.

A tabela acima revela que quanto à localidade, as intenções de voto em Lula aumentaram de 1994 a 2006 tanto nas regiões metropolitanas quanto no interior do país, levando-se em conta que em 2006, as 3.351 cidades (60,2% do total) de até 10.000 eleitores concentravam apenas 13,2% do eleitorado, enquanto as 75 cidades (1,3% do total) com mais de 200 mil eleitores concentravam 36,5% dos eleitores (NICOLAU & PEIXOTO, 2008:15). O dado mais relevante diz respeito a intenção de voto dos eleitores com nível superior. A intenção de voto destes em Lula aumentou durante os pleitos de 1994 e 1998, chegando a 52% no pleito de 2002, caindo para 27% nas eleições de 2006 mostrando aumento, porém, nos eleitores com 8 anos ou menos de estudo para 46% no pleito de 2006.

Comparando duas cidades com nível populacional semelhante, como no caso de Blumenau-SC, situada no pólo industrial do Vale do Itajaí e a cidade de Juazeiro-CE, localizada no pleno sertão nordestino, onde alguns dos mais pobres municípios estão situados, em 2002, Lula recebeu quase o mesmo montante de votos nas duas localidades (44% e 45% respectivamente), já em 2006, Lula recebeu 64% dos votos na cidade de Juazeiro-CE e apenas 26% na cidade de Blumenau (ZUCCO, 2008:39).

Em 2002, Lula obteve 48,3% dos votos nos chamados “grotões” do Nordeste, terminando seu mandato com 80% de aprovação⁶¹. Nas eleições de 2010, Dilma Rousseff obteve 77% dos votos válidos nos 100 municípios que proporcionalmente mais receberam recursos do PBF, vencendo o candidato José Serra (PSDB) em 98 destes municípios. As

⁶¹ UOL NOTÍCIAS. “Lula fecha governo com 80% de aprovação e bate recorde, diz CNI/Ibope”. 16/12/2010. Disponível em: <http://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2010/12/16/aprovacao-a-governo-lula-e-de-80-e-bate-novo-recorde-diz-cniibope.htm>.

idades que mais receberam o PBF entre o período de 2004 e 2010 ficam no semiárido nordestino nas regiões remotas do Piauí, Maranhão, Ceará, Paraíba e Pernambuco. No município de Guaribas (PI), em 2002, José Serra (PSDB) obteve 73% dos votos dos 4,4 mil habitantes, contra 27% de Lula. Já em 2010, Dilma Rousseff (PT) atingiu 90,6% dos votos válidos contra 9,3% de José Serra, onde 82% dos moradores desta região eram atendidos pelo PBF à época⁶².

Os dados empíricos produzidos por ZUCCO (2008; 2009) e TERRON (2009) comprovam que por mais que a percepção positiva sobre o desenvolvimento da economia do país esteja presente nas respostas de inúmeras pesquisas de opinião à época, o fator caracterizador essencial para o entendimento dos “efeitos do lulismo”, reside na percepção sobre o combate à desigualdade de rendimentos entre os cidadãos brasileiros, fato, até então, negligenciado pelos governos anteriores. Os dados apresentados por ZUCCO (2008:42), indicam que “Lula teve melhor desempenho em municípios que o sector público é maior em relação à economia local, e onde a parcela da receita arrecadada localmente é menor”.

3.2. Desempenho governamental e a construção da maior coalizão da Nova República

O embate teórico e empírico visando comprovar a eficácia do desenho institucional e das características do regime político brasileiro levanta questões sobre a importância da liderança política, tendo como referencial, o tema da *capacidade governativa* SANTOS (1997) ou *governabilidade* como outros autores preferem (LAMOUNIER, 1991).

Os primeiros estudos publicados sobre sistema político brasileiro pós-1988 já destacavam a instabilidade institucional e o alto custo político de coordenação do grande número de atores políticos com *poder de veto*. No chamado “*presidencialismo de coalizão*”, termo empregado por ABRANCHES (1988), os partidos políticos são os principais instrumentos de viabilização das demandas sociais por políticas públicas, a regra deste jogo intragovernamental, consiste, exclusivamente, na *distribuição de cargos governamentais e receitas orçamentárias*. Combinando presidencialismo e multipartidarismo com um sistema eleitoral de representação proporcional com lista

⁶² GOVERNO DO ESTADO DO PIAUÍ. GP1. “Bolsa Família levou Dilma Rousseff a ter votação superior a Lula em 2002”. 1/11/2010. Disponível em: <http://www.gp1.com.br/noticias/bolsa-familia-levou-dilma-rousseff-a-ter-votacao-superior-a-lula-em-2002-164438.html>.

aberta⁶³, cabe ao Presidente montar coalizões majoritárias de base partidária (fisiológica) com o objetivo de obter maior desempenho no Legislativo.

Algumas críticas ao sistema político brasileiro tendem a enxergar os Legislativos regionais e federal como um “grande balcão de negócios”, onde a política é regida pelo “código da patronagem”, gerando um sistema político maiormente orientado pelo voto (*vote seeking*) e pela aquisição e manutenção de cargos de confiança (*office seeking*). Essa *lógica transacional*, atravessaria qualquer ação orientada por políticas públicas (*policy seeking*).

A fragmentação do sistema eleitoral proporcional com lista aberta produziria também, de acordo com esta linha crítica (MAINWARING, 2001; AMES, 2003), uma personalização do voto aliada a indisciplina partidária tendo, como efeito, o esvaziamento da dimensão ideológica entre os partidos além de um clientelismo endêmico na produção legislativa. Para esta linha de pesquisa, a *capacidade do Presidente em otimizar a opinião pública a seu favor* e em congruência com sua *agenda política pessoal*, é fator essencial para a redução dos custos de negociação com o legislativo.

Por outro lado, tal qual exposição de SANTOS (1997); FIGUEIREDO & LIMONGI (2001), os poderes legislativos conferidos ao Presidente delegados pela Constituição de 1988, dando-lhe alta capacidade para exigir urgência na votação de projetos de leis e na edição de medidas provisórias, além de gozar de autoridade máxima na emissão de proposições legislativas de cunho financeiro e administrativo, teria reduzido as prerrogativas decisórias do Poder Legislativo e, com isso, forçando o compartilhamento de uma agenda política imposta pelo Poder Executivo, descartando a hipótese de um legislativo divergente que serviria como obstáculo à eficiência na aprovação e execução de políticas públicas.

Ainda que, segundo FIGUEIREDO & LIMONGI (2001:67), o Congresso Nacional esteja longe de constituir obstáculo concreto à ação governativa do Executivo, sendo este quem define a agenda do Legislativo e determina o conteúdo da produção legal, ainda assim, o Presidente precisa formar uma ampla coalizão partidária através da distribuição de pastas ministeriais e de cargos em empresas públicas oferecendo margem de manobra para partidos oposicionistas e governistas fomentarem “em conjunto” uma

⁶³ Para se chegar ao resultado final, aplica-se o quociente eleitoral (QE) e o partidário (QP). O quociente eleitoral é definido pela soma do número de votos válidos atribuídos ao partido político e dos votos nominais conferidos a um candidato, excluindo-se os brancos e os nulos), dividido pelo número de cadeiras em disputa. Apenas partidos isolados e coligações que atingem o quociente eleitoral têm direito a alguma vaga.

agenda política para o país. Desse modo, os partidos exercem papel fundamental na composição de governos, assim como a qualidade dos governos, têm grande impacto no desenvolvimento partidário como afirma MENEGUELLO (1998:33-54). Isto é, ainda que goze de maior autoridade legislativa, o Poder Executivo precisa negociar internamente com sua base de coalizão parlamentar; a qualidade desta negociação, é uma variável constante para a qualificação da capacidade governativa.

No capítulo II demonstramos como o processo de oligarquização do PT, assim como na esmagadora maioria dos partidos políticos brasileiros, agride o sistema político estabelecendo laços orientados pela dimensão *office-seeking* em grau considerável o suficiente para se questionar a qualidade da dimensão *policy-seeking*.

Após vinte e dois anos na oposição em nível federal o Partido dos Trabalhadores, com a vitória de Lula no pleito de 2002, se viu obrigado a governar o país sem possuir maioria no Congresso. Mesmo tendo a maior bancada da Câmara com 17% das cadeiras, todos os partidos de esquerda somados ao PL não chegavam a 40% da casa. Porém, já no primeiro mandato de Lula, observa-se uma alteração na coalizão que governou o país de 1994 a 2002.

No governo de Fernando Henrique Cardoso, PFL (DEM); PSDB, PMDB, PTB e PP, encaminhavam conjuntamente a maioria das votações no legislativo. Já no primeiro mandato de Lula, o PMDB, PTB e o PP passam a não votar mais em conjunto com o PDSB e o PFL (DEM) e, em menos de seis meses, o Governo Lula passa a quase 62% de apoio no Legislativo. Em 2003, em razão da reforma da previdência, esse apoio chega a atingir 70%, incluindo partidos da oposição como o PSDB e o PFL (DEM) em uma super maioria na Câmara dos Deputados. O quadro 2 ilustra as coalizões partidárias entre 1985 e 2014.

Quadro 2: Coalizões Partidárias no Governo Federal (1985-2014)

Equipes de Governo	Partidos na Coalizão e quantidade
Tancredo Neves	
1985	PMDB-PFL (2)
José Sarney	
1985-1986	PMDB-PFL-PTB-PDS (4)
1987-1990	PMDB-PFL (2)
Fernando Collor	
1990	PRN-PFL-PMDB ⁶⁴ (3)
1992	PRN-PFL-PDS-PTB-PL (5)
Itamar Franco	
1992	PMDB-PFL-PSDB-PTB-PSB ⁶⁵ (5)
1993	PMDB-PFL-PSDB-PP-PDT ⁶⁶ (5)
1994	PMDB-PFL-PSDB-PP (4)
Fernando Henrique	
1995	PSDB-PFL-PMDB-PTB ⁶⁷ (4)
1996	PSDB-PFL-PMDB-PTB-PPB (5)
1999-2002	PSDB-PFL-PMDB-PPB (4)
2002	PSDB-PMDB-PPB (3)
Lula	
2003	PT-PL-PCdoB-PSB-PTB-PDT-PPS-PV (8)
2004	PT-PL-PCdoB-PSB-PTB-PMDB-PPS-PV (8)
2005 (I)	PT-PL-PCdoB-PSB-PTB-PMDB-PV (7)
2005 (II)	PT-PL-PCdoB-PSB-PTB-PMDB (6)
2005-2007	PT-PL-PCdoB-PSB-PTB-PMDB-PP (7)
2007	PT-PCdoB-PSB-PTB-PMDB-PP-PDT (7)
2007-2009	PT-PCdoB-PSB-PTB-PMDB-PP-PDT-PR-PRB-PV (10)
2009-2010	PT-PCdoB-PSB-PTB-PMDB-PP-PDT-PR-PRB (9)
Dilma Rousseff	
2010	PT-PMDB-PCdoB-PSB-PRB-PDT- PR-PTN-PSC-PTC- (10)
2012	PT-PMDB-PCdoB-PSB- PRB-PDT-PR-PP (8)
2014	PT-PMDB-PCdoB-PRB-PDT-PR-PP-PROS-PSD-PTB-(10)

Fonte: www.cebrap.org.br, www.biblioteca.presidencia.gov.br, www.camara.gov.br.

Para SANTOS & VILAROUCA (2004), entre outros autores, a liderança política de Lula teria produzido uma diferença substancial frente à liderança de FHC. A negociação permanente com os partidos de oposição, por meio de um padrão de comportamento partidário fiscalizador, fez com que Lula e o PT incorporassem os

⁶⁴ O PMDB fez parte na coalizão do Governo Collor entre março e outubro de 1990.

⁶⁵ O PSB fez parte na coalizão do Governo Itamar entre outubro de 1992 e setembro de 1993.

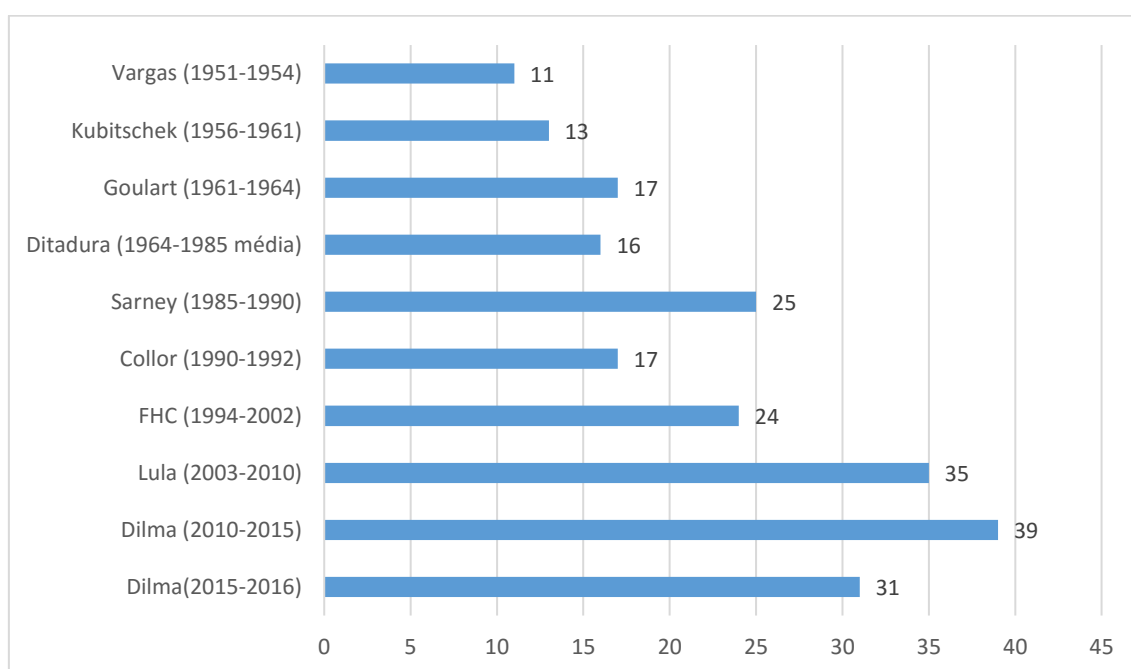
⁶⁶ O PDT fez parte na coalizão do Governo Itamar entre janeiro e maio de 1993.

⁶⁷ O PTB fez parte na coalizão do Governo FHC entre janeiro de 1995 e março de 1999.

partidos de oposição (PSDB, PFL) ao processo de reformas institucionais “fortalecendo a dimensão policy seeking” em detrimento de uma postura predominantemente obstrutiva com a qual teria sido a tônica de FHC em relação aos partidos de oposição em seu governo.

Entretanto, essa estratégia transacional elevou o número de ministérios de 24 no governo FHC para 35 no governo Lula, chegando a 39 no governo Dilma Rousseff como ilustra o gráfico 11, inflacionando, assim, *o custo de funcionamento da coalizão em razão também do aumento da fragmentação partidária*.

Gráfico 11: Número de Ministérios (1951-2016)



Fonte: <http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/ex-presidentes>.

No final de 2015, o Governo Dilma, reduziu o número de ministérios alterando a composição intrapartidária, reduzindo também 30 secretarias nacionais; 3 mil cargos comissionados; 20% de gastos em terceirização; 10% dos salários da presidente, do vice e de todos os ministros; redução da frota de automóveis; revisão dos contratos de aluguel e prestação de serviços como segurança e tecnologia da informação; revisão de uso de patrimônio da União; limitação de gastos com telefone, passagens e diárias em hotéis; estabeleceu novas metas de eficiência no uso da água e da energia elétrica e criou uma comissão permanente da Reforma do Estado. Integrou também novas pastas aos Ministério das Mulheres, da Igualdade Social e dos Direitos Humanos, da Secretaria de Governo, Ministério do Trabalho e da Previdência Social. O Ministério da Pesca foi

integrado ao Ministério da Agricultura, extinguindo a Secretaria de Assuntos Estratégicos tendo algumas de suas atribuições assumidas pelo Ministério do Planejamento. Ao longo do próximo item iremos descrever e argumentar sobre o perfil da elite dirigente de 2003 a 2015.

3.3. Da equipe de transição ao governo composto: apontamentos sobre o perfil da elite dirigente no Governo Lula (2003-2010)

De acordo com a exposição de motivos interministeriais de nº 346, anexada a proposta de Medida Provisória nº 76 convertida em Lei (10.609 de 20 de dezembro de 2002), a equipe de transição, tem por objetivo, “permitir a atuação conjunta de integrantes da equipe designada pelo Presidente eleito com a Administração corrente, garantindo à nova Administração a oportunidade de atuar no programa de governo do novo Presidente da República desde o primeiro dia do seu mandato, *preservando a sociedade do risco de descontinuidade de ações de grande interesse público*”⁶⁸.

A MP-76 criou cinquenta Cargos Especiais de Transição Governamental (CETG) divididas em cinco frentes organizacionais: (I) Gestão e Governo; (II) Desenvolvimento Econômico; (III) Políticas Sociais; (IV) Empresas Públicas e Instituições Financeiras do Estado; e (V) Infraestrutura.

Segundo estudo feito por D’ARAÚJO (2007), somente a partir do governo Lula a competência para nomear os ocupantes de cargos de Direção e Assessoramento Superiores (DAS), prerrogativa exclusiva da Presidência da República nos governos anteriores, foi delegada a um outro órgão, a Casa Civil. As novas atribuições foram outorgadas José Dirceu, então ministro chefe da Casa Civil, que passou a ter competência para prover todos os cargos de DAS da administração pública federal, tendo inclusive sob sua responsabilidade a nomeação dos titulares das secretarias nacionais e similares ligadas à Presidência da República, seguindo o Decreto nº 4.734 de 11 de junho de 2003.

⁶⁸ Grifo nosso. Exposição de motivos interministerial nº 346, disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Exm/2002/346-MP-02.htm.

“Essa concentração de poderes na Casa Civil podia sugerir uma medida preventiva da presidência de Lula visando a controlar, supervisionar, ou talvez restringir indicações políticas feitas pelos integrantes da coalizão de governo. Na prática, as denúncias de corrupção e de irregularidades administrativas que emergiram em 2005, especialmente em torno do escândalo do Mensalão, envolvendo diretamente o ministro José Dirceu, levaram ao questionamento dos méritos desse procedimento” (D’ARAÚJO, 2009:22).

Antonio Palocci Filho, ex-militante trotskista, médico e coordenador da campanha de Lula em 2002 após o assassinato do então coordenador e Prefeito da cidade de Santo André, Celso Daniel, compartilhou a coordenação geral da equipe de transição com *Luiz Gushiken*, ex-Presidente do Sindicato dos Bancários de São Paulo (1984-1986), ex-Presidente Nacional do PT entre 1988 e 1990 e da Central Única dos Trabalhadores (CUT).

Dentre todos os cinquenta nomeados, destacamos alguns nomes⁶⁹. Além de Antonio Palocci e Luiz Gushiken, a equipe de (I) Gestão e Governo foi composta também por *Gilberto Siqueira*, filiado ao PT e Secretário de Planejamento do Estado do Acre no governo de Jorge Viana (PT); *Gleisy Hoffmann*, ex-Secretária de Reestruturação Executiva e de Gestão Financeira no Governo do Estado do Mato Grosso do Sul durante a gestão de José Orcírio dos Santos, o Zeca do PT (1999-2002), posteriormente Ministra-Chefe da Casa Civil no primeiro governo Dilma; *Matilde Ribeiro*, assistente social e ativista no movimento negro, posteriormente nomeada Ministra-Chefe da Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial e *Luiz Eduardo Soares*, cientista social, ex-Secretário de Segurança Pública do Estado do Rio de Janeiro na gestão de Anthony Garotinho (PDT-1999-2002), posteriormente nomeado Secretário Nacional de Segurança Pública.

Na equipe de (II) Desenvolvimento Econômico, responsável pelas áreas de Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, Desenvolvimento Agrário, Agricultura, Integração Nacional, Meio Ambiente e Ciência e Tecnologia, foi nomeada *Tânia Bacelar*, Secretária de Planejamento e da Fazenda do Estado de Pernambuco na terceira gestão de Miguel Arraes (PSD-1995-1999); *Maurício Borges Lemos*, Secretário de Planejamento da Prefeitura de Belo Horizonte na gestão de Patrus Ananias (PT-1993/1996) e na primeira gestão de Célio de Castro (PSB-1997/2000), onde exerceu também o cargo de

⁶⁹ As biografias dos nomes citados estão disponíveis nos sites dos órgãos governamentais e nas demais instituições depositárias dos currículos dos atores citados ao longo do texto.

Secretário Municipal de Coordenação de Política Social. Professor titular da Faculdade de Ciências Econômicas da UFMG desde 1991, Lemos foi subsequentemente nomeado diretor do BNDES em janeiro de 2003.

Também compunham a equipe, *José Graziano da Silva*, agrônomo, coordenador do Programa Fome Zero e em seguida nomeado como Ministro-Chefe do Ministério Extraordinário de Segurança Alimentar e Combate à Fome (MESA); *Gilney Viana*, militante petista, médico, professor da Universidade Federal do Mato Grosso, Deputado Estadual pelo mesmo estado, um dos fundadores do PT em Minas Gerais e em Mato Grosso, coordenador e um dos elaboradores do Programa de Governo na área de Meio Ambiente, foi nomeado em seguida como Secretário do Meio Ambiente em 2003 e *Ildeu de Castro Moreira*, físico, professor do Instituto de Física da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), um dos elaboradores do Programa de Governo do PT na área de Ciência e Tecnologia.

Na equipe de (III) Políticas Sociais, responsável pelos setores de Previdência Social, Trabalho e Emprego, Assistência Social, Saúde, Educação, Cultura, Esporte e Turismo, assumiram, *Humberto Costa*, ex-Deputado Estadual (1990-1993) e ex-Deputado Federal (1995-1999) pelo PT de Pernambuco, ex-Secretário de Saúde de Recife (2001-2003) na gestão de João Paulo Lima e Silva (PT), ex-Secretário das Cidades de Pernambuco de 2007 a 2010, na gestão de Eduardo Campos (PSB), nomeado em seguida para o Ministério da Saúde, cargo que ocupou até julho de 2005; *Ricardo Karan*, especialista em políticas públicas e gestão governamental, assessor especial do gabinete da Prefeitura de São Paulo durante a gestão de Marta Suplicy (PT-2001/2005), foi ex-coordenador-geral de análises e pesquisas da Diretoria de Benefícios do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS);

Compunham também a pasta, *Ana Maria Medeiros da Fonseca*, ex-coordenadora do Programa de Garantia de Renda Mínima do Município de São Paulo, durante a gestão de Marta Suplicy (PT-2001/2005); *Swedenberger Barbosa*, especialista em Saúde Pública, presidiu o Sindicato dos Odontologistas do Distrito Federal entre 1984 e 1990, dirigente do Departamento Nacional de Saúde, Previdência e Assistência Social da CUT entre 1989 e 1994, membro do Conselho Nacional de Saúde entre 1990 e 1994, ex-Secretário de Estado de Governo do Distrito Federal (1996-1998) na gestão de Cristovam Buarque, nomeado em seguida como Secretário Executivo da Casa Civil da Presidência da República (2003-2005), Assessor Especial do Ministro da Previdência Social, o pemedebista Romero Jucá Filho (2005) e Assessor Especial do Presidente da República

(2006-2007); *Francelino Grando*, advogado, doutor em Ecologia e Recursos Naturais pela Universidade Federal de São Carlos (SP) ex-Secretário de Desenvolvimento Sustentável, Ciência e Tecnologia da Prefeitura de São Carlos, na gestão de Newton Lima Neto (PT) (2001-2008) e *Márcio Meira* um dos elaboradores do programa de governo do PT na área de cultura.

Na equipe (IV) Empresas Públicas e Instituições Financeiras do Estado, responsável pelas empresas Banco do Brasil, Caixa Econômica Federal, Banco do Nordeste (BNB), Banco da Amazônia (BASA), Petrobras e BNDES, *José Sérgio Gabrielli de Azevedo*, economista, professor titular da Universidade Federal da Bahia (UFBA), posteriormente nomeado para a Diretoria Financeira e de Relações com Investidores da Petrobrás, cargo que exerceu até 21 de julho de 2005, quando foi nomeado membro do Conselho de Administração da Petrobrás para em seguida tornar-se presidente da empresa, permanecendo no cargo até fevereiro de 2012; *Sergio Rosa*, ex-militante trotskista (Organização Socialista Internacionalista e na tendência petista “O Trabalho”), ex-presidente da Confederação Nacional dos Bancários, então diretor administrativo da Caixa de Previdência dos Funcionários do Banco do Brasil (PREVI); *Arno Hugo Augustin Filho*, Secretário da Fazenda do Estado do Rio Grande do Sul na gestão de Olívio Dutra (PT), ex-Secretário Municipal da Fazenda de Porto Alegre na gestão de Tarso Genro (PT), posteriormente designado para a Secretaria do Tesouro Nacional em junho de 2007; *Ermínia Maricato*, professora titular aposentada da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da USP-FAU, ex-Secretária de Habitação e Desenvolvimento Urbano do município de São Paulo na gestão de Luiza Erundina (1989-1993), nomeada em seguida para o cargo de Secretária Executiva do Ministério das Cidades ao lado do então Ministro das Cidades, Olívio Dutra (PT), função que exerceu até o ano de 2005; *Tereza Campello*, economista, ocupou diversos cargos públicos durante as gestões petistas no município de Porto Alegre e no Estado do Rio Grande do Sul, nomeada em seguida para a Subchefia de Articulação e Monitoramento da Casa Civil durante o Governo Lula, assumindo em 2011 o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS).

Na equipe (V) de Infraestrutura, responsável pela Secretaria de Desenvolvimento Urbano, Transportes, Minas e Energia e Comunicações, foi nomeada *Dilma Rousseff*, ex-Assessora Parlamentar na bancada do PDT na Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul, ex-Secretária Municipal da Fazenda de Porto Alegre na gestão de Alceu Collares (PDT-1986/1989), ex-Secretária de Energia, Minas e Comunicações do Estado do Rio

Grande do Sul durante o Governo de Alceu Collares (PDT-1991/1995), retornando à Secretaria de Energia, Minas e Comunicações do Estado do Rio Grande do Sul durante o Governo de Olívio Dutra (PT-1999/2003). Dilma participou da elaboração do Programa de Governo do PT para a área de Minas e Energia, assumindo a chefia do Ministério permanecendo até julho de 2005, também foi nomeada Presidente do Conselho de Administração da Petrobrás cargo que exerceu até 2010, ex-Ministra da Casa-Civil (2005-2010), assumindo o Ministério após a saída de José Dirceu em razão das denúncias de corrupção parlamentar (Mensalão). Um dos principais nomes por trás do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), sem ter construído seu capital político em qualquer esfera eleitoral, Dilma Rousseff, após Convenção Nacional do Partido dos Trabalhadores, realizada em 13 de junho de 2010, é oficializada como candidata à Presidência da República, vencendo os pleitos de 2010 e 2014⁷⁰ e sofrendo processo de *impeachment* em 2016.

Também nomeados para a equipe, *José Augusto Valente*, Diretor de Administração e Finanças do Centro de Processamento de Dados do Estado do Rio de Janeiro (PRODERJ) e *Heitor Miranda dos Santos*, superintendente de Ações Estratégicas e Relações Internacionais do Governo do Mato Grosso do Sul na gestão de José Orcírio dos Santos, o Zeca do (PT-1999/2007)⁷¹.

Demais nomes que tiveram relevância para o processo de transição, como *Bernard Appy*⁷² e *Miriam Belchior*⁷³, vieram a ocupar altos cargos dirigentes ao longo dos Governos Lula e Dilma. A título de ilustração, segue nos anexos, a listagem dos Ministros e demais atores do primeiro escalão nomeados no primeiro e no segundo Governo Lula assim como também no Governo Dilma.

Juntos o Governo Lula e Dilma admitiram 234.988 servidores ente 2003 e 2014⁷⁴. O Decreto nº5.497 de julho de 2005 determinou que somente os cargos DAS⁷⁵ nível 5 e

⁷⁰ Em 17/03/2016, o Plenário da Câmara dos Deputados aprova por 433 votos a 1 a lista com as indicações dos líderes partidários para a composição da comissão especial do pedido de impeachment da presidente Dilma Rousseff por crime de responsabilidade.

⁷¹ COSTA & ANDRADE (2003:11-17).

⁷² Foi secretário-executivo do Ministério da Fazenda entre 2003 e 2009.

⁷³ Foi Secretária de Administração e Modernização Administrativa da Prefeitura de Santo André nas duas gestões de Celso Daniel (PT), foi subchefe de Articulação e Monitoramento da Casa Civil da Presidência da República (2003-2004) e Ministra do Planejamento, Orçamento e Gestão entre 2011 e 2015.

⁷⁴ Cf. <http://www.pt.org.br/lula-e-dilma-admitem-355-mais-servidores-do-que-fhc/>.

⁷⁵ Os cargos de Direção e Assessoramento Superior foram criados no âmbito da reforma administrativa, que teve como marco inicial a edição do decreto-lei nº 200, de 25 de fevereiro de 1967. O objetivo principal era tornar a administração pública mais eficiente e possibilitar um processo de desburocratização dos serviços público. (D'Araújo, 2007:7).

6, indicados pela Casa Civil a partir de 2003, podem ter livre provimento, essa decisão proveu 75% para servidores públicos de carreiras nos cargos DAS nível 1,2,3 e 4. Entre 2002 e 2012, o contingente de servidores públicos passou de 809,9 mil para 984,3 mil, entre 2003 e 2013, segundo dados do IPEA⁷⁶, somente os órgãos ligados à Presidência da República aumentaram seu contingente de 3,7 mil para 9,1 mil (143%). Entre 2008 e 2010, o impacto dos reajustes dados aos servidores civis do Executivo durante este período foi de R\$ 35,2 bilhões, aumentando a folha de pagamento de R\$ 64,7 milhões em 2003 para R\$152,5 milhões em 2012. Ainda segundo dados do IPEA, o número de cargos comissionados subiu 28% entre 2000 e 2013, sendo que os cargos DAS nível 4 e 6 tiveram ampliação de 85%.

Afora qualquer tipo de argumentação e levantamento estatístico a respeito da relação entre o “inchamento” da máquina pública e o mérito dos resultados atingidos pela governança petista, de acordo com LOPES *et alli* (2015:42), a rotatividade dos cargos DAS 4,5 e 6 giram em torno dos 30% a cada ano, o que daria *maior peso aos cargos regionais em função do apoio parlamentar* ao governo. Esses cargos regionais cresceram 39% entre 1999 e 2013, alimentando a tese institucionalista a respeito do alto custo de funcionamento do sistema político brasileiro.

Quanto ao apoio parlamentar, tal qual afirma MENEGUELLO (1998), os partidos brasileiros nasceram e ganharam força dentro do aparato do Estado onde encontram a maior parte de seus recursos de organização, tendo na obtenção de cargos e no controle dos recursos estatais um de seus principais meios de reprodução. Como o PT e o PMDB, durante o Governo Lula obtiveram maior número de pastas ministeriais, estes partidos também conquistaram a maior fatia frente à presidência de comissões. A base governista conquistou 71% das presidências das comissões da Câmara do Deputados, ainda que o PT não obtivesse maioria no Senado Federal, obteve 63% de representatividade. A tabela 4 demonstra a liderança da coalizão em quantidade na presidência de comissões permanentes no Congresso Nacional entre 2003 e 2010.

⁷⁶ Cf. http://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=9453.

Tabela 4: Presidência nas comissões permanentes do Congresso Nacional (2003-2010)

PARTIDO	CÂMARA DOS DEPUTADOS (2003-2006)	CÂMARA DOS DEPUTADOS (2007-2010)	SENADO FEDERAL (2003-2006)	SENADO FEDERAL (2007-2010)	TOTAL
PT	13	15	2	3	33
PMDB	12	12	7	6	37
PFL (DEM)	11	10	5	4	30
PSDB	8	9	3	4	24
PP	8	7	-	-	15
PSB	5	6	1	2	14
PL (PR)	6	5	-	-	11
PTB	8	4	1	1	14
PDT	4	3	2	2	11
PPS	4	4	-	-	8
PSC	-	3	-	-	3
PCdoB	-	2	-	-	2
TOTAL	79	80	21	22	191

Fonte: adaptado de PASQUARELLI (2011:82).

A região nordeste prevaleceu na composição das Mesas Diretoras e das Presidências em ambas as instituições. A maior representação foi de Pernambuco (8) seguido por São Paulo (7), Minas Gerais (6), Alagoas (4) e Piauí (3). No Senado a maior representação foi do estado Piauí (6) seguido por Amapá (4), Bahia (4), Mato Grosso (4) e Acre (3).

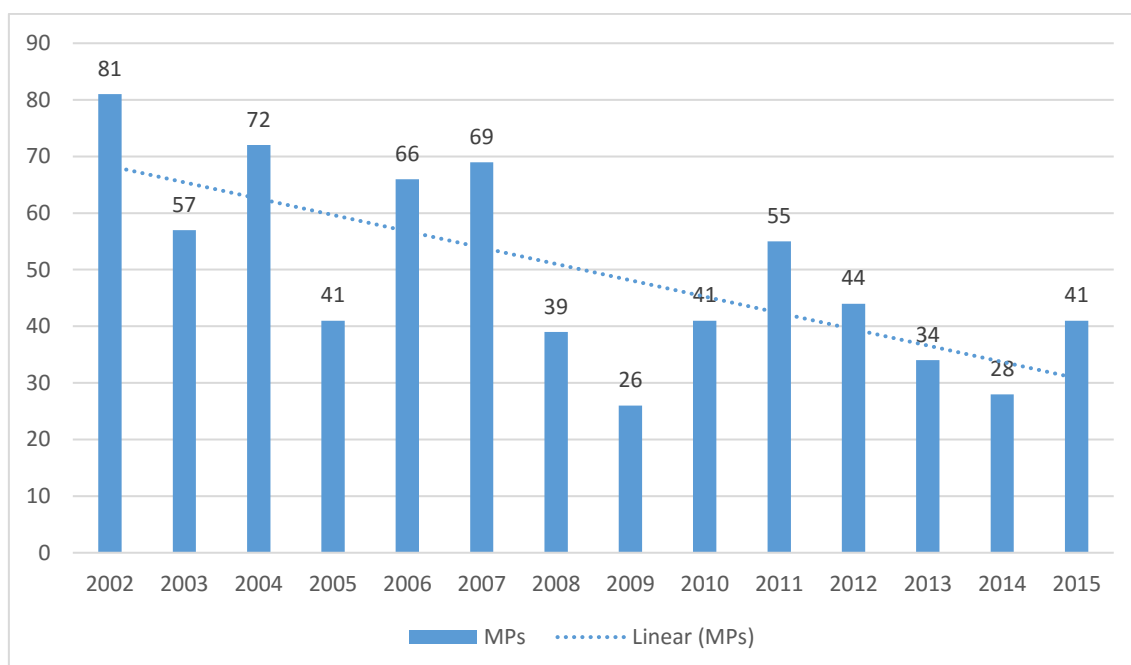
De acordo com LIMONGI (2010), a força da coalizão foi notória ao se observar os índices de disciplina partidária. PT (93%), seguido por PL (PR) (90%) e PMDB (78%) indicaram um índice geral de disciplina parlamentar de 86%, caindo somente após as denúncias de corrupção em 2005 quando o PPS retirou o apoio ao governo reduzindo o índice de 94,1% em 2003 para 76,3% em 2005, porém, retornando ao patamar de 91,7% em 2008, tendo o índice geral nos dois mandados calculado pelo CEBRAP em 86,3% (LIMONGI, 2010).

Com exceção dos anos 2005-2006, quando a presidência da Câmara ficou a cargo de Severino Cavalcante do PP, as outras presidências foram ocupadas pelo PT (João Paulo Cunha 2003-2004; Arlindo Chinaglia 2007-2008; Marco Maia 2011-2013) e PMDB (Michel Temer 2009-2010; Henrique Eduardo Alves 2013-2014; Eduardo Cunha 2015-

2016). No Senado, a força política do PMDB se faz notória tendo José Sarney à frente da Mesa Diretora entre 2003/2004; 2009/2010 e 2011/2013 e Renan Calheiros entre 2005/2006; 2007/2008; 2013/2014 e 2015/2016.

Quanto ao uso do recurso das Medidas Provisórias (MP), após a promulgação em 11 de setembro de 2001 da Emenda Constitucional (EC) de número 32⁷⁷, aproximadamente 65% das seções na Câmara dos Deputados tiveram sua pauta “trancada” pelo uso de medidas provisórias de acordo dados do Serviço de Processamento de Dados e do Núcleo de Assessoramento Técnico da Secretária-geral da Mesa Da Câmara dos Deputados⁷⁸.

Gráfico 12: Medidas Provisórias Governo Lula e Dilma (2002-2015)



Fonte: Portal da Legislação: <http://www4.planalto.gov.br/legislacao/legislacao-1/medidas-provisorias#content>. Elaboração própria.

⁷⁷ Cf. http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Emendas/Emc/emc32.htm.

⁷⁸ Cf. <http://www2.camara.leg.br/a-camara/estruturaadm/secretaria-geral-da-mesa/>.

3.3.1. A governança “do social”: dissenso intragovernamental e maximização da intersetorialidade

O combate à fome é um compromisso ético, moral, cristão. É, sobretudo, uma profissão de fé, de estender as mãos para aqueles que não tiveram as mesmas oportunidades que eu tive.

É o mínimo que se espera de um governo, é o mínimo que se espera de um homem público.

(Luiz Inácio Lula da Silva - Discurso de lançamento institucional do Programa Fome Zero e instalação do CONSEA, realizado no Palácio do Planalto, em 30 de janeiro de 2003.⁷⁹)

No primeiro mês do primeiro mandato, Lula criou o Ministério da Assistência e Promoção Social que fora ainda no mesmo ano renomeado para Ministério da Assistência Social (MAS). Foi então empossada para o cargo de Ministra, a ex-Senadora e Vice-Governadora do Estado do Rio de Janeiro, *Benedita da Silva*. Filiada ao PT desde 1980, Benedita da Silva foi atingida por denúncias de mau uso de dinheiro público logo no primeiro ano de governo petista, ao pagar com recursos da União a hospedagem em um hotel de luxo na Argentina. Pressionada pelos fatos publicados pela imprensa, devolveu o dinheiro gasto na viagem e acabou demitida em 21 de janeiro de 2004⁸⁰. O Ministério foi extinto no mesmo mês e dissolvido na Secretaria Nacional de Assistência Social (SNAS), agora veiculada ao Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) criado em 23 de janeiro de 2004 dois dias após a saída de Benedita da Silva do cargo.

Em consonância com a Constituição Federal de 1988 e dando seguimento a reformas do Sistema de Proteção Social (SPS) que se nasceram através de iniciativas de reforma do sistema de saúde já no início do Governo Sarney, no Governo Lula, através de uma série de fóruns, conselhos em âmbito municipal, estadual e federal, associações de classe, associações de ensino e pesquisa, além de uma Frente Parlamentar em Defesa da Assistência Social em atividade desde o final da década de 1990 pela consolidação do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) buscou, pela mediação com a Setorial de Assistência Social do Partido dos Trabalhadores e de sua histórica relação com o Instituto de Estudos Especiais (IEE) da PUC-SP em parceria com a Secretaria Nacional de Assistência Social e o Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome, efetivar o reordenamento da política de assistência social no país.

⁷⁹ Cf. <http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/ex-presidentes/luiz-inacio-lula-da-silva/discursos/1o-mandato/pdfs-2003/1o-semester/30-01-2003-discurso-do-presidente-da-republica-luiz-inacio-lula-da-silva-na-cerimonia-de-lancamento-institucional-do-programa-fome-zero>.

⁸⁰ Cf. BONIN, Robson. Em 8 anos de Lula, denúncias levaram à demissão de 9 ministros”. G1 Política, 29/09/2010. Disponível em: <http://g1.globo.com/politica/noticia/2010/09/em-8-anos-de-lula-denuncias-levaram-demissao-de-9-ministros.html>

De acordo com MENDOSA (2012:141), embora não tivesse vínculos estreitos com a Setorial de Assistência Social do PT, a criação do Ministério da Assistência Social e a indicação de Benedita da Silva para titular da pasta foram sugestões da própria Setorial petista. Todavia, configurada a falta de integração e coordenação do Programa Fome Zero à política de assistência social pretendida por membros da Setorial petista dentro do MDS, durante a reforma ministerial ocorrida em janeiro de 2004, tanto o Ministério Extraordinário da Segurança Alimentar (MESA) quanto o Ministério da Assistência Social (MAS) foram extintos. MENDOSA (2012:143) indica ainda o desgaste organizacional do Ministério. O secretário executivo e interino da pasta, Ricardo Manuel dos Santos Henriques “era visto como “focalista” no interior da Câmara de Políticas Sociais, que reunia os representantes das várias frentes abertas por Lula na política social de seu governo. Além disso, Benedita da Silva era tida como “onguista” e responsável pela manutenção dos Núcleos de Apoio à Família (NAF) desenvolvidos no governo FHC. A presença de ambos não era bem vista por parte daqueles que criticavam “um viés profundamente conservador implícito na decisão pela “centralidade da família” (idem).

Quanto ao Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), resultado da união do antigo MAS, agora transformado em Secretaria Nacional de Assistência Social (SNAS), do Ministério de Segurança Alimentar e Combate à Fome (MESA) e da Secretaria Executiva do Programa Bolsa Família⁸¹, uma espécie de “superministério” criado para solucionar os problemas de coordenação da área social, foi nomeado para titular da pasta *Patrus Ananias*, ex-Prefeito de Belo Horizonte - MG (1993-1996) e à época Deputado Federal pelo PT, que permaneceu à frente do MDS até o final do segundo mandato de Lula. Organizada em cinco secretarias, o MDS foi composto pela (I) Secretaria Nacional de Renda de Cidadania (SENARC); (II) Secretaria Nacional de Assistência Social (SNAS); (III) Secretaria Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (SESAN); (IV) Secretaria de Articulação Institucional e Parcerias (SAIP) e pela (V) Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação (SAGI).

Marcia Helena Carvalho Lopes, irmã do chefe de gabinete da campanha de Lula à Presidência da República em 2002 e então assessor especial da Presidência da República, Gilberto Carvalho (2011-2015), foi integrante da Setorial de Assistência Social do PT. Vereadora e gestora de assistência social em Londrina-PR, professora do departamento de Serviço Social da Universidade Estadual de Londrina, assumiu a

⁸¹ Instituída pela Medida Provisória nº163 de 23 de janeiro de 2004.

Secretaria de Assistência Social (SNAS) ficando à frente da executiva do MDS e responsável pela coordenação dos programas sociais após a saída da ex-coordenadora do Programa de Garantia de Renda Mínima do Município de São Paulo, durante a gestão de Marta Suplicy-PT, *Ana Maria Medeiros da Fonseca*.

Ao longo dos anos, diversos membros da Setorial de Assistência Social do PT passaram pelas cinco secretarias vinculadas ao MDS. A Criação da SNAS foi de fato fundamental para o sucesso em articular transferência de renda, segurança alimentar e assistência social.

Durante o segundo Governo de Fernando Henrique Cardoso (1999-2002), foram criados diversos programas de transferência de Renda como, por exemplo, o Programa Bolsa Alimentação, vinculado ao Ministério da Saúde (MS), o Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI), vinculado ao Ministério da Previdência e Assistência Social, o Programa Bolsa Escola, vinculado ao Ministério da Educação (MEC) e o Auxílio- Gás, vinculado ao Ministério de Minas e Energia (MME).

Cada programa tinha um cartão bancário pela Caixa Econômica Federal e cada Ministério possuía uma estruturação interna para a gestão de cada programa. Para *Ana Maria Medeiros da Fonseca*, responsável pela elaboração do relatório sobre os programas de transferência de renda do Governo FHC, a variedade de cartões bancários poderia gerar uma desmedida disputa entre os gestores ocasionando na pulverização dos recursos públicos disponíveis, ou seja, poderia inviabilizar a *intersectorialidade*⁸² necessária à *eficiente coordenação e integração da ação de governo*. Para garantir a intersectorialidade, Lula criou por meio do Decreto nº 4.714 de 30 de maio de 2003, a Câmara de Política Social (CPS), uma câmara ministerial destinada a coordenar ações na área social e implementar o Programa Fome Zero junto ao Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (CONSEA) e liderado por *José Graziano da Silva*, Ministro Extraordinário de Segurança Alimentar e Combate à Fome (MESA), extinto em janeiro de 2004.

⁸² Mais do que um princípio de ação, a intersectorialidade é uma lógica de gestão que transcende um único setor da política social (...) é um instrumento estratégico de otimização de saberes, competências e relações sinérgicas em prol de um objetivo comum e prática social compartilhada, que requer pesquisa, planejamento e avaliação para realização de ações conjuntas (...) fundamenta-se na organização de políticas públicas por setores ou segmentos que impõem a adoção da ótica intersectorial e do trabalho em rede para a compreensão e atuação sobre os problemas visando estabelecer a implementação de uma política por um conjunto de ações governamentais e não governamentais, no âmbito da União, dos estados e municípios. Significa ações articuladas e coordenadas, utilizando os recursos existentes em cada setor (materiais, humanos, institucionais) de modo mais eficiente, direcionando-os para ações que obedeçam a uma escala de prioridades estabelecidas em conjunto. Cf. <http://matriz.sipia.gov.br/conceitos/233-conceito-intersectorialidade>.

A medida provisória (MP) nº132 de 20 de outubro de 2003, cria o Programa Bolsa Família convertida em lei em 9 de janeiro de 2004 (Lei 10.836/04), um dia depois da promulgação da Lei nº10.835 que institui a Lei de Renda Básica de Cidadania somada à Lei Orgânica de Segurança Alimentar (LOSAN-11.346 de 16 de setembro de 2006), estes seriam os marcos regulatórios de uma política social altamente bem-sucedida.

Além de Ana Maria Medeiros da Fonseca, o *staff* social encarregado pela equipe setorial de (III) Políticas Sociais dentro da equipe de transição ficou responsável pelos setores de Previdência Social, Trabalho e Emprego, Assistência Social, Saúde, Educação, Cultura, Esporte e Turismo, sendo supervisionada pelo Deputado Estadual pelo Estado de Pernambuco (1990-1993), Deputado Federal pelo mesmo Estado entre 1995 e 1999, Secretário de Saúde do Município de Recife na gestão de João Paulo Lima e Filho (PT), candidato pelo PT ao governo de Pernambuco em 2002, Ministro da Saúde entre 2003 e 2005 e senador eleito em 2011, *Humberto Costa* (PT).

Em razão de questões operacionais e do modelo de gestão desejado pela equipe social, realiza-se um processo de unificação dos cadastros e a implementação de um cartão bancário único por meio do Cadastro Único para Programas Sociais (CadÚnico) visando evitar disputas intersetoriais e a sobreposição entre os programas. Contudo, conforme relata MONTEIRO (2011:83):

Os quatro ministérios responsáveis por programas de transferência de renda não levaram em conta a proposta de unificação do relatório da transição da área social e reforçaram as práticas setoriais. Os quatro respectivos ministros tinham filiação partidária com o Partido dos Trabalhadores (PT), mas não atuaram de forma integrada, reforçando inclusive a prática setorial do partido. Atuaram isoladamente, expondo divergências por meio da imprensa e, ao mesmo tempo, não conseguiam responder às solicitações do presidente Lula e da sociedade, na garantia de programas com impacto e escala. A Câmara de Política Social começou a cumprir seu papel de articulação governamental, sob a coordenação direta do Presidente da República. Para ele, deveria existir apenas o programa do Governo Federal e cada Ministério deixaria de ter os “seus pobres”, ou seja, os programas sociais não pertenciam aos ministros, mas ao governo MONTEIRO (2011:83).

Um dos exemplos deste dissenso intragovernamental se deu pela proposta de *Cristovam Buarque*, então Ministro da Educação em lançar mais quatro programas de transferência de renda em seu ministério: Poupança-Escola, Bolsa-Escola para o Ensino Médio, Primeira Infância e Pré-Escola.

*Todos os ministros compunham a Câmara de Política Social (CPS), diversos ministros estiveram à frente da articulação e construção do processo de unificação das políticas sociais dentro da CPS ao longo de uma série de reuniões setoriais, destacando-se durante este processo, o fato de a CPS sempre estar ligada à equipe de transição de Governo, capitaneada por Antonio Palocci e Luiz Gushiken*⁸³.

As adoções de mecanismos eficientes de gerenciamento permitiram o sucesso do Programa Bolsa Família (PBF) como um dos maiores programas de transferência condicional de renda do mundo. Segundo nota técnica de monitoramento do financiamento da assistência social no Brasil, publicado pelo MDS e PNAS em 2012: “de R\$ 6,5 bilhões, em 2002, os recursos destinados à área atingiram R\$ 56,5 bilhões, em 2012. No período de 2004 a 2011, o financiamento federal da assistência social saltou de 0,71% do produto interno bruto (PIB) para 1,10%”.

A *expertise* da Setorial de Assistência Social do PT, em grande parte assessorado por membros do Núcleo de Estudos e Pesquisas de Seguridade e Assistência Social (NEPSAS) e o Instituto de Estudos Especiais (IEE), ambos ligados à PUC-SP, foi de fato essencial para o reordenamento da política de assistência social brasileira, tanto em seus aspectos “intelectual-moral” quanto por sua feição “econômico-administrativa”.

Em 2005, publica-se a Norma Operacional Básica (NOB) do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), descentralizando a gestão da política de assistência social. Ressalta-se, similarmente, o “Protocolo de Gestão Integrada de Serviços, Benefícios e Transferências de Renda do SUAS”⁸⁴ integrando o atendimento e o acompanhamento por equipes ligadas ao Centro de Referência da Assistência Social (CRAS) e dos Centros de Referência Especializados da Assistência Social (CREAS).

Destaca-se ainda, o papel da política educacional do governo Lula-Dilma no que tange à inclusão de camadas populares no ensino superior público e privado. Entre debates e controvérsias, o Programa Universidade Para Todos (ProUni), normatizado pela Lei 11.096/2005, concede bolsas parciais (50%) e integrais (100%) para alunos de baixa renda bruta familiar de até 1,5 salários mínimos. O incremento do financiamento público direto e um aumento progressivo do orçamento destinado ao Ministério da Educação

⁸³ José Dirceu (CC); Antônio Palocci (MF); Benedita da Silva (MAPS); Cristovam Buarque (MEC); Jaques Wagner (MTE); Humberto Costa (MS); Guido Mantega (MP); Agnelo Queiroz (Esporte); Ciro Gomes (MIN); Miguel Rossetto (MDA); Walfrido dos Mares Guia (Turismo); Gilberto Gil (Cultura); Ricardo Berzoini (MPS); Dilma Rousseff (MME); José Graziano (MESA); Olívio Dutra (MC); Emília Fernandes (SEPM); Matilde Ribeiro (SEPIR); Luiz Dulci (SG); Luiz Gushiken (SECOM) e General Jorge Armando Félix (GSI).

⁸⁴ Cf. <http://www2.maringa.pr.gov.br/sistema/arquivos/0eae6043a09.pdf>.

(MEC) de R\$ 33 bilhões no início do Governo Lula para mais de R\$ 86 bilhões em 2013 já no Governo Dilma Rousseff, aumentou o investimento percentual do PIB de 4,8% em 2002 para 6,1% ainda em 2011.

A eficiente aplicação desta política pública de investimento direto levou à implementação do Programa de Expansão das Instituições Federais de Educação Superior e o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI), cujos resultados se destaca a criação do maior número de instituições universitárias numa única década na história do país: 14 novas universidades federais e 126 campus universitários (GENTILI & STUBRIN, 2013:23). Em 2002, o país contava com 45 universidades federais, em 2010, contabilizava 274 atendendo 230 municípios. Entre 2005 e 2012, quase 1,1 milhão de estudantes de baixa renda ingressaram na universidade, “70% deles constituía a primeira geração de estudantes universitários da família; quase a metade era afrodescendente e 74% frequentava cursos em horários noturnos” (idem: 24).

Com a implementação do Programa Nacional de Assistência Estudantil (Pnaes), a transferência direta de recursos financeiros para estudantes universitários contemplou mais de 1 milhão de estudantes segundo dados de 2011.

O sucesso no gerenciamento do “desenvolvimento social” não foi seguido, todavia, pelo triunfo na gestão do “desenvolvimento econômico” que cresceu a taxas tão medíocres quanto as da Era FHC.

3.3.2. A governança econômica e sua elite dirigente

A governança econômica, maior responsável pela garantia da homeostase organizacional do Estado, é também um espaço político *sui generis*, uma vez que distante do controle democrático, recruta seus agentes pelo capital político conquistado em grande parte no setor privado em meio a um “pensamento único” que coloca tecnocratas responsáveis por decisões políticas. Especialmente quatro órgãos têm extenso poder de agenda por sobre as políticas públicas: o Banco Central do Brasil (BCB), o Ministério da Fazenda (MF), o Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MPOG) e o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES).

Além de *Guido Mantega*, peça chave no organograma da gestão petista, membro da Coordenação do Programa Econômico do PT nas eleições presidenciais de 1984, 1989 e 1998, Ministro do Planejamento, Orçamento e Gestão entre janeiro de 2003 e novembro

de 2004, Presidente do BNDES entre novembro de 2004 e março de 2006 e Ministro da Fazenda entre março de 2006 e janeiro de 2015, outros nomes são elementares para o êxito no processo de transição para o *hibridismo entre ortodoxia liberal e social desenvolvimentismo*, segundo nossa concepção, característica principal do programa petista.

No Ministério de Planejamento, Orçamento e Gestão (MPOG), criado em 1962 no Governo João Goulart, tendo Celso Furtado como o primeiro Ministro, após a saída de *Guido Mantega* em novembro de 2004, assume *Nelson Machado*, permanecendo no cargo até março de 2005, quando ao assumir o Ministério da Previdência Social, é substituído pelo Deputado Federal pelo estado do Paraná e ex-membro da diretoria do Sindicato dos Bancários do Paraná, *Paulo Bernardo Silva* (PT) que permaneceu no cargo até o final do governo Lula. Burocrata de carreira, Silva chegou a ocupar anteriormente o cargo de secretário da fazenda do Mato Grosso do Sul na gestão de Wilson Barbosa Martins (PMDB) e de secretário da fazenda do município de Londrina na gestão de Nedson Luiz Micheleti (PT), um dos fundadores do PT no Paraná.

Na Presidência do BNDES, além de *Carlos Lessa* e *Guido Mantega*; *Demian Fiocca* e *Luciano Coutinho*, embora não fossem legítimos representantes da ortodoxia liberal, deram seguimento à agenda política de desenvolvimentismo sem confronto direto com as medidas impostas pelo Consenso de Washington. Vale destacar que Carlos Lessa, um dos fundadores do Instituto de Economia da Unicamp e feroz defensor do desenvolvimentismo orientado pelo Estado, ao chocar-se com a postura afeita à ortodoxia neoliberal, amplamente defendida por Antonio Palocci (MF), Luiz Fernando Furlan (MDIC) e Henrique Meirelles (BCB), fora substituído por Guido Mantega que serviria para acalmar a base de sustentação do Governo⁸⁵.

Mesmo com a saída de Lessa, o BNDES, principalmente no segundo mandato de Lula, ocupou papel estratégico no financiamento de projetos orientados para a expansão do capital nacional no exterior financiando fusões e aquisições nacionais e multinacionais. Somente em 2008, o BNDES facilitou a fusão entre os bancos Itaú e Unibanco, os grupos de telecomunicações OI e Brasil Telecom, além de estabelecer financiamentos com as principais construtoras Odebrecht, OAS, Camargo Correa e

⁸⁵ Cf. ALENCAR, Kennedy; SALOMON, Marta. "Lessa é demitido do BNDES; Mantega assume". Folha de São Paulo, 19 de novembro de 2004. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/dinheiro/fi1911200402.htm>.

Andrade Gutierrez frente a projetos de infraestrutura em países que o Brasil estipulou a ampliação de sua política externa, principalmente na América Latina e África.

No Ministério da Fazenda, *Antonio Palocci Filho*, coordenou o Ministério entre janeiro de 2003 e março de 2006 quando saiu do cargo em razão de denúncias de corrupção durante o seu mandato como Prefeito da cidade de Ribeirão Preto e de participação em reuniões com lobistas, denúncias estas que levaram a quebra ilegal de sigilo bancário do caseiro Francenildo Costa e ocasionaram a demissão de Palocci em ano eleitoral.

Palocci foi uma ponte importante entre as gestões FHC e Lula, desde o seu discurso de posse no Ministério da Fazenda (PALOCCI apud EXAME, 2003), se posicionou a favor da pauta dos banqueiros, no qual a responsabilidade fiscal foi a pauta da agenda. Mesmo em meio à crise política que se instalou devido as denúncias, a credibilidade de Palocci era tamanha a ponto de ser enxergado pelo mercado como quem “tem mantido Lula no caminho das políticas macroeconômicas corretas” segundo Greg Anderson, estrategista de moedas do ABN-Amro em Chicago (ANDERSON, 2005 apud DIAS, 2012:110).

Após Palocci entregar sua carta de demissão em 27 de março de 2006, vários representantes objetivos dos interesses dos banqueiros se manifestaram na mídia a respeito do substituto Guido Mantega. Marcio Cypriano, então presidente do Bradesco e da Federação Brasileira de Bancos (FEBRABAN), um dos tecnocratas mais “escutados” pelos órgãos de imprensa à época, deixou evidente o *soft power* do capital financeiro e sua afinidade com as práticas da ortodoxia liberal⁸⁶: “agora, com a indicação de Guido Mantega como seu substituto, esperamos que a linha seja de continuidade da responsabilidade fiscal, liberdade cambial e política de metas de inflação” (CYPRIANO, 2006 apud DIAS, 2014:12)⁸⁷.

No Banco Central do Brasil, *Henrique Meirelles*, candidato pelo PSDB a Deputado Federal pelo estado de Goiás, posteriormente filiado ao PMDB em 2009, migrando para o PSD em 2011, com vasta carreira no *Bank Boston* (1974-2002) foi quem mais tempo ocupou a presidência da instituição ao longo de toda sua história. A composição da diretoria do BCB foi majoritariamente de economistas ortodoxos

⁸⁶ Entende-se aqui por ortodoxia liberal uma política orientada para a estabilidade de preços por meio de metas de inflação rígidas, superávit primário e flexibilização do câmbio.

⁸⁷ CYPRIANO, Marcio. “Discurso de Palocci agrada banqueiros”. Folha de São Paulo, São Paulo, 02 jan. 2003. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/folha/dinheiro/ult91u61379.shtml>.

estritamente ligados a corretoras de títulos, órgãos internacionais e bancos de investimento, a maioria com doutoramentos em grandes escolas de economia dos E.U.A. Segue nos anexos, um quadro da composição da diretoria do BCB durante a gestão de Henrique Meirelles (2003-2011).

Os dados mostram os nomes que estavam indicados durante o Governo FHC e que permaneceram durante o processo de transição institucional *com a presença de ao menos um diretor titular em cada área administrativa da diretoria colegiada da instituição*⁸⁸. Além de Henrique Meirelles, Presidente mundial do *BankBoston* de 1996 a 1999, ex-Diretor da Câmara de Comércio Brasil-EUA e que claramente manteve em conjunto com Antonio Palocci e Luiz Fernando Furlan uma política de altas taxas de juros, mais alguns nomes merecem destaque.

Um dos nomes que transitaram entre mais de uma área da diretoria colegiada do BCB, *Afonso Sant'Anna Bevilaqua*, Doutor pela *University of California-Berkeley*, consultor de organizações internacionais como o Banco Mundial (BIRD), o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e as Nações Unidas (ONU), foi economista do Fundo Monetário Internacional (FMI) de setembro de 1993 a agosto de 1995 e também colunista do *Jornal Valor Econômico* entre 2000 a 2003. Assumiu em junho de 2003 a Diretoria de Política Monetária (Dipom), a Diretoria de Política Econômica (Dipeç) e a Diretoria de Estudos Especiais (Diesp), exonerando-se em março de 2007. Bevilaqua foi substituído por *Mário Magalhães Carvalho Mesquita*, Doutor em Economia pela *University of Oxford*, economista do FMI entre 1997 e 2000 e economista chefe do Banco ABN Amro Real entre 2000 e 2006.

Substituindo *Beny Parnes*, nomeado ainda durante a gestão de Armínio Fraga (1999-2003), *Alexandre Schwartsman*, também Doutor em Economia pela *University of California-Berkeley*, economista-chefe de corretoras de títulos como Indosuez e a Itaú-BBA, posteriormente colunista da *Folha de São Paulo* e do *Jornal Valor Econômico*, defensor voraz da alta taxa de juros, permaneceu praticamente todo o primeiro mandato de Lula como diretor titular de assuntos internacionais, foi substituído por *Paulo Vieira da Cunha*, Doutor pela mesma instituição, economista do Banco Mundial (BIRD) entre 1988 e 1998, Vice-Presidente Sênior para a América Latina da *Lehman Brothers Inc.* entre 1998 e 2003, banco de investimentos que faliu em razão da crise econômica de 2008

⁸⁸ Edison Bernardes dos Santos (Dirad/Diesp), Luiz Fernando Figueiredo (Dipom), Beny Parnes (Direx), Tereza Cristina Grossi Togni (Difis), Sérgio Darcy da Silva Alves (Dinor), Ilan Goldfajn (Dipeç), Carlos Eduardo de Freitas (Dilid).

e economista-chefe para América Latina do HSBC *Securities* entre 2003 e 2006, assumiu a Diretoria de Assuntos Internacionais (Direx) do BCB em 2006 e saiu em janeiro de 2008.

Funcionário de carreira, *Alexandre Antonio Tombini*, Doutor em Economia pela *University of Illinois*, foi Assessor Especial da Câmara de Comércio Exterior na Casa Civil da Presidência da República entre 1995 e 1998, chefe do Departamento de Estudos e Pesquisas do BCB entre 1999 e 2001, Assessor Sênior do Diretor Executivo e Membro da Diretoria Executiva do FMI entre 2001 e 2005. Assumiu a Diretoria de Estudos Especiais (Diesp) em 3/6/2005 saindo em 12/4/2006, a Diretoria de Normas e Organização do Sistema Financeiro (Dinor) em 12/4/2006 saindo em 1/1/2011, acumulando a Diretoria de Assuntos Internacionais (Direx) entre 14/1/2008 e 20/1/2008, sendo posteriormente, já durante a gestão de Dilma Rousseff, nomeado Presidente do BCB em janeiro de 2011.

Depois da criação do Conselho de Política Monetária (Copom) em 1996, as políticas monetária e cambial são de responsabilidade do Banco Central do Brasil e as políticas fiscal, de crédito, orçamentária e de dívida pública ficam a cargo do Ministério da Fazenda que, dentro de suas atribuições, divide com o Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão e com o Presidente em exercício do Banco Central do Brasil (BCB), a capacidade governativa em âmbito econômico do Conselho Monetário Nacional (CNM), órgão com o maior poder deliberativo sobre o sistema financeiro nacional⁸⁹.

A harmonia entre esses dirigentes estatais encarregados de definir critérios e aplicar padrões técnicos sobre questões políticas que envolvem a governança econômica, é crucial para a homeostase organizacional da máquina governamental e, portanto, da *capacidade governativa* em realocar recursos para políticas públicas⁹⁰.

⁸⁹ Formalmente, os objetivos do Copom são: "implementar a política monetária, definir a meta da Taxa Selic e seu eventual viés, e analisar o Relatório de Inflação". A taxa de juros fixada na reunião do Copom é a meta para a Taxa Selic (taxa média dos financiamentos diários, com lastro em títulos federais, apurados no Sistema Especial de Liquidação e Custódia), a qual vigora por todo o período entre reuniões ordinárias do Comitê. Se for o caso, o Copom também pode definir o viés, que é a prerrogativa dada ao presidente do Banco Central para alterar, na direção do viés, a meta para a Taxa Selic a qualquer momento entre as reuniões ordinárias. Cf. <https://www.bcb.gov.br/?RED-COPOM>.

⁹⁰ Destaca-se a adoção, pelo Decreto 3.088, em 21 de junho de 1999, da sistemática de metas para a inflação como diretriz de política monetária. Desde então, as decisões do Copom passaram a ter como objetivo cumprir as metas para a inflação definidas pelo Conselho Monetário Nacional. Segundo o mesmo Decreto, se as metas não forem atingidas, cabe ao presidente do Banco Central divulgar, em Carta Aberta ao Ministro da Fazenda, os motivos do descumprimento, bem como as providências e prazo para o retorno da taxa de inflação aos limites estabelecidos. (BCB, disponível em: <https://www.bcb.gov.br/?COPOMHIST.>)

No Ministério da Fazenda, destaca-se ainda a presença de *Murilo Portugal Filho* que veio a substituir o Secretário de Política Econômica e Secretário Extraordinário de Reformas-Econômico-fiscais *Bernard Appy* que trabalhou no MF entre 2003 a 2009. Murilo Portugal Filho foi ex-secretário do Tesouro no Governo FHC, foi também assessor da Casa Civil no Governo do General João Figueiredo entre 1981 e 1985, diretor executivo do Banco Mundial (BIRD) entre 1996 e 2000 e membro do Conselho de Administração do FMI entre 1998 e 2005, assumindo como secretário executivo do MF de maio de 2005 a março de 2006, deixando o posto para se tornar o 14º Presidente da Federação Brasileira de Bancos (FEBRABAN).

Murilo Portugal Filho, embora não tivesse amplo apoio dentro do Partido dos Trabalhadores⁹¹, era cotado para substituir Meirelles caso o processo penal por evasão de divisas e sonegação fiscal, correndo no Supremo Tribunal Federal (STF), não tivesse sido ofuscado pelas denúncias feitas pelo deputado Roberto Jeferson da base governista (PTB) de compra de votos de parlamentares (Mensalão) e que, aparentemente, desviaram o foco da imprensa sobre as possíveis atividades ilícitas do Presidente do BCB além do esforço da base governista e do próprio Presidente Lula para blindar Meirelles contra as acusações⁹².

Em 2005, o Ministério Público chegou a pedir a quebra de sigilo do presidente do BCB e de empresas ligadas a ele, tendo o pedido negado pelo STF. O inquérito foi enviado ao STF no momento em que o nome de Meirelles, que se filiou em 2009 ao PMDB, era cogitado para ser vice na chapa de Dilma Rousseff (PT). O então procurador-geral da República, *Roberto Gurgel*, pediu o arquivamento do inquérito aberto no STF contra Henrique Meirelles. O relator do caso, *Joaquim Barbosa*, seguiu entendimento da Procuradoria-Geral da República, que solicitara o arquivamento⁹³.

Murilo Portugal Filho entregou sua carta de demissão no dia do anúncio da nomeação de Guido Mantega⁹⁴. A posterior nomeação de Bernard Appy para o lugar de

⁹¹ Cf. VALOR ECONÔMICO. "Substituto na Fazenda é entrave à escolha de Palocci para coordenação". Valor Econômico, São Paulo, 20 fev. 2006. Disponível em: <http://www.valor.com.br/arquivo/494309/substituto-na-fazenda-e-entrave-escolha-de-palocci-para-coordenacao>.

⁹² ALENCAR, Kennedy; KRAKOVICS, Fernanda. "Lula articula para postergar a ida de Meirelles ao Senado", Folha de São Paulo, 4 de agosto de 2004. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/brasil/fc0408200402.htm>.

⁹³ Cf. D'ELIA, Mirella. "STF arquiva inquérito contra Meirelles". VEJA, 31 de março de 2010. Disponível em: <http://veja.abril.com.br/noticia/brasil/stf-arquiva-inquerito-henrique-meirelles/>.

⁹⁴ Cf. RODRIGUES, A. Murilo Portugal pede demissão do cargo de secretário-executivo da Fazenda. Valor Econômico, São Paulo, 27 mar. 2006. Disponível em: <http://www.valor.com.br/arquivo/497919/murilo-portugal-pede-demissao-do-cargode-secretario-executivo-da-fazenda>.

Murilo Portugal Filho seria um dos indícios de mudança entre uma orientação econômica ortodoxa por outra heterodoxa, tendo em vista que Guido Mantega posicionou-se em diversas ocasiões contra as reivindicações dos banqueiros inclusive produzindo certo dissenso entre Ministério da Fazenda, Banco Central e a FEBRABAN⁹⁵.

Contudo, como demonstra DIAS (2012:116), esse desconforto entre Mantega e os banqueiros não foi amplamente apoiado pelos mesmos, inclusive, em alguns casos como o Banco Itaú, Santander, Bradesco, ABN AMRO Real, Unibanco, Mercantil e Safra ampliando o financiamento da campanha petista em 2006⁹⁶.

Em 28 de janeiro de 2007, o Governo Lula anuncia a criação do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC). Entre debates e controvérsias, grosso modo, em torno da qualidade do controle sobre o capital investido por setores públicos, também é altamente questionável os efeitos de programas de infraestrutura orientados para a população de baixa renda, criados a partir do PAC, como é o caso dos programas Minha Casa Minha Vida e Luz Para Todos amplamente criticado por lideranças de movimentos populares⁹⁷.

3.3.3. A governança do agronegócio e a suspensão do conflito agrário

No Governo Lula, dá-se início a uma política de exportação centrada no agronegócio e nos produtos industriais de baixa densidade tecnológica implementando-se medidas cambiais e creditícias orientadas a dar eficácia a esta política.

No caso do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, foi nomeado para o primeiro mandato o co-fundador e presidente da Associação Brasileira de Agronegócio (ABAG)⁹⁸ e da Sociedade Rural Brasileira (SRB), *Roberto Rodrigues*.

⁹⁵ Cf. MANTEGA, Guido. "Mantega diz que vai apertar os bancos". Folha de São Paulo, São Paulo, 06 ago. 2006. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/dinheiro/fi0608200602.htm>.

⁹⁶ Cf. NAVARRO, Silvio; ZANINI, Fábio. "Setor bancário deu maior doação à campanha de Lula". Folha de São Paulo, 29 de novembro de 2006. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/folha/brasil/ult96u87203.shtml>.

⁹⁷ Cf. BOULOS, Guilherme; RIBEIRO, Ana Paula; SZERMETA, Natalia. "Como não fazer política urbana". São Paulo, *Carta Capital*, 30 de janeiro de 2014. Disponível em: <http://www.cartacapital.com.br/politica/como-nao-fazer-politica-urbana-3066.html>.

⁹⁸ Tal Associação, nasceu da Sociedade Rural Brasileira (SRB), agrega setores ligados à produção agropecuária, entidades patronais rurais e cooperativas agrícolas e "tem como missão conscientizar os segmentos decisórios do País para a importância da cadeia produtiva do agronegócio por meio do diálogo intersetorial com os principais públicos estratégicos do setor e destacar junto ao governo, iniciativa privada, entidades de classes e universidades acerca da importância do Trabalho de gestão e gerenciamento de todo o sistema agroindustrial e a implantação de medidas que o fortaleçam. De acordo com texto exposto no site da instituição, disponível em: <http://www.abag.com.br/>.

Membro diretor de inúmeras entidades como a Fundação Brasileira para Desenvolvimento Sustentável (FBDS) e da Sociedade Nacional de Agricultura (SNA), além de professor do Departamento de Economia Rural da UNESP (Jaboticabal), Rodrigues já era membro de incontáveis *think tanks* desde o Conselho Superior do Agronegócio da FIESP-COSAG até o *International Food and Agribusiness Management Association* (IAMA), o *International Policies Council* (IPC) e o *Global Crop Diversity Trust*.

Sem filiação partidária, a exemplo do Ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio, Luiz Fernando Furlan, Rodrigues era considerado “um técnico com grande conhecimento de sua área”. “Durante a gestão de Rodrigues, a agricultura brasileira deu saltos de produtividade e atingiu recordes na exportação, mas uma conjuntura cambial com o real se valorizando bastante em relação ao dólar e com a elevação dos custos de produção e transporte deteriorou o setor, principalmente a área de soja”⁹⁹.

Embora houvesse manifestado descontentamento com a falta de apoio do Governo Federal em minimizar os efeitos da crise agrícola advinda da queda da cotação do dólar, que reduziu a competitividade de exportações brasileiras, Rodrigues demitiu-se por motivos pessoais em julho de 2007. Em seu lugar, assumiu *Luiz Carlos Guedes Pinto* que ocupava a Secretaria Executiva do Ministério desde dezembro de 2004. Ex-professor de Economia Agrícola da Unicamp, Luiz Carlos Guedes Pinto foi Presidente da Associação Brasileira de Reforma Agrária (ABRA), desagradando os ruralistas em razão de sua ligação com o PT e com o MST. Presidente da Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB) entre 2003 e 2004, após sua saída à frente do Ministério em 2007, passou a ocupar o cargo de Vice-Presidente de Agronegócios do Banco do Brasil.

A substituição de um legítimo representante do agronegócio por um tecnocrata com afinidade com o Partido dos Trabalhadores e mais afeito à causa da reforma agrária não alterou a orientação da política para o setor. Ainda que o Governo Federal tenha demonstrado esforços para atender a demanda da agricultura familiar em detrimento ao *agrobusiness*, por meio da aprovação da Lei da Agricultura Familiar (Lei 11.326/2006) já sob a gestão de Guedes Pinto, não é possível averiguar com exatidão o limiar que separa a agricultura familiar da agricultura patronal ou agronegócio, uma vez que ambas as atividades referem-se de algum modo ao conjunto de atividades agropecuárias relativas à

⁹⁹ UOL Notícias. “Ministro da Agricultura Roberto Rodrigues pede demissão”, 28/06/2006, disponível em: <http://noticias.uol.com.br/ultnot/2006/06/28/ult1928u2123.jhtm>.

produção, industrialização, distribuição e comercialização de produtos agropecuários e acabam sendo pautadas pelas *noções de competitividade, produtividade, gerencialismo e foco no consumidor*, próprias à racionalidade formal-instrumental da economia política.

Por um lado, o Governo Lula desenvolveu uma política de fortalecimento da agricultura familiar e criação de assentamentos para produção de alimentos vinculado aos programas sociais de combate à fome no campo. De outro, tendo em vista o seu peso na balança comercial do país, concedeu altos incentivos financeiros ao agronegócio, voltado para a produção de grandes monoculturas e *commodities* agrícolas para a exportação.

No tocante ao tema da reforma agrária, diferentemente do Programa Agrário do PT em 1989, que defendia abertamente uma política de enfrentamento à concentração fundiária a partir da desapropriação de latifúndios, o Programa Agrário de 2002 relativiza a questão da democratização fundiária por meio de uma política compensatória de criação de assentamentos, restrito a áreas improdutivas ou ilegais, tendo como vínculo essencial, as políticas de combate à pobreza rural interligadas com programas sociais como o Bolsa Família¹⁰⁰.

No primeiro mandato, ainda sob efeito da pressão dos movimentos sociais durante o Governo FHC, foi elaborado o 2º Plano Nacional de Reforma Agrária (PNRA)¹⁰¹ cuja uma das metas estabelecidas constava o assentamento de 400 mil novas famílias (Meta 1) e a regularização outras de 500 mil famílias (Meta 2). Além da Lei da Agricultura Familiar (Lei 11.326/2006), outros marcos regulatórios foram importantes para direcionar políticas de proteção ao setor rural como por exemplo, a Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional (Lei 11.346 de 15/setembro/2006) e a Lei de Assistência Técnica e Extensão Rural (Lei 12.188 de 11/janeiro/2010), esta última já sob a gestão de *Reinhold Stephanes*, ex-Ministro da Previdência e Assistência Social no primeiro mandato de FHC e então deputado federal pelo PMDB do Paraná à frente do Ministério da Agricultura.

Stephanes trabalhou no Ministério da Agricultura e ocupou o cargo de diretor do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) na década de 70, foi Secretário Municipal de Fazenda de Curitiba de 1966 a 1967 e presidente do então Instituto Nacional de Previdência Social (INPS) de 1970 a 1973. Do final da década de 70 até 2007, Stephanes foi Deputado Federal pelo estado do Paraná em seis legislaturas,

¹⁰⁰ Cf. FUNDAÇÃO PERSEU ABRAMO, Programas de Governo do PT, disponível em: <http://csbh.fpabramo.org.br/node/5881>.

¹⁰¹ Disponível em: http://sistemas.mda.gov.br/arquivos/PNRA_2004.pdf.

também foi professor da Universidade Católica do Paraná e Presidente da Sociedade Brasileira de Economistas Rurais de 1981 a 1983.

Contudo, em tese, as políticas setoriais de desenvolvimento voltadas para a agricultura familiar estavam mais a cargo do Ministério do Desenvolvimento Agrário¹⁰² liderado por *Miguel Rossetto*, um dos fundadores do Partido dos Trabalhadores e vinculado à tendência petista “Democracia Socialista”. Vice-governador do Estado do Rio Grande do Sul entre 1999 e 2002, Rossetto veio a assumir o cargo de Presidente da Petrobrás Biocombustível entre 2008 e 2014, quando então voltou ao Ministério do Desenvolvimento Agrário, até assumir a Secretaria Geral da Presidência da República no segundo Governo Dilma Rousseff.

Com a saída de Rossetto em março de 2006, *Guilherme Cassel* foi empossado Ministro do Desenvolvimento Agrário e responsável pelo setor durante todo o segundo mandato de Lula. Cassel foi Secretário Executivo e Chefe do Gabinete de Rossetto quando este ainda era Vice-Governador na gestão de Olívio Dutra (PT) no estado do Rio Grande do Sul. Homem de confiança de Rossetto, deu continuidade à política de financiamento do setor junto ao Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) vinculado ao Banco Central do Brasil.

Assim como o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento trabalhou pela ampliação do financiamento ao agronegócio, através do Plano Safra para a Agricultura Familiar articulado por meio do Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (CONSEA), o Ministério do Desenvolvimento Agrário articulado com o Banco Central aliou as políticas de crédito e garantia de preços para a comercialização como componentes de uma estratégia para o fortalecimento da agricultura familiar possibilitando um incremento sobre o volume de recursos investidos que passou de R\$ 2,3 bilhões na safra 2002/2003 para R\$ 10,7 bilhões na safra 2008/2009¹⁰³. No entanto, “dos 20 bilhões aplicados pelo Banco do Brasil na safra 2003/2004, 3,3 bilhões foram destinados à agricultura familiar (que teve grande dificuldade para liberar os recursos) e 16,7 aos demais setores” (GOMEZ & BARREIRA, 2013:69).

¹⁰² Ao Ministério da Agricultura, coube a gestão das políticas públicas de estímulo à agropecuária, pelo fomento do agronegócio e pela regulação e normatização de serviços vinculados ao setor. Ao Ministério do Desenvolvimento Agrário compete a tarefa de promover do desenvolvimento sustentável do segmento rural constituído pelos agricultores familiares, promover a reforma agrária, estimular e desenvolver a agricultura familiar.

¹⁰³ Cf. Anuário estatístico do crédito rural, disponível em: <https://www.bcb.gov.br/?RELRURAL>.

Alguns aspectos acerca da qualidade da democratização do acesso e do perfil de associativismo em meio a diferentes perfis de agricultores atendidos pelo Programa também foi levantado por analistas. Após um breve processo de desconcentração, “a região Sul do Brasil voltou a concentrar mais de 50% dos recursos aplicados – somente o Rio Grande do Sul recebeu R\$ 3,25 bilhões em 2011 (24,4% do total). Já o Nordeste, que detém metade dos estabelecimentos da agricultura familiar, tem sido beneficiado por apenas 12% dos recursos totais do Programa de 2009 a 2011” (WESZ & GRISA, 2012).

A capacidade de conciliação de uma política voltada para a agricultura familiar em conjunção com um programa voltado para a produção em grande escala e exportação, fundamental para a geração do *superávit primário*¹⁰⁴, acabou por reafirmar a necessidade do grande latifúndio e de largos investimentos e incentivos econômicos ao setor, consolidando a manutenção da estrutura agrária e fundiária brasileira. O perfil mais favorecido pelo PRONAF seria o agricultor familiar mais “capitalizado” localizado no Sul do Brasil e produtor de *commodities* agrícolas, principalmente milho e soja (idem).

No intuito de conciliar “capital e trabalho”, *a principal resposta do governo à questão agrária, foi a adoção dos programas de transferência direta de renda para famílias em situação de extrema pobreza nas áreas de concentração do agronegócio.* Funcionalizar, para a “agricultura de negócios”, a “agricultura de subsistência” e a “agricultura familiar” era discurso veemente nas palavras do Ministro da Agricultura, Pecuária e Abastecimento Roberto Rodrigues para quem, “a massa de pequenos proprietários e sem-terras teria que assumir “outras funções” na sociedade”. “Pensando a agricultura sob a ótica dos mercados internacionais, o novo governo começou a desenvolver um projeto abrangente que combinava desenvolvimento tecnológico, demandas externas e programas sociais para os desempregados no campo – exatamente o modelo propagado por Rodrigues no final dos anos 1990” (BARREIRA, 2014:69).

Em relação ao programa de assentamentos, em janeiro de 2003 foi estabelecido como meta o assentamento de mais de 10 mil famílias por mês. Entretanto, as metas não foram cumpridas. “O governo fechou o ano com apenas 14 mil famílias assentadas. Em

¹⁰⁴ “Superávit primário é o resultado positivo de todas as receitas e despesas do governo, excetuando gastos com pagamento de juros. O déficit primário ocorre quando esse resultado é negativo. Ambos constituem o “resultado primário”. O resultado primário é importante porque indica, segundo o Banco Central, a consistência entre as metas de política macroeconômicas e a sustentabilidade da dívida, ou seja, da capacidade do governo de honrar seus compromissos. A formação de superávit primário serve para garantir recursos para pagar os juros da dívida pública e reduzir o endividamento do governo no médio e longo prazos”. Disponível em: <http://www12.senado.leg.br/noticias/entenda-o-assunto/superavit>.

parte, a responsabilidade por esses números coube à política de superávit do Ministério da Fazenda, que não liberou recursos” (idem:71). Ademais, este segmento da economia necessita de amplo financiamento para a produção e depende diretamente de uma política monetária pautada por taxas de juros moderadas. Como o setor está intimamente vinculado à exportação, é atingido pelas flutuações da taxa de câmbio além de ser especialmente lesado em tempos de apreciação da moeda nacional.

Para OLIVEIRA (2010:307/9), a política deliberada do MDA e do INCRA em conjunção com a governança econômica orientada para o modelo do agronegócio, limitou o acesso aos recursos e o número de famílias beneficiadas contribuindo para a composição do perfil adequado à lógica do *agrobusiness*. Por essa razão, o *Programa Bolsa Família (PBF)*, tornou-se a principal fonte de renda de uma massa de trabalhadores rurais disfuncionais para o *agrocapitalismo global*.

Com o crescimento do emprego e da renda, principalmente a partir de 2006, mesmo constatando que o Governo Lula era afeito ao agronegócio, o MST não retirou o apoio ao Governo. A ambiguidade e o hibridismo político que marca o lulismo consiste exatamente em buscar adequar-se a um programa social desenvolvimentista sem, contudo, desgarrar-se do fato de que a expansão da economia diretamente estimulada pelo Estado, ainda assim, tem como um dos pilares fundamentais o agronegócio exportador em grande escala. A convergência entre o investimento estatal e a exportação de *commodities* é uma das bases de sustentação da balança comercial, o modelo social desenvolvimentista, tal qual o “novo desenvolvimentismo”, é dependente do agronegócio.

A incorporação da produção familiar aos segmentos produtivos concentradores de recursos de poder pela junção entre políticas de amplo financiamento para o agronegócio e de assistência e distribuição de renda entre os pequenos produtores familiares, não somente não engendrou uma reforma agrária como fortaleceu um modelo de desenvolvimento fundamentado no latifúndio. Os dados do IBGE demonstram que o lulismo não afetou a concentração de terra no Brasil e, de acordo com pesquisa elaborada por OLIVERIA (2010:308), o INCRA sob a direção de um membro da esquerda petista, adulterou “descaradamente” os dados sobre o “verdadeiro número de famílias assentadas entre 2003 e 2007. “Assim, a política de reforma agrária do governo do PT está marcada por dois princípios: *não fazê-la nas áreas de domínio do agronegócio e fazê-la apenas nas áreas onde ela possa “ajudar” o agronegócio*. Ou seja, a reforma agrária está definitivamente acoplada à expansão do agronegócio no Brasil (idem:308, grifo do autor).

Para João Pedro Stedile, membro da diretoria nacional do MST, “nesse campo o governo Lula não avançou nada”, entre 2003 e 2010, o que estaria em curso no Brasil, para Stedile, é uma *contrarreforma* (STEDILE apud OLIVEIRA 2010:309).

Segundo dados da Comissão Pastoral da Terra (CPT)¹⁰⁵, em 2004, mais de 76 mil famílias ocuparam terras no país, em 2006, esse número cai para 46 mil, em 2007, para 37 mil e, em 2008, pouco mais de 25 mil famílias mobilizadas. “O número de famílias novas que foram para os acampamentos também despencou: em 2003, era um total de 59 mil, enquanto em 2006 foram apenas pouco mais de 10 mil, e em 2008 foram apenas 2.755 famílias” (OLIVEIRA, 2010:308).

Embora não reproduzisse a “política de criminalização” dos movimentos sociais no campo como o fez FHC, Lula dialogou constantemente com o MST ainda que o resultado de sua política agrária tenha tido como efeito a reestruturação de assentamentos antigos fornecendo mais força de trabalho para o agronegócio, principalmente as indústrias do setor sulcroalcooleiro.

3.4. Os efeitos do hibridismo político: o social desenvolvimentismo

Tendo em vista indicadores de desempenho macroeconômico baseados na (1) variação da renda anual do PIB (variação da renda real); (2) na diferença relativa entre a valorização real anual do PIB brasileiro e a valorização real anual do PIB mundial; (3) na variação real anual da formação bruta do capital fixo (investimento); (4) no deflator implícito do PIB (inflação); (5) na relação percentual entre a dívida pública interna federal e o PIB (fragilidade financeira) e na (6) relação percentual entre a dívida externa e as exportações de bens (vulnerabilidade externa), GONÇALVES (2010), inspirado pela metodologia empregada para a definição do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), elabora um Índice de Desempenho Presidencial (IDP). Ainda que, no campo da economia, seja questionável a contribuição analítica, empírica e metodológica do trabalho, nos servimos do IDP com o intuito de ilustrar os desencantos da autoridade pública periférica no que tange à condição consensual neocolonialista.

Num conjunto de 29 governos, o desempenho econômico do Governo Lula estaria na 23ª colocação evidenciando que com exceção dos indicadores de (4) inflação e (6)

¹⁰⁵ Disponível em: www.cptnacional.org.br.

vulnerabilidade externa, o desempenho econômico do lulismo foi fraco em relação aos padrões históricos brasileiros levantados pelo autor.

O Governo Lula tem a 9ª taxa média mais baixa de crescimento econômico (3,5%) num total de 29 governos, porém o dado que importa ao argumento restringe-se a redução das taxas de crescimento econômico a uma média de 6,8% ente 1932 até 1980, tendo o país aumentado sua participação no PIB mundial de 1% no final dos anos 1920 para 3,6% na década de 1980. “A partir de 1980, observa-se uma tendência de queda da participação relativa do Brasil na economia mundial” (GONÇALVES, 2010:165)¹⁰⁶.

Na tabela 7, podemos averiguar que os dados apresentados pelo autor mostram que a participação do Brasil no PIB mundial é decrescente confirmando a antiga hipótese histórica do *neocolonialismo* econômico-político.

Tabela 5: Participação do PIB do Brasil no PIB Mundial em perspectiva histórica (1889-2010)

1º	Deodoro Da Fonseca (1889-1891)	Militar	0,69%
2º	Floriano Peixoto (1891-1894) – Militar	Militar	0,57%
3º	Prudente de Moraes (1894-1898)	Partido Republicano Federa (PRF)	0,58%
4º	Campos Sales (1898-1902)	Partido Republicano Paulista (PRP)	0,55%
5º	Rodrigues Alves (1902-1906)	Partido Republicano Paulista (PRP)	0,56%
6º	Afonso Pena (1906-1909)	Partido Republicano Mineiro (PRM)	0,58%
7º	Nilo Peçanha (1909-1910)	Partido Republicano Fluminense (PRF)	0,60%
8º	Hermes da Fonseca (1910-1914)	Partido Republicano Conservador (PRC)	0,63%
9º	Venceslau Brás (1914-1918)	Partido Republicano Mineiro (PRM)	0,63%
10º	Epitácio Pessoa (1919-1922)	Partido Republicano Mineiro (PRM)	0,78%
11º	Arthur Bernardes (1922-1926)	Partido Republicano Mineiro (PRM)	0,80%
12º	Washington Luís (1926-1930)	Partido Republicano Paulista (PRP)	0,90%
13º	Getúlio Vargas (1930-1945)	Aliança Liberal (AL)	1,12%

¹⁰⁶ Os melhores desempenhos segundo o índice apresentado pelo autor são de (1º) Eurico Gaspar Dutra (1946-1951), (2º) Garrastazu Médici (1969-1974) e (3º) Epitácio Pessoa (1919-1922).

14°	Eurico Dutra (1946-1951)	Partido Social Democrático (PSD)	1,52%
15°	Getúlio Vargas (1951-1954)	Partido Trabalhista Brasileiro (PTB)	1,57%
16°	Café Filho (1954-1955)	Partido Social Progressista (PSP)	1,70%
17°	Juscelino Kubitschek (1956-1961)	Partido Social Democrático (PSD)	1,90%
18°	Jânio Quadros (1961-1961)	Partido Trabalhista Nacional (PTN)	2,18%
19°	João Goulart (1961-1964)	Partido Trabalhista Brasileiro (PTB)	2,16%
20°	Castelo Branco (1964-1967)	Militar – Aliança Renovadora Nacional (ARENA)	2,03%
21°	Costa e Silva (1967-1969)	Militar – Aliança Renovadora Nacional (ARENA)	2,13%
22°	Garrastazu Médiçi (1969-1974)	Militar – Aliança Renovadora Nacional (ARENA)	2,57%
23°	Ernesto Geisel (1974-1979)	Militar – Aliança Renovadora Nacional (ARENA)	3,14%
24°	João Figueiredo (1979-1985)	Militar – Partido Democrático Social (PDS)	3,31%
<u>25°</u>	José Sarney (1985-1990)	Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB)	3,32%
<u>26°</u>	Fernando Collor (1990-1992)	Partido da Reconstrução Nacional (PRN)	3,32%
<u>27°</u>	Itamar Franco (1992-1995)	Partido da Reconstrução Nacional (PRN)	3,03%
<u>28°</u>	Fernando Henrique Cardoso (1995-2003)	Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB)	2,93%
<u>29°</u>	Lula (2003-2010)	Partido dos Trabalhadores (PT)	2,74%

Fonte: Adaptado de GONÇALVES (2010:165).

Entre 1900 e 1930 o processo de desenvolvimento brasileiro foi comandado pelo *modelo primário-exportador*, entre 1930 e 1980, o modelo adotado foi o de *substituição de exportações industriais*. A partir de 1980, os países latino americanos aderiram ao programa de ajustamento macroeconômico estabelecido por organismos financeiros internacionais (FMI, Banco Mundial, BID) sediados em Washington, EUA, reunidos em

um encontro intitulado "*Latin American Adjustment: How Much Has Happened?*", patrocinado pela *Institute for International Economics*. As conclusões desta reunião deram origem à denominação informal "*Consenso de Washington*".

A influência intelectual de economistas e cientistas políticos pós-graduados em universidades norte-americanas adotando uma *visão monetarista* dos problemas econômicos, no entanto, não surtiu o mesmo efeito em países como, China, Índia, Coreia do Sul, Taiwan, Hong Kong e Cingapura que rejeitaram o receituário neoliberal obtendo crescimento médio do PIB entre 7% a 9% em relação aos países latino-americanos que não atingiram nem sequer 4% no período.

Recomendava-se, entre outras sugestões adotadas pelo "Consenso de Washington", que o Brasil se revalorizasse enquanto *exportador de produtos primários*, baseados na agricultura de exportação (*agrobusiness*) mais ou menos semelhante à estratégia adotada entre 1900 e 1930. Tal estratégia pode ser denominada como "*reprimarização das exportações*" (FILGUEIRAS & GONÇALVES, 2007; MAGALHÃES, 2010).

Somado ao dogma neoclássico de garantia essencial dos chamados *equilíbrios econômicos fundamentais* (cambial, fiscal e monetário), mais agravante do que o problema do lento crescimento do PIB é o fencimento de setores industriais de vital importância para o desenvolvimento do capitalismo brasileiro.

A supremacia do "pensamento monetarista" acabou por instituir todo um regime de verdade sobre o que é válido em economias maduras ser aplicado integralmente em economias subdesenvolvidas. Só entre 1980 e 1996 a participação da indústria brasileira no PIB reduziu-se em 50%" segundo dados do IPEA¹⁰⁷. O resultado desta equação foi o exagerado peso que vêm se dando ao instrumento macroeconômico de controle de preços pela elevação da taxa de juros. A tese neoliberal, defende que um crescimento acima de 4,5% ao ano elevaria pressões inflacionárias ocorridas por uma desnecessária intervenção do Estado na economia.

Ainda que o Governo Lula-Dilma tenha colocado expoentes do pensamento desenvolvimentista em postos importantes do setor público como no Ministério da Fazenda e no BNDES assim como em órgãos de pesquisa como o IPEA, o núcleo neoliberal espalhado pelo organograma do Banco Central, com o inequívoco apoio da

¹⁰⁷ IPEA série "Brasil em Desenvolvimento: Estado, Planejamento e Políticas Públicas" disponível em http://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_alphacontent&view=alphacontent&Itemid=358.

mídia e sua influência por sobre a opinião pública, manteve a liderança da política econômica, sustentando a predominância da lógica financeira no interior dos processos de decisão governamental.

O novo ciclo do comércio internacional permitiu, principalmente ao segundo Governo Lula, a flexibilização das políticas monetária – através da redução da taxa de juros e a ampliação do crédito –, e fiscal, por meio do aumento do investimento por parte do Estado através do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) lançado em janeiro de 2007. Entre 2007 e 2010, a participação das *commodities* primárias na pauta de exportações brasileiras saltou de 41% para 51%, depois de ter estacionado no patamar dos 40% nos anos 1990 ainda que o crescimento do saldo da balança comercial brasileira tenha se reiniciado durante os dois últimos anos do Governo FHC.

Contudo, desde 2005 o país teve sua participação nas exportações mundiais reduzidas em todos os produtos da pauta de exportações, exceto para *commodities* primárias. “Em 2005, o comércio do país representava 3,77% de todas as exportações de *commodities* primárias no mundo; em 2009, sua participação subiu para 4,66% das exportações mundiais desses produtos. O país movia 0,94% dos produtos de média intensidade tecnológica exportados mundialmente; em 2009, essa participação caiu para 0,74%” (NEGRI & ALVARENGA, 2011).

Nesse período, a China se consolidou como o principal parceiro comercial do Brasil. Em 2000, as exportações brasileiras para a China representavam 0,49% das importações chinesas, em 2011, passaram a significar 2% das compras daquele país.

Durante um seminário sobre o tema, realizado em 26 de maio de 2011, a Federação das Indústrias de São Paulo (FIESP), a Central Única dos Trabalhadores (CUT), a Força Sindical e os sindicatos dos metalúrgicos do ABC, de São Paulo e Mogi das Cruzes divulgaram um documento, intitulado *Brasil do diálogo, da produção e do emprego*¹⁰⁸, com o intuito de “resgatar o protagonismo da indústria no processo de desenvolvimento”, já que “a produção e exportação de *commodities* agrícolas e minerais, apesar do grande aumento recente, não geram emprego e renda suficientes para atender a demanda da nação brasileira”¹⁰⁹.

¹⁰⁸ Disponível em: http://www.smabc.org.br/Interag/temp_img/%7B810B756E-4C7F-460D-936B-3E53A6382B94%7D_Brasil%20do%20Dialogo%20HIGH%20QUALITY.pdf.

¹⁰⁹ Revista de informações e debates do IPEA, edição 66, ano 8, 2011. Disponível em: http://www.ipea.gov.br/desafios/index.php?option=com_content&view=article&id=2513:catid=28&Itemid=23.

O apoio irrestrito destes setores começou a enfraquecer já no segundo mandato de Lula e, já durante a gestão de Dilma Rousseff, revela-se a contenção do preço das commodities em razão da elevação dos juros nos E.U.A e pela desaceleração chinesa, sofrendo a indústria nacional com os danos trazidos pela apreciação cambial e pelo acirramento da concorrência após a crise financeira de 2008. Com a crise política que se acirrou após a reeleição de Dilma Rousseff em 2014, a Fiesp parte, assim, abertamente a favor do impedimento da presidente no início de 2016.

Os aliados do governo Lula-Dilma atribuem os melhores resultados da economia brasileira à ruptura com a política econômica anterior (SADER (org.), 2013). A “herança maldita”, proveniente da política econômica neoliberal aplicada nos governos anteriores, teria sido superada a partir de 2006 por um novo paradigma desenvolvimentista com crescimento e distribuição de renda. Por outro lado, o discurso proliferado por aqueles “à direita” do Governo Lula-Dilma, acostumou-se a acreditar na “sorte” de Lula por ter se beneficiado do bom momento do mercado mundial e de ter tirado grande vantagem com a persistência na manutenção da política macroeconômica implementada por FHC.

Concordamos com FILGUEIRAS *et alli* (2010:37) que o enfrentamento ideológico eleitoral epidêmico entre “petistas *versus* tucanos” contribui para aprisionar as perspectivas político-econômico-sociais do país “a um mesmo padrão de desenvolvimento capitalista, no interior do qual a mesma política econômica pode ser mais ou menos flexibilizada, de acordo com cada conjuntura”, reduzindo a *liderança política a detalhes técnicos referentes à melhor operacionalização da política econômica e pela maior ou menor competência de seus gestores públicos*.

O Brasil de Lula e Dilma, assim como o Brasil de FHC, Itamar, Collor e Sarney, submete o desempenho econômico do país por meio da dependência dos ciclos do comércio internacional agravando a dependência externa do país. “Isso significa que a dinâmica do mercado interno fica fortemente condicionada à capacidade da economia de exportar e obter superávits comerciais”, ainda que o capital financeiro *stricto sensu* não viabilize sua rentabilidade por meio do crescimento do PIB, maximizando seus rendimentos mesmo que haja estagnação do produto e da renda *per capita* (FILGUEIRAS *et alli*, 2010:44).

Entendemos que a nomenclatura “novo desenvolvimentismo” empregada por MERCADANTE (2010) e SADER & GARCIA (2010) é mais um conceito que tem por função “demarcar territórios” cotejando diferenciar o desempenho do Governo Lula da experiência neoliberal do Governo FHC. Permaneceu, durante os Governos Lula-Dilma,

um padrão de subordinação da política de desenvolvimento à política monetária focada no controle inflacionário submetendo o país a uma crescente perda de competitividade internacional. Ainda que possamos observar que o “novo desenvolvimentismo” representa ao menos a tentativa de mobilizar um programa alternativo ao projeto monetarista neoliberal, incorporando características do “nacional-desenvolvimentismo”, mas também subjugando-se ao itinerário “liberal periférico” ou “desenvolvimentismo dependente-associado”, entendemos que o modelo de desenvolvimento dos Governos petistas pode ser melhor classificado pelo conceito de “social-desenvolvimentismo” ou *desenvolvimento distributivo orientado pelo Estado* como profere BASTOS (2012:793) e BRESSER-PEREIRA (2015:343).

Guido Mantega inaugurou o uso do termo em várias declarações à imprensa entre agosto e dezembro de 2007, embora as questões sobre a distribuição da renda, das políticas sociais e redução da pobreza para a ampliação do mercado de consumo de massas já estivessem presentes no Programa de governo do PT em 2002¹¹⁰.

Já em 2010 alguns economistas alertavam para o esgotamento do “eixo social” enquanto fator “autônomo” de crescimento econômico (CARNEIRO, 2010:32). Entre 2004 e 2008, o país viveu um ciclo de crescimento econômico intenso. Desde os anos 1980, CARNEIRO (2010:8) indica que apenas o Plano Real possibilitou um crescimento similar (5,2%) em comparação ao atingido pelo Governo Lula (4,8%), porém como menor *tempo de duração*, cerca de 12 trimestres contra os 19 trimestres do ciclo do Governo Lula¹¹¹.

O critério de mensuração do potencial de consumo de todas as classes econômicas, mede o acesso e o número de bens duráveis para mensurar a capacidade de absorção e manutenção do padrão de consumo através da geração e manutenção de renda ao longo do tempo. A classe C central está compreendida, segundo dados coletados até 2014, entre R\$ 2.005 e R\$ 8.640, estabelecendo-se entre os 50% mais pobres e os 10% mais ricos. A tabela 8 ilustra a alteração dos rendimentos de 2014 em relação a 2010.

¹¹⁰ Cf. <http://novo.fpabramo.org.br/uploads/programagoverno.pdf>. Pg.30-35.

¹¹¹ Após 2002, vários fatores, atuando no âmbito da demanda e da oferta de financiamento, levaram a uma ampliação do crédito às pessoas físicas, numa magnitude inusitada para os padrões brasileiros; cerca de 10 pontos percentuais do PIB em cinco anos o que significa, grosso modo, um acréscimo de demanda agregada de 1,5 pontos percentuais do PIB a cada ano [...]. No período em questão o crédito para pessoas jurídicas ampliou-se em igual magnitude, ou seja, dez pontos percentuais do PIB levando esse indicador a uma marca histórica de 45% do PIB. (CARNEIRO, 2010:17)

Tabela 6: Classes Econômicas definidas pela renda domiciliar total (2010/2014)

	Inferior (2010)	Superior (2010)	Inferior (2014)	Superior (2014)
Classe E	0	705	0	1.254
Classe D	705	1.126	1.255	2.004
Classe C	1.126	4.854	2.005	8.640
Classe B	4.854	6.329	8.641	11.261
Classe A	6.329	+	11.261	+

FONTE: Para 2010 a partir de microdados do PNAD/IBGE e CPS/FGV, para 2014 dados a partir de dados do PNAD e POF/IBGE

Detalhadamente, a evolução das classes econômicas demonstra o *boom* do potencial de consumo das classes B e C durante o período de 2003-2009. Segundo a interpretação de NERI (2010), no período entre 2004 e 2010, ascenderam à classe A, 3,2 milhões de pessoas que em 2008 atingia 9,6 milhões de brasileiros. O contingente de pessoas que passam à classe B é de 3,4 milhões totalizando em 2009, 40,4 milhões de pessoas. A classe C atingia 37,56% da população brasileira em 2003, já em 2009, passa a 50,45% ou 94,9 milhões de brasileiros que tem renda acima de R\$ 1.126 até R\$ 4.854 mensais. Este crescimento acumulado de 34,34% no período de seis anos, equivale a dizer que 29 milhões de brasileiros que não eram, passam a ser considerados classe C onde 3,2 milhões somente entre 2009 e 2010. Na classe D, em contrapartida, houve redução de 2,5 milhões de brasileiros entre 2004 e 2010. A classe E, por sua vez, representou um decréscimo de 45,5%, ou seja, cerca de 20,5 milhões de brasileiros saíram da miséria, segundo renda per capita inferior a R\$ 145 mensais a preços médios nacionais ponderados pela população em cada estado, verificando-se uma alteração no desenho clássico da pirâmide social brasileira (NERI, 2010:31).

De acordo com a Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República¹¹², em 2014 havia aproximadamente 119 milhões de brasileiros na classe C e 29,5 milhões nas classes A e B, demonstrando que entre 2003 e 2014, 51,1 milhões de pessoas se juntaram à classe C e 15,6 milhões às classes A e B. Em 2003, o Brasil possuía 98,8 milhões de pessoas nas classes D e E, reduzindo a aproximadamente 54,2 milhões em 2014.

Entre 2003 e 2014, a renda domiciliar per capita média brasileira cresceu mais de 70%, de R\$ 676,51 para R\$ 1.152,24¹¹³; e a desigualdade socioeconômica medida pelo

¹¹² Cf. <http://www.sae.gov.br/wp-content/uploads/ebook/ClasseMedia1.pdf>.

¹¹³ Cf. Pesquisa Renda Domiciliar per capita média <http://www.ipeadata.gov.br/>.

coeficiente de Gini diminuiu 9,2%, de 0,589 em 2002 para 0,563 em 2006, 0,531 em 2011 e finalmente, 0,518 em 2014. Em 2002, como demonstra a tabela 9, a proporção de domicílios extremamente pobres era de 10,25%, em 2011, chega a 5,26% atingindo em 2014 a marca de 3,52%. A proporção de domicílios pobres também caiu de 27,01% em 2002 para 9,97% em 2014.

Tabela 7: Proporção de domicílios pobres e extremamente pobres (1995-2014)

%	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2011	2012	2013	2014
Pobres	27,01	28,20	26,38	23,5	20,3	19,40	17,16	16,34	14,08	12,29	11,67	9,97
Extremamente Pobres	10,25	11,27	9,69	8,35	6,97	6,92	5,90	5,80	5,27	4,64	4,92	3,52

Fonte: <http://www.ipeadata.gov.br/>. Elaboração própria. Não há registro do ano de 2010 nos documentos do ipeadata.

Entre 1993 e 1999 houve uma oscilação entre o número de domicílios considerados extremamente pobres tendo um aumento significativo entre 1998 e 2001 de 20,8% (1998 registrou 4.365.484 domicílios extremamente pobres, em 2001, o número atinge a marca de 5.277.506). Quando Lula assume em 2002, há o registro de 4.877.217 de domicílios extremamente pobres deixando para sua sucessora 3.333.336. O governo Dilma atinge em 2014 a marca de 2.777.971 de domicílios extremamente pobres. Quanto aos domicílios considerados pobres, entre 1993 e 1995 houve um decréscimo de 15,56%, que manteve-se oscilando levemente até 1999 quando se registra 12.113.358 de domicílios pobres, houve um aumento percentual entre 1998 e 2001 de 17,73%, quando Lula assume em 2002 há 12.846.805 de domicílios pobres no país deixando para sua sucessora 9.390.500, uma redução de 26,9%.

Em janeiro de 2003 a taxa de desemprego era de 11,3%, já em outubro de 2010 a taxa alcançou 6,1%, o menor patamar registrado pela série histórica da Pesquisa Mensal do Emprego do IBGE¹¹⁴ ainda que *esta política tenha sido incapaz de gerar índices significativos de empregabilidade acima de 1,5 salário mínimo*. A evolução do salário mínimo, ao longo dos dois mandatos do presidente Lula (2003-2010), atingiu 55,89%, em termos reais, variação superior aos 45,69% acumulados nos oito anos do Governo de FHC, mantendo-se no primeiro mandato de Dilma Rousseff. A tabela 10 ilustra a evolução dos valores nominais do salário mínimo e o respectivo aumento percentual anual de 1994 a 2016.

¹¹⁴ Fonte: http://www.ibge.gov.br/home/mapa_site/mapa_site.php#economia

Tabela 8: Valores nominais do salário mínimo e aumentos percentuais de 1994 – 2016

Período	Salário mínimo Nominal (Em R\$)	Norma legal a partir de 2003	Vigência	Aumento Percentual
1994	64,79	Lei 8.880/94	1/07/1994	-
1994	70,00	MP 598/94	1/09/1994	8,04%
1995	100,00	Lei 9.032/95	1/05/1995	42,86%
1996	112,00	-	1/05/1996	12,00%
1997	120,00	-	1/05/1997	7,14%
1998	130,00	-	1/05/1998	8,33%
1999	136,00	-	1/05/1999	4,68%
2000	151,00	MP 2019/00 e 2019-1/00 - Lei nº 9971/00.	3/04/2000	11,03%
2001	180,00	MP 2.194/01	1/04/2001	19,21%
2002	200,00	Lei 10.525/02	1/04/2002	11,11%
2003	240,00	MP 116/03 – Lei 10.699/03	1/04/2003	20,00%
2004	260,00	MP 182/04 – Lei 10.888/04	1/05/2004	8,33%
2005	300,00	Lei 11.164/05	1/05/2005	15,38%
2006	350,00	MP 288/06 – Lei 11.321/06	1/04/2006	16,67%
2007	380,00	Lei 11.498/07	1/04/2007	8,57%
2008	415,00	Lei 11.709/08	1/03/2008	9,21
2009	465,00	Lei 11.944/09	1/02/2009	12,05
2010	510,00	Lei 12.255/10	1/01/2010	9,68%
2011	545,00	Lei 12.382/11	1/01/2011	6,81%
2012	622,00	Decreto 7.655/11	1/01/2012	14,13%
2013	678,00	Decreto 7.872/12	1/01/2013	9,00%
2014	724,00	Decreto 8.166/13	1/01/2014	6,78%
2015	788,00	Decreto 8.381/14	1/01/2015	8,84%
2016	880,00	Decreto 8.618/15	1/01/2016	11,68%

Fonte: IPEADATA e IBGE/SCN 2000 anual. Elaboração do autor. Disponível em: www.ipeadata.gov.br/ e www.ibge.gov.br/

Introduzida no Brasil pela Medida Provisória 130/2003¹¹⁵ e posteriormente convertida na Lei n. 10.820/2003¹¹⁶, a modalidade de crédito consignado¹¹⁷ foi responsável pelo aumento do peso do crédito à pessoa física de 9% do PIB em dezembro de 2002 para 21% do PIB em dezembro de 2010 (MORA, 2015:14). De acordo com a série do IBGE, em janeiro de 2003 a relação operação de crédito (setores público e privado) e PIB era de 23,94%, já em outubro de 2010 esta relação atingiu 47,25%.

Afora as questões sociológicas relativas ao fortalecimento ou enfraquecimento dos laços sociais através do consumo e de suas consequências para uma cultura do endividamento, com o alto comprometimento da renda das famílias com serviços de dívidas e a elevação de taxa de juros, contribuindo para a desaceleração do consumo das famílias já que, segundo dados de 2010 operacionalizados pela Federação Brasileira de Bancos (FEBRABAN), 45% das tomadas de crédito consignado através do Instituto Nacional de Seguro Social (INSS) eram destinadas à quitação de dívidas em contraste com os apenas 2% destinados à compra de eletrodomésticos e os 1% destinado à compra de veículos, no caso específico de aquisição de automóveis, um dos efeitos desta política econômica “foi responsável pelo crescimento da frota doméstica em mais de 19 milhões de veículos somente entre 2004 e 2010 – segundo a Associação Nacional dos Fabricantes de Veículos Automotores (Anfavea)” (MORA, 2015:19).

O consumo das famílias depende da evolução da renda real da população, do nível de endividamento dos indivíduos, da disponibilidade de crédito, dos preços dos produtos e da taxa de juros. (NERI, 2010). De acordo com o Relatório Anual do Banco Central do Brasil em 2009, o consumo das famílias representou mais de 62% do PIB brasileiro naquele ano¹¹⁸. A queda nas taxas de juros internas somado ao alongamento dos prazos médios de pagamentos nas vendas no varejo, alavancaram a oferta de crédito no país de R\$ 498 bilhões em 2004, para R\$ 1,4 trilhão em 2009 (BCB, 2010).

¹¹⁵ Texto da MP disponível em: <http://www010.dataprev.gov.br/sislex/paginas/45/2003/130.htm>

¹¹⁶ Texto da lei disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/110.820.htm

¹¹⁷ O crédito consignado é uma modalidade de empréstimo que permite a amortização das parcelas por meio de descontos efetuados diretamente na folha de pagamento do tomador, todo e qualquer funcionário sob o regime da CLT, além dos aposentados e pensionistas, servidores públicos em geral podem usufruir desta modalidade de crédito a taxas de juros proporcionalmente mais baixas, comprometendo até 30% do salário mensal líquido.

¹¹⁸ BANCO CENTRAL DO BRASIL. *Relatório anual de 2009*. Abril de 2010. Disponível em: www.bcb.gov.br/?BOLETIM2009.

Ao longo do Governo Lula e Dilma as demandas de expansão do gasto social, crédito e investimento público sustentaram o fortalecimento do mercado interno, mas entraram em constantes choques com as metas de superávit primário definidas pelo Ministério da Fazenda independentemente deste ser ocupado por tecnocratas da corrente “desenvolvimentista-distributivista” ou da corrente “dependente-exportadora”.

As exigências de elevação salarial e do crédito por parte da *base sindical do petismo* e de políticas públicas de combate à pobreza por parte da “*base religiosa*” do *petismo* foram acopladas no tema do “*mercado interno de consumo de massas*” desde antes da primeira derrota eleitoral em nível federal em 1989. O governo Lula e Dilma procurou abrigar a conflituosa convivência entre os fiadores da credibilidade financeira junto aos mercados e os grupos identificados com a expansão dos direitos sociais e trabalhistas. A subordinação dos segundos aos primeiros esteve na própria origem da composição dos governos petistas, “em meio ao terrorismo de mercado que marcou a campanha presidencial de 2002” (BASTOS, 2012:798) e que voltou a assolar o Governo Dilma em 2014-2015 exigindo uma política de contração fiscal contraditória ao programa defendido no pleito eleitoral causando indignação de sua base de apoio.

Esse “hibridismo político” provocou tensões crescentes dentro do próprio governo que se iniciaram antes do desmembramento da liderança petista já no pós-mensalão e que continuaram a reverberar no segundo mandato de Dilma Rousseff. CARNEIRO (2010:22), entre outros, no plano econômico, já denunciava o retraimento do modelo social desenvolvimentista:

“O conjunto das informações, usadas para analisar o desempenho recente da economia brasileira, sugere que o crescimento foi largamente determinado pelo consumo, e em menor medida, e no início do ciclo, pelas exportações líquidas. Após 2007, se agrega ao consumo, o investimento induzido por ele. No que tange ao consumo, como foi afirmado, esse padrão de crescimento deverá perder o seu crescente dinamismo devido à estabilização do multiplicador da renda, que ampliou-se consideravelmente nos últimos anos por conta da melhoria na sua distribuição. A persistência do aumento do consumo autônomo alimentado pela ampliação dos financiamentos às famílias deve prosseguir, mas também a um ritmo mais lento. Assim, se a combinação entre ampliação do multiplicador, o consumo autônomo e o investimento induzido foram capazes de deslocar o crescimento do produto para um patamar médio de 4,5% ao ano, será necessário, nos próximos anos, contar com outras fontes de crescimento, para assegurar ou mesmo ampliar esse nível” (CARNEIRO, 2010:22-23).

3.5. A política externa: do protagonismo na Era Lula à diminuição da intensidade no Governo Dilma

Certamente, a política externa é um “palco” visível o suficiente para se mensurar a qualidade da liderança política. Importante salientar a liderança de *Celso Amorim* então Ministro das Relações Exteriores de 2003 a 2011 e Ministro da Defesa no Governo Dilma no que concerne à *prática da utilização da diplomacia como insumo para o desenvolvimento*. Além da eficiência no plano social, o protagonismo petista cotejou influenciar a liderança política dos representantes do pensamento neoclássico por meio da reformulação da política externa, buscando mostrar o Brasil não como um país em desenvolvimento dependente da “boa-fé internacional”, mas como um país em vias de conquistar novos patamares de integração nacional e internacional e capaz de reduzir suas vulnerabilidades externas.

O Governo Lula notabilizou-se por exercer protagonismo no cenário internacional no que tange à coordenação política com outros países em desenvolvimento como a Índia, África do Sul, Rússia e China. No primeiro mandato defendeu, contra os interesses norte-americanos, a permanência de Manuel Zelaya na presidência de Honduras, aproximou-se do governo da Turquia e do Irã sem, no entanto, confrontar-se abertamente com a própria vontade política de ingressar no Conselho de Segurança da Organização das Nações Unidas (ONU).

A influência do PT na política externa brasileira inicia-se em março de 2003 com a nomeação de um político (*Marco Aurélio Garcia*) para o cargo de Assessor Internacional, usualmente ocupado por diplomatas. Com o Partido dos Trabalhadores a política externa passou a defender claramente a mudança da orientação política de uma plataforma governamental em curso, lançando-se em direção a um desenvolvimento endógeno não dependente dos preceitos hegemônicos do mercado internacional. Desse modo, a diplomacia na “era do lulismo” buscou “um novo sentido à construção da liderança com padrões de *soft power* através do reforço do multilateralismo” estabelecendo relações assimétricas com países desenvolvidos (SARAIVA, 2013:71). O ativismo internacional do Ministério das Relações Exteriores cotejou colocar o país como um *global player* dando continuidade a determinadas iniciativas já consolidadas anteriormente em defesa do multilateralismo e na reorientação da liderança política brasileira em âmbito regional.

No segundo mandato, a diplomacia brasileira buscou assumir uma posição hegemônica na América Latina por meio da defesa da ordem pública após a deposição do presidente haitiano Jean Bertrand Aristide, além de defender a entrada da Rússia na Organização Mundial do Comércio (OMC).

Contudo, já durante o primeiro mandato de Dilma Rousseff é possível notar uma *diminuição da intensidade da política externa* construída durante os oito anos do Governo Lula. Ainda que tenha tido eficácia em acelerar a ratificação do Tratado sobre o Comércio de Armas, aprovando a nova Lei de Migrações e agido de forma incisiva frente às denúncias de espionagem global, diminuiu-se a intensidade da chamada “*diplomacia presidencial*” assim como o “protagonismo global” em função da reprimarização da economia brasileira e a desindustrialização progressiva que atingiu um alto grau evidente já em 2010. Os efeitos da crise financeira eclodida em 2008 se fazem permanentes durante os primeiros anos de Dilma Rousseff determinando em parte sua conduta frente ao cenário enfrentado por Lula. Isto é, o Ministério das Relações Exteriores no Governo Dilma inicia suas atividades com uma margem de ação restringida pelos limites da economia de mercado internacional, mas tal restrição não pode ser comprimida a este exclusivo fator “externo”.

No Governo Dilma segue-se a solidificação do Brasil como *global player*, no entanto, a legitimidade questionada acerca do ingresso da Venezuela no Mercosul, o excessivo cuidado com a situação tensa da eleição de Nicolas Maduro em razão da morte de Hugo Chávez na Venezuela, a “imparcialidade” na deposição do presidente Fernando Lugo no Paraguai no ano de 2012, a inquietação gerada entre Brasil e Bolívia após o embarque em solo brasileiro do Senador Boliviano Roger Pinto, exilado por um ano na embaixada brasileira em La Paz, acusado de crimes de corrupção, ocasionando a saída de *Antonio Patriota* à frente do Ministério das Relações Exteriores substituído depois por *Luíz Alberto Figueiredo* são alguns exemplos questionáveis. Afora a liderança política exercida no âmbito das relações internacionais, é internamente que a liderança petista se abre a ambiguidades mais evidentes.

Concordamos com interpretação de CERVO & LESSA (2014:134, grifo nosso), de que o Governo Dilma não redimensionou “*conceitos operacionais com capacidade de movimentar sociedade e Estado em torno de estratégias de ação externa*”, dificultando “*a colaboração entre Estado e agentes não governamentais dinâmicos da sociedade*”.

Para os autores, com Dilma Rousseff à frente do cargo máximo do Poder Executivo nacional, ocorre um progressivo e sistemático declínio da aliança entre Estado

e Sociedade como resultado da “queda do percentual da indústria no PIB, reprimarização econômica, queda das exportações, especialmente de manufaturados, queda do crescimento econômico e, mais grave, quebra da confiança no país do empresariado nacional e estrangeiro” (idem:135). Ou seja, *Dilma Rousseff não conseguiu recuperar a confiança política na parceria público-privada* em razão do ambiente interno em maior grau do que a hipótese de limitação imposta pela economia internacional em disfunção.

O apogeu desta desconfiança política se deu na emergência de movimentos multitudinais em junho de 2013 culminando em um padrão de comportamento usual ao presidencialismo brasileiro que promoveu 132 pedidos de *impeachment*¹¹⁹ desde 1990, tendo Dilma somado 48 desde 2011, 14 no primeiro mandato e 34 somente em 2015 com a autorização do requerimento formulado pelos juristas Hélio Bicudo, Miguel Reale Junior e Janaina Conceição Paschoal no dia 2 de dezembro de 2015.

Tendo em vista nossa argumentação nas páginas que se seguiram, optamos por concluir nossa dissertação trabalhando alguns aspectos relativos aos dois mandatos de Dilma Rousseff, em tese, “menos hábil” que Lula para sustentar politicamente o modelo híbrido ao qual fora submetida.

3.9. O desfecho do lulismo: déficit de liderança, economia disfuncional e avanço do “bloco” conservador.

O Governo Lula, ainda que tenha contado com a sorte da alta dos preços das *commodities*, garantiu ganho real de mais de 70% para o salário mínimo, triplicou os investimentos em educação, retirou 36 milhões de pessoas da miséria e promoveu outras 42 milhões à classe média. Segundo dados do IPEA¹²⁰, a variação do aumento de ganhos reais foi 5,5 vezes (550%) mais rápida para o décimo mais vulnerável dos brasileiros.

No entanto, o lulismo, entendido como um *modelo de produção de capacidade governativa*, não logrou enfrentar os problemas de baixo crescimento e de

¹¹⁹ Collor (1990-1992) 29 pedidos; Itamar (1992-1994) 4 pedidos; FHC (1995-1998) 1 pedido; FHC (1998-2002) 16 pedidos; Lula (2003-2006) 25 pedidos; Lula (2007-2010) 9 pedidos; Dilma (2011-2014) 14 pedidos; Dilma (2015) 34 pedidos. No dia 2 de dezembro de 2015 o presidente da Câmara dos Deputados em exercício (Eduardo Cunha) acolheu um pedido elaborado pelos juristas Hélio Bicudo, Miguel Reale Junior e Janaína Conceição Pascual. No dia 16 de dezembro o Procurador Geral da República em exercício (Rodrigo Janot) apresenta ao Supremo Tribunal Federal um pedido de afastamento cautelar contra Eduardo Cunha do cargo de Deputado Federal e Presidente da Câmara em razão das buscas realizadas pela operação lava-jato na residência do deputado. Até a conclusão desta dissertação nenhum dos pedidos ainda geraram efeito na prática. Cf. <http://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2015/12/03/de-132-pedidos-de-impeachment-desde-collor-acao-contradilma-e-2-aceita.htm>.

¹²⁰ Cf. http://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=15593.

desindustrialização que ocorrem no Brasil desde a década de 1980. O “Novo Consenso Econômico” e sua patológica defesa procedimentalista de metas de inflação e controle fiscal, entre outras práticas, levou o “lulismo” rumo a uma aparentemente contraditória *situação de baixo crescimento e pleno emprego* (BRESSER-PEREIRA, 2013).

O Governo Lula herdou uma taxa de juros a 25,50%, elevando-a a 26,50% de fevereiro a maio de 2003 com a nítida estratégia de distribuir incentivos e produzir confiança política em sua plataforma econômica. Após uma sequencial alta da taxa de outubro de 2004 a outubro de 2005, após a reeleição, inicia-se uma progressiva queda de 17,27% em janeiro de 2006 para 8,75% em outubro de 2009 com uma leve oscilação no ano 2008. De junho de 2010 a julho de 2011 a taxa chega a 12,50% reiniciando uma tendência de queda em agosto do mesmo ano chegando a atingir 9,50% em setembro de 2012, quando novamente promove-se uma política de aumento da taxa de juros, atingindo o patamar de 14,15% em janeiro de 2016.

Somado a isso, entre outras variáveis econômicas, a depreciação real de 20% da taxa de câmbio ocorrida nos dois primeiros anos do Governo Dilma e a continuação de uma política de aumento substancial do salário mínimo a preços maiores do que o da produtividade trouxe consequências para a redução da competitividade do país expressa em aumento do déficit em conta-corrente.

Foi em 2013 que se inaugurou um novo ciclo de descrença política na atuação da presidente e sua equipe no tocante à economia brasileira. Segundo dados do IPEADATA, a competitividade da indústria de transformação brasileira permanece inalterada no Governo Dilma. Entre janeiro de 2003 e outubro de 2008 a produção física da indústria de transformação cresceu 28,71% permanecendo estagnada com leve queda de 2,75% entre março de 2010 e agosto de 2013. A partir do 4º trimestre de 2013, segundo dados do IBRE/FGV, o indicador de intenção de investimento da indústria inicia uma queda acentuada. Em 2010 a proporção de empresas prevendo investir prioritariamente na expansão de suas capacidades havia sido de 40%, esse índice caiu para 16,8% no primeiro trimestre de 2016¹²¹. A depreciação da taxa real efetiva de câmbio reintroduzida na gestão de *Alexandre Tombini* à frente do Banco Central acabou não tendo nenhum efeito perceptível sobre a tendência da produção física da indústria de transformação.

¹²¹ Cf. O Indicador de Intenção de Investimentos mede a disseminação do ímpeto de investimento das empresas industriais, colaborando, desta forma, para antecipar tendências econômicas. A Sondagem de Investimentos da Fundação Getulio Vargas (FGV/IBRE) é um levantamento estatístico trimestral. <http://portalibre.fgv.br/main.jsp?lumChannelId=402880811D8E34B9011D92BA032B198D>.

Desde junho de 1999 o Índice de Preços ao Consumidor (IPCA) é utilizado pelo Banco Central do Brasil para o acompanhamento dos objetivos estabelecidos no sistema de metas de inflação sendo considerado o índice oficial de inflação do país. A tabela 11 demonstra que apesar das tentativas, o Governo Dilma, com exceção de 2012, vêm lidando com aumento progressivo da taxa de inflação medida pelo IPCA. Lula herdou uma inflação de 12,53% ao final da gestão FHC diminuindo esse índice até 3,14% em 2006 como ilustra a tabela 12. Dilma herdou 5,91% de taxa de inflação e desde 2013 lida com alta significativa.

Tabela 9: IPCA acumulado (2010-2015)

Mês →	2010	2011	2012	2013	2014	2015
JAN	4,59%	5,99% ↑	6,22% ↑	6,15% ↓	5,59% ↓	7,14% ↑
FEV	4,83%	6,01% ↑	5,85% ↓	6,31% ↑	5,68% ↓	7,70% ↑
MAR	5,17%	6,30% ↑	5,24% ↓	6,59% ↑	6,15% ↓	8,13% ↑
ABR	5,26%	6,51% ↑	5,10% ↓	6,49% ↑	6,28% ↓	8,17% ↑
MAI	5,22%	6,55% ↑	4,99% ↓	6,50% ↑	6,38% ↓	8,47% ↑
JUN	4,84%	6,71% ↑	4,92% ↓	6,70% ↑	6,52% ↓	8,89% ↑
JUL	4,60%	6,87% ↑	5,20% ↓	6,27% ↑	6,50% ↑	9,56% ↑
AGO	4,49%	7,23% ↑	5,24% ↓	6,09% ↑	6,51% ↑	9,53% ↑
SET	4,70%	7,31% ↑	5,28% ↓	5,86% ↑	6,75% ↑	9,49% ↑
OUT	5,20%	6,97% ↑	5,45% ↓	5,84% ↑	6,59% ↑	9,93% ↑
NOV	5,64%	6,64% ↑	5,53% ↓	5,77% ↑	6,56% ↑	10,48% ↑
DEZ	<u>5,91%</u>	<u>6,50%</u> ↑	<u>5,84%</u> ↓	<u>5,91%</u> ↑	<u>6,41%</u> ↑	<u>10,67%</u> ↑

Fonte: Portal de finanças IBGE: http://www.portaldefinancas.com/ipca_ibge.htm. O IPCA acumulado anual é calculado pela soma dos valores mensais.

Tabela 10: IPCA acumulado (1996-2010)

Ano	Acumulado
2015	10,67% ↑
2014	6,41% ↑
2013	5,91% ↑
2012	5,83% ↓
2011	6,50% ↑
2010	5,91% ↑
2009	4,31% ↓
2008	5,90% ↑
2007	4,45% ↑

2006	3,14% ↓
2005	5,69% ↓
2004	7,60% ↓
2003	9,30% ↓
2002	12,53% ↑
2001	7,67% ↑
2000	5,97% ↓
1999	8,94% ↑
1998	1,66% ↓
1997	5,22% ↓
1996	9,56%

Fonte: Portal de finanças IBGE: http://www.portaldefinancas.com/ipca_ibge.htm.

Sem força política para enfrentar a sobreapreciação da taxa de câmbio herdada do governo anterior, entre outros aspectos que ilustraremos adiante, Dilma atinge em 2015 a impressionante marca de 71% de reprovação da opinião pública segundo pesquisa elaborada pelo DATAFOLHA¹²², totalizando 48 pedidos de *impeachment* até a conclusão desta dissertação, como efeito de uma prática sem previsão legal das operações orçamentárias realizadas pelo Tesouro Nacional, apelidadas de “*pedaladas fiscais*”, que viriam a ferir a Lei de Responsabilidade Fiscal além dos efeitos da chamada *Operação Lava Jato* voltada para esquemas de corrupção na Petrobras atingindo vários políticos da base governista.

De 2013 a 2016, nota-se que o dissenso frente ao pacto intragovernamental se estende ao pacto classista que sustentou o “modelo híbrido do lulismo” e, Dilma Rousseff, vê crescer sua incapacidade governativa ao situar-se em constante dificuldade de comandar a instável coalizão política em seu governo.

Em meio a decisões políticas impopulares aos olhos das classes médias tradicionais, como por exemplo o Programa Mais Médicos e a proposta de reativação da Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira (*CPMF*) – que marcou uma derrota histórica ao “lulismo” já em 13 de dezembro de 2007, retirando do Orçamento da União R\$ 40 bilhões anuais –, o crescimento econômico de 2014 se revelava píffio e o desemprego voltava a crescer.

¹²² DATAFOLHA, “Recorde, reprovação a Dilma supera pior momento de Collor”. Disponível em: <http://datafolha.folha.uol.com.br/opiniaopublica/2015/08/1665278-recorde-reprovacao-a-dilma-supera-pior-momento-de-collor.shtml>.

Sem o apoio das distintas frações de classe da burguesia nacional outrora convergentes ao lulismo, Dilma nomeia um economista liberal-ortodoxo para o Ministério da Fazenda. Todavia, durou menos de um ano a passagem de *Joaquim Levy* à frente da pasta. Sem ter conseguido estancar a trajetória de crescimento do déficit orçamentário em 2015, Levy viu-se diante da perda do grau de investimento e o rebaixamento da nota de classificação de crédito pelo *big three* das agências de classificação de risco (*Standard and Poor's*, *Moody's* e *Fitch*). Levy deixa o Ministério da Fazenda em razão de decisão direta da Presidente em relação à meta de superávit primário. *Nelson Barbosa* assume o Ministério da Fazenda no lugar de Levy, no entanto, o desgaste entre a Presidente e as classes capitalistas já havia atingido um limite.

Ademais, os entraves encontrados por Dilma Rousseff em modular a coalizão majoritária em seu governo se fazem notar na demissão de oito ministros entre 2010 e 2012 e na substituição de outros cinco além de uma reforma ministerial em 2015 reduzindo o número de ministérios de 39 para 31 e aumentando o número de pastas para o PMDB de seis para sete. Segue nos anexos a listagem das pastas ministeriais durante o primeiro e o segundo mandato de Dilma Rousseff (até janeiro de 2016).

Faz-se necessário outro apontamento sobre o novo cenário com que Dilma enfrenta dificuldades das quais Lula não enfrentou, a saber, a eleição da maior bancada conservadora no Legislativo desde 1964. Em 2010, 73 parlamentares, sendo 70 deputados e três senadores evangélicos¹²³ assumem a legislatura incluindo o nome do presidente da Câmara Eduardo Cunha reeleito pelo PMDB do Rio de Janeiro.

Além dos 11 deputados do PSC, 9 do PRB, 9 do PR, 7 do PMDB, 7 do PSDB, 2 do PP, 3 do DEM, 3 do PTB, 3 do PV, 3 do PDT, 1 do PTC e 1 do PMN, o PT elege Benedita da Silva PT-RJ, o Senador Walter Pinheiro do PT-BA e reelege Gilmar Machado do PT-MG como membros da chamada Frente Parlamentar Evangélica (FPE). Na legislatura de 2014-2018, 53% dos deputados da bancada evangélica são reeleitos. Conforme demonstra a evolução da bancada na Câmara entre 2002 e 2014 nas tabelas a seguir, a bancada evangélica possui 17 partidos diferentes registrados até 2015.

A chamada bancada ruralista obteve em 2010 a eleição de 159 parlamentares dos quais 91 são deputados reeleitos e 50 eleitos no pleito. O Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar (DIAP) identifica em 2010 nada mais que 120 deputados atuantes

¹²³ Seguimos a literatura ao classificar a bancada evangélica como altamente conservadora segundo o espectro político ideológico. Cf. <http://www2.camara.leg.br/camaranoticias/noticias/POLITICA/475515-CIENTISTAS-POLITICOS-VEEM-PERFIL-MAIS-CONSERVADOR-NA-COMPOSICAO-DA-CAMARA.html>.

na defesa da agenda ruralista. Em 2014, dos 191 que formam a Frente Parlamentar Agropecuária (FPA), 139 foram reeleitos (72%). Segundo o DIAP, a bancada ruralista pode possuir representação de aproximadamente 50% (257 dos 513) após a eleição de 118 parlamentares afeitos ao setor agrícola. Esta classificação é meramente indicativa uma vez que vários deputados estão ativos tanto na bancada evangélica como na ruralista e também na chamada “bancada da bala” constituída por parlamentares sustentados pela indústria armamentista.

Os dados apresentados nos anexos, a respeito do tamanho da bancada nas eleições de 2002 a 2014 demonstram que o PT, maior bancada em 2002 e 2010, perdeu no pleito de 2014, 18 cadeiras, elegeu 68 deputados, 20,45% a menos que a bancada de 2010. O PMDB, tinha 78 deputados em 2010, elegendos 66 no pleito de 2014, uma queda de 15,38%.

Os dois maiores partidos da coalisão “lulista” sofreram com a homologação de mais 11 partidos¹²⁴ entre 2005 e 2015 aumentando ainda mais a quantidade de *players* com poder de veto no multipartidarismo brasileiro, havendo ainda, segundo dados do TSE de 2015, mais 10 partidos em formação¹²⁵. Destes 11 partidos criados, em tese, apenas o PSOL pode ser considerado efetivamente à esquerda do espectro político-ideológico. O gráfico 1 na página 32 ilustra o crescimento dos partidos de adesão entre 1994 e 2014.

Ainda é possível ressaltar o desbalanceamento na distribuição de pastas ministeriais. O PT com pouco mais de 17% de representação na Câmara e pouco mais 16% no Senado, possui em média desde o Governo Lula 46% das pastas ministeriais. PMDB, PSB, PDT, PR, PP e PC do B têm participação na distribuição de pastas inferior ao seu peso congressional. Esta distribuição dos postos governamentais concretizada já no primeiro ano de governo de Lula, legou dificuldades ao Governo Dilma que viu sua base na Câmara e no Senado ao longo de seu segundo mandato ficar na casa dos 12%.

¹²⁴ Partido Republicano Brasileiro (PRB) registrado em 08/2005; Partido Socialismo e Liberdade (PSOL) registrado em 09/2005; Partido da República (PR) registrado em 12/2006; Partido Social Democrático (PSD) registrado em 09/2001; Partido Pátria Livre (PPL) registrado em 10/2011; Partido Ecológico Nacional (PEN) registrado em 07/2012; Partido Republicano da Ordem Social (PROS) registrado em 09/2013; Solidariedade (SD) registrado em 09/2013; Rede Sustentabilidade (REDE) registrado em 09/2015; Partido da Mulher Brasileira (PMB) registrado em 09/2015; Partido Novo (NOVO) registrado em 09/2015.

¹²⁵ PDC – Partido Democrata Cristão; PISC – Partido da Integração Social e Cidadania; PMP – Partido da Mobilização Popular; PSN – Partido da Solidariedade Nacional; PATRI – Patriotas; RNV – Renovar; PCD – Partido Consciência Democrática; PE – Partido do Esporte; FB – Força Brasil; PRUAB – Partido da Reforma Urbana e Agrária do Brasil. Disponível em: <http://www.tse.jus.br/partidos/partidos-politicos/partido-em-formacao>.

Mesmo com o apoio do PMDB, PSD, PP, PR, PRB, PDT, PROS e PCdoB, a adesão ao Governo Dilma entre os deputados registra queda desde 2014. Lula atingiu a marca de 91% de adesão em 2004, caindo para 88% após as denúncias do “mensalão”, marcando uma tendência quando Dilma possuía 85% em 2011, caindo para 67% em 2015 de acordo com metodologia apontada pelo Basômetro do Jornal O Estado de São Paulo¹²⁶.

O lulismo obteve êxito ao administrar o alto custo de operacionalização do sistema político brasileiro pela eficiente gestão de uma *coalisão conservadora* formada por partidos fisiológicos que não têm outra finalidade em sua atuação política que não seja a hipoteca de seu apoio político em troca de cargos estatais e receitas orçamentárias. Em janeiro de 2016, estão registrados 35 partidos pelo TSE conforme apresentado no Anexo 9 ao final do texto, 28 com representação no congresso.

Além do fracionamento do poder político do PT após o “Mensalão”¹²⁷ com a retirada de lideranças petistas importantes no processo de estabilização organizativa da agremiação como José Dirceu, José Genuíno, Delúbio Soares e João Paulo Cunha, também se segue a divisão interna nas lideranças do PMDB. O “peemedebismo”, tal qual nos ilustra NOBRE (2013), perdeu 12 cadeiras de 2010 para 2014, perdeu também o apoio do PP, PTB, PHS e PSC na Câmara dos Deputados isolando-se ao lado do PEN com 69 cadeiras e vivendo na expectativa de reconquistar tal apoio com o processo de *impeachment*. Segue abaixo a listagem das bancadas de lideranças registradas em 2015 na Câmara. Nos anexos há uma tabela (anexo 21) que mostra o declínio numérico da coalisão partidária PT-PMDB na liderança da Câmara dos Deputados e o aumento da bancada de “partidos de adesão” menores do que o PMDB.

O “centralismo democrático” operacionalizado pela Executiva Nacional do PT para forjar um partido em função da liderança política de Lula dependeu, para o êxito de sua empreitada, na qualidade do compromisso com um PMDB que vêm perdendo identificação entre os eleitores desde 1994 quando tinha 17% da preferência. Atingindo 4,8% da preferência eleitoral em 2010, o PMDB vive um momento delicado em sua

¹²⁶ Cf. <http://estadaodados.com/basometro/>.

¹²⁷ Inteiro teor do o acórdão da Ação Penal (AP) 470, com 8.405 páginas disponível em: <http://www.stf.jus.br/portal/diariojusticaeletronico/pesquisardiarioeletronico.asp>.

trajetória obtendo uma média de 6,25% da preferência em 2014¹²⁸, ainda sem contar a influência negativa da *Operação Lava Jato* com a prisão de “operadores do esquema” de propina em diretorias da Petrobras controladas pelo partido. O vice-Presidente Michel Temer, presidente nacional do PMDB, em meio ao processo de *impeachment*, não superou 1% da intenção de voto¹²⁹.

O antigo “partido do povo” (MDB), vê seu alinhamento estável se modificar ao longo do tempo. Embora o fortalecimento de partidos evangélicos seja notório, a identificação partidária, segundo os questionários do ESEB-CSES de 2014, verifica que 62,8% dos entrevistados não revela qualquer empatia por partido algum, índice bem acima da maioria das democracias representativas no globo e, apenas 20,7%, indicam alguma empatia partidária, desses, 65% ainda se identificam com partidos de esquerda, 31% com os de centro e 4% com os partidos de direita (SPECK; BRAGA & COSTA, 2015:145).

Tanto o ESEB-CSES de 2002 a 2014 quanto trabalhos realizados por diversas equipes de pesquisa como o Núcleo de Pesquisas em Políticas Públicas (NUUPS) da USP e o Centro de Estudos de Opinião Pública (CESOP) da Unicamp, vêm demonstrando alterações na percepção cognitiva sobre o significado da democracia. Em 2002, cerca de 59,1% dos brasileiros preferiam a democracia, em 2010, esta adesão saltou para 78,5%, caindo em 2014 para 65,2%. De acordo com o banco de dados do CESOP-Unicamp¹³⁰, cresceu a porcentagem dos brasileiros que não sabem definir o regime democrático de 25,1% em 2010 para 47,8% em 2014.

Considerações Finais

O conceito de “liderança” é carregado de conteúdo ético-normativo e serve como prática de ação e discurso de verificação pertinente ao reconhecimento de distintas

¹²⁸ Conforme dados obtidos pela pesquisa “Eleições Presidenciais: Campanha, Emoção e Voto” - Instituto de Pesquisas Sociais, Políticas e Econômicas (IPESPE) /Grupo de Pesquisa “Opinião Pública, Marketing Político e Comportamento Eleitoral” (UFMG) em 2010.

¹²⁹ Cf. DATAFOLHA 29/02/2016. “49% não votariam em Lula” disponível em: <http://datafolha.folha.uol.com.br/eleicoes/2016/02/1744581-49-nao-votariam-em-lula.shtml>.

¹³⁰ Cf. <http://www.unicamp.br/cesop/Bancodados.htm>.

configurações de dominação¹³¹, uma vez que pode ser considerado um conceito operacional para se efetivar imensuráveis processos de objetivação e subjetivação¹³².

Isso posto, entende-se que a liderança é uma qualificação normativa da ação que se orienta pelo comportamento dos outros, ou seja, é uma *ação social condicionada* (WEBER, 2004 (I): 13-15) que procura “despertar e cultivar a crença em sua “legitimidade” (idem (I):139), situando-se pela produção do sentido de uma relação social (idem (I): 16). A qualidade desta ação social é atribuída, pela literatura específica sobre o tema: (1) à ação do líder; (2) à relação entre líder(s)-seguidor(es) e (3) à interação de ambos com a institucionalidade que a intercepta (PAIGE, 1977; BURNS, 1978; BLONDEL, 1987; TUCKER, 1995; ELGIE, 1995; ELCOCK, 2001; MENDEZ, 2013, FOLEY, 2013).

O *ethos* liberal promove uma desconfiança ambígua em relação à liderança como exigência normativa à atividade política. Na democracia representativa, os partidos políticos constituem a principal plataforma organizadora da confiança política através de sua capacidade de intervenção junto a entidades da sociedade civil na exigência por responsividade do poder público. A crise partidária nas democracias contemporâneas sugere uma incapacidade de propagação da confiança política enquanto *instituição invisível* e dos múltiplos afetos que nela se inscrevem (ROSANVALLON, 2007; 2009).

A oligarquização partidária pode ser considerada disfuncional para qualificar a confiança nas instituições do Estado e no sistema político (WEBER, 1993, MICHELS, s/d; DUVERGER, 1980; KATZ & MAIR, 1995; PANEBIANO, 2005). A sobrevivência organizativa orientada para a manutenção posicional de suas lideranças nos territórios do Estado faz do aparelho partidário um fim em si mesmo. Ao autonomizar-se, a organização

¹³¹ “O conceito de “poder” é sociologicamente amorfo. Todas as qualidades imagináveis de uma pessoa e todas as espécies de constelações possíveis podem pôr alguém em condições de impor a sua vontade, numa situação dada. Por isso, o conceito sociológico de “dominação” deve ser mais preciso e só pode significar a probabilidade de encontrar obediência a uma *ordem*” WEBER, Max. *Economia e Sociedade*. São Paulo: Imprensa oficial, 2004. Vol. I, p.33.

¹³² Seguindo o referencial teórico weberiano, os processos de objetivação e subjetivação na constituição do “sujeito moderno”, emergem do comportamento racional objetivado pela pluralidade de valores em afinidade com os processos de racionalização nas mais diversas esferas da vida social (religiosa, econômica, política, estética, erótica e intelectual). A hipervalorização da neutralidade axiológica seria mais um dos incontáveis fatores de *internalização dos princípios da dominação racional-legal*. Ou seja, a ascendência da *impessoalidade formalista* a partir de um *nivelamento intersubjetivo* define a *dominação tecnoburocrática em suas dimensões subjetivas*. Uma das questões centrais na hermenêutica weberiana reside nas dificuldades do indivíduo moderno em afirmar seus valores em face das estruturas objetivas. O desencantamento proveniente desta relação (objetivação/subjetivação) possui uma afinidade evidente com o distanciamento interpessoal, o que bloquearia a constituição de identidades coletivas. Cf. (CARVALHO, 2004).

partidária distancia-se da sociedade inviabilizando a inteligibilidade acerca do câmbio de experiências, de valores, de ideias, prejudicando, desse modo, o fluxo de transmissão do crédito político.

O processo de oligarquização partidária revela as condições de pertencimento a uma lógica liberal consensualista que tende a reduzir a cognição sobre a Política a um *conjunto híbrido de estratégias e tecnologias de gestão* que tem por fundamento: *calcular e policiar eficientemente os custos do exercício das liberdades civis*. A linguagem da liderança política é, assim, atravessada por uma mentalidade de governo e por uma paradoxal metanarrativa que reforça práticas de liderança distribuída em rede, mas também promove o personalismo e o culto à personalidade, autoriza e estimula a pluralização de estilos de vida e obstrui e desqualifica a afirmação da diferença como precondição para a existência de qualquer identidade.

Tal racionalidade coteja alterar a posição e a identidade dos sujeitos interagentes sem deixar, todavia, de valorizar a funcionalidade da autoridade verticalizada. À liderança política atravessada por uma ordem institucionalizada por normas positivadas cabe restituir a confiança na gestão dos múltiplos custos de exercício das liberdades e, nesses termos, resta-lhe quase que exclusivamente, tendo em vista o modelo consensualista do Estado moderno, focar *o consumo individual como elemento comum*, apto a aglutinar identidades e singularidades dispersas em um “corpo” que se denomina de “população”.

A “entropia representativa”, na qual o vínculo eleitoral, “só valida um modo de designação dos governantes, não implicando uma legitimação a priori das políticas que os governantes são levados a efetivar” (ROSANVALLON, 2009:25), oferece a possibilidade de manifestar descontentamentos sem, no entanto, ameaçar sua estrutura juridicamente protegida e, portanto, centralizada pelo *modus vivendi* consensualista processual.

O Estado capitalista, segundo a interpretação de OFFE (1984:123-125), “nem está a serviço nem é “instrumento” de *uma* classe contra outra. Sua estrutura e atividade consistem na imposição e na garantia duradoura de regras que institucionalizam as relações de classe específicas de uma sociedade capitalista”.

Para OFFE (id:125), “existe uma e *somente* uma estratégia geral de ação do Estado. Ela consiste em criar as condições segundo as quais *cada cidadão é incluído nas relações de troca*”. O fato de que certos grupos sejam mais favorecidos que outros, não é o objetivo, mas o subproduto necessário de uma política emoldurada por uma lógica da homogeneização do contraditório e, por isso, voltada para a conservação e a

universalização da forma-mercadoria, ainda que as conexões possíveis entre os termos díspares (Capital e Trabalho) permanecem díspares.

Isso posto, a estrutura institucional do Estado capitalista precisa configurar *regras de exclusão* institucionalizadas, precisa selecionar “não-acontecimentos”, precisa reafirmar termos contraditórios num elemento homogêneo (Estado) e, para isso, precisa excluir determinados fenômenos que atentem contra sua *ratio* própria. “A totalidade das necessidades não-satisfeitas aparece, então, como um não-fato, como um indicador de seletividade, como um nível de dominação maior ou menor de um sistema político” (id:157).

Cabe a liderança política, *afetar estrategicamente*¹³³ esses “não-acontecimentos” selecionados no interior do Estado para se *requalificar a crença* sobre fenômenos excluídos do jogo concorrencial e, fazer assim, uso do poder do Estado para fins emancipatórios, apesar da convivência infalível com suas disposições repressoras. Mas como afetar esses “não-acontecimentos” se a liderança política atravessada por processos homogeneizadores tem sua potencialidade consumida de uma ponta à outra?

O lulismo é entendido aqui como sendo um modelo de governabilidade produtor de capacidade governativa e, portanto, alicerçado pela conciliação dos conflitos classistas no interior e no exterior da máquina pública que, no entanto, nasce de um processo centralizador endógeno que levou o partido a redimensionar suas bases de apoio.

O objetivo desta dissertação foi refletir e pontuar dados sobre a hipótese de inflexão conservadora a que este modelo de gerenciamento político ensejou partindo da hibridização procedimental e ético-política cultuada durante o processo de estabilização organizativa no Partido dos Trabalhadores.

O processo de articulação dos fins relativo aos fluxos de reciprocidade de sentido entre os diversos atores fundadores do Partido dos Trabalhadores foi sendo reordenado por objetivos oficiais intimamente atrelados ao *modus operandi* do mercado eleitoral. As condições de sobrevivência política e, portanto, de estabilidade organizativa da agremiação, estiveram ao longo de toda sua história, cada vez mais dependentes da *ratio* própria ao funcionamento do sistema político brasileiro e do *ethos* próprio à coordenação

¹³³ A teoria da ação estratégica centrada no “ator político”, tem sua fonte em Maquiavel sendo recuperada no século XX por autores como Max Weber e Antonio Gramsci. A ciência política passa a dar maior ênfase à ação estratégica de lideranças política já nos trabalhos de autores como Harold Lasswell, James MacGregor Burns, Kenneth Arrow e Edward Samuel Corwin nas décadas de 1950 e 1960. A partir das décadas de 1980 e 1990 destaca-se trabalhos de autores como Jean Blondel, Richard Neustadt, Robert C. Tucker, George C. Edwards III, Barbara Kellerman, Joseph Nye, James Pfiffner e Stephen Skowronek no que concerne, principalmente à liderança presidencial. Cf. MENDEZ (2013:17:53).

formal de processos burocratizados, reduzindo sua liderança política, a uma *ação estratégica politicamente orientada por princípios econômicos em maior medida do que sua ação estratégica politicamente orientada por princípios ético-políticos*.

A liderança ético-política, tomando-se nosso referencial teórico, realiza-se pelo êxito no jogo agonístico de *fazer crer que se pode fazer o que se diz*¹³⁴, essa espécie de *parresía*¹³⁵, é uma técnica de si que implica saber servir-se corajosamente de uma fala franca que precisa afetar, inquietar, incomodar e *fazer-converter* modos de ser para *fazer-seguir* de maneira mística¹³⁶; é um poder “sensual”, virtuoso, que diz respeito à *capacidade de persuadir*.

O líder político se qualifica pelo exercício dessa ação virtuosa, na ausência dessa *vocação*, para que de forma estratégica possa-se *costurar interesses e conduzir processos que ressignifiquem as relações sociais em presença*, seu lugar é ocupado pelo gestor que como “senhor legal típico, o ‘superior’, enquanto ordena e, com isso, manda, obedece por sua parte à ordem impessoal pela qual orienta suas disposições” (WEBER, 2004: [I] 142). Exatamente em razão dessa obediência transacionada, entrega-se à condescendência dos fatos e dos termos renunciando à liderança em seu sentido ético-normativo.

De outro modo, a liderança econômico-gerencial se dá pelo êxito no jogo homeostático em *fazer-obedecer ao administrar recursos que garantam a continuidade da vida organizativa*, é um poder recatado, “puritano”, “apolíneo”, que diz respeito à capacidade de deixar que preferências orientadas pela execução formal de um projeto compactuado ou imposto moldem *per se* os termos e as condutas em presença.

Na hipótese weberiana não há linha de fuga em uma *situação de gestão*, não se apresenta uma *questão ético-política*, apenas questões técnicas correspondentes aos *meios* mais ou menos adequados ao êxito organizativo, uma vez que se tem como indubitável a cognição quanto aos *fins* a serem alcançados.

¹³⁴ Cf. BOURDIEU (2010:178-202). Embora Bourdieu não seja um “autêntico weberiano”, sua sociologia construtivista guarda alguns aspectos da teoria de Max Weber.

¹³⁵ O termo grego Parrhesía é uma figura retórica que significa um dizer voraz (coragem de falar a verdade) que altera o sentido e o valor de um enunciado e se constitui pelo iminente risco de represália para o locutor. A Parrhesía é considerada uma prática discursiva essencial para o desenvolvimento da democracia ateniense.

¹³⁶ É neste sentido que Max Weber fala em carisma como uma “qualidade pessoal extracotidiana (na origem, magicamente condicionada, no caso tanto dos profetas quanto dos sábios curandeiros ou jurídicos, chefes de caçadores e heróis de guerra) e em virtude da qual se atribuem a uma pessoa poderes ou qualidades sobrenaturais, sobre-humanos, ou pelo menos, extracotidianos específicos ou então se a toma como enviada por Deus, como exemplar e, portanto, como “líder”. No entanto, “o que importa é como de fato ela [a qualidade do carisma] é avaliada pelos carismaticamente dominados – os adeptos”. WEBER. M. *Economia e Sociedade*. São Paulo: Imprensa oficial, 2004. Vol. I, pg.158-159.

O lulismo, enquanto modelo de gerenciamento político, obteve êxito ao administrar o alto custo de operacionalização do sistema político brasileiro pela eficiente gestão de uma *coalisão conservadora* formada por partidos fisiológicos que não têm outra finalidade em sua atuação política que não seja a hipoteca de seu apoio político em troca de cargos estatais e receitas orçamentárias. Este modelo de governabilidade cotejou reafirmar a crença no presidencialismo de coalizão brasileiro e enfraqueceu-se quando, além da incapacidade de gestão de uma coalizão altamente heterogênea, viu-se também a ausência de um projeto ético-político pessoal na figura de Dilma Rousseff.

A capacidade de sintetizar a exigência de mudança na estrutura organizativa dos sindicatos com a necessidade de mudança na estrutura política do país, tido como a meta originária do “novo sindicalismo” e, em grande medida, uma narrativa também próxima aos objetivos seminais do Partido dos Trabalhadores, altera-se à medida em que as contingências acentuam a relação entre as lideranças petistas e o campo administrativo público, ainda que o modelo conciliador tenha sido carregado pelo novo sindicalismo antes da fundação do PT.

A absorção de vários sindicalistas e outras lideranças petistas às funções de assessoria parlamentar, de cargos de confiança nos executivos e legislativos nos três níveis de governo e demais posições em empresas estatais, assim como na constituição de instâncias decisórias e consultivas com a participação institucionalizada de sua base orgânica, ao longo do crescimento da legenda, propiciou à suas lideranças uma perspectiva mais instrumental¹³⁷ da política como pudemos averiguar nas resoluções de encontros, congressos, estatutos do partido e nos apontamentos sobre algumas características da elite política nos governos Lula e Dilma¹³⁸.

A ascensão do “novo sindicalismo” à posição de elite dirigente representa uma alteração significativa nas relações de poder no Brasil. Entretanto, a estabilidade dos dirigentes petistas selada a partir de seu 10º EN (1995) orientou-se a reduzir, “de cima a baixo”, a imprevisibilidade eleitoral e sua instabilidade organizativa apoiando-se em

¹³⁷ De acordo com a interpretação de HABERMAS (2012:263-426) acerca do conceito de racionalidade em Max Weber, racionalidade instrumental é entendida como o emprego metódico de meios para fins dados, orienta a ação para a consecução de objetivos e fins utilitários.

¹³⁸ Apenas no 5º Congresso Nacional do PT cujo o caderno de teses foi intitulado “Um partido para tempos de guerra”, realizado em junho de 2015 é que é possível averiguar um esboço de retomada do dissenso característico dos tempos em que o partido era oposição. Disponível em: <http://www.pt.org.br/wp-content/uploads/2015/04/TESES5CONGRESSOPTFINAL.pdf>.

processos internos de cooptação, descaracterizando o princípio democrático que havia contornado sua linha política originária.

Os encontros e congressos nacionais do PT eram as mais altas instâncias deliberativas sobre a linha política do partido. O 10º Encontro Nacional ocorrido em 1995, marca a aliança entre as tendências internas *Articulação Unidade na Luta e Democracia Radical*. A partir desse momento, solidifica-se um estilo estratégico-pragmático onde especialistas em *marketing eleitoral* juntam-se a especialistas em políticas públicas gerando uma dinâmica partidária mais técnica e menos participativa. A visão proveniente das lideranças dessa coalizão predomina nas resoluções e teses de congressos, bem como nos programas de governo subsequentes.

A desconstrução da democracia interna do PT, confirmada pela alteração das regras de competição interna no Estatuto de 2001, esclarece a passagem de um *partido de massas* à um *partido profissional-eleitoral* tal qual proposta desenvolvida por PANEBIANCO (2005:509-520) ou o modelo de *partido cartel* de KATZ & MAIR (1995;1996). Configura-se também uma *alteração do princípio de representatividade na estrutura organizativa interna do PT com a implementação do Processo de Eleições Diretas* (PED) esvaziando os Encontros como *instrumentos de convicção política*.

Todo e qualquer capital produtivo é abraçado pela mentalidade de governo petista. Sua liderança política passa a ser atravessada transversalmente pela racionalidade econômica que modula os atos governamentais onde também um novo perfil social de liderança emerge junto à reterritorialização de sua base de apoio. Um aumento significativo na porcentagem de funcionários públicos constituindo o grupo sócio ocupacional mais numeroso em antinomia ao decréscimo na porcentagem de lideranças que pertenciam a algum Núcleo de Base; o aumento de delegados que ocupavam cargos eletivos ou de confiança nos poderes Executivo e Legislativo, a dificuldade de renovação dos quadros do partido, o aumento do número de filiados nos municípios com menos de 200 mil eleitores são os aspectos centrais ao longo processo de estabilização organizativa e para o redimensionamento de sua liderança.

Na década de 1980 o desenho institucional petista se delineava de forma ascendente, da base à cúpula. A *esfera da gestão, com sua peculiar exigência crescente de eficiência e resultados*, obrigou o partido a orientar-se também em função de objetivos eleitorais (*vote-seeking*) e na aquisição de cargos públicos (*office-seeking*). Não é por acaso que no 5º CN (2015) o partido reconheça que: “*das direções até as bases, é preciso realizar transformações profundas. Precisamos de um partido para tempos de guerra*”

(5ºCN:4). Nos “tempos de guerra” é que a linguagem ético-política toma conta da narrativa partidária na intenção de restituir a confiança em uma ordem gerencial específica. Mas qual ordem o lulismo defendeu?

Tendo sua expectativa de poder reduzida, com o objetivo de preparar o partido para “tempos de guerra”, no 5º CN (2015), a urgência na capacitação da agremiação devia reorientar-se para uma *aliança estratégica com as forças democrático-populares* combinando *luta institucional, luta social e luta cultural*, colocando-se novamente como o partido capaz de aglutinar um senso comum entorno dos movimentos sociais não capturados diretamente pela ação estatal. Todavia, o contexto é outro, o movimento sindical perdeu espaço e margem de negociação, o grau de consciência do trabalhadores está altamente fragmentado, o setor industrial inteiro não se desenvolveu significativamente durante as gestões petistas, o partido hoje se encontra aos pedaços e, sobretudo, não há dispositivos organizativos que permitam o surgimento de uma liderança política (individual e coletiva) capaz de ressignificar a linha política do partido e reavaliar sua estrutura organizativa em uma conjuntura onde o partido e suas lideranças sofrem ataques ferozes por parte de seus adversários, cujo um dos objetivos seminais está em diluir a confiança depositada na pessoa de Lula.

Os líderes partidários são aqueles que controlam as zonas de incerteza e que podem usar a seu favor esse recurso nas negociações internas. O líder é alguém capaz de ressignificar a insegurança e de distribuir incentivos e constrangimentos para que uma linha coerente de disposições oriente-se a um fim, seu objetivo é, então, o de reafirmar a ordem capaz de realizar o “fim”. Desse modo, o controle das “*zonas de incerteza*”, portanto, passa pelo enfrentamento de elites internas, possibilitando afirmar que os “*jogos de poder verticais*” (líder-seguidor) “são a precondição, ao menos lógica, dos jogos de poder horizontais” (negociações entre líderes) e que “os êxitos das negociações entre os líderes dependem dos êxitos das negociações entre líderes e seguidores (PANEBIANCO, 2005, 47).

Ao dominar as fontes de *incentivos seletivos* advindos do financiamento público direto (fundo partidário) e indireto (cargos, salários, etc.), os parlamentares foram gradativamente obtendo maior capacidade de controle nos “*jogos horizontais de poder*” potencializando as possibilidades de vitória (*atouts*) na definição da “*linha política do partido*” e isolando estrategicamente as tendências minoritárias sem representação em órgãos públicos e de outros potenciais *centros autônomos de poder*.

A partir da gestão de Delúbio Soares (2000-2005) à frente da Secretaria Nacional de Finanças e Planejamento, cresceu também o montante de recursos provenientes de doações de grandes empresas feitas diretamente ao Diretório Nacional que já vinham aumentando desde 1994 obtendo um salto significativo no ano de 2004. Entre 1996 e 2004, majoritariamente os recursos provinham do Estado, a partir do ano de 2004, com o intuito de maximizar o desempenho eleitoral do partido e, sobretudo, a despeito de um déficit do DN de mais de 20 milhões de reais, aumentou-se o montante de financiadores privados provenientes principalmente de construtoras, bancos e grandes indústrias.

*As receitas operacionais da agremiação cresceram 449% entre 2007 e 2014 já sob as gestões de Paulo Ferreira (2005-2010) e João Vaccari Neto (2010-2015). Nos demonstrativos de doações recebidas, grandes construtoras, empresas de engenharia nos mais diversos segmentos, empresas de assessoria de crédito, dos menores aos principais bancos atuantes no país configuram entre alguns dos mais destacados agentes de influência sobre os parlamentares e membros do poder executivo e legislativo nos três níveis de governo. Com o processo de simbiose entre PT e Estado, inutilizou-se diversos mecanismos internos de prestação de contas (*accountability*) pelo qual a identidade partidária e a linha política do partido se coadunam com a pragmática da conquista de cargos. Após o Estatuto de 2001, pode-se afirmar que as bases petistas foram amplamente funcionalizadas pelo lulismo ainda que o pragmatismo fosse identificado como uma característica geral também presente na consciência do “petismo”.*

A reterritorialização da base de apoio petista fez reemergir interpretações sobre o possível reforço da tradição personalista na política brasileira. A hipótese de *realinhamento eleitoral* proposta por SINGER (2012) e que consistiria na *reorientação ideológica* de um “subproletariado” pauperizado e desorganizado, também ganha relevância no pensamento social brasileiro.

O governo Lula foi alvo de críticas sobre sua política de proteção social por ter efetivado uma clientela economicamente debilitada e politicamente desorganizada, fazendo emergir questões sobre a consequente manutenção de políticas clientelistas e populistas como ação estratégica orientada para o poder, no qual o risco da pobreza, atacada pela lógica dos resultados, inerente à política como gestão do capital, ainda veria nos pobres o objeto e não o sujeito da política.

A preferência ideológica pelo PT declinou com o auge do “Mensalão” recuperando-se ao longo do ano de 2006, porém, sem atingir os patamares anteriores ao escândalo. Os dados sobre a percepção dos eleitores quanto ao partido que melhor os

representa não mostraram uma associação forte com a identificação ideológica, embora o ESEB-CSES de 2002 e 2006 tenha revelado que o PT também era identificado pelos eleitores de “centro” e de “direita” como “o melhor partido que os representa”. Compreendido apenas pela sua feição eleitoral, o lulismo é resultado de uma cultura cívica avessa à política tradicional, mas ainda submetida ao seu *modus operandi*. Já que este modelo de governabilidade não logrou alterar o *modus operandi*, restou-se revelar a possibilidade de sua gestão efetiva.

A negociação permanente com os partidos de oposição, por meio de um padrão de comportamento partidário fiscalizador, fez com que Lula e o PT *incorporassem inclusive os partidos de oposição ao processo de reformas institucionais “fortalecendo a dimensão policy seeking”* em detrimento de uma postura predominantemente obstrutiva com a qual teria sido a tônica de FHC em relação aos partidos de oposição em seu governo.

Entretanto, essa estratégia transacional elevou o número de ministérios de 24 no governo FHC para 35 no governo Lula, chegando a 39 no governo Dilma Rousseff inflacionando, assim, *o custo de funcionamento da coalizão em razão também do aumento da fragmentação partidária*. Após a saída de Lula da presidência, gerenciar esta inflada coalizão passou a ser um dos entraves para Dilma Rousseff.

O caráter funcionalizador do lulismo é mais visível quanto à governança do agronegócio e a suspensão do conflito agrário, base da luta do MST durante a consolidação das lealdades organizativas do PT. Embora não reproduzisse a “política de criminalização” dos movimentos sociais no campo como o fez FHC, no intuito de conciliar “capital e trabalho”, *a principal resposta do lulismo à questão agrária, foi a adoção dos programas de transferência direta de renda para famílias em situação de extrema pobreza nas áreas de concentração do agronegócio*.

Somado ao dogma neoclássico de garantia essencial dos chamados equilíbrios econômicos fundamentais (cambial, fiscal e monetário), mais agravante do que o problema do lento crescimento do PIB é o fenecimento de setores industriais de vital importância para o desenvolvimento do capitalismo brasileiro.

Ainda que o Governo Lula-Dilma tenha colocado expoentes do pensamento desenvolvimentista em postos importantes do setor público como no Ministério da Fazenda e no BNDES, o núcleo neoliberal espalhado pelo organograma do Banco Central manteve a liderança da política econômica, sustentando a predominância da lógica financeira no interior dos processos de decisão governamental.

Ao se tornar Governo, o lulismo reduziu sua *liderança política a detalhes técnicos referentes à melhor operacionalização da política econômica e pela maior ou menor competência de seus gestores públicos*.

Os aliados do governo Lula-Dilma atribuem os melhores resultados da economia brasileira à ruptura com a política econômica anterior (SADER (org.), 2013). A “herança maldita”, proveniente da política econômica neoliberal aplicada nos governos anteriores, teria sido superada a partir de 2006 por um novo paradigma desenvolvimentista com crescimento e distribuição de renda. Por outro lado, o discurso proliferado por aqueles “à direita” do Governo Lula-Dilma, acostumou-se a acreditar na “sorte” de Lula por ter se beneficiado do bom momento do mercado mundial e de ter tirado grande vantagem com a persistência na manutenção da política macroeconômica implementada por FHC.

Todavia, o Brasil de Lula e Dilma, assim como o Brasil de FHC, Itamar, Collor e Sarney, submete o desempenho econômico do país por meio da dependência dos ciclos do comércio internacional agravando a dependência externa do país. Ou seja, se há uma “herança maldita” ela é tão antiga quanto a velha concorrência entre as nações.

O Governo Dilma não redimensionou o entendimento sobre a capacidade de movimentar sociedade e Estado em torno de estratégias de ação externa, dificultando a colaboração entre Estado e agentes não governamentais dinâmicos da sociedade. O apogeu desta *desconfiança política* se deu na emergência de movimentos multitudinais em junho de 2013 culminando em um padrão de comportamento usual ao sistema político brasileiro que promoveu 132 pedidos de *impeachment*¹³⁹ desde 1990, tendo Dilma somado 48 desde 2011, 14 no primeiro mandato e 34 somente em 2015 com a autorização do requerimento formulado pelos juristas Hélio Bicudo, Miguel Reale Junior e Janaina Conceição Paschoal no dia 2 de dezembro de 2015.

O Governo Lula, ainda que tenha contado com a sorte da alta dos preços das *commodities*, garantiu ganho real de mais de 70% para o salário mínimo, triplicou os investimentos em educação, retirou 36 milhões de pessoas da miséria e promoveu outras

¹³⁹ Collor (1990-1992) 29 pedidos; Itamar (1992-1994) 4 pedidos; FHC (1995-1998) 1 pedido; FHC (1998-2002) 16 pedidos; Lula (2003-2006) 25 pedidos; Lula (2007-2010) 9 pedidos; Dilma (2011-2014) 14 pedidos; Dilma (2015) 34 pedidos. No dia 2 de dezembro de 2015 o presidente da Câmara dos Deputados em exercício (Eduardo Cunha) acolheu um pedido elaborado pelos juristas Hélio Bicudo, Miguel Reale Junior e Janaína Conceição Pascual. No dia 16 de dezembro o Procurador Geral da República em exercício (Rodrigo Janot) apresenta ao Supremo Tribunal Federal um pedido de afastamento cautelar contra Eduardo Cunha do cargo de Deputado Federal e Presidente da Câmara em razão das buscas realizadas pela operação lava-jato na residência do deputado. Até a conclusão desta dissertação nenhum dos pedidos ainda geraram efeito na prática. Cf. <http://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2015/12/03/de-132-pedidos-de-impeachment-desde-collor-acao-contra-dilma-e-2-aceita.htm>.

42 milhões à classe média. Segundo dados do IPEA¹⁴⁰, a variação do aumento de ganhos reais foi 5,5 vezes (550%) mais rápida para o décimo mais vulnerável dos brasileiros.

No entanto, o lulismo não logrou enfrentar os problemas de baixo crescimento e de desindustrialização que ocorrem no Brasil desde a década de 1980. O “Novo Consenso Econômico” e sua patológica defesa procedimentalista de metas de inflação e controle fiscal, entre outras práticas, levou o “lulismo” rumo a uma aparentemente contraditória situação de baixo crescimento e pleno emprego (BRESSER-PEREIRA, 2013). Permaneceu, durante os Governos Lula-Dilma, um padrão de subordinação da política de desenvolvimento à política monetária focada no controle inflacionário submetendo o país a uma crescente perda de competitividade internacional.

As exigências de elevação salarial e do crédito por parte da *base sindical do petismo* e de políticas públicas de combate à pobreza por parte da *“base religiosa” do petismo* foram acopladas no tema do *“mercado interno de consumo de massas”* desde antes da primeira derrota eleitoral em nível federal em 1989. O governo Lula e Dilma procurou abrigar a conflituosa convivência entre os fiadores da credibilidade financeira junto aos mercados e os grupos identificados com a expansão dos direitos sociais e trabalhistas. A subordinação dos segundos aos primeiros esteve na própria origem da composição dos governos petistas.

A diplomacia na “era do lulismo” buscou “um novo sentido à construção da liderança com padrões de *soft power* através do reforço do multilateralismo” estabelecendo relações assimétricas com países desenvolvidos. Com Dilma, reduziu-se a *prática da utilização da diplomacia como insumo para o desenvolvimento*, diminuiu-se a intensidade da chamada *“diplomacia presidencial”* assim como o *“protagonismo global”* em função da reprimarização da economia brasileira e da desindustrialização progressiva que atingiu um alto grau evidente já em 2010.

Neste sentido, além de não possuir um projeto pessoal apto a reafirmar a plataforma petista, também a liderança econômico-gerencial de Dilma Rousseff se mostrou ineficiente. Ao eleger Dilma Rousseff, uma candidata que construiu seu capital político exclusivamente no setor administrativo público, o modelo possibilitou também um governo sem liderança ético-política *in status nascendi*, uma vez que sua legitimidade foi fundamentada na autoridade da “fonte” (Lula).

¹⁴⁰ Cf. http://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=15593.

De 2013 a 2016, nota-se que o dissenso frente ao *pacto intragovernamental* se estende ao *pacto classista* que sustentou o “modelo híbrido do lulismo” e, Dilma Rousseff, vê crescer sua *incapacidade governativa* ao situar-se em constante dificuldade de comandar a instável coalizão política em seu governo.

O social desenvolvimentismo petista, na qualidade de modelo político e macroeconômico do lulismo, engendrou uma estrutura de apoio precária. Ainda que tenha fortalecido a renda de todas as classes socioeconômicas elevando suas expectativas e perspectivas de inserção na sociedade de consumo, se sustentou, quase que exclusivamente, num eleitorado despolitizado que não apresenta afinidades partidárias de qualquer tipo, em quantidade não desprezível, disperso pelos rincões do país onde a economia de mercado é excepcionalmente vulnerável.

O Presidente Lula fora violentamente atacado por exercer sua liderança política ao expressar ideias em linguagem simples, mas de grande impacto sobre a sociedade brasileira e a opinião pública internacional. Com Dilma Rousseff, nota-se uma queda na qualidade em se *comunicar e reafirmar os ambíguos valores engendrados pela própria gestão petista* e, assim, aptos a *possibilitar o suporte ao crédito político conquistado* pelo seu antecessor.

Nesta dissertação o conceito de liderança política é entendido pela capacidade de restaurar a confiança *na oficialidade contida na ordem governamental* compreendendo tal ordem para além da esfera estatal¹⁴¹. De fato, o lulismo criou as condições segundo as quais “a maioria dos cidadãos é incluída nas relações de troca”. Não obstante, a evasiva regulação lulista não foi exitosa em mudar a cognição acerca da estrutura política que sustenta atos de exclusão institucionalizados por depender estruturalmente de sua *ratio* própria para a manutenção de seu capital político¹⁴². A ordem defendida pelo lulismo perdeu credibilidade quando o líder saiu de cena.

¹⁴¹ “Ela é própria de empreendimentos políticos (entreprises politiques) já com muitos anos, que acumularam um importante capital político objetivado, em forma de postos no seio do próprio partido, em todas as organizações mais ou menos subordinadas ao partido e também nos organismos do poder local ou central e em toda a rede de empresas industriais ou comerciais que vivem em simbiose com esses organismos. (...) Compreende-se assim que esta nova definição das posições, correspondam características novas nas atitudes de seus ocupantes” (BOURDIEU, 2010: 194-195).

¹⁴² “O capital político é uma forma de capital simbólico, *crédito* firmado na *crença* e no *reconhecimento* ou, mais precisamente, nas inúmeras operações de crédito pelas quais os agentes conferem a uma pessoa – ou a um objeto – os próprios poderes que eles lhe reconhecem” (...) “O capital político é pois o lugar de uma concorrência pelo poder que se faz por intermédio de uma concorrência pelos profanos ou melhor, pelo monopólio do direito de falar e de agir em nome de uma parte ou da totalidade dos profanos. É uma forma de capital firmado na *crença* ou “nas inúmeras operações de crédito pelas quais os agentes

Sustentamos que a inflexão anacrônica a que o lulismo possibilitou não se deu exclusivamente em razão de uma representação objetiva de um eleitorado subproletariado conservador como profere SINGER (2012), na esteira de análises como as de GORZ (1987) sobre o proletariado potencialmente revolucionário ter se tornado uma força social conservadora já nos anos 80 do século XX. O “gosto” pela ordem está inserido na racionalidade das práticas seletivas de governo sob as quais a relação simbiótica (partido/Estado) levou o PT a reposicionar-se no campo político¹⁴³.

Dilma Rousseff têm sua legitimidade procedimental e substancial questionada por setores diversos da sociedade brasileira não apenas por não “possuir” habilidades pessoais¹⁴⁴ reconhecidas para se *perturbar a sensibilidade* e autorizar a *confiança intersubjetiva nos sujeitos e objetos políticos em presença*. Dilma, assim como Lula, tivera sua liderança questionada tanto na qualidade substantiva *sobre o direito de falar e de agir em nome de uma parte ou da totalidade dos cidadãos*, quanto pela qualidade

conferem os próprios poderes reconhecidos”. BOURDIEU, Pierre. *O Poder Simbólico*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010. Pg. 187-188/ 185.

¹⁴³ “O campo político é, pois, o lugar de uma concorrência pelo poder que se faz por intermédio de uma concorrência pelos profanos ou, melhor, pelo *monopólio do direito de falar e de agir em nome de uma parte ou da totalidade dos profanos*. O porta-voz apropria-se não só da palavra do grupo dos profanos, quer dizer, na maioria dos casos, do seu silêncio, mas também da força deste mesmo grupo, para cuja produção ele contribui ao prestar-lhe uma palavra reconhecida como legítima no campo político. *A força das ideias que ele propõe mede-se, não como no terreno da ciência, pelo seu valor de verdade* (mesmo que elas devam uma parte de sua força à sua capacidade para convencer que ele detém a verdade), *mas sim pela força do grupo que as reconhece, nem que seja pelo silêncio ou pela ausência de desmentido, e que ele pode manifestar recolhendo as suas vozes ou reunindo-as no espaço*” (BOURDIEU, 2010:185, grifo nosso).

¹⁴⁴ Rejeitamos em nosso modelo de análise, toda e qualquer leitura essencialista fundamentada, ainda que não oficialmente, na *Teoria dos Traços de Personalidade do líder*, desenvolvida pela junção dos interesses da *psicologia comportamentalista* com a *teoria da administração*. No desenvolvimento dessa técnica racional de medição de habilidades e competências ideais (*psicometria*) entrecruzadas com variáveis clínicas como *transtornos psíquicos, psicopatologias, alterações cognitivas e distúrbios de comportamento*, assume-se que a relação social assimétrica entre dois indivíduos se dá pela discrepância do *self (eu)* ou pela incongruência entre os *selves (eu, supereu e isso)*, operando o conceito psicanalítico de *projeção do eu não realizado* na figura do líder como se este fosse o dispositivo de nivelamento que daria *consistência cognitiva* à relação entre indivíduos com habilidades distintas. Essa “idealização” da liderança como um *princípio de consistência do self*, acentua a interpretação do que se convencionou chamar de *culto ao líder* ou *culto à personalidade*, no qual os desejos de autonomia são arrojados em uma figura autônoma ideal, que seria o único *elo de ligação* capaz de *preencher o vazio existente entre comportamento e significado, sujeito e sistema*. Contudo, o aspecto fundamental do fenômeno da liderança – quando determinado apenas pela sua face psicossocial ou psicométrica –, não habita propriamente no tipo de ação do líder, mas nas necessidades *eleitas* como necessárias ao comportamento adequado dos liderados. Julgamos que esta perspectiva teórica abordada por autores como AB’ SÁBER (2011) manuseia equivocadamente a teoria do populismo como forma específica de manifestação histórica e política do carisma, ou seja, realiza uma interpretação inconsistente da sociologia do populismo como subtipo da dominação carismática em Max Weber.

procedimental de *fazer funcionar o Governo seguindo premissas que contradizem a ratio própria do metaconsenso liberal*.

O que não se dispersou claramente nas estruturas narrativas do pós-lulismo é o entendimento de que além da explícita fragilidade da *liderança presidencial*, também é notória a ausência de lideranças agregadoras na oposição capazes de articular a coalizão e estabelecer uma relação cooperativa com o centro gestor, tendo na *hiperfragmentação da representação partidária* uma das pedras angulares da deslegitimação da capacidade de atração de lealdades para a composição de qualquer governo. A relação do PMDB, do PP e do PR(PL) com o *status* decadente do lulismo é uma prova desta inabilidade.

De 1889 a 2016, o Brasil teve 36 presidentes e apenas um terço deles (12) foi eleito diretamente e terminou o mandato. Após o fim do Estado Novo (1945), apenas Eurico Gaspar Dutra (1946-1951), Juscelino Kubitschek (1956-1961), Fernando Henrique Cardoso (1995-2003), Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2011) e Dilma Rousseff (2011-2015) foram eleitos pelo voto popular e terminaram seus mandatos. Caso autorizado o *impeachment* de Dilma Rousseff após o afastamento de seu segundo mandato, ela se juntará à Washington Luis (1926-1930), Júlio Prestes (1930), Getúlio Vargas (1951-1954), Carlos Luz (1955), João Goulart (1961-1964) e Fernando Collor (1990-1992) na lista de presidentes impedidos de exercer o cargo por rompimento legal ou ilegal da ordem institucional vigente.

Com o fim de evadir-se frente à Operação Lava-Jato¹⁴⁵, situação e oposição cotejam, primeiramente, garantir sua subsistência, e o custo político desta luta é ainda muito nebuloso, embora pareça indicar que no desfecho do processo de *impeachment*, o projeto político derrotado nas urnas em 2002, 2006, 2010 e 2014, buscará se impor novamente, mesmo à revelia do eleitorado de opinião, já que os candidatos tucanos têm registrado até abril de 2016, queda nas intenções de votos¹⁴⁶. Para isso, terá de se aliar à autocracia conservadora que se fortaleceu em decorrência da regulação lulista.

No início de 2016, Lula registra alto índice de rejeição (61%) para uma possível disputa em 2018, seguido por José Serra (52%), Geraldo Alckmin (47%), Ciro Gomes

¹⁴⁵ Cf. Ministério Público Federal. “Caso Lava Jato”. Disponível em: <http://lavajato.mpf.mp.br/entenda-o-caso>.

¹⁴⁶ Em todos os cenários apresentados pelo Datafolha em 10/04/2016, na comparação com a pesquisa feita em dezembro de 2015, Aécio Neves (PSDB) caiu de 27% para 17%; Geraldo Alckmin (PSDB) caiu 14% para 9% e José Serra (PSDB) registrou queda 15% para 11%. Cf. “Lula e Marina lideram corrida eleitoral e tucanos têm trajetória de queda”. Disponível em: <http://datafolha.folha.uol.com.br/eleicoes/2016/04/1759695-lula-e-marina-lideram-corrída-eleitoral-e-tucanos-tem-trajetoria-de-queda.shtml>.

(45%), Aécio Neves (44%) e Marina Silva (42%). Todavia, até o presente momento, nenhum adversário de Lula conseguiu canalizar para si a rejeição ao petista¹⁴⁷.

¹⁴⁷ Cf. “Aumenta rejeição a Lula, mas nenhum dos possíveis pré-candidatos para 2018 se beneficia”, IBOPE inteligência. Disponível em: <http://www.ibopeinteligencia.com/noticias-e-pesquisas/aumenta-rejeicao-a-lula-mas-nenhum-dos-possiveis-pre-candidatos-para-2018-se-beneficia/>.

Anexos

Anexo 1: Resultado do 1º turno da eleição presidencial de 1989

CANDIDATO	COLIGAÇÃO	VOTOS OBTIDOS	%
Fernando Collor de Mello (PRN)	PRN-PSC-PTR-PST	22.611.011	28,53%
Luiz Inácio Lula da Silva (PT)	PT-PSB-PCdoB	11.622.673	16,08%
Leonel Brizola (PDT)	-	11.168.228	15,45%
Mario Covas (PSDB)	-	7.790.392	10,78%
Paulo Maluf (PDS)	-	5.986.575	8,28%
Guilherme Afif Domingos (PL)	PL-PDC	3.272.462	4,53%
Ulysses Guimarães (PMDB)	-	3.204.932	4,43%
Roberto Freire (PCB)	-	769.123	1,06%
Aureliano Chaves (PFL)	-	600.838	0,83%
Ronaldo Caiado (PSD)	PSD-PDN	488.846	0,68%
Affonso Camargo Neto (PTB)	-	379.286	0,52%
Enéas Ferreira Carneiro (PRONA)	-	360.561	0,50%
José Alcides Marronzinho de Oliveira (PSP)	-	238.425	0,33%
Paulo Gontijo (PP)	-	198.719	0,27%

Zamir José Teixeira (PCN)	-	187.155	0,26%
Lívia Maria de Abreu (PN)	-	179.922	0,25%
Eudes Oliveira Mattar (PLP)	-	162.350	0,22%
Fernando Gabeira (PV)	-	125.842	0,17%
Celso Brandt (PMN)	-	109.909	0,15%
Antonio dos Santos Pedreira (PPB)	-	86.114	0,12%
Manuel de Oliveira Horta (PDCdoB)	-	83.286	0,12%
Armando Corrêa da Silva (PMB)	-	4.326	0,01%

Fonte: TSE – <http://www.tse.jus.br/eleicoes/estatisticas/repositorio-de-dados-eleitorais>.

Anexo 2: Resultado do 2º turno da eleição presidencial de 1989

CANDIDATO	COLIGAÇÃO	VOTOS OBTIDOS	%
Fernando Collor de Mello (PRN)	PRN-PSC-PTR-PST	35.089.998	49,94%
Luiz Inácio Lula da Silva (PT)	PT-PSB-PCdoB	31.076.364	44,23%
Votos Brancos	-	986.486	1,40%
Votos Nulos	-	3.107.893	4,42%
Total		70.260701	

Fonte: TSE – <http://www.tse.jus.br/eleicoes/estatisticas/repositorio-de-dados-eleitorais>.

Anexo 3: Resultado do 1º turno da eleição presidencial 1994

CANDIDATOS	COLIGAÇÃO	VOTOS OBTIDOS	%
Fernando Henrique Cardoso (PSDB)	PSDB-PFL-PTB	34.364.961	54,27%
Luiz Inácio Lula da Silva (PT)	PT-PSB-PCdoB-PPS-PV-PSTU	17.122.127	27,04%
Enéas Carneiro (PRONA)	-	4.671.457	7,38%
Orestes Quércia (PMDB)	PMDB-PSD	2.722.121	4,38%
Leonel Brizola (PDT)		2.015.836	3,18%
Esperidião Amim (PPR)	-	1.739.894	2,75%
Carlos Antônio Gomes (PRN)	-	387.738	0,61%

Hernani Goulart Fortuna (PSC)	-	238.197	0,38%
----------------------------------	---	---------	-------

Fonte: TSE – <http://www.tse.jus.br/eleicoes/estatisticas/repositorio-de-dados-eleitorais>.

Anexo 4: Resultado do 1º turno da eleição presidencial de 1998

CANDIDATO	COLIGAÇÃO	VOTOS OBTIDOS	%
Fernando Henrique Cardoso (PSDB)	PSDB-PFL-PPB-PTB- PSD-PSL	35.936.540	53,06%
Luiz Inácio Lula da Silva (PT)	PT-PDT-PSB-PCdoB- PCB	21.475.218	31,71%
Ciro Gomes (PPS)	PPS-PL-PAN	7.426.190	10,97%
Enéas Carneiro (PRONA)	-	1.447.090	2,14%
Ivan Moacir da Frota (PMN)	-	251.337	0,37%
Alfredo Sirkis	-	212.984	0,31%

Fonte: TSE – <http://www.tse.jus.br/eleicoes/estatisticas/repositorio-de-dados-eleitorais>.

Anexo 5: Resultado do 1º turno da eleição presidencial de 2002

CANDIDATO	COLIGAÇÃO	VOTOS OBTIDOS	%
Luiz Inácio Lula da Silva (PT)	PT-PL-PCdoB-PMN- PCB	39.455.233	46,44%
José Serra (PSDB)	PSDB-PMDB	19.705.445	23,19%
Anthony Garotinho (PSB)	PSB-PGT-PTC	15.180.097	17,86%
Ciro Gomes (PPS)	PPS-PDT-PTB	10.170.882	11,97%
José Maria de Almeida (PSTU)	-	402.236	0,47%
Rui Costa Pimenta (PCO)	-	38.619	0,04%

Fonte: TSE – <http://www.tse.jus.br/eleicoes/estatisticas/repositorio-de-dados-eleitorais>.

Anexo 6: Resultado do 2º turno da eleição presidencial de 2002

CANDIDATO	COLIGAÇÃO	VOTOS OBTIDOS	%
Luiz Inácio Lula da Silva (PT)	PT-PL-PCdoB-PMN- PCB	52.793.364	61,27%
José Serra (PSDB)	PSDB-PMDB	33.370.739	38,72%

Fonte: TSE – <http://www.tse.jus.br/eleicoes/estatisticas/repositorio-de-dados-eleitorais>.

Anexo 7: Resultado do 1º turno da eleição presidencial de 2006

CANDIDATO	COLIGAÇÃO	VOTOS OBTIDOS	%
Luiz Inácio Lula da Silva (PT)	PT/PRB/PCdoB	46.662.365	48,61%
Geraldo Alckmin (PSDB)	PSDB/PFL	39.698.369	41,63%

Heloísa Helena (PSOL)	PSOL/PSTU/PCB	6.575.393	6,85%
Cristovam Buarque (PDT)	-	2.538.844	2,64%
Ana Maria Rangel (PRP)	-	126.404	0,13%
José Maria Eymael (PSDC)	-	63.294	0,066%
Luciano Bivar (PSL)	-	62.064	0,065%

Fonte: TSE – <http://www.tse.jus.br/eleicoes/estatisticas/repositorio-de-dados-eleitorais>.

Anexo 8: Resultado do 2º turno da eleição presidencial de 2006

CANDIDATO	COLIGAÇÃO	VOTOS OBTIDOS	%
Luiz Inácio Lula da Silva (PT)	PT/PRB/PCdoB	58.295.042	60,83%
Geraldo Alckmin (PSDB)	PSDB/PFL	37.543.178	39,17%

Fonte: TSE – <http://www.tse.jus.br/eleicoes/estatisticas/repositorio-de-dados-eleitorais>.

Anexo 9: Resultado do 1º turno da eleição presidencial de 2010

CANDIDATO	COLIGAÇÃO	VOTOS OBTIDOS	%
Dilma Rousseff (PT)	PT/PMDB/PDT/PCdoB/PSB/PR/PSC/PTC/PTN	47.651.434	46,91%
José Serra (PSDB)	PSDB/DEM/PPS/PMN/PTdoB/PTB	33.132.283	32,61%
Marina Silva (PV)	-	19.636.359	19,33%
Plínio de Arruda Sampaio (PSOL)	-	886.816	0,87%
José Maria Eymael (PSDC)	-	89.350	0,09%
Zé Maria (PSTU)	-	84.609	0,08%
Levy Fidelix (PRTB)	-	57.960	0,06%
Ivan Pinheiro (PCB)	-	39.136	0,04%
Rui Costa Pimenta (PCO)	-	12.206	0,01%

Fonte: TSE – <http://www.tse.jus.br/eleicoes/estatisticas/repositorio-de-dados-eleitorais>.

Anexo 10: Resultado do 2º turno da eleição presidencial de 2010

CANDIDATO	COLIGAÇÃO	VOTOS OBTIDOS	%
Dilma Rousseff (PT)	PT/PMDB/PDT/PCdoB/PSB/PR/PSC/PTC/PTN	55.752.526	56,05%
José Serra (PSDB)	PSDB/DEM/PPS/PMN/PTdoB/PTB	43.711.388	43,95%

Fonte: TSE – <http://www.tse.jus.br/eleicoes/estatisticas/repositorio-de-dados-eleitorais>.

Anexo 11: Resultados do 1º turno da eleição presidencial de 2014

CANDIDATO	COLIGAÇÃO	VOTOS OBTIDOS	%
Dilma Rousseff (PT)	PT/PMDB/PDT/PCdoB/PR/PP/PSD/PROS	43.267.668	41,59%
Aécio Neves (PSDB)	PSDB/SD/DEM/PMN/PTN/PTC/PEN/PTdoB/PTB	34.897.211	33,55%
Marina Silva (PV)	PSB/PPS/PSL/PHS/PPL/PRP	22.176.619	21,32%
Luciana Genro (PSOL)	-	1.612.186	1,55%
Pastor Everaldo (PSC)	-	780.513	0,75%
Eduardo Jorge (PV)	-	630.099	0,618%
Levy Fidelix (PRTB)	-	446.878	0,43%
José Maria de Almeida (PSTU)	-	91.209	0,09%
José Maria Eymael (PSDC)	-	61.250	0,06%
Mauro Iasi (PCB)	-	47.845	0,05%
Rui Costa Pimenta (PCO)	-	12.324	0,01%

Fonte: TSE – <http://www.tse.jus.br/eleicoes/estatisticas/repositorio-de-dados-eleitorais>.

Anexo 12: Resultados do 1º turno da eleição presidencial de 2014

CANDIDATO	COLIGAÇÃO	VOTOS OBTIDOS	%
Dilma Rousseff (PT)	PT/PMDB/PDT/PCdoB/PSB/PR/PSC/PTC/PTN	54.501.118	51,64%
Aécio Neves (PSDB)	PSDB/DEM/PPS/PMN/PTdoB/PTB	51.041.155	48,36%

Fonte: TSE – <http://www.tse.jus.br/eleicoes/estatisticas/repositorio-de-dados-eleitorais>.

Anexo 13: Partidos Políticos Brasileiros registrados até dezembro de 2015

	SIGLA	NOME	DEFERIMENTO	PRESIDENTE NACIONAL	Nº
1	PMDB	PARTIDO DO MOVIMENTO DEMOCRÁTICO BRASILEIRO	30.6.1981	MICHEL TEMER	15
2	PTB	PARTIDO TRABALHISTA BRASILEIRO	3.11.1981	CRISTIANE BRASIL	14

3	PDT	PARTIDO DEMOCRÁTICO TRABALHISTA	10.11.1981	CARLOS LUPI	12
4	PT	PARTIDO DOS TRABALHADORES	11.2.1982	RUI GOETHE DA COSTA FALCAO	13
5	DEM	DEMOCRATAS	11.9.1986	JOSÉ AGRIPINO MAIA	25
6	PCdoB	PARTIDO COMUNISTA DO BRASIL	23.6.1988	LUCIANA BARBOSA DE OLIVEIRA SANTOS	65
7	PSB	PARTIDO SOCIALISTA BRASILEIRO	1º.7.1988	CARLOS ROBERTO SIQUEIRA DE BARROS	40
8	PSDB	PARTIDO DA SOCIAL DEMOCRACIA BRASILEIRA	24.8.1989	AÉCIO NEVES DA CUNHA	45
9	PTC	PARTIDO TRABALHISTA CRISTÃO	22.2.1990	DANIEL S. TOURINHO	36
10	PSC	PARTIDO SOCIAL CRISTÃO	29.3.1990	EVERALDO DIAS PEREIRA	20
11	PMN	PARTIDO DA MOBILIZAÇÃO NACIONAL	25.10.1990	TELMA RIBEIRO DOS SANTOS	33
12	PRP	PARTIDO REPUBLICANO PROGRESSISTA	29.10.1991	OVASCO ROMA ALTIMARI RESENDE	44
13	PPS	PARTIDO POPULAR SOCIALISTA	19.3.1992	ROBERTO FREIRE	23
14	PV	PARTIDO VERDE	30.9.1993	JOSÉ LUIZ DE FRANÇA PENNA	43
15	PTdoB	PARTIDO TRABALHISTA DO BRASIL	11.10.1994	LUIS HENRIQUE DE OLIVEIRA RESENDE	70
16	PP	PARTIDO PROGRESSISTA	16.11.1995	CIRO NOGUEIRA LIMA FILHO	11
17	PSTU	PARTIDO SOCIALISTA DOS TRABALHADORES UNIFICADO	19.12.1995	JOSÉ MARIA DE ALMEIDA	16
18	PCB	PARTIDO COMUNISTA BRASILEIRO	9.5.1996	IVAN MARTINS PINHEIRO*	21
19	PRTB	PARTIDO RENOVADOR TRABALHISTA BRASILEIRO	18.2.1997	JOSÉ LEVY FIDELIX DA CRUZ	28
20	PHS	PARTIDO HUMANISTA DA SOLIDARIEDADE	20.3.1997	EDUARDO MACHADO E SILVA RODRIGUES	31
21	PSDC	PARTIDO SOCIAL DEMOCRATA CRISTÃO	5.8.1997	JOSÉ MARIA EYMAEL	27
22	PCO	PARTIDO DA CAUSA OPERÁRIA	30.9.1997	RUI COSTA PIMENTA	29
23	PTN	PARTIDO TRABALHISTA NACIONAL	2.10.1997	JOSÉ MASCI DE ABREU	19
24	PSL	PARTIDO SOCIAL LIBERAL	2.6.1998	LUCIANO CALDAS BIVAR	17
25	PRB	PARTIDO REPUBLICANO BRASILEIRO	25.8.2005	MARCOS ANTONIO PEREIRA	10
26	PSOL	PARTIDO SOCIALISMO E LIBERDADE	15.9.2005	RAIMUNDO LUIZ SILVA ARAÚJO	50
27	PR	PARTIDO DA REPÚBLICA	19.12.2006	ALFREDO NASCIMENTO	22

28	PSD	PARTIDO SOCIAL DEMOCRÁTICO	27.9.2011	GUILHERME CAMPOS JÚNIOR, no exercício da presidência	55
29	PPL	PARTIDO PÁTRIA LIVRE	4.10.2011	SÉRGIO RUBENS DE ARAÚJO TORRES	54
30	PEN	PARTIDO ECOLÓGICO NACIONAL	19.6.2012	ADILSON BARROSO OLIVEIRA	51
31	PROS	PARTIDO REPUBLICANO DA ORDEM SOCIAL	24.9.2013	EURÍPEDES G.DE MACEDO JÚNIOR	90
32	SD	SOLIDARIEDADE	24.9.2013	PAULO PEREIRA DA SILVA	77
33	NOVO	PARTIDO NOVO	15.9.2015	JOÃO DIONÍSIO FILGUEIRA B. AMOÊDO	30
34	REDE	REDE SUSTENTABILIDADE	22.9.2015	GABRIELA BARBOSA BATISTA	18
35	PMB	PARTIDO DA MULHER BRASILEIRA	29.9.2015	SUÊD HAIDAR NOGUEIRA	35

Fonte: Tribunal Superior Eleitoral

Anexo 14: Os Ministros do Governo Lula (1º e 2º Mandatos)

Governo Lula – (1º e 2º Mandatos)		Filiação partidária durante o mandato
Casa Civil da Presidência da República ¹⁴⁸		
Nome	Período	
José Dirceu	01/2003 – 06/2005	PT
Dilma Rousseff	06/2005 – 03/2010	PT
Erenice Alves Guerra	03/2010 – 09/2010	PT
Controladoria-geral da União		
Francisco Waldir Pires de Souza	01/2003 – 03/2006	PT
Jorge Hage Sobrinho	06/2006 – 01/2011	PMDB
Ministério da Assistência Social ¹⁴⁹		
Benedita Souza da Silva Sampaio	01/2003 – 01/2004	PT
Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento		
Roberto Rodrigues	01/2003 – 07/2006	-
Luís Carlos Guedes Pinto	07/2006 – 03/2007	-
Reinold Stephanes	03/2007 – 03/2010	PMDB
Wagner Gonçalves Rossi	03/2010 – 01/2011	PMDB

¹⁴⁸ Assumiu interinamente no 1º mandato, Swedenberger do Nascimento Barbosa e Erenice Alves Guerra e no 2º Carlos Eduardo Esteves Lima e Giles Carriconde Azevedo.

¹⁴⁹ Extinto em janeiro de 2004, teve sua burocracia veiculada ao Ministério do Desenvolvimento social e Combate à Fome criado em 23 de janeiro de 2004. Assumiu interinamente, Ricardo Manuel dos Santos Henriques.

Ministério da Ciência e Tecnologia		
Roberto Átila Amaral Vieira	01/2003 – 01/2004	PSB
Eduardo Henrique Accioly Campos	01/2004 – 07/2005	PSB
Sergio Machado Rezende	07/2005 – 01/2011	PSB
Ministério da Cultura		
Gilberto Passos Gil Moreira	01/2003 – 01/2008	PV
João Luiz Silva Ferreira	08/2008 – 01/2011	PV
Ministério das Cidades		
Olívio de Oliveira Dutra	01/2003 – 07/2005	PT
Márcio Fortes de Almeida	07/2005 – 01/2011	-
Ministério das Comunicações		
Miro Teixeira	01/2003 – 01/2004	PPS
Eunício Lopes de Oliveira	01/2004 – 07/2005	PMDB
Helio Calixto da Silva	07/2005 – 03/2010	PMDB
José Arthur Filardi Leite	03/2010 – 01/2011	-
Ministério da Defesa		
José Viegas Filho	01/2003 – 11/2004	-
José Alencar Gomes da Silva	11/2004 – 03/2006	PL
Francisco Waldir Pires de Souza	03/2006 – 07/2007	PT
Nelson Azevedo Jobim	07/2007 – 01/2011	PMDB
Ministério do Desenvolvimento Agrário		
Miguel Soldatelli Rossetto	01/2003 – 03/2006	PT
Guilherme Cassel	06/2006 – 01/2011	PT
Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome		
Patrus Ananias de Souza	01/2004 – 03/2010	PT
Márcia Helena Carvalho Lopes	03/2010 – 01/2011	-
Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior		
Luiz Fernando Furlan	01/2003 – 03/2007	-
Miguel João Jorge Filho	03/2007 – 01/2011	-
Ministério da Educação		
Cristovam Buarque	01/2003 – 01/2004	PT
Tarso Fernando Herz Genro	01/2004 – 08/2005	PT
Fernando Haddad	08/2005 – 01/2011	PT
Ministério do Esporte		
Agnelo Santos Queiroz Filho	01/2003 – 03/2006	PCdoB
Orlando Silva de Jesus Junior	04/2006 – 01/2011	PCdoB
Ministério Extraordinário de Segurança Alimentar e Combate à Fome		

José Francisco Graziano da Silva	01/2003 – 01/2004	-
Ministério da Fazenda		
Antonio Palocci Filho	01/2003 – 03/2006	PT
Guido Mantega	03/2006 – 01/2011	PT
Ministério da Integração Nacional		
Ciro Ferreira Gomes	01/2003 – 03/2006	PSB
Pedro Brito do Nascimento	03/2006 – 03/2007	PSB
Geddel Quadros Vieira Lima	03/2007 – 03/2010	PMDB
João Reis Santana Filho	03/2010 – 01/2011	PMDB
Ministério da Justiça		
Márcio Thomaz Bastos	01/2003 – 03/2007	-
Tarso Fernando Herz Genro	03/2007 – 02/2010	PT
Luiz Paulo Teles Ferreira Barreto	02/2010 – 01/2011	PT
Ministério do Meio Ambiente		
Marina Silva	01/2003 – 05/2008	PT
Carlos Minc Baumfeld	05/2008 – 01/2011	PT
Ministério da Previdência Social		
Ricardo José Ribeiro Berzoini	01/2003 – 01/2004	PT
Amir Francisco Lando	01/2004 – 03/2005	PMDB
Romero Jucá Filho	03/2005 – 07/2005	PMDB
Nelson Machado	07/2005 – 03/2007	-
Luiz Marinho	03/2007 – 06/2008	PT
José Barroso Pimentel	06/2008 – 03/2010	PT
Carlos Eduardo Gabas	03/2010 – 01/2011	PT
Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão		
Guido Mantega	01/2003 – 11/2004	PT
Nelson Machado	11/2004 – 03/2005	-
Paulo Bernardo Silva	03/2005 – 01/2011	PT
Ministério das Relações Exteriores		
Celso Luiz Nunes Amorim	01/2003 – 01/2011	PT
Ministério da Saúde		
Humberto Sérgio Costa Lima	01/2003 – 07/2005	PT
José Saraiva Felipe	07/2005 – 03/2006	PMDB
José Agenor Álvares da Silva	08/2006 – 03/2007	-
José Gomes Temporão	03/2007 – 01/2011	PMDB
Ministério do Trabalho e do Emprego		
Jaques Wagner	01/2003 – 01/2004	PT

Ricardo Berzoini	01/2004 – 07/2005	PT
Luiz Marinho	07/2005 – 03/2007	PT
Carlos Roberto Lupi	03/2007 – 01/2011	PDT
Ministério do Turismo		
Walfrido Silvino Dos Mares Guia Neto	01/2003 – 03/2007	PTB
Marta Suplicy	03/2007 – 06/2008	PT
Luiz Eduardo Pereira Barreto Filho	09/2008 – 01/2011	PT
Ministério dos Transportes		
Anderson Adauto Ferreira	01/2003 – 03/2004	PL
Alfredo Pereira Do Nascimento	03/2004 – 03/2006 – 29/03/2007 – 31/03/2010	PL
Paulo Sérgio Oliveira Passos	04/2006 – 03/2007 – 31/03/2010 – 01/01/2011	PL
Secretária-geral da Presidência		
Luiz Dulci	01/2003 – 01/2011	PT
Secretaria de Relações Institucionais		
Jaques Wagner	07/2005 – 03/2006	PT
Tarso Fernando Herz Genro	04/2006 – 03/2007	PT
Walfrido Silvino Dos Mares Guia Neto	03/2007 – 11/2007	PTB
José Múcio Monteiro Filho	11/2007 – 09/2009	PTB
Alexandre Rocha Santos Padilha	09/2009 – 01/2011	PT
Secretaria de Comunicação de Governo e Gestão Estratégica		
Luiz Gushiken ¹⁵⁰	01/2003 – 07/2005	PT
Secretaria de Coordenação Política e Assuntos Institucionais		
José Aldo Rebelo Figueiredo	01/2004 – 07/2005	PCdoB
Jaques Wagner	07/2005 – 03/2006	PT
Secretaria de Assuntos Estratégicos ¹⁵¹		
Roberto Mangabeira Unger	07/2008 – 07/2009	PRB
Samuel Pinheiro Guimarães Neto	10/2009 – 01/2011	-
Secretaria Especial de Política para as Mulheres		

¹⁵⁰ Assumiu o Núcleo de Assuntos Estratégicos 07/2005 – 11/2006.

¹⁵¹ Uniu a extinta Secretaria de Planejamento a Longo Prazo operacionalizada pelo Mesmo Roberto mangabeira Unger entre 06/2010 e 10/2010, assim como o Ministério Extraordinário de Assuntos Estratégicos. Assumiu interinamente, Vitor Pinto Chaves, Daniel Barcelo Vargas, Marcelo Bicalho Behar e Luiz Alfredo Salomão.

Emília Fernandes	01/2003 – 01/2004	PT
Nilcéa Freire	01/2004 – 01/2011	PT
Secretaria Especial dos Direitos Humanos		
Nilmário Miranda	01/2003 – 07/2005	PT
Paulo de Tarso Vannuchi	12/2005 – 01/2011	PT
Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca		
José Fritsch	01/2003 – 03/2006	PT
Altemir Gregolin	08/2006 – 06/2009	PT
Secretaria Especial do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social		
Tarso Fernando Herz Genro	01/2003 – 01/2004	PT
Jaques Wagner	01/2004 – 07/2005	PT
Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial		
Matilde Ribeiro	03/2003 – 02/2008	PT
Edson Santos Souza	02/2008 – 03/2010	PT
Eloi Ferreira de Araújo	03/2010 – 01/2011	PT
Secretaria de Imprensa e Divulgação		
Ricardo Kotscho	01/2003 – 11/2004	PT
Secretaria de Imprensa e Porta-Voz		
André Singer	01/2003 – 03/2007	PT
Secretaria de Comunicação Social		
Franklin de Souza Martins	03/2007 – 01/2011	-
Pedro Brito do Nascimento	05/2007 – 01/2011	-

Fonte: Biblioteca da Presidência da República. Disponível em: <http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/ex-presidentes/luiz-inacio-lula-da-silva/teste>.

Anexo 15: Os Ministros do Governo Dilma (1º e 2º Mandatos)¹⁵²

Governo Dilma – (1º e 2º Mandatos)		Filiação partidária durante mandato
Casa Civil da Presidência da República		
Nome	Período	
Antonio Palocci	01/2011 – 06/2011	PT
Gleisi Hoffman	06/2011 – 02/2014	PT
Aluísio Mercadante	02/2014 – 10/2015	PT
Jaques Wagner	10/2015 –	PT
Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento		
Wagner Gonçalves Rossi	01/2011 – 08/2011	PMDB
Jorge Alberto Portanova Mendes Ribeiro Filho	08/2011 – 03/2013	PMDB
Antonio Eustáquio Andrade Ferreira	03/2013 – 03/2014	PMDB

¹⁵² Dados coletados até janeiro de 2016.

Nerii Geller	03/2014 – 01/2015	PMDB
Katia Abreu	01/2015 –	PMDB
Ministério da Ciência e Tecnologia		
Aluizio Mercadante	01/2011 – 01/2012	PT
Marco Antonio Raupp	01/2012 – 03/2013	-
Clélio Campolina Diniz	03/2014 – 01/2015	-
Aldo Rebelo	02/2015 – 10/2015	PCdoB
Celso Pansera	10/2015 –	PMDB
Ministério da Cultura		
Ana Maria Buarque de Holanda	01/2011 – 09/2012	-
Marta Suplicy	09/2012 – 11/2014	PT
Juca Ferreira	01/2015 –	PT
Ministério das Cidades		
Mário Silvío Mendes Negromonte	01/2011 – 02/2012	PP
Aguinaldo Velloso Borges Ribeiro	02/2012 – 03/2014	PP
Gilberto Magalhães Occhi	03/2014 – 01/2015	-
Gilberto Kassab	01/2015 –	PSD
Ministério das Comunicações		
Paulo Bernardo Silva	01/01/2011 – 01/01/2015	PT
Ricardo Berzoini	01/01/2015 – 02/10/2015	PT
André Figueiredo	02/10/2015 –	PDT
Ministério da Defesa		
Nelson Jobim	01/2011 – 08/2011	PMDB
Celso Amorim	08/2011 – 01/2015	PT
Jaques Wagner	01/2015 – 10/2015	PT
Aldo Rebelo	10/2015 –	PCdoB
Ministério do Desenvolvimento Agrário		
Alfonso Bandeira Florence	01/2011 – 03/2012	PT
Gilberto José Spier Vargas	03/2012 – 03/2014	PT
Miguel Rossetto	03/2014 – 09/2014	PT
Patrus Ananias	01/2015 –	PT
Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome		
Tereza Campello	01/2011 –	PT
Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior		
Fernando Pimentel	01/2011 – 02/2014	PT
Mauro Borges Lemos	02/2014 – 01/2015	-
Armando Monteiro	01/2015 –	PTB
Ministério da Educação		
Fernando Haddad	01/2011 – 01/2012	PT

Aloizio Mercadante	01/2012 – 02/2014	PT
José Henrique Paim Fernandes	02/2014 – 01/2015	PT
Cid Gomes	01/2015 – 03/2015	PROS (PDT)
Renato Janine Ribeiro	04/2015 – 09/2015	-
Aloizio Mercadante	10/2015 –	PT
Ministério do Esporte		
Orlando Silva	01/2011 – 10/2011	PCdoB
Aldo Rebelo	10/2011 – 01/2015	PCdoB
George Hilton	01/2015 –	PRB
Ministério da Fazenda		
Guido Mantega	01/2011 – 01/2015	PT
Joaquim Levy	01/2015 – 12/2015	-
Nelson Barbosa	12/2015 –	-
Ministério da Integração Nacional		
Fernando Bezerra Coelho	01/2011 – 10/2013	PSB
Francisco Teixeira	10/2013 – 01/2015	PSB
Gilberto Magalhães Occhi	01/2015	-
Ministério da Justiça		
José Eduardo Cardoso	01/2014 –	PT
Ministério do Meio Ambiente		
Isabella Teixeira	01/2011 –	-
Ministério de Minas e Energia		
Marcio Zimmermann	03/2010 – 01/2011	PMDB
Edson Lobão	01/2011 – 01/2015	PMDB
Eduardo Fraga	01/2015 –	PMDB
Ministério da Previdência Social ¹⁵³		
Garibaldi Alves Filho	01/2011 – 01/2015	PMDB
Carlos Eduardo Gabas	01/01/2015 –	PT
Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão		
Miriam Belchior	01/2011 – 01/2015	-
Nelson Barbosa	01/2015 – 12/2015	-
Valdir Moysés Simão	18/12/2015 –	-
Ministério das Relações Exteriores		
Antonio Patriota	01/2011 – 08/2013	-
Luiz Alberto Figueiredo	08/2013 – 01/2015	-
Mauro Luiz Iecker Vieira	01/2015	-
Ministério da Saúde		

¹⁵³ Unificado ao Ministério do Trabalho pela MP 696 de 02 de outubro de 2015.

Alexandre Padilha	01/2011 – 02/2014	PT
Arthur Chioro	02/2014 – 10/2015	PT
Marcelo Castro	10/2015 –	PMDB
Ministério do Trabalho e do Emprego ¹⁵⁴		
Carlos Lupi	01/2011 – 12/2011	PDT
Paulo Roberto dos Santos Pinto	12/2011 – 04/2012	-
Brizola Neto	04/2012 – 03/2013	PDT
Manuel Dias	03/2013 – 10/2015	PDT
Ministério do Trabalho e Previdência Social ¹⁵⁵		
Miguel Rossetto	10/2015 –	PT
Ministério do Turismo		
Pedro Novaes	01/2011 – 09/2011	PMDB
Gastão Dias Vieira	09/2011 – 03/2014	PROS
Vinícius Lages	03/2014 – 04/2015	-
Henrique Eduardo Alves	04/2015 –	PMDB
Ministério dos Transportes		
Alfredo Pereira do Nascimento	01/2011 – 07/2011	PR
Paulo Sergio Passos	07/2011 – 04/2013	PR
Cesar Borges	04/2013 – 06/2014	PR
Paulo Sergio Passos	06/2014 – 01/2015	PR
Antonio Carlos Rodrigues	01/2015 –	PR

Fonte: Biblioteca da Presidência: <http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidente-atual/ministerios>.

Anexo 16: Mesas-Diretoras do Congresso Nacional (2003-2015)

Câmara	Presidente	Partido	UF	Senado	Presidente	Partido	UF
<u>2003/2004</u>				<u>2003/2004</u>			
Presidente	João Paulo Cunha	PT	SP	Presidente	José Sarney	PMDB	AP
1° Vice	Inocência Oliveira	PFL	PE	1° Vice	Paulo Paim	PT	RS
2° Vice	Luiz Piauhyllino	PSDB	PE	2° Vice	Eduardo Siqueira Campos	PSDB	TO
1° Secretário	Geddel Viera Lima	PMDB	BA	1° Secretário	Romeu Tuma	PFL	SP
2° Secretário	Severino Cavalcanti	PPB	PE	2° Secretário	Alberto Silva	PMDB	PI
3° Secretário	Nilton Capixaba	PTB	RO	3° Secretário	Heráclito Fortes	PFL	PI
4° Secretário	Ciro Nogueira	PFL	PI	4° Secretário	Sérgio Zambiasi	PTB	RS
1° Suplente	Gonzaga Patriota	PSB	PE	1° Suplente	João Alberto Souza	PMDB	MA

¹⁵⁴ Unificado ao Ministério da Previdência Social pela MP 696 de 02 de outubro de 2015.

¹⁵⁵ Criado pela MP 696 de 02 de outubro de 2015 uniu os Ministérios do Trabalho e da Previdência

2º Suplente	João Caldas	PL	AL	2º Suplente	Serys Shessaenko	PT	MT
3º Suplente	Wilson Santos	PSDB	MT	3º Suplente	Geraldo Mesquita Jr.	PSB	AC
4º Suplente	Confúcio Meira	PMDB	RO	4º Suplente	Marcelo Crivela	PL	RJ
<u>2005/2006</u>				<u>2005/2006</u>			
Presidente	Severino Cavalcanti	PP	PE	Presidente	Renan Calheiros	PMDB	AL
1º Vice	José Thomaz Nonô	PFL	AL	1º Vice	Tiã Viana	PT	AC
2º Vice	Ciro Nogueira	PP	PI	2º Vice	Antero Paes de Barros	PSDB	MT
1º Secretário	Inocência Oliveira	PMDB	PE	1º Secretário	Efraim Moraes	PFL	BA
2º Secretário	Nilton Capixaba	PTB	RO	2º Secretário	João Alberto Souza	PMDB	MA
3º Secretário	Eduardo Gomes	PSDB	TO	3º Secretário	Paulo Octávio	PFL	DF
4º Secretário	João Caldas	PL	AL	4º Secretário	Eduardo Siqueira Campos	PSDB	TO
1º Suplente	Givaldo Carimbão	PSB	AL	1º Suplente	Serys Shessaenko	PT	MT
2º Suplente	Jorge Alberto	PMDB	SE	2º Suplente	Papaléo Paes	PMDB	AP
3º Suplente	Geraldo Resende	PPS	MS	3º Suplente	Álvaro Dias	PSDB	PR
4º Suplente	Mário Heringer	PDT	MG	4º Suplente	Aelton Freitas	PL	MG
<u>2007/2008</u>				<u>2007/2008</u>			
Presidente	Arlindo Chinaglia	PT	SP	Presidente	Renan Calheiros	PMDB	AL
1º Vice	Nárcio Rodrigues	PSDB	MG	1º Vice	Tiã Viana	PT	AC
2º Vice	Inocência Oliveira	PMDB	PE	2º Vice	Álvaro Dias	PSDB	PR
1º Secretário	Osmar Serraglio	PMDB	PR	1º Secretário	Efraim Moraes	PFL	BA
2º Secretário	Ciro Nogueira	PP	PI	2º Secretário	Gerson Camata	PMDB	ES
3º Secretário	Valdemir Moka	PMDB	MS	3º Secretário	César Borges	PFL	BA
4º Secretário	José Carlos Machado	PFL	SE	4º Secretário	Magno Malta	PR	ES
1º Suplente	Arnon Bezerra	PTB	CE	1º Suplente	Papaléo Paes	PMDB	AP
2º Suplente	Manato	PDT	ES	2º Suplente	Flexa Riberio	PSDB	PA
3º Suplente	Alexandre Silveira	PPS	MG	3º Suplente	João Vicente Claudino	PTB	PI
4º Suplente	Deley	PSC	RJ	4º Suplente	Antonio Carlos Valadares	PSB	SE
<u>2009/2010</u>				<u>2009/2010</u>			
Presidente	Michel Temer	PMDB	SP	Presidente	José Sarney	PMDB	AP
1º Vice	Marco Maia	PT	SP	1º Vice	Marconi Perillo	PSDB	GO

2º Vice	Edmar Moreira	DEM	MG	2º Vice	Serys Slhessaenko	PT	MT
1º Secretário	Rafael Guerra	PSDB	MG	1º Secretário	Heráclito Fortes	PFL	PI
2º Secretário	Inocência Oliveira	PMDB	PE	2º Secretário	João Claudino	PTB	PI
3º Secretário	Odair Cunha	PT	MG	3º Secretário	Mão Santa	PMDB	PI
4º Secretário	Nelson Marquezelli	PTB	SP	4º Secretário	Patrícia Sabóia	PDT	CE
1º Suplente	Marcelo Ortiz	PV	SP	1º Suplente	César Borges	PR	BA
2º Suplente	Giovanni Queiroz	PDT	PA	2º Suplente	Aldemir Santana	DEM	DF
3º Suplente	Leandro Sampaio	PPS	RJ	3º Suplente	Cícero Lucena	PSDB	PB
4º Suplente	Ilderlei Cordeiro	PPS	AC	4º Suplente	Gerson Camata	PMDB	ES
<u>2011/2013</u>				<u>2011/2013</u>			
Presidente	Marco Maia	PT	RS	Presidente	José Sarney	PMDB	AP
1º Vice	Rose de Freitas	PMDB	ES	1º Vice	Marta Suplicy	PT	SP
2º Vice	Eduardo da Fonte	PP	PE	2º Vice	Wilson Santiago	PMDB	PB
1º Secretário	Eduardo Gomes	PSDB	TO	1º Secretário	Cícero Lucena	PSDB	PB
2º Secretário	Jorge Tadeu Mudalen	DEM	SP	2º Secretário	João Vicente Claudino	PTB	PI
3º Secretário	Inocência Oliveira	PMDB	PE	3º Secretário	João Ribeiro	PR	TO
4º Secretário	Júlio Delgado	PSB	MG	4º Secretário	Ciro Nogueira	PP	PI
1º Suplente	Geraldo Resende	PPS	MS	1º Suplente	Casildo Maldaner	PMDB	SC
2º Suplente	Manato	PDT	ES	2º Suplente	João Durval	PDT	BA
3º Suplente	Carlos Eduardo Cadoca	PSC	PE	3º Suplente	Maria do Carmo Alves	DEM	SE
4º Suplente	Sérgio Moraes	PTB	RS	4º Suplente	Vanessa Grazziotin	PCdoB	AM
<u>2013/2014</u>				<u>2013/2014</u>			
Presidente	Henrique Eduardo Alves	PMDB	RN	Presidente	Renan Calheiros	PMDB	AL
1º Vice	André Vargas	PT	PR	1º Vice	Jorge Viana	PT	AC
2º Vice	Fábio Faria	PSD	RN	2º Vice	Romero Jucá	PMDB	RR
1º Secretário	Márcio Bittar	PSDB	AC	1º Secretário	Flexa Ribeiro	PSDB	PA
2º Secretário	Simão Sessim	PR	RJ	2º Secretário	Angela Portela	PT	RR
3º Secretário	Maurício Quintella Lessa	PR	AL	3º Secretário	Ciro Nogueira	PP	PI
4º Secretário	Carlos Biffi	PT	MS	4º Secretário	João Vicente Claudino	PTB	PI

1º Suplente	Gonzaga Patriota	PSB	PE	1º Suplente	Magno Malta	PR	ES
2º Suplente	Takayama	PSC	PR	2º Suplente	Jaime Durval	PDT	BA
3º Suplente	Vitor Penido	DEM	MG	3º Suplente	João Durval	PDT	BA
4º Suplente	Wolney Queiroz	PDT	PE	4º Suplente	Casildo Maldaner	PMDB	SC
<u>2015/2016</u>				<u>2015/2016</u>			
Presidente	Eduardo Cunha	PMDB	RJ	Presidente	Renan Calheiros	PMDB	AL
1º Vice	Waldir Maranhão	PP	MA	1º Vice	Jorge Viana	PT	AC
2º Vice	Giacobo	PR	PR	2º Vice	Romero Jucá	PMDB	RR
1º Secretário	Beto Mansur	PRB	SP	1º Secretário	Vicentinho Alves	PR	TO
2º Secretário	Felipe Bornier	PSD	RJ	2º Secretário	Zezé Perrella	PDT	MG
3º Secretário	Mara Gabrilli	PSDB	SP	3º Secretário	Gladson Cameli	PP	AC
4º Secretário	Alex Canziani	PTB	PR	4º Secretário	Angela Portela	PT	RR
1º Suplente	Mandetta	DEM	MS	1º Suplente	Sergio Petecão	PSD	AC
2º Suplente	Gilberto Nascimento	PSC	SP	2º Suplente	João Alberto Souza	PMDB	MA
3º Suplente	Luiza Erundina	PSB	SP	3º Suplente	Elmano Ferrér	PTB	PI
4º Suplente	Ricardo Izar	PSD	SP	4º Suplente	Douglas Cintra	PTB	PE

Fonte: Câmara dos Deputados e Senado Federal

Anexo 17: Bancada da eleição de 2002 para Deputado Federal

Partido	Bancada	Quantidade em cadeiras em relação à 1998
PT	91	32 ↑
PFL	84	21 ↓
PMDB	75	13 ↓
PSDB	70	29 ↓
PPB	49	11 ↓
PTB	26	5 ↓
PL	26	14 ↑
PSB	22	4 ↑
PDT	21	4 ↓
PPS	15	12 ↑
PCdoB	12	5 ↑
PRONA	6	5 ↑
PV	5	4 ↑

PSD	4	1 ↑
PST	3	2 ↑
PMN	1	1 ↓
PSC	1	1 ↓
PSDC	1	-
PSL	1	=
TOTAL	513	

Fonte: Câmara dos Deputados: <http://www2.camara.leg.br/deputados/liderancas-e-bancadas/bancadas/bancada-na-eleicao>.

Anexo 18: Bancada da eleição de 2006 para Deputado Federal

Partido	Bancada	Quantidade em cadeiras em relação à 2002
PMDB	89	14 ↑
PT	83	8 ↓
PSDB	66	4 ↓
PFL (DEM)	65	19 ↓
PP	41	-
PSB	27	5 ↑
PDT	24	3 ↑
PL	23	3 ↓
PPS	22	7 ↑
PTB	22	4 ↓
PCdoB	13	1 ↑
PV	13	8 ↑
PSC	9	8 ↑
PMN	3	2 ↑
PSOL	3	-
PTC	3	-
PHS	2	-
PRONA	2	4 ↓
PAN	1	-
PRB	1	-
PTdoB	1	-
TOTAL	513	

Fonte: Câmara dos Deputados: <http://www2.camara.leg.br/deputados/liderancas-e-bancadas/bancadas/bancada-na-eleicao>.

Anexo 19: Bancada da eleição de 2010 para Deputado Federal

Partido	Bancada	Quantidade em cadeiras em relação à 2006
---------	---------	--

PT	86	3 ↑
PMDB	78	11 ↓
PSDB	54	12 ↓
PP	44	3 ↑
DEM	43	22 ↓
PR	41	-
PSB	35	8 ↑
PDT	27	3 ↑
PTB	22	=
PSC	17	8 ↑
PCdoB	15	2 ↑
PV	13	=
PPS	12	10 ↓
PRB	8	7 ↑
PMN	4	1 ↑
PSOL	3	=
PTdoB	3	2 ↑
PHS	2	=
PRTB	2	-
PRP	2	-
PTC	1	2 ↓
PSL	1	-

Fonte: Câmara dos Deputados: <http://www2.camara.leg.br/deputados/liderancas-e-bancadas/bancadas/bancada-na-eleicao>.

Anexo 20: Bancada da eleição de 2014 para Deputado Federal

Partido	Bancada	Quantidade em cadeiras em relação à 2010
PT	68	18 ↓
PMDB	66	12 ↓
PSDB	54	=
PP	38	6 ↓
PSD	36	-
PSB	34	1 ↓
PR	34	7 ↓
PTB	25	3 ↑
PRB	21	13 ↑
DEM	21	22 ↓
PDT	19	8 ↓
SD	15	-

PSC	13	4 ↓
PROS	11	-
PPS	10	2 ↓
PCdoB	10	5 ↓
PV	8	5 ↓
PSOL	5	2 ↑
PHS	5	3 ↑
PTN	4	-
PRP	3	1 ↑
PMN	3	1 ↓
PEN	2	-
PSDC	2	-
PTC	2	1 ↑
PTdoB	2	1 ↓
PSL	1	=
PRTB	1	1 ↓
TOTAL	513	

Fonte: Câmara dos Deputados: <http://www2.camara.leg.br/deputados/liderancas-e-bancadas/bancadas/bancada-na-eleicao>.

Anexo 21: Composição da Diretoria do Banco Central do Brasil na Gestão Henrique Meirelles

Nome	Posse	Exoneração ¹⁵⁶
Presidente: Henrique Meirelles	2/1/2003	1/1/2011
Diretoria Colegiada: Área de Administração (Dirad)		
Edison Bernardes dos Santos	4/3/1999	14/3/2003
João Antônio Fleury Teixeira	17/3/2003	1/11/2006
Antonio Gustavo Matos do Vale	8/5/2003	6/12/2007 ¹⁵⁷
Anthero de Moraes Meirelles	6/12/2007	2/3/2011
Área de Política Monetária (Dipom)		
Luiz Fernando Figueiredo	4/3/1999	17/3/2003 ¹⁵⁸
Luiz Augusto de Oliveira Candiota	17/3/2003	29/7/2004
Afonso Sant'Anna Bevilaqua	26/6/2003	20/10/2004 ¹⁵⁹
Rodrigo Telles da Rocha Azevedo	20/10/2004	27/4/2007
Mario Gomes Torós	25/4/2007 ¹⁶⁰	7/12/2009

¹⁵⁶ As datas de posse e exoneração foram marcadas pela data de publicação e não de nomeação.

¹⁵⁷ Respondeu pela Diled e Dirad de 31/10/2006 (Portaria 37.000) a 6/12/2007 (Portaria 42.129)

¹⁵⁸ Data da Portaria 22.332, que o designou para responder por Estudos Especiais.

¹⁵⁹ Data da Portaria 28.379, que o designou para responder pela Dipec.

¹⁶⁰ Data da Portaria 39.294, que indicou Mario Torós para a Diesp. 26/4/2007, Data da Portaria 39.308, que o designou para responder pela Dipom.

Aldo Luiz Mendes	30/11/2009	Ainda em exercício, após término da gestão Henrique Meirelles ¹⁶¹
Área de Assuntos Internacionais (Direx)		
Beny Parnes	11/1/2002	3 3/11/2003
Alexandre Schwartzman	3/11/2003	28/4/2006
Alexandre Antonio Tombini	3/6/2005	14/6/2006 ¹⁶²
Paulo Vieira da Cunha	14/6/2006	14/1/2008
Alexandre Antonio Tombini	14/1/2008 ¹⁶³	20/1/2008
Maria Celina Berardinelli Arraes	21/1/2008	19/1/2010
Aldo Luiz Mendes	18/1/2010	26/2/2010 ¹⁶⁴
Carlos Hamilton Vasconcelos Araújo	26/2/2010	27/4/2010
Luiz Awazu Pereira da Silva	27/4/2010	Ainda em exercício, após término da gestão Henrique Meirelles ¹⁶⁵
Área de Fiscalização (Difis)		
Tereza Cristina Grossi Togni	30/3/2000	14/3/2003
Paulo Sérgio Cavalheiro	17/3/2003	18/12/2007
Alvir Alberto Hoffmann	19/12/2007	2/3/2011
Área de Normas e Organização do Sistema Financeiro (Dinor)		
Sérgio Darcy da Silva Alves	3/9/1997	12/4/2006 ¹⁶⁶
Alexandre Antonio Tombini	12/4/2006	1/1/2011
Área de Política Econômica (Dipec)		
Ilan Goldfajn	14/9/2000	2/7/2003
Afonso Sant'Anna Bevilaqua	26/6/2003	29/7/2004 ¹⁶⁷
Eduardo Henrique de Mello Motta Loyo	21/8/2003	20/10/2004
Afonso Sant'Anna Bevilaqua	26/6/2003	7/3/2007
Mário Magalhães Carvalho Mesquita	1/6/2006	31/3/2010 ¹⁶⁸
Carlos Hamilton Vasconcelos Araújo	26/2/2010	Ainda em exercício, após término da gestão Henrique Meirelles ¹⁶⁹
Área de Liquidações e Desestatização (Dilid) ¹⁷⁰		
Carlos Eduardo de Freitas	24/4/2002	8/5/2003

¹⁶¹ BANCO CENTRAL DO BRASIL. Brasília. Acervo histórico de atas, 1965-2015.

¹⁶² Respondeu cumulativamente pela Dinor e Direx de 28/4/2006 (Portaria 34.490) a 14/6/2006 (Portaria 34.931)

¹⁶³ Respondeu cumulativamente pela Dinor e Direx (Portaria 42.750 e Pro-memoria BCB 019/2008)

¹⁶⁴ Respondeu conjuntamente pela Dipom e Direx, de 18/1/2010 (Portaria 55.281) a 26/2/2010 (Portaria 56.098)

¹⁶⁵ BANCO CENTRAL DO BRASIL. Brasília. Acervo histórico de atas, 1965-2015.

¹⁶⁶ Data da Portaria 34.325, que o designou para responder pela Diesp.

¹⁶⁷ Data da Portaria 27.514, que o designou Diretor de Política Monetária.

¹⁶⁸ Data da Portaria 56.858, que o designou para responder pela área de Estudos Especiais (Diesp).

¹⁶⁹ BANCO CENTRAL DO BRASIL. Brasília. Acervo histórico de atas, 1965-2015.

¹⁷⁰ A Dilid sofreu remodelação, sem alteração do Diretor titular.

Antonio Gustavo Matos do Vale	8/5/2003	25/3/2009 ¹⁷¹ - 2/3/2011
Diretor para Estudos Especiais ¹⁷²		
Luiz Fernando Figueiredo	4/3/1999	27/3/2003
Afonso Sant'Anna Bevilaqua	26/6/2003	2/7/2003 ¹⁷³
Área de Estudos Especiais (Diesp) ¹⁷⁴		
Eduardo Henrique de Mello Motta Loyo	21/8/2003	2/6/2005
Alexandre Antonio Tombini	3/6/2005	12/4/2006
Sérgio Darcy da Silva Alves	3/9/1997	20/4/2006
Afonso Sant'Anna Bevilaqua	26/6/2003	1/6/2006 ¹⁷⁵
Mário Magalhães Carvalho Mesquita	1/6/2006	25/4/2007
Mario Gomes Torós	25/4/2007	26/4/2007 ¹⁷⁶
Mário Magalhães Carvalho Mesquita ¹⁷⁷	1/6/2006	8/4/2010

FONTE: BANCO CENTRAL DO BRASIL (BCB) - Composição Histórica da Diretoria - por gestão dos presidentes - desde 1965, disponível em: http://www.bcb.gov.br/pre/historia/comp_historica_BCB_gestao.pdf.

Anexo 22: Bancada por Bloco e Liderança na Câmara dos Deputados (2015)

Partido/Bloco	Bancada	Líder / Representante	Nome do Partido / Bloco
Bloco PP, PTB, PSC, PHS	79	JOVAIR ARANTES	Bloco Parlamentar PP, PTB, PSC, PHS
Bloco PR, PSD, PROS	74	ROGÉRIO ROSSO	Bloco Parlamentar PR, PSD, PROS
Bloco PMDB, PEN	69	LEONARDO PICCIANI	Bloco Parlamentar PMDB, PEN
PT	62	SIBÁ MACHADO	Partido dos Trabalhadores
PSDB	53	CARLOS SAMPAIO	Partido da Social Democracia Brasileira
PSB	34	FERNANDO COELHO FILHO	Partido Socialista Brasileiro
Bloco PRB, PTN, PMN, PTC, PTdoB	29	CELSO RUSSOMANNO	Bloco Parlamentar PRB, PTN, PMN, PTC, PTdoB

¹⁷¹ Data em que foram modificados nome e estrutura da Dilid (Voto BCB 120/2009); a sigla permaneceu a mesma passando a ser designada por Diretoria de Liquidações e Controle de Operações do Crédito Rural (Dilid) - criada em 25/3/2009, com remodelação de suas competências pelo Voto BCB 120/2009 – a sigla permaneceu a mesma.

¹⁷² Antes da criação da Diretoria de Estudos Especiais, dois diretores foram designados "Diretores para Assuntos Especiais" sem que houvesse estrutura organizacional específica (consultores e secretárias) para atendê-lo.

¹⁷³ Data da Portaria 23.365, que o designou para responder pela Dipec.

¹⁷⁴ A Diesp foi desativada em 23/5/2007 (Voto BCB 140/2007).

¹⁷⁵ Data da Portaria 34.722, que o designou para a Dipec; a mesma Portaria indicou Mário Mesquita para a Diesp.

¹⁷⁶ Data da Portaria 39.308, que o designou para responder pela Dipom.

¹⁷⁷ Após desativação da Área de Estudos Especiais, o Diretor Mário Mesquita foi designado para responder pela "área de Estudos Especiais" sem que houvesse estrutura organizacional específica (consultores e secretárias) para atendê-lo.

DEM	21	MENDONÇA FILHO	Democratas
PMB	21	DOMINGOS NETO	Partido da Mulher Brasileira
PDT	18	WEVERTON ROCHA	Partido Democrático Trabalhista
SD	15	ARTHUR OLIVEIRA MAIA	Solidariedade
PCdoB	10	JANDIRA FEGHALI	Partido Comunista do Brasil
PPS	10	RUBENS BUENO	Partido Popular Socialista
PV	5	SARNEY FILHO	Partido Verde
PSOL	5	CHICO ALENCAR	Partido Socialismo e Liberdade
REDE	5	ALESSANDRO MOLON	Rede Sustentabilidade
PSL	2	MACEDO	Partido Social Liberal
S.PART.	1	-	Sem Partido
Total	513		

Fonte: Câmara do Deputados: <http://www2.camara.leg.br/deputados/liderancas-e-bancadas/bancadas/bancada-atual>.

Anexo 23: Líderes do Governo na Câmara do Deputados (2015)

Partido	Bancada	Líder / Representante
Governo	-	JOSÉ GUIMARÃES (PT)
Minoria	-	BRUNO ARAÚJO (PSDB)
PMDB	67	LEONARDO PICCIANI
PP	40	EDUARDO DA FONTE
PR	34	MAURÍCIO QUINTELLA LESSA
PSD	31	ROGÉRIO ROSSO
PTB	22	JOVAIR ARANTES
PRB	20	MÁRCIO MARINHO
PSC	13	ANDRE MOURA
PROS	9	GIVALDO CARIMBÃO
PHS	4	MARCELO ARO
PTN	4	BACELAR
PTdoB	3	LUIS TIBÉ
PEN	2	JUNIOR MARRECA
PMN	1	ANTÔNIO JÁCOME
PTC	1	ULDURICO JUNIOR

Fonte: Câmara do Deputados: <http://www2.camara.leg.br/deputados/liderancas-e-bancadas/bancadas/bancada-atual>.

Anexo 24: Cadeiras no Senado (2015)

Partido	Quantidade de cadeiras
PMDB	19
PT	13
PSDB	10
PDT	6
PSDB	6
PP	5
DEM	5
PSD	4
PTB	3
PR	3
PROS	1
PCdoB	1
PRB	1
SD	1
PPS	1
PSOL	1
PSC	1
Total	81

Fonte: Senado Federal (2015).

Bibliografia

- ABRAMO, Laís Wendel. *O Resgate da Dignidade: Greve metalúrgica e subjetividade operária*. UNICAMP: Imprensa Oficial, 1999.
- ABRAMO, Claudio Weber. “Compra de Votos nas Eleições de 2006, Corrupção e Desempenho Administrativo”. Disponível em: <http://www.transparencia.org.br/docs/compravotos2006.pdf>.
- ABRANCHES, Sérgio. “Presidencialismo de Coalizão: O Dilema Institucional Brasileiro”. *Dados*, v.31, n.1, 1988.
- ALENCAR, Kennedy; KRAKOVICS, Fernanda. “Lula articula para postergar a ida de Meirelles ao Senado”, Folha de São Paulo, 4 de agosto de 2004. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/brasil/fc0408200402.htm>.
- ALENCAR, Kennedy; SALOMON, Marta. “Lessa é demitido do BNDES; Mantega assume”. Folha de São Paulo, 19 de novembro de 2004. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/dinheiro/fi1911200402.htm>.
- ALMEIDA, Maria Hermínia Tavares. "O sindicalismo brasileiro entre a conservação e a mudança", in ALMEIDA M.H.T; e SORJ, B. (orgs.), *Sociedade e política no Brasil pós-64*. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2008. p. 279-312.

- _____. “Sindicato no Brasil: Novos Problemas, Velhas Estruturas”. *Debate e Crítica*, São Paulo, Hucitec, 6: 32-60, 1975.
- _____. *Crise Econômica e Interesses Organizados: O Sindicalismo no Brasil dos Anos 80*. São Paulo, Edusp, 1996.
- ALMEIDA, Alberto C. “A Esquerda dos Números à Direita dos Fatos”. *Insight Inteligencia*, vol.15, p.112-128, 2001.
- ALMOND, Gabriel; VERBA, Sidney. *The civic culture: political attitudes and democracy in five nations*. Princeton: Princeton University Press. 1989 [1963].
- AMARAL, Oswaldo. *A estrela não é mais vermelha: as mudanças do programa petista nos anos 90*. São Paulo: Garçon, 2003.
- _____. “As Transformações na organização interna do Partido dos Trabalhadores entre 1995 e 2009”. Universidade Estadual de Campinas. Programa de Pós-Graduação em Ciência Política. Tese de doutorado, 2010.
- _____. “Ainda conectado: o PT e seus vínculos com a sociedade” *Opinião Pública*, Campinas, vol.17, nº1, 2011a.
- _____. “As Transformações nas formas de militância no interior do PT: maior inclusão e menor intensidade”. Texto apresentado no 35º Encontro anual da ANPOCS, GT25 – Partidos e Sistemas Partidários, 2011b.
- AMES, Barry. *Os entraves da Democracia no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003.
- ANTURES, Ricardo. *O novo sindicalismo*. São Paulo: Brasil Urgente, 1991.
- AVELINO Filho, George. “Clientelismo e Política no Brasil: revisitando velhos problemas”. *Novos Estudos*. Nº 38, 1994.
- AZEVEDO, Clóvis Bueno. *A estrela partida ao meio: ambiguidades do pensamento petista*. São Paulo: Entrelinhas, 1995.
- BANCO CENTRAL DO BRASIL. Brasília. *Acervo histórico de atas*, 1965-2015.
- _____. Anuário estatístico do crédito rural (Até 2012). Disponível em: <https://www.bcb.gov.br/?RELRURAL>.
- _____. *Relatório anual de 2009*. Abril de 2010. Disponível em: www.bcb.gov.br/?BOLETIM2009.
- BAQUERO, Marcelo. 2007. “Eleições e Capital Social: uma Análise das Eleições Presidenciais no Brasil (2002-2006)”. *Opinião Pública*, 13, (2): 231-259.
- BALCACHEVSKY, Elizabeth; HOLZACKER, Denilne Oliveira. "Identidade, oposição e pragmatismo: o conteúdo estratégico da decisão eleitoral em 13 anos de eleições". *Opinião Pública*, vol. 10, nº 2, pp. 242-53, 2004.
- BARREIRA, Marcos. “Movimentos Sociais e Reforma Agrária: um Balanço Crítico”. *Revista Outubro*, nº22, 2º semestre de 2014.
- BARROS, Guilherme. “Mantega diz que vai apertar os bancos”. *Folha de São Paulo*, São Paulo, 06 ago. 2006. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/dinheiro/fi0608200602.htm>.
- BASTOS, Paulo Pedro Zahluth. “A economia política do novo-desenvolvimentismo e do social desenvolvimentismo”. *Economia e Sociedade*, Campinas, v.21, número especial, pg.770-810, dez, 2012.
- BETTO, Frei. *Lula: um operário na presidência*. São Paulo: Casa Amarela, 2002.
- BENITES, Afonso. Dos 513 deputados na Câmara do Brasil, só 36 foram eleitos com votos próprios. Por quê? Brasília, *EL PAÍS*. 20 de abril de 2016. Disponível em: http://brasil.elpais.com/brasil/2016/04/19/politica/1461023531_819960.html.
- BEZERRA, Carla de Paiva. Do poder popular ao modo petista de governar: mudanças no significado da participação para o Partido dos Trabalhadores. Dissertação de Mestrado. USP, São Paulo, 2014.

- BITTAR, Jorge (org.). *O modo petista de governar*. Partido dos Trabalhadores. Secretaria Nacional de Assuntos Institucionais. São Paulo: Camargo Soares, 1992.
- BLANCHARD, Olivier; DELL'ARICCIA, Giovanni; MAURO, Paolo. "Rethinking macroeconomic policy". *IMF Staff Position Note*, Feb. 2010. Disponível em: <https://www.imf.org/external/pubs/ft/spn/2010/spn1003.pdf>.
- BLONDEL, Jean. *Political Leadership*. London: Sage, 1987.
- _____. *Comparative Government: an Introduction*. Hemel Hempstead, UK: Prentice Hall/Harvester Wheatsheaf, 1995.
- BRAGA, Ruy. *A Política do Precariado: do Populismo à Hegemonia Lulista*. São Paulo: Ed. Boitempo, 2012.
- BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. "O governo Dilma frente ao "tripé macroeconômico" e à direita liberal e dependente". *Novos Estudos CEBRAP*, nº95, 2013.
- _____. *A construção política do Brasil*. São Paulo: Editora 34, 2015.
- BOITO Jr. Armando. "A Hegemonia neoliberal no governo Lula". *Crítica Marxista*, 17 Rio de Janeiro: Editora Revan. 2003.
- _____. "A Burguesia no Governo Lula". In: BASUALDO, Eduardo M. ; ARCEO, Enrique. (orgs.) *Neoliberalismo y sectores dominantes. Tendencias globales y experiencias nacionales*. Buenos Aires: CLACSO, 2006.
- _____. "O lulismo é um tipo de bonapartismo? Uma crítica às teses de André Singer". *Crítica Marxista*, n.37, p.171-181, 2013.
- BONIN, Robson. Em 8 anos de Lula, denúncias levaram à demissão de 9 ministros". G1 Política, 29/09/2010. Disponível em: <http://g1.globo.com/politica/noticia/2010/09/em-8-anos-de-lula-denuncias-levaram-demissao-de-9-ministros.html>.
- BOULOS, Guilherme, RIBEIRO, Ana Paula, SZERMETA, Natalia. "Como não fazer política urbana". *Carta Capital*, São Paulo, 30 de janeiro de 2014. Disponível em: <http://www.cartacapital.com.br/politica/como-nao-fazer-politica-urbana-3066.html>.
- BOURDIEU, Pierre. *Sobre o Estado: Curso no Collège de France (1989-92)*. São Paulo: Companhia das Letras, 2014.
- _____. *O Poder Simbólico*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010.
- BURNS, James Macgregor. *Leadership*. New York, NY: Harper & Row Publishers, 1978.
- BURSZTYN Marcel; CHACON Suely Salueiro. "Ligações perigosas: proteção social e clientelismo no Semiárido Nordeste". *Estud. Soc. e Agric.*, Rio de Janeiro, vol. 19, n. 1, 2011: 30-61.
- CÂMARA DOS DEPUTADOS. Lideranças e Bancadas. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/deputados/liderancas-e-bancadas/bancadas/bancada-na-eleicao>.
- CAMPANERUT, Camila. "Lula fecha governo com 80% de aprovação e bate recorde, diz CNI/Ibope". *Uol Notícias*. 16/12/2010. Disponível em: <http://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2010/12/16/aprovacao-a-governo-lula-e-de-80-e-bate-novo-recorde-diz-cniibope.htm>.
- CAMPELLO, Tereza; NERI, Marcelo Cortês (orgs). "Programa Bolsa Família: uma década de inclusão e cidadania". Brasília: IPEA, 2013.
- CARDOSO, José Celso (org.). *Burocracia e Ocupação no Setor Público brasileiro*. Diálogos para o Desenvolvimento, Volume 5. Brasília, IPEA, 2011.
- CARNEIRO, Ricardo. "Desenvolvimento brasileiro pós-crise financeira: oportunidades e riscos". *Observatório da Economia Global*, Centro Internacional Celso Furtado de Políticas para o Desenvolvimento, Textos avulsos, Campinas, n. 4, 2010.
- CARREIRÃO, Yan de Souza. *A decisão de voto nas eleições presidenciais brasileiras*. Florianópolis/Rio de Janeiro: Editora da UFSC/Editora da FGV. 2002a.

_____. “Identificação ideológica e voto para presidente”. *Opinião Pública*, vol.VIII, nº.8, p.54-79, 2002b.

_____. Identificação ideológica, partidos e voto na eleição presidencial de 2006. *Opinião Pública*, Campinas, 13 (2): 307-339, 2007a.

_____. “A eleição presidencial de 2006: uma análise preliminar”. *Política & Sociedade*, nº.10, p.91-116, 2007b.

CARREIRAO, Yan de Sousa; KINZO, Maria D.Alva Gil. “Partidos políticos, preferência partidária e decisão eleitoral no Brasil 1989-2002”. *Dados* 47, (1): 131-168. 2004.

CARVALHO, José Murilo. “Mandonismo, Coronelismo, Clientelismo: Uma Discussão Conceitual”. *Dados*, Vol. 40, Rio de Janeiro, 1997.

CARVALHO, Bruno Sciberras de. "Subjetividade e Objetivação: os dilemas da modernidade segundo Simmel e Weber". *Mediações Revista de Ciências Sociais*, Vol. 9, nº2, pg.147-164, 2004.

CASTRO, Rodrigo Batista de. “Eficácia, Eficiência e Efetividade na Administração Pública”. Artigo apresentado no 30º encontro na Associação Nacional de pós-graduação e Pesquisa em administração (ANPAD) 23 a 27 de setembro de 2006.

CENTRAL ÚNICA DOS TRABALHADORES. *I Congresso Nacional da Classe Trabalhadora – Conclat*. São Paulo, CUT/CEDI,1984a.

_____. “Resoluções do 1º Concut”, *Jornal da CUT*. São Paulo, n. 01, 1984b.

CENTRO DE ESTUDOS EM OPINIÃO PÚBLICA. Banco de dados. Disponível em: <http://www.unicamp.br/cesop/Bancodados.htm>.

CERVO, Amado Luiz; LESSA, Antonio Carlos. “O declínio: inserção internacional do Brasil (2011–2014)”. *Revista Brasileira de Política Internacional*. Brasília, v. 57, p.133-151, 2014.

CHAIA, Vera. “Eleições no Brasil: o medo como estratégia política”. In: Rubim, A. A. C. et all. *Eleições presidenciais em 2002 no Brasil: ensaios sobre Mídia, Cultura e Política*. São Paulo: Hacker Editores, 2004.

COSTA, Cátia; ANDRADE, Helenice. Governo de transição FHC-LULA: “Constituição, funcionamento e resultados dos trabalhos realizados pela equipe do governo de transição FHC-Lula”. Documento de Trabalho nº. 10. Série Estudos de Políticas Públicas. Rio de Janeiro: *Observatório Universitário*, 2003.

COUTINHO, Carlos Nelson. *Gramsci: um estudo sobre seu pensamento político*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999.

CYPRIANO, Marcio. “Discurso de Palocci agrada banqueiros”. *Folha de São Paulo*, São Paulo, 02 jan. 2003. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/folha/dinheiro/ult91u61379.shtml>.

D’ARAÚJO, Maria Celina. *Governo Lula: contornos sociais e políticos da elite do poder*. Rio de Janeiro, CPDOC/FGV, 2007.

D’ELIA, Mirella. “STF arquiva inquérito contra Meirelles”. *VEJA*, 31 de março de 2010. Disponível em: <http://veja.abril.com.br/noticia/brasil/stf-arquiva-inquerito-henrique-meirelles/>.

DATAFOLHA. *Eleições (1989-2014)*. Disponível em: <http://datafolha.folha.uol.com.br/eleicoes/>.

_____. “Recorde, reprovação a Dilma supera pior momento de Collor”. Disponível em: <http://datafolha.folha.uol.com.br/opiniaopublica/2015/08/1665278-recorde-reprovacao-a-dilma-supera-pior-momento-de-collor.shtml>.

DAHL, Robert. *Poliarquia*. São Paulo: Edusp, 2012.

DE LONG, J.Bradford; SUMMERS, Lawrence. H. "Fiscal policy in a depressed economy". *Brookings Papers on Economic Activity*, Spring, 2012. Disponível em: http://www.brookings.edu/~media/Projects/BPEA/Spring%202012/2012a_DeLong.pdf.

- DIAS, Rodolfo Palazzo. “Organização e posicionamento político dos Bancos no Governo Lula”. Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas (UNICAMP), dissertação de mestrado, Campinas, 2012.
- DREIFUSS, René. *O jogo da direita na Nova República*. 2. ed. Rio de Janeiro: Petrópolis, 1989.
- DOWNS, Anthony. *Uma Teoria Econômica da Democracia*. São Paulo: Edusp, 2013.
- DUVERGER, Maurice. *Os Partidos Políticos*. Rio de Janeiro: Zahar, 1980.
- ELCOCK, Howard. *Political Leadership*. Cheltenham: Edward Elgar, 2001.
- ELGIE, Robert. *Political Leadership in Liberal Democracies*. London: Macmillan, 1995.
- ESTUDO ELEITORAL BRASILEIRO/COMPARATIVE STUDY OF ELECTORAL SYSTEMS (ESEB/CSSES). *Module 1-4 (1996-2016)*. Disponível em: <http://www.cses.org/datacenter/download.htm>.
- FAORO, Raymundo. *Os Donos do Poder: formação do patronato político brasileiro*. São Paulo: Globo, 2008.
- FARIAS, Francisco Pereira de. “Clientelismo e democracia capitalista: elementos para uma abordagem alternativa”. *Revista de Sociologia e Política*. Nº 15, 49-65, 2000.
- FIGUEIREDO, Argelina C.; LIMONGI, Fernando. *Executivo e Legislativo na Nova Ordem Constitucional*. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getulio Vargas, 2001.
- FILGUEIRAS, Luiz; GONÇALVES, Reinaldo. *A economia política do governo Lula*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2007.
- FILGUEIRAS, Luiz; PINHEIRO, Bruno; Philigret, Celeste M. B.; BALANCO, Paulo. “Modelo liberal-periférico e bloco de poder: política e dinâmica macroeconômica nos Governos Lula”. In *Os anos Lula: contribuições para um balanço crítico 2003-2010*. 1aed. Rio de Janeiro: Garamond, 2010, p. 35-69.
- FOLEY, Michael. *Political Leadership: themes, contexts and critiques*. UK: Oxford University Press, 2013.
- FOUCAULT, Michel. *Nascimento da Biopolítica*. São Paulo: Martins Fontes, 2008.
- FUNDAÇÃO PERSEU ABRAMO. *Delegados-PT/FPA: Pesquisa realizada junto aos delegados no 11º Encontro Nacional do PT*. Rio de Janeiro, 1997.
- _____. *Delegados-PT/FPA: Pesquisa realizada junto aos delegados presentes no 12º Encontro Nacional do PT*. Olinda, 2001.
- _____. *Delegados-PT/FPA: Pesquisa realizada junto aos delegados presentes no 13º Encontro Nacional do PT*. São Paulo, 2006.
- _____. *Delegados-PT/FPA: Pesquisa realizada junto aos delegados presentes no III Congresso Nacional do PT*. São Paulo, 2007.
- _____. Programas de Governo do PT, disponível em: <http://csbh.fpabramo.org.br/node/5881>.
- _____. FDP Discute 01, “Classes Sociais no Brasil Hoje”, maio de 2013, disponível em: <http://novo.fpabramo.org.br/sites/default/files/fpa-discute-01-190813.pdf>.
- FUNDAÇÃO PERSEU ABRAMO & FUNDAÇÃO EBERT (ORG). *Classes? Que Classes? Ciclo de Debates sobre Classes Sociais*. Disponível em: http://www.uff.br/observatoriojovem/sites/default/files/documentos/livro_classe_que_classe_perseu_abramo.pdf.
- GENTILI, Pablo; STUBRIN, Florencia. “Igualdade, direito à educação e cidadania: quatro evidências de uma década de conquistas democráticas”. In GENTILI, Pablo (org.) *Política educacional, cidadania e conquistas democráticas*. Fundação Perseu Abramo, 2013.
- GIDDENS, Anthony. *As consequências da modernidade*. São Paulo: Editora UNESP, 1991.
- GOHN, Maria da Glória. *Movimentos e lutas sociais na história do Brasil*. São Paulo: Loyola, 2009.

- _____. “Movimentos sociais e redes de mobilizações civis no Brasil contemporâneo”. Petrópolis: Vozes, 2010.
- GONÇALVES, Reinaldo. “Desempenho macroeconômico em perspectiva histórica: Governo Lula (2003-2010)” in BECKER, Bertha et alli (org.) *Os anos Lula: Contribuições para um balanço crítico 2003-2010*. Rio de Janeiro: Garamond, 2010.
- GOMEZ, André Villar; BARREIRA, Marcos. “Exportar é o que importa”: a opção pelo agronegócio no campo brasileiro durante o decênio 2003-13”. *Revista Praia Vermelha*, Rio de Janeiro, v.23, Nº 1, jan/jun 2013.
- GORZ, André. *Adeus ao proletariado: para além do socialismo*. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1987.
- GOVERNO DO ESTADO DO PIAUÍ. GP1. “Bolsa Família levou Dilma Rousseff a ter votação superior a Lula em 2002”. 1/11/2010. Disponível em: <http://www.gp1.com.br/noticias/bolsa-familia-levou-dilma-rousseff-a-ter-votacao-superior-a-lula-em-2002-164438.html>.
- HABERMAS, Jürgen. *Teoria do agir comunicativo (I): racionalidade da ação e racionalização social*. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2012.
- HOBBS, Thomas. *Leviatã ou a matéria, forma e poder de um Estado eclesiástico e civil*. São Paulo: Ícone, 2000.
- HOLANDA, Sérgio B. *Raízes do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.
- HOLZHACKER, Denilde Oliveira; BALBACHESKY, Elizabeth. “Classe ideologia e política: uma interpretação dos resultados das eleições de 2002 e 2006”. *Opinião Pública*, vol.13, nº2, 2007.
- HUMPHREY, John. “Operários da Indústria Automobilística no Brasil: Novas Tendências no Movimento Trabalhista”, Estudos Cebrap, Rio de Janeiro, Vozes, nº 23, 1979.
- _____. “As raízes e desafios do ‘novo’ sindicalismo da indústria automobilística”. *Novos Estudos*. São Paulo: CEBRAP, 26: 7-39, 1980.
- HUNTER, Wendy, POWER, Timothy. J. “Rewarding Lula: Executive Power, Social Policy, and the Brazilian Elections of 2006”. *Latin American Politics and Society*, v. 49, p. 1-30, 2007.
- HUNTINGTON, Samuel. *A ordem política nas sociedades em mudança*. São Paulo: Forense Universitária, 1975.
- IASI, Mauro Luiz. *As metamorfoses da consciência de classe: o PT entre a negação e o consentimento*. São Paulo: Expressão Popular, 2012.
- INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA (IPEA). Série “Brasil em Desenvolvimento: Estado, Planejamento e Políticas Públicas” disponível em http://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_alphacontent&view=alphacontent&Itemid=358.
- _____. Em dez anos, renda dos mais pobres cresceu 90%. 25/09/2012. Disponível em: http://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=15593.
- _____. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD). Disponível em: http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/pesquisas/pesquisa_resultados.php?id_pesquisa=40.
- INTERNATIONAL LABOUR ORGANIZATION. “World Employment and Social Outlook: Trends 2016”. Report, 2016. Disponível em: http://www.ilo.org/global/research/global-reports/weso/2016/WCMS_443480/lang--en/index.htm.
- KATZ, Richard; MAIR, Peter. “Changing Models Of Party Organization and Party Democracy. The Emergence of the Cartel Party”. *Party Politics*, 01, 1995, pp. 5-28.
- _____. “Cadre, Catch-All or Cartel? A Rejoinder”. *Party Politics*, 02, 1996, pp. 25-34.
- KECK, Margaret E. *PT – a lógica da diferença: o Partido dos Trabalhadores na construção da democracia brasileira*. São Paulo: Ática, 1991.
- KEY, Valdimir Orlando, Jr. “A Theory of Critical Elections”. *Journal of Politics*, vol.17, 1955.

- _____. "Secular Realignment and the Party System". *Journal of Politics*, v.211:198-210, 1959.
- _____. *The responsible electorate*. New York: Vintage, 1966.
- KINZO, Maria D'alva. "A Democratização Brasileira: um balanço do processo político desde a transição". *São Paulo em Perspectiva*, 15 (4), 2001.
- _____. "Os partidos no eleitorado: percepções públicas e laços partidários no Brasil". *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, vol.20, nº57, pgs. 65-81, 2005.
- LAMOUNIER, Bolívar (Org.). *De Geisel a Collor: o balanço da transição*. São Paulo: Idesp/Sumaré, 1990.
- _____. "Parlamentarismo, Sistema Eleitoral e Governabilidade". *Nova Economia: UFMG*, vol.2, nº2, pg.9-25, 1991.
- LAVALLE, Adrian Gurza, HOUTZAGER, Peter P., CASTELLO, Graziela. "Democracia, pluralização da representação e sociedade civil". *Lua Nova*, 67:49-103, 2006.
- LEAL, Victor Nunes. *Coronelismo, enxada e voto: o município e o regime representativo no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 2013.
- LIMONGI, Fernando. "Instituições Políticas Sob o Governo Lula". Texto apresentado no 34º Encontro Anual da ANPOCS. Caxambu, 2010.
- LIPOVETSKY, Gilles; CHARLES, Sebastian. *Os tempos hipermodernos*. São Paulo, Editora Barcarolla.
- LOPES, Felix Garcia (org.). *Cargos de confiança no presidencialismo de coalisão brasileiro*. Brasília: IPEA, 2015.
- LÖWY, Michael. *A jaula de aço: Max Weber e o marxismo weberiano*. São Paulo: Boitempo, 2014.
- LULA. *Entrevistas e Discursos*. São Paulo, ABCD: Sociedade Cultural, 1980.
- MACIEL, David. "De Sarney a Collor: Reformas Políticas, Democratização e Crise". Programa de Pós-Graduação em História. Universidade Federal de Goiás. Tese de doutorado, 2008.
- MACIEL, Natalia Regina. "Velhas Raposas, Novos Governistas: o PMDB e a Democracia Brasileira". Tese de Doutorado em Ciência Política. Rio de Janeiro: UERJ, 2014.
- MADEIRO, Carlos. "De 132 pedidos de impeachment desde Collor, ação contra Dilma é 2ª aceita". *Uol Notícias*. 3/12/2015. Disponível em: <http://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2015/12/03/de-132-pedidos-de-impeachment-desde-collor-acao-contra-dilma-e-2-aceita.htm>.
- MAGALHÃES, João Paulo de Almeida. "Estratégias e modelos de desenvolvimento", in BECKER, Bertha et alli (orgs). *Os anos Lula: contribuições para um balanço crítico 2003-2010*. Rio de Janeiro: Garamond, 2010.
- MAINWARING, Scott P. *Sistemas Partidários em novas democracias: O caso do Brasil*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2001.
- MANIN, Bernard. (1995), "As metamorfoses do governo representativo". *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, 10 (29): 5-34.
- _____. "A democracia do público reconsiderada". *Novos estudos CEBRAP*, 97, 2013.
- MARX, Karl. *O Capital: crítica da economia política*. Livro I: *O processo de produção do capital*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1980.
- _____. "18 Brumário de Luís Bonaparte". In *Manuscritos econômico-filosóficos*. São Paulo: Abril Cultural, 1978.
- MENDEZ, Jose Luiz (org.). *Liderazgo Político*. Mexico. Siglo Vienteuno 2013.
- MENDOSA, Douglas. "Gênese da Política de Assistência Social no Governo Lula". Universidade de São Paulo, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Departamento de Sociologia, Programa de Pós-Graduação em Sociologia, tese de doutorado, São Paulo, 2012.

- MENEGUELLO, Rachel. *PT: A formação de um partido, 1979-1982*. São Paulo: Paz e Terra, 1989.
- _____. *Partidos e Governos no Brasil Contemporâneo (1985-1997)*. São Paulo, Paz e Terra, 1998.
- MENEGUELLO, Raquel; AMARAL, Oswaldo. “Ainda novidade: uma revisão das transformações do Partido dos Trabalhadores no Brasil”. *Brazilian Studies Programme: Occasional Papers*, Oxford, n. 2, p. 1-25, 2008.
- MERCADANTE, Aloizio. “As bases do novo desenvolvimentismo no Brasil: Análise do governo Lula (2003-2010)”. Instituto de Economia da Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), Tese (Doutorado), Campinas, 2010.
- MESQUITA, Rui G. M. Representação Política e Constituição de Identidades Coletivas: Estudo sobre a Narrativa Petista. Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal de Pernambuco, Tese de Doutorado, 2009.
- MICHELS, Robert. *Os partidos políticos*. São Paulo: Senzala, s/d.
- MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME (MDS). “464 municípios têm programa próprio de transferência de renda”. 25/05/2010. Disponível em: www.mds.gov.br.
- MOISÉS, José Álvaro. “As estratégias do novo sindicalismo”, in: Revista de Cultura e Política, n.º 5 e 6. Rio de Janeiro, 1981.
- _____. *Lições de Liberdade e de Opressão*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.
- MOISÉS, José Álvaro; MENEGUELLO Rachel (orgs.). *A Desconfiança Política e seus Impactos na Qualidade da Democracia*. São Paulo: Edusp, 2013.
- MONTEIRO, Iraneth Rodrigues. “Integração de Políticas Sociais: Um Estudo de Caso sobre o Bolsa Família”. Fundação Getúlio Vargas – Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC), Programa de Pós-Graduação em História, Política e Bens Culturais. Dissertação de mestrado, Rio de Janeiro, 2011.
- MORA, Mônica. “A evolução do crédito no Brasil entre 2003 e 2010”. IPEA, texto para discussão 2022, Rio de Janeiro, 2015. Disponível em: <http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/3537/1/td2022.pdf>.
- MOUFFE, Chantal. *Sobre o Político*. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2015.
- _____. “Por um modelo agonístico de democracia”. *Revista de Sociologia e Política*. Curitiba, n.25 p.11-23, nov. 2005.
- NASSIF, Maria Inês. “Exportações - O avanço das commodities”. *Revista de informações e debates do IPEA*, edição 66, ano 8, 2011. Disponível em: http://www.ipea.gov.br/desafios/index.php?option=com_content&view=article&id=2513:catid=28&Itemid=23.
- NAVARRO, Silvio; ZANINI, Fábio. “Setor bancário deu maior doação à campanha de Lula”. *Folha de São Paulo*, 29 de novembro de 2006. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/folha/brasil/ult96u87203.shtml>.
- NEGRI, Fernanda de; ALVARENGA, Gustavo Varela. “A primarização da pauta de exportações no Brasil: ainda um dilema”. In IPEA Boletim Radar (tecnologia, produção e comércio exterior) n°13, Diretoria de estudos e políticas setoriais de inovação, regulação e infraestrutura, 04/2011. Disponível em: http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/3464/1/Radar_n13.pdf.
- NERI, Marcelo. *A nova classe média: o lado brilhante dos pobres*. Rio de Janeiro: FGV/CPS, 2010.
- NICOLAU, Jairo; PEIXOTO, Vitor. “As bases municipais da votação em Lula em 2006”. *Cadernos Fórum Nacional*, nº6, 2007.

- NOBRE, Marcos. *Imobilismo em movimento: Da abertura democrática ao governo Dilma*. São Paulo: Companhia das letras, 2013.
- NOGUEIRA, Marco Aurélio. "Bem mais que pós-moderno: poder, sociedade civil e democracia na modernidade periférica radicalizada". *Ciências Sociais Unisinos*, vol. 43, n. 1, janeiro/abril, p. 46-56, 2007.
- NORONHA, Eduardo G. "Ciclo de greves, transição política e estabilização: Brasil, 1978-2007". *Lua Nova*, São Paulo, nº76, 2009.
- NYE JR. Joseph S. "Soft Power, Hard Power and Leadership". *Harvard edu*. 2006. Disponível em: http://www.hks.harvard.edu/netgov/files/talks/docs/11_06_06_seminar_Nye_HP_SP_Leadership.pdf.
- O'DONNELL, Guillermo. "Another Institutionalization: Latin America and elsewhere". *Kellogg Institute working Paper*, nº222, 1996.
- OFFE, Claus. "Dominação de classe e sistema político: sobre a seletividade das instituições políticas" In: OFFE, Claus (org). *Problemas estruturais do Estado capitalista*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1984.
- _____. *Capitalismo desorganizado: transformações contemporâneas do trabalho e da política*. São Paulo: Brasiliense, 1995.
- OLIVEIRA, Francisco de; BRAGA, Ruy; RIZEK, Cibele Saliba (Orgs.) *Hegemonia Às Avessas: Economia, Política e Cultura na Era da Servidão Financeira*. São Paulo: Boitempo. 2010.
- OLIVEIRA, Roberto Vêras. "Sindicalismo e Democracia no Brasil: Atualizações do novo sindicalismo ao sindicato cidadão". Departamento de Sociologia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo (USP). Tese de doutorado. São Paulo, 2002.
- OLIVEIRA, Isabel Ribeiro de. *Trabalho e Política: As Origens do Partido dos Trabalhadores*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1988.
- OLIVEIRA, Arioaldo Umbelino. "A questão agrária no Brasil: não reforma e contrarreforma agrária no governo Lula". In BECKER, B. K. et alli (ed.). *Os anos Lula: contribuições para um balanço crítico 2003-2010*. Rio de Janeiro: Garamond, 2010.
- OLIVEIRA, José Carlos. "Cientistas políticos veem perfil mais conservador na composição da Câmara". *Câmara dos Deputados*. 6/10/2014. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/camaranoticias/noticias/POLITICA/475515-CIENTISTAS-POLITICOS-VEEM-PERFIL-MAIS-CONSERVADOR-NA-COMPOSICAO-DA-CAMARA.html>.
- OREIRO, José Luis. "A taxa de câmbio real e a semiestagnação da economia brasileira". *Jornal dos Economistas*, outubro de 2013. Disponível em: http://www.ie.ufrj.br/clipping/download/JE_outubro_2013.pdf.
- PAIGE, Glenn, D. *The scientific study of political leadership*, New York: Free Press, 1977.
- PALOCCHI, Antonio. "Discurso de Posse no Ministério da Fazenda". *EXAME.com*. Disponível em: <http://exame.abril.com.br/economia/noticias/leia-integra-do-discurso-de-posse-de-antonio-palocci-m0064923>.
- PANEBIANCO, Angelo. *Modelos de partido: organização e poder nos partidos políticos*. São Paulo, Martins Fontes, 2005.
- PARTIDO DOS TRABALHADORES. *Resoluções de Encontros e Congressos (1979-1998)*. São Paulo, Fundação Perseu Abramo, 1998.
- _____. *Boletim Nacional*, São Paulo: nº 1-75, 1983-1993.
- _____. *Resoluções do 2º Congresso Nacional do Partido dos Trabalhadores*. São Paulo: PT/FPA, 1999.

- _____. *Estatuto (2001)*. São Paulo: FPA, 2001a.
- _____. *Resoluções do 12º Encontro Nacional do Partido dos Trabalhadores*. São Paulo: PT/FPA, 2001b.
- _____. *Resoluções do 13º Encontro Nacional do Partido dos Trabalhadores*. São Paulo: PT/FPA, 2006.
- _____. *Resoluções do 14º Encontro Nacional do Partido dos Trabalhadores*. São Paulo: PT/FPA, 2014.
- _____. *Resoluções do 3º Congresso do Partido dos Trabalhadores*. Porto Alegre: PT, 2007b.
- _____. *Resoluções do 4º Congresso do Partido dos Trabalhadores*. Brasília: PT, 2010.
- _____. *Resoluções do 5º Congresso do Partido dos Trabalhadores*. Salvador, PT, 2015.
- _____. *Nova política de finanças: manual do militante*. Secretaria Nacional de Finanças do PT, São Paulo, 1988.
- _____. “Lula e Dilma admitem 355% mais servidores do que FHC”. *Agência PT de notícias*. <http://www.pt.org.br/lula-e-dilma-admitem-355-mais-servidores-do-que-fhc/>.
- PASQUARELLI, Bruno Vicente Lippe. Formação de Coalizões, apoio legislativo e atuação partidária no presidencialismo brasileiro. Universidade Federal de São Carlos, programa de pós-graduação em ciência política. Dissertação de mestrado, 2011.
- PENTEADO, Cláudio L. C. “O Show da Estrela: estudo da campanha eleitoral do PT em 2002. Programa de estudos pós-graduados em Ciências Sociais da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Tese de doutorado. 2005.
- PRESIDENCIA DA REPÚBLICA, CASA CIVIL, SUBCHEFIA PARA ASSUNTOS JURÍDICOS. Emenda Constitucional Nº 8, DE 14 DE ABRIL DE 1977. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Emendas/Emc_anterior1988/emc08-77.htm.
- _____. Lei nº 6.767 de 20 de dezembro de 1979. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1970-1979/L6767.htm.
- _____. Lei nº 13.165, de 29 de setembro de 2015. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/113165.htm.
- _____. Exposição de motivos interministerial nº 346. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Exm/2002/346-MP-02.htm.
- _____. Decreto nº 8.243, de 23 de maio de 2014. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2014/Decreto/D8243.htm.
- PRESIDENCIA DA REPÚBLICA, SECRETARIA DE ASUNTOS ESTRATÉGICOS. “A Classe média brasileira”. Número 1, 2014. Disponível em: http://www.sae.gov.br/wp-content/uploads/ebook_ClasseMedia1.pdf.
- POULANTZAS, Nicos. Poder político e classes sociais. São Paulo: Martins Fontes, 1977.
- RANCIÈRE, Jacques. *O desentendimento: política e filosofia*. São Paulo: Ed. 34, 1996.
- RENNÓ, Lúcio. “Teoria da cultura política: vícios e virtudes”. *BIB*, Rio de Janeiro, 45:71-92. 1998.
- _____. “Escândalos e voto: as eleições presidenciais brasileiras de 2006”. *Opinião Pública*, v.13, nº2, 2007.
- RENNÓ, Lúcio; CABELLO, Andrea. “As Bases do Lulismo: A volta do Personalismo, Realinhamento Ideológico ou Não Alinhamento?” *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, 25 (74). 2010.
- RENNÓ, Lúcio; HOEPERS, Bruno. “Voto estratégico punitivo: transferência de votos nas eleições presidenciais de 2006”. *Novos Estudos-Cebrab*, 86: 140-161, 2010.
- RIBEIRO, Pedro Floriano. *Dos sindicatos ao governo: a organização nacional do PT de 1980 a 2005*. São Carlos, SP: EdUFSCar, 2010.

- RICCI, Rudá. *Lulismo: da era dos Movimentos Sociais à ascensão da Nova Classe Média Brasileira*. Brasília/Rio de Janeiro: Fundação Astrojildo Pereira/ Contraponto, 2013.
- RODRIGUES, Leôncio Martins. *Industrialização e Atitudes Operárias*. São Paulo: Brasiliense, 1970.
- RODRIGUES, Iram Jácome. “O sindicalismo brasileiro: da confrontação à cooperação conflitiva”. *São Paulo em perspectiva*, 9 (3), 1995.
- _____. *Trabalhadores, Sindicalismo e Democracia: a trajetória da CUT*. Departamento de Sociologia da Universidade de São Paulo (USP). Tese de doutorado, 1993.
- RODRIGUES, A. “Murilo Portugal pede demissão do cargo de secretário-executivo da Fazenda”. *Valor Econômico*, São Paulo, 27 mar. 2006. Disponível em: <http://www.valor.com.br/arquivo/497919/murilo-portugal-pede-demissao-do-cargode-secretario-executivo-da-fazenda>.
- RONIGER, Luis. “Political Clientelism, Democracy, and Market Economy”. *Comparative Politics*, Vol. 36, No. 3 (Apr., 2004), pp. 353-375. Pg. 357. Disponível em: http://www.rochelleterman.com/ComparativeExam/sites/default/files/Bibliography%20and%20Summaries/Comparative%20Politics_0.pdf.
- ROSANVALLON, Pierre. *La legitimidad democrática: imparcialidad, reflexividad, proximidade*. Buenos Aires: Manantial, 2009.
- _____. *La Contrademocracia: la política en la era de la desconfianza*. Buenos Aires: Manantial, 2007.
- SADER, Eder. *Quando novos personagens entraram em cena*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1988.
- SADER, Emir (org). *10 anos de governos pós-neoliberais no Brasil: Lula e Dilma*. São Paulo: Boitempo; Rio de Janeiro: Flasco Brasil, 2013.
- SADER, Emir; GARCIA, Marco Aurélio (orgs.). *Brasil entre o passado e o futuro*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2010.
- SAMUELS, David. “From Socialism to Social Democracy: Party Organization and the Transformation of the Workers’ Party in Brazil.” *Comparative Political Studies* 37(9):999–1024. 2004a
- _____. “As bases do petismo”. *Opinião Pública*, 10 (2): 221-241, 2004b
- _____. “A evolução do petismo”. *Opinião Pública*, 14 (2), 2008a.
- _____. Brazilian Democracy under Lula and the PT. In DOMINGUEZ, Jorge; SHIFTER, Michael *Constructing Democratic Governance in Latin America* (3rd edition). Johns Hopkins University Press pg. 15–32, 2008b.
- _____. “A democracia brasileira sob o governo de Lula e do PT” in ANGELO, Vitor Amorim; VILLA, Marco Antonio, São Carlos: EDUFSCar, 2009.
- SAMUELS, David; ZUCCO, Cesar. “Lulismo, Petismo, and the Future of Brazilian Politics.” *Journal of Politics in Latin America*. 6(3):129–158, 2014.
- SANTANA, Marco Aurélio. “Entre a ruptura e a continuidade: visões da história do movimento sindical brasileiro”. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, 14 (41), 1999.
- SANTOS, Maria Helena de Castro. “Governabilidade, Governança e Democracia: criação da capacidade governativa e relações Executivo - Legislativo no Brasil Pós-Constituinte” *Dados*. Rio de Janeiro, 40 (3), 1997.
- SANTOS, Fabiano; VILAROUCA, Márcio. “Relatório primeiro ano do governo Lula: Alinhamento partidário, trocas de legenda e (in)disciplina partidárias”. *NECON – IUPERJ*, 2004.
- SANTOS, Priscilla Ribeiro dos; GUGLIANO, Alfredo Alejandro. “Efetividade das políticas participativas no Governo brasileiro: o Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social”. *Revista de Sociologia e Política*, vol.23, nº56, pg.03-19, 2015.

SANTOS, Fabiano. “Em defesa do Presidencialismo de Coalizão”. In HERMANS, Klaus; MORAES, Filomeno, *Reforma Política no Brasil – Realizações e Perspectivas*. Fortaleza: Konrad Adenauer, 2003.

_____. Patronagem e Poder de Agenda na Política Brasileira. *Dados*, Rio de Janeiro, v. 40, n. 3, 1997.

SECCO, Lincoln. *História do PT*. Cotia, SP: Ateliê Editorial, 2015.

SARAIVA, Miriam Gomes. “Continuidade e mudança na política externa brasileira: As especificidades do comportamento externo brasileiro de 2003 a 2010”. *Relações Internacionais*, Lisboa, n. 37, mar. 2013 .

SILVA, Fernando Teixeira; COSTA, Hélio. “Trabalhadores Urbanos e Populismo: Um Balanço dos Estudos Recentes”, in Ferreira, Jorge (org.) *O Populismo e sua História: Debate e Crítica*, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2001.

SINDICATO DOS METALÚRGICOS DO ABC. “Eleições”. São Bernardo. Disponível em: <http://www.abcdeluta.org.br/>.

_____. “Metalúrgicos do ABC declaram greve” disponível em http://www.abcdeluta.org.br/materia.asp?id_CON=243.

SINGER, André. *Esquerda e direita no eleitorado brasileiro*. São Paulo: Edusp, 2000.

_____. Raízes sociais e ideológicas do lulismo. *Novos estudos – CEBRAP*. São Paulo, nº85, pg.83-102,2009.

_____. *Os Sentidos do Lulismo: Reforma Gradual e Pacto Conservador*. São Paulo: Ed. Companhia Das Letras, 2012.

SOARES, Gláucio Ary Dillon; TERRON, Sonia Luiza. (2008). “Dois Lulas: a geografia eleitoral da reeleição (explorando conceitos, métodos e técnicas de análise geoespacial)”. *Opinião Pública*, v. 14, p. 269-301, 2008.

SOUZA, Pedro Herculano; OSORIO, Rafael Guerreiro. “O perfil da pobreza no Brasil e suas mudanças entre 2003 e 2011”. In CAMPELLO, Tereza; NERI, Marcelo Cortês (orgs). *Programa Bolsa Família: uma década de inclusão e cidadania*. Capítulo 8, pgs.139-157, Brasília: IPEA, 2013.

SPECK, Bruno Wilhelm. “A compra de votos: uma aproximação empírica”. *Opinião Pública*, 9 (1), 2003.

SPECK, Bruno Wilhelm; BRAGA, Maria do Socorro; COSTA, Valeriano. “Estudo exploratório sobre filiação e identificação partidária no Brasil”. *Rev. Sociol. Polit.*, v. 23, n. 56, p. 125-148, dez. 2015.

STRØM, Kaare. *A Behavioral Theory of Competitive Political Parties*. American Journal of Political Science, 34 (2), 1990.

SUPERIOR TRIBUNAL FEDERAL. Inteiro teor do o acórdão da Ação Penal (AP) 470. Disponível em: <http://www.stf.jus.br/portal/diariojusticaeletronico/pesquisardiarioeletronico.asp>.

TAVARES, Maria da Conceição. "Auge e declínio do processo de substituição de importações no Brasil", In *El proceso de sustitución de las importaciones como modelo de desarrollo reciente en América Latina*. CEPAL, Boletín Económico de América Latina, vol. 9. Nº I, Nova York, março de 1964. Disponível em:

http://repositorio.cepal.org/bitstream/handle/11362/1614/S33098N962Av1_pt.pdf?sequence=1.

TEIXEIRA, Rodrigo Dias. “Para onde foi a CUT? Do classismo ao sindicalismo social liberal (1978-2000)”. Programa de Pós-Graduação em História Social. Universidade Federal Fluminense. Dissertação de Mestrado, Niterói, 2009.

TEIXEIRA, Marcelo. “Ministro da Agricultura Roberto Rodrigues pede demissão”. *UOL Notícias*, 28/06/2006. Disponível em:

<http://noticias.uol.com.br/ultnot/2006/06/28/ult1928u2123.jhtm>.

- THEOBALD, Robin. *Democracy, clientelism and civil society*. Colorado, USA: Lynne Rienner Publishers, 1994.
- TERRON, Sonia Luiza; SOARES, Gláucio Ary Dillon. “As bases eleitorais de Lula e do PT: do distanciamento ao divórcio”. *Opinião Pública*, v.16, nº2, 2010.
- TERRON, Sonia Luiza. A Composição de Territórios Eleitorais no Brasil: Uma Análise das Votações de Lula (1989 - 2006). Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro (IUPERJ), tese de doutorado, 2009.
- TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL. Prestação de contas anuais dos diretórios nacionais dos partidos políticos. Disponível em: <http://www.tse.jus.br/partidos/contas-partidarias/prestacao-de-contas-partidarias/demonstrativos-prestacao-de-contas-2014-1>.
- _____. *Repositório de dados eleitorais*. Disponível em: <http://www.tse.jus.br/eleicoes/estatisticas/repositorio-de-dados-eleitorais>.
- TUCKER, Robert Charles. *Politics as Leadership*. Columbia, Mo: University of Missouri Press, 1995.
- VALOR ECONÔMICO. “Substituto na Fazenda é entrave à escolha de Palocci para coordenação”. *Valor Econômico*, São Paulo, 20 fev. 2006. Disponível em: <http://www.valor.com.br/arquivo/494309/substituto-na-fazenda-e-entrave-escolhade-palocci-para-coordenacao>.
- VENTURI, Gustavo. “A opinião pública diante da crise”. *Teoria e Debate*, vol.66, 2006.
- VIANNA, Luis Werneck. “Estudos sobre sindicalismo e movimento operário: resenha de algumas tendências”, *BIB*, nº 3, Rio de Janeiro, 1982.
- WEBER, Max. *Economia e Sociedade*. Vol. I e II. São Paulo: Imprensa oficial, 2004.
- _____. “Política como Vocação” In GERTH, Hans Heinrich; MILLS, Charles Wright (orgs.), Max Weber: *Ensaios de Sociologia*. 5ª Ed. Rio de Janeiro: Ed. LTC. 2008.
- _____. *A ética protestante e o espírito do capitalismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.
- _____. *Parlamento e Governo na Alemanha Reordenada: Crítica Política do Funcionalismo e da Natureza dos Partidos*. Petrópolis: Ed. Vozes. 1993.
- WEFFORT, Francisco. “Origens do sindicalismo populista no Brasil (A conjuntura do após-guerra)”. *Estudos Cebrap*, São Paulo, 4: 65-105, 1973.
- WESZ, Valdemar J.; GRISA, Catia. “Os dez anos do Plano Safra da Agricultura Familiar: um convite à reflexão”. *Carta Maior*, 02/-8/2012.
- ZANETTI, Lorenzo. *O novo no sindicalismo brasileiro: características, impasses e desafios*. Rio de Janeiro: FASE, 1995.
- ZUCCO, Cesar Jr. “The President’s ‘New’ Constituency: Lula and the Pragmatic Vote in Brazil’s 2006 Presidential Election”. *Journal of Latin American Studies*, 40, 1, 29–49, 2008.
- ZUCCO, Cesar Jr. “Cash-transfers, voting behavior and the economy: An empirical assessment of the political impacts of the Bolsa Família program”. *Mimeo*, IUPERJ, 2009.